



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXVIII – Nº 026 – TERÇA-FERA, 12 DE MARÇO DE 2013 – BRASÍLIA-DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)  
**2º SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)

**3º SECRETÁRIO**  
Ciro Nogueira - (PP-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
**1º** - Magno Malta - (PR-ES)  
**2º** - Jayme Campos - (DEM-MT)  
**3º** - João Durval - (PDT-BA)  
**4º** - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

### LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar da Maioria</b> (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (66,69)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PMDB - 20</b> <b>Eunício Oliveira</b> (66,69) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (106) Romero Jucá (40,105)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,89)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSD - 2</b> <b>Sérgio Petecão</b> (85,88) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,61,86)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b> (76)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Wellington Dias - Bloco</b> (25,71,92)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,94) Rodrigo Rollemberg (68,100) Inácio Arruda (90,101) Eduardo Lopes (37,44,65,102)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PT - 12</b> <b>Wellington Dias</b> (25,71,92) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,26,96) Anibal Diniz (27,97) Paulo Paim (98) Eduardo Suplicy (99)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55,70,94) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (87)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Rodrigo Rollemberg</b> (68,100) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (30,39,84)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Inácio Arruda</b> (90,101) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (37,44,65,102)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar Minoria</b> (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Mário Couto - Bloco</b> (32,62)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Wilder Moraes (103) Ataídes Oliveira (104) Cyro Miranda (33,95)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,63) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (75) Alvaro Dias (79) Paulo Bauer (5,31,80,81)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do DEM - 4</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,45,46,78)</p>
<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar União e Força</b> (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,59,60)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,67) Eduardo Amorim (17,47,48,73) João Costa (82,83) Blairo Maggi (19,51)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PTB - 6</b> <b>Gim</b> (56,59,60)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PR - 4</b> <b>Alfredo Nascimento</b> (41,67) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (93)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,73)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PPL - 1</b> <b>João Costa</b> (82,83)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Governo</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (38)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Gim (56,59,60) Benedito de Lira Lídice da Mata (30,39,84) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p style="text-align: center;"><b>PSOL - 1</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - PSOL</b> (18,77)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

### EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;"><b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;"><b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 25ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE MARÇO DE 2013</b> .....	08948	do Tribunal de Contas de União ( <b>autuado como Aviso nº 10/2013) (Ofício nº 33/2013)</b> . ....	08976
1.1 – ABERTURA .....	08948	Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, encaminhando o Aviso nº 1.634/2012, na origem, do Tribunal de Contas de União ( <b>autuado como Aviso nº 11/2013) (Ofício nº 34/2013)</b> . ....	08989
1.2 – EXPEDIENTE .....	08948	<b>1.2.8 – Discursos do Expediente</b>	
<b>1.2.1 – Leitura de requerimentos</b>		SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Comentários sobre a tramitação do projeto que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência; e outros assuntos. ....	09019
Nº 137, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2008. <b>Deferido</b> . ....	08948	SENADOR <i>RUBEN FIGUEIRÓ</i> – Considerações sobre o potencial produtivo do Mato Grosso do Sul.....	09026
Nº 138, de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.....	08948	SENADOR <i>RODRIGO ROLLEMBERG</i> , como Líder – Anúncio da apresentação de projeto de resolução que amplia o limite da dívida de estados e municípios.....	09029
<b>1.2.2 – Parecer</b>		SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> , como Líder – Críticas ao recente pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff em cadeia nacional.....	09030
Nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011 (tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012).....	08950	SENADOR <i>LUIZ HENRIQUE</i> – Necessidade de unificação do processo eleitoral e de alteração da duração dos mandatos eletivos. ....	09032
<b>1.2.3 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados</b>		SENADOR <i>CASILDO MALDANER</i> – Defesa da desburocratização e da redução da carga tributária....	09033
Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013 (nº 60/1999, naquela Casa), de autoria da Deputada Iara Bernardi, que <i>dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual</i> ..	08962	SENADOR <i>ATAÍDES OLIVEIRA</i> – Comentários acerca do Sistema S; e outro assunto. ....	09036
<b>1.2.4 – Ofício da Ministra de Estado do Meio Ambiente</b>		SENADOR <i>VITAL DO RÊGO</i> – Importância das obras de transposição do Rio São Francisco..	09040
Nº 144/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 984, de 2012, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. ....	08965	SENADOR <i>CRISTOVAM BUARQUE</i> – Reflexão sobre relatório recentemente divulgado pelo movimento Todos pela Educação; e outro assunto.....	09043
<b>1.2.5 – Leitura de projeto</b>		<b>1.2.9 – Comunicações</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que <i>dispõe sobre a comercialização de sinalizador náutico em todo o território nacional</i> .....	08965	De diversas Lideranças, de indicação de membros para integrarem o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes ( <b>Ofícios nºs 90/2013-PMDB, 9/2013-PT, 50/2013-PSDB, 10/2013-PTB, 20/2013-PP, 38/2013-PSB, 6/2013-DEM, 10/2013-PR, 20/2013-PSD, 7/2013-PV, 22/2013-PRB, 21/2013-PSC, 38/2013-PPL e 23/2013-PSOL</b> ). <i>Designação dos Senadores Waldemir Moka, Delcídio do Amaral, Cyro Miranda, Armando Monteiro, Ivo Cassol, Rodrigo Rollemberg, José Agripino, Antonio Carlos</i>	
<b>1.2.6 – Comunicação da Presidência</b>			
Recebimento do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao terceiro quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região ( <b>Ofício nº 13/2013, na origem</b> ).....	08971		
<b>1.2.7 – Comunicações</b>			
Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, encaminhando o Aviso nº 1.626/2012, na origem,			

Rodrigues, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Eduardo Lopes, Eduardo Amorim, João Costa e Randolfe Rodrigues para comporem o referido Conselho ...

09048

De diversas Lideranças, de indicação de membros para integrarem o Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (**Ofícios nºs 89/2013-PMDB, 6/2013-PT, 8/2013-PTB, 18/2013-PP, 35/2013-PSB, 3/2013-DEM, 8/2013-PR, 19/2013-PSD, 8/2013-PV, 19/2013-PRB, 18/2013-PSC, 35/2013-PPL e 26/2013-PSOL**). Designação dos Senadores Luiz Henrique, Jorge Viana, João Vicente Claudino, Ivo Cassol, Rodrigo Rollemberg, Wilder Moraes, Blairo Maggi, Kátia Abreu, Paulo Davim, Eduardo Lopes, Eduardo Amorim, João Costa e Randolfe Rodrigues para comporem o referido Conselho. ....

09050

De diversas Lideranças, de indicação de membros para integrarem a Comissão do Projeto Jovem Senador (**Ofícios nºs 91/2013-PMDB, 7/2013-PT, 51/2013-PSDB, 9/2013-PTB, 19/2013-PP, 36/2013-PSB, 4/2013-DEM, 18/2013-PSD, 9/2013-PV, 21/2013-PRB, 20/2013-PSC, 34/2013-PPL e 24/2013-PSOL**). Designação dos Senadores Ricardo Ferraço, Anibal Diniz, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Ciro Nogueira, Rodrigo Rollemberg, Wilder Moraes, Kátia Abreu, Paulo Davim, Eduardo Lopes, Eduardo Amorim, João Costa e Randolfe Rodrigues para comporem a referida Comissão. ...

09051

De diversas Lideranças, de indicação de membros para integrarem o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (**Ofícios nºs 107/2013-PMDB, 10/2013-PT, 49/2013-PSDB, 21/2013-PP, 39/2013-PSB, 7/2013-DEM, 17/2013-PSD, 6/2013-PV, 23/2013-PRB, 22/2013-PSC, 37/2013-PPL e 22/2013-PSOL**). Designação dos Senadores Pedro Simon, Angela Portela, Lúcia Vânia, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Maria do Carmo Alves, Kátia Abreu, Paulo Davim, Eduardo Lopes, Eduardo Amorim, João Costa e Randolfe Rodrigues para comporem o referido Conselho. ....

09053

De diversas Lideranças, de indicação de membros para integrarem o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (**Ofícios nºs 106/2013-PMDB, 8/2013-PT, 52/2013-PSDB, 11/2013-PTB, 16/2013-PP, 37/2013-PSB, 5/2013-DEM, 21/2013-PSD, 5/2013-PV, 20/2013-PRB, 19/2013-PSC, 36/2013-PPL e 25/2013-PSOL**). Designação dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Paulo Paim, Cícero Lucena, Sodrê Santoro, Ana Amélia, João Capiberibe, José Agripino, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Eduardo Lopes, Eduardo Amorim, João Costa e Randolfe Rodrigues para comporem o referido Conselho. ....

09054

Das Lideranças do PV e do PPS na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 608, de 2013 (**Ofício nº 38/2013**). Designação do Deputado Arnaldo Jardim, como titular, e do Deputado Sarney Filho, como suplente, para comporem a referida Comissão. ....

09056

### 1.2.10 – Ofício do Tribunal Superior do Trabalho

Nº S/4/2013 (nº 148/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal. ....

09057

### 1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Relato de reunião, realizada hoje, em que estiveram presentes S. Exª e a Presidente da Petrobrás. ....

09079

### 1.2.12 – Comunicações

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (**Ofício nº 87/2013**). Designação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como titular, para compor a referida Comissão. ....

09082

Do Senador Jarbas Vasconcelos, da impossibilidade da participação de S. Exª na missão parlamentar que será realizada nas Repúblicas Tcheca e Eslovaca, no período de 25 a 30 do corrente (**Ofício nº 29/2013**). ....

09083

### 1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Apelo à AGU para que mantenha o entendimento inicial de inconstitucionalidade sobre o projeto de redistribuição dos royalties do petróleo. ....

09083

SENADOR SÉRGIO SOUZA, como Líder – Comentários sobre as dificuldades do Estado do Paraná dentro do pacto federativo. ....

09085

### 1.2.14 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. ....

09086

### 1.3 – ENCERRAMENTO. ....

09086

## 2 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO

### 2.1 – Edital de Ciência de Eliminação de Documentos

Nº 13, de 2013 (Listagem de Eliminação de Documentos nº 6/2013, da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade – Safin). ....

09087

## SENADO FEDERAL

### 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação ..... 09089

Bancadas dos Partidos ..... 09090

Por ordem alfabética ..... 09091

### 4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL. ....

09092

5 – LIDERANÇAS ..... 09093

<b>6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b> .....	09097	Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) .....	09182
<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b> .....	09098	Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) .....	09183
<b>8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</b>		Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	09185
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	09109	Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010) .	09187
CAS – Comissão de Assuntos Sociais .....	09116	Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) .....	09189
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania .....	09123	Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	09191
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte .....	09129		
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	09134	<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	09144	<b>10 – COMISSÕES MISTAS</b>	
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional .....	09150	CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) ..	09193
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	09159	CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	09199
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	09166	Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007) .....	09201
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária .....	09172	CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) ....	09202
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática .....	09176	Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.	09203
<b>9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b>		Comissões Mistas Especiais .....	09205
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) .....	09179	<b>11 – CONSELHOS E ÓRGÃO</b>	
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	09180	Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) .....	09208
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) .....	09181	Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) .....	09209
		Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) .....	09210

# Ata da 25ª Sessão, Não Deliberativa, em 11 de março de 2013

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

### *Presidência dos Srs. Casildo Maldaner e Luiz Henrique*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 17 horas e 55 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 137, DE 2013**

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 289 de 2008 (Altera o § 2º do art. 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispensar o empresário e a sociedade optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional da obrigação de seguir um sistema de contabilidade e de levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico), projeto este de minha autoria.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 138, DE 2013**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos informações ao senhor Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que ouvindo a Senhora Presidente da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), preste informações, no prazo regimental de 30 dias, sobre os investimentos da estatal no Estado do Mato Grosso do Sul, com especial destaque para aqueles destinados à produção e transporte de Gás Natural, bem como dados precisos

sobre os motivos que inviabilizaram ou não deram sequência aos projetos de viabilidade técnica e econômica visando a implantação de unidades separadoras de gás ao longo Gasoduto Brasil-Bolívia, no Estado do Mato Grosso do Sul. Também questionamos se há projeto ou intenção de implantar do Tronco Corumbá/Porto Alegre e em território sul-mato-grossense, de Ramal para Mato Grosso (Cuiabá) e para Goiás (Goiânia) e Distrito Federal (Brasília).

#### **Justificação**

Os negócios da Petrobras envolvem cifras bilionárias e os negócios da empresa representam importantes impactos sobre agregados macroeconômicos como o produto brasileiro, o nível de emprego, a balança comercial, entre outros.

Um dos diversos negócios da Petrobras diz respeito à produção, transporte e comercialização de Gás Natural. Nesse contexto, cabe ressaltar a importância do gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL) para economia brasileira, sendo sua implantação uma das principais realizações brasileiras no que tange ao transporte de hidrocarbonetos por longas distâncias. Esse gasoduto compreende uma distância de 2.593 km de extensão em território brasileiro, e atravessa o território de cinco estados brasileiros, dentre eles o Estado do Mato Grosso do Sul, onde percorre aproximadamente 600 km.

Ocorre que a operação do gasoduto pela Petrobras denota, não obstante a busca contínua e incessante da estatal pela eficiência operacional, uma situação que afronta esse intento. Isso porque, no Estado do Mato Grosso do Sul, onde não há Separadora de Gás instalada no gasoduto, o gás segue para outras regiões do País, sem que dele se utilize para consumo a população sul-mato-grossense de forma direta. A título de informação, o GLP (gás de cozinha) consumido intensamente no Mato Grosso do Sul vem de Paulínia/SP, complexo petrolífero este que recebe o gás para o GLP proveniente das bacias situadas ao Sul da Argentina e não do Gasoduto Bolívia/Brasil. Tal fato provoca uma operação logística de transporte que eleva substancialmente o custo do gás consumido pela população de Mato Grosso do Sul.

A direção da Petrobras já dispõe de estudos e projetos para a implantação de unidades separadoras no Mato Grosso do Sul, isto desde a década de 90 do século passado, mas parece carecer de vontade política para levar a cabo essa iniciativa. No passado não recente a Petrobras declarou que a unidade separadora do gasoduto no Estado do Mato Grosso do Sul era inviável, pois sua rentabilidade estimada era da ordem de, apenas, 10% ao ano, inferior a taxa de corte da rentabilidade utilizada para aprovação de projeto pela Petrobras à época. Entretanto, com o crescimento da economia de todo o país nos últimos anos e com as mudanças que vem acontecendo no mercado, às condições econômicas mudaram, e projetos de viabilidade anteriormente rejeitados podem apresentar resultados diversos daqueles obtidos na década de 1990.

Portanto, é oportuno para se retomar esses estudos e, caso as expectativas dos sul-mato-grossenses estiverem corretas, se implementar as tão desejadas Unidades Separadoras do GASBOL no Estado do Mato Grosso do Sul, relevantes não apenas para a região Centro-Oeste, mas para todo o Brasil.

É consabido que o gás boliviano, além dos subprodutos propano e butano (GLP), se explorados por unidade separadora, poderá proporcionar a extração de outras riquezas ao redor de 100 subprodutos, alguns de utilização imediata para as atividades agropecuárias da região, como exemplo, a ureia. Há também – o

que é importante – a possibilidade do sangramento do gasoduto em algum trecho do território sul-mato-grossense para a implantação de ramais que se destinem aos estados do Mato Grosso e Goiás e deste atingir o Distrito Federal; também em outro ramal se estender para a região da Grande Dourados, Vale do Ivinhema, Cone Sul e Fronteira com a República do Paraguai, servindo uma região em franco desenvolvimento econômico e densidade populacional. As possibilidades de viabilidade econômica para a Petrobras são evidentes e imensas, falta apenas o desejo da empresa para enfrentar o desafio.

Diante do exposto, afigura-se imprescindível o encaminhamento do pedido de informações à direção da Petrobras, para que esta Casa exerça seu papel de indução do crescimento econômico e de promotor da integração nacional.

Assim sendo, confiamos no apoio da Mesa do Senado Federal para encaminhar à Petrobras o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, – Senador **Ruben Figueiró**.  
(À Mesa, para decisão)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

## **PARECER**

### **Nº 101, DE 2013**

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima* (tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61/2012).

**RELATOR: Senador JORGE VIANA**

#### **I – RELATÓRIO**

Chegam a esta Comissão para exame, em tramitação conjunta, a Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, que pretende a criação de um Tribunal Regional Federal sediado na cidade de Manaus e com jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima; a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, que, igualmente, pretende a criação de Tribunal Regional Federal sediado em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, que “*cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza*”.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, determina, além da criação do Tribunal referido, que esse seja instalado no prazo de seis meses. Sua justificação se fundamenta na necessidade de desdobramento da área de jurisdição do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado em Brasília, compreendendo quatorze Estados brasileiros, com ganhos quanto à celeridade processual e ao acesso à jurisdição federal de segundo grau.

A segunda proposição da qual se cuida, a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tem por objeto também a criação de um Tribunal Regional Federal, como fizemos constar precedentemente, e, no seu art. 2º, determina a instalação dessa Corte no prazo de seis meses, contados da data de publicação da Emenda à Constituição em que se venha a converter. Sua justificação fundamenta-se, a exemplo da anterior, na necessidade de cisão da extensa área territorial coberta pela jurisdição do Tribunal Regional Federal

da 1ª Região, e que vem causando problemas sérios de efetividade na prestação jurisdicional, com o processamento de recursos estendendo-se por até sete anos.

Finalmente, a terceira proposição objetiva, pela inserção de dispositivo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a criação de Tribunal Regional Federal com sede em Fortaleza e jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, abrindo ao Superior Tribunal de Justiça prazo de cento e oitenta dias para organizar e instalar a referida Corte.

Não há emendas às proposições.

## II – ANÁLISE

A matéria da qual se ocupam as proposições que temos em exame não são novas no Judiciário, no Senado Federal ou no Congresso Nacional.

Não ocorrem vícios de constitucionalidade formal ou material a contaminar as proposições em análise.

Cumprir lembrar que o poder de reforma ao texto constitucional foi limitado pelo Constituinte originário através da fixação de cláusulas pétreas no art. 60, § 4º, da Lei Maior. No rol dos limites explícitos à mudança da Constituição de 1988 figuram as emendas tendentes a abolir: (i) a forma federativa de Estado, (ii) o voto direto, secreto, universal e periódico, (iii) a separação dos poderes e (iv) os direitos e garantias individuais. E é bom registrar que esta Proposta de Emenda à Constituição que ora relatamos não se enquadra em nenhuma das vedações ao poder constituinte derivado, sendo, pois, constitucional na forma e no conteúdo.

Não merece prosperar, portanto, as considerações acerca da inconstitucionalidade da criação de Tribunais Regionais Federais, por intermédio de Emendas à Constituição, sob a alegação de suposta violação ao enunciado do art. 96, II, c, CF, que prevê a iniciativa legislativa vinculada ou reservada ao Superior Tribunal de Justiça. Deve-se observar que o objetivo desta reforma, no plano constitucional, é justamente a inclusão de mais uma exceção a essa regra no catálogo das que já existem no art. 27 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Igualmente, não há violação ao preceito constitucional estampado no art. 60, § 4º, III, qual seja o da separação de poderes. Lembramos que a função típica do Judiciário é jurisdicional, ou seja, a decidibilidade dos conflitos sociais que aportam aos Fóruns. Quando o Judiciário participa da função legislativa, exerce função atípica e accidental, conferida pela Constituição em observância à lógica da colaboração entre os Poderes e dos *checks and balances*.

Logo, como não se está diante de um caso de transferência do exercício de uma função constitucional típica do Judiciário a um outro Poder, não ocorre afronta ao núcleo essencial do princípio da separação dos poderes. A transformação de iniciativa legislativa reservada em iniciativa facultada não rompe com a especialização funcional concebida pelo Constituinte originário.

Por aí já se percebe que a criação de Tribunal Regional Federal através de Emenda Constitucional não reduz em nada a esfera de atuação jurisdicional do Poder Judiciário, assim como não resvala, nem indiretamente, na sua independência perante os demais Poderes. Pelo contrário, ela “empodera” o Judiciário, dando-lhe condições de atender aos anseios da sociedade contemporânea, na medida em que descentraliza suas estruturas físicas, hoje inacessíveis para milhões de brasileiros, e o aproxima dos cidadãos.

Confirmando nosso entendimento de que não há violação ao núcleo essencial do princípio da separação de poderes, vejamos a lição proferida pelo mais festejado constitucionalista português, José Joaquim Gomes Canotilho, na obra *Fundamentos da Constituição*:

A nenhum órgão podem ser atribuídas funções das quais resulte o esvaziamento das funções materiais especialmente atribuídas a outro. Quer dizer: o princípio da separação exige, a título principal, a correspondência entre órgão e função e só admite exceções quando não for sacrificado o seu núcleo essencial. O alcance do princípio é visível quando com ele se quer traduzir a proibição do *monismo de poder*, como o que resultaria, por exemplo, da concentração de *plenos poderes* no Presidente da República, da concentração de poderes legislativos no executivo e na transformação do legislativo em órgão soberano executivo e legislante (CANOTILHO, 1991, p. 704).

Sendo assim, não vislumbramos qualquer vício de inconstitucionalidade formal ou material nas proposições que temos em exame. Afinal, apesar de estas Propostas de Emenda à Constituição manterem

conexões com a temática da separação dos poderes, em momento algum, tendem a abolir, direta ou reflexamente, este princípio basilar para nosso Estado Democrático de Direito.

No Senado Federal é importante recuperar recentes decisões desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favoráveis à criação, em termos bastante semelhantes ao das proposições em análise, de um Tribunal Regional Federal no Estado de Minas Gerais e outro no Estado do Paraná. Inclusive, a PEC nº 65, de 2011, que cria o Tribunal Regional Federal de Minas Gerais, foi aprovada no Plenário da Casa.

No que se refere ao mérito, é evidente o esgotamento físico da estrutura da Justiça Federal de 2º grau. E, pelo menos desde 2002, isso vem preocupando membros do Judiciário e deste Senado Federal, que buscam implementar, com a urgência necessária, as soluções que permitam a efetividade dos princípios constitucionais do acesso à jurisdição e da celeridade processual, inscritos no art. 5º da Constituição Federal, incisos XXXV e LXXVIII, como direitos fundamentais da pessoa humana no Brasil.

Há, disponíveis, expressivos e preocupantes números que demonstram, com exuberância, a saturação e o soterramento dos Tribunais Regionais Federais em funcionamento hoje no Brasil. Não faremos referência a todos, mas apenas aos mais contundentes.

O primeiro deles dá conta de que, em 30 de março de 1989, quando instalados os cinco Tribunais Regionais Federais que hoje cobrem toda a área do território nacional (sediados em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife), tramitavam nessas Cortes 96.000 processos. Em 2011, esse número havia passado para espantosos 1.200.000 processos, um incremento de mais de 1.000%.

Nesse período, o número de magistrados nesses Tribunais passou de setenta e quatro para cento e trinta e nove. Nem chegou a dobrar.

Some-se a isso a instalação de 230 novas Varas Judiciárias de 1º Grau, as quais significam mais 460 novos Juízes Federais a abastecer esse enorme volume processual paralisado nas Cortes de 2º grau. É de se ressaltar, quanto a isso, que em 1989, havia 2,4 Juízes Federais para cada Desembargador Federal, ou seja, eram 177 Juízes para 74 Desembargadores; em 2014, serão 14 Juízes para cada Desembargador, ou 1.954 Juízes para 139 Desembargadores.

Desses Tribunais, o mais problemático é o da 1ª Região, sediado em Brasília, cobrindo treze estados e o Distrito Federal: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins.

Em face dessa inexplicável e insustentável extensão territorial, o TRF da 1ª Região demora mais de 30 anos para decidir os processos aos seus cuidados.

Nesse TRF, há Desembargadores Federais com mais de 20.000 processos conclusos para julgamento, volume que é complementado por mais de 1.000 processos novos todos os meses.

Em 2011, pendiam de julgamento no TRF da 1ª Região quase 210.000 recursos.

É uma situação insustentável.

As opções à mão são claras:

a) manter essa situação inalterada, o que vai levar o volume processual paralisado na Justiça Federal de 2º grau a ser resolvido em aproximadamente 26 anos, ou seja, em 2038;

b) aumentar a composição dos atuais cinco TRF, inchando suas estruturas e mantendo as partes afastadas do órgão jurisdicional (no caso do TRF sediado em Brasília, essa distância pode ultrapassar os 4.000 km); ou

c) descentralizar o 2º grau da Justiça Federal, mediante a criação de novos Tribunais Regionais Federais em regiões estratégicas.

A única opção funcional, racional e efetiva é a criação de novos Tribunais Regionais Federais, como os pretendidos pelas proposições das quais ora nos ocupamos.

Dessa forma, convergindo para o aval das razões que fundamentam às proposições sob exame, e entendendo também a necessidade de implantação de Tribunais de segundo grau da Justiça Federal para atender os Estados nordestinos citados, optamos por um substitutivo global, oferecendo solução ampla ao problema.

Cumprе ressaltar que as deficiências de técnica legislativa encontram-se sanadas no texto do substitutivo.

Por fim, cabe observar que, no presente caso, em que ambas as proposições merecem aprovação, deve ser acatada a PEC nº 86, de 2011, por força do art. 260, inciso II, alínea *b*, do Regimento Interno do Senado Federal, que concede precedência ao projeto mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa. Dessa maneira, cabe aprovar um substitutivo à PEC nº 86, de 2011, que incorpore dispositivos da PEC nº 46, de 2012.

### **III – VOTO**

Por todo o exposto, somos pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, na forma do substitutivo que deste parecer é parte.

## **EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011**

Cria Tribunais Regionais Federais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

**Art. 1º** O art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal é acrescido do seguinte § 11:

**Art. 27.** .....

§ 11. São criados:

I – Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima e sede na cidade de Manaus;

II – Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins e sede na cidade de Belém;

III – Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados da Bahia e de Sergipe e sede na cidade de Salvador;

IV – Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza. (NR)

**Art. 2º** O Superior Tribunal de Justiça, no prazo de cento e oitenta dias a contar da data da publicação desta Emenda Constitucional, encaminhará projeto de lei ao Congresso Nacional dispondo sobre a organização, estrutura e funcionamento dos Tribunais Regionais Federais referidos, bem como sobre as alterações deles decorrentes na organização do Judiciário Federal de segundo grau.

**Art. 3º** Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de março de 2013.

*Senador Vital do Rêgo*, Presidente

*José Maria*, Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

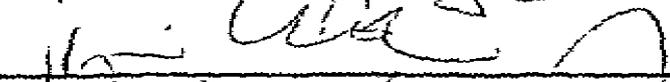
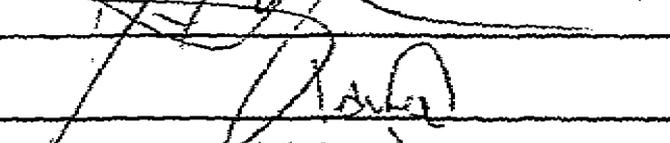
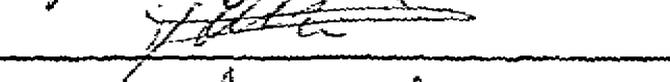
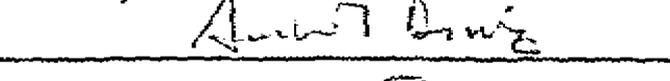
PROPOSIÇÃO: PEC Nº 56 DE 2011

(Tramita em conjunto com as PEC's nºs 46 e 61, de 2012).

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/03/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Vital do Rêgo</i>	
RELATOR: <i>Senador Jorge Viana</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)</b>	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA <i>[assinatura]</i>
PEDRO TAQUES <i>[assinatura]</i>	3. JORGE VIANA <i>[assinatura]</i>
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	5. WALTER PINHEIRO <i>[assinatura]</i>
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG <i>[assinatura]</i>
EDUARDO LOPES <i>[assinatura]</i>	7. HUMBERTO COSTA <i>[assinatura]</i>
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)</b>	
EDUARDO BRAGA <i>[assinatura]</i>	1. ROMERO JUCÁ
VITAL DO RÊGO <i>[assinatura]</i>	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA <i>[assinatura]</i>	4. CLÉSIO ANDRADE <i>[assinatura]</i>
LUIZ HENRIQUE <i>[assinatura]</i>	5. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
EUNÍCIO OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	6. BENEDITO DE LIRA <i>[assinatura]</i>
FRANCISCO DORNELLES <i>[assinatura]</i>	7. WALDEMIR MOKA <i>[assinatura]</i>
SÉRGIO PETECÃO <i>[assinatura]</i>	8. KÁTIA ABREU
<b>BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)</b>	
AÉCIO NEVES <i>[assinatura]</i>	1. LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>
CÁSSIO CUNHA LIMA <i>[assinatura]</i>	2. ATAÍDES DE OLIVEIRA <i>[assinatura]</i> N.º 30
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	3. ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>[assinatura]</i> N.º 30
JOSÉ AGRIPINO <i>[assinatura]</i>	4. PAULO BAUER
<b>BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)</b>	
ARMANDO MONTEIRO <i>[assinatura]</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
GIM <i>[assinatura]</i>	2. CIRO NOGUEIRA
MAGNO MALTA <i>[assinatura]</i>	3. VAGO
	4. EDUARDO AMORIM <i>[assinatura]</i>
<b>PSOL</b>	
RANDOLFE RODRIGUES <i>[assinatura]</i>	

ASSINAM O PARECER  
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011  
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE \_\_\_\_\_,  
COMPLEMENTANDO AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA  
COMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO,  
DO R.I.S.F., OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1-   
2-   
3-   
4-   
5-   
6-   
7-   
8- 

- 1- CYRO MIRANDA
- 2- INÁCIO ARRUDA
- 3- JOSÉ PIMENTEL
- 4- JOSÉ AGRIPINO
- 5- ANA RITA
- 6- PAULO PAIM
- 7- ANIBAL DINIZ
- 8- ANA AMÉLIA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA  
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

---

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

---

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

---

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

---

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

---

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I - a forma federativa de Estado;
  - II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
  - III - a separação dos Poderes;
  - IV - os direitos e garantias individuais.
- 

Art. 96. Compete privativamente:

---

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

## TÍTULO X ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

**Art. 27.** O Superior Tribunal de Justiça será instalado sob a Presidência do Supremo Tribunal Federal.

§ 1º - Até que se instale o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal exercerá as atribuições e competências definidas na ordem constitucional precedente.

§ 2º - A composição inicial do Superior Tribunal de Justiça far-se-á:

I - pelo aproveitamento dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos;

II - pela nomeação dos Ministros que sejam necessários para completar o número estabelecido na Constituição.

§ 3º - Para os efeitos do disposto na Constituição, os atuais Ministros do Tribunal Federal de Recursos serão considerados pertencentes à classe de que provieram, quando de sua nomeação.

§ 4º - Instalado o Tribunal, os Ministros aposentados do Tribunal Federal de Recursos tornar-se-ão, automaticamente, Ministros aposentados do Superior Tribunal de Justiça.

§ 5º - Os Ministros a que se refere o § 2º, II, serão indicados em lista tríplice pelo Tribunal Federal de Recursos, observado o disposto no art. 104, parágrafo único, da Constituição.

§ 6º - Ficam criados cinco Tribunais Regionais Federais, a serem instalados no prazo de seis meses a contar da promulgação da Constituição, com a jurisdição e sede que lhes fixar o Tribunal Federal de Recursos, tendo em conta o número de processos e sua localização geográfica.

§ 7º - Até que se instalem os Tribunais Regionais Federais, o Tribunal Federal de Recursos exercerá a competência a eles atribuída em todo o território nacional, cabendo-lhe promover sua instalação e indicar os candidatos a todos os cargos da composição inicial, mediante lista triplíce, podendo desta constar juizes federais de qualquer região, observado o disposto no § 9º.

§ 8º - É vedado, a partir da promulgação da Constituição, o provimento de vagas de Ministros do Tribunal Federal de Recursos.

§ 9º - Quando não houver juiz federal que conte o tempo mínimo previsto no art. 107, II, da Constituição, a promoção poderá contemplar juiz com menos de cinco anos no exercício do cargo.

§ 10 - Compete à Justiça Federal julgar as ações nela propostas até a data da promulgação da Constituição, e aos Tribunais Regionais Federais bem como ao Superior Tribunal de Justiça julgar as ações rescisórias das decisões até então proferidas pela Justiça Federal, inclusive daquelas cuja matéria tenha passado à competência de outro ramo do Judiciário.

.....

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – O parecer lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013 (nº

60/1999, na Casa de origem, da Deputada Iara Bernardi), que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

É o seguinte o Projeto:

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2013

(nº 60/1999, na Casa de origem, da Deputada Iara Bernardi)

Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os hospitais devem oferecer às vítimas de violência sexual atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social.

Art. 2º Considera-se violência sexual, para os efeitos desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida.

Art. 3º O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreende os seguintes serviços:

I - diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas;

II - amparo médico, psicológico e social imediatos;

III - facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual;

IV - profilaxia da gravidez;

V - profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST;

VI - coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento e terapia;

VII - fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis.

§ 1º Os serviços de que trata esta Lei são prestados de forma gratuita aos que deles necessitarem.

§ 2º No tratamento das lesões, caberá ao médico preservar materiais que possam ser coletados no exame médico legal.

§ 3º Cabe ao órgão de medicina legal o exame de DNA para identificação do agressor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

### **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 60, DE 1999**

Estabelece que o atendimento deverá ser imediato e multidisciplinar para o controle e tratamento do ponto de vista físico e emocional da vítima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se violência sexual, para os efeitos desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida.

Art. 2º Violência sexual é situação de emergência médica, devendo receber atenção imediata e serviços especializados nos hospitais públicos e particulares.

Art. 3º Os hospitais deverão oferecer às vítimas de violência sexual atendimento multidisciplinar para controle e tratamento dos diferentes impactos da ocorrência, do ponto de vista físico e emocional.

Art. 4º O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais públicos que tenham Pronto Socorro e Serviço de Ginecologia, compreende os seguintes serviços:

I - diagnóstico e reparo imediato, das lesões físicas no aparelho genital e no aparelho digestivo baixo;

II - amparo psicológico imediato;

III - facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento a delegacias especializadas com informações que possam ser úteis para a identificação do agressor e comprovação da violência sexual;

IV - medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro;

V - medicação para prevenir doenças sexualmente transmissíveis;

VI - medicação eficiente para prevenir o contágio da Aids;

VII - coleta de material e utilização de técnicas especializadas para, através de teste DNA, identificar o agressor.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificativa

A incidência de abuso sexual tem aumentado nos últimos anos, atingindo o *status* de verdadeiro flagelo social. Nos Estados Unidos, segundo estimativa da *Anonymous Sexual Association*, ocorre um estupro a cada seis minutos. No Brasil, certamente, as cifras não são muito inferiores.

Em levantamento das ocorrências do Setor de Sexologia do Instituto Médico Legal de São Paulo, foram observadas 2.403 queixas de abuso sexual, em 1995, sendo que 1.665 (69,77%) das vítimas eram meninas e adolescentes com idade inferior a 18 anos, 547 (22,77%) mulheres com idade acima de 18 anos e 191 (7,94%) em meninos.

Está comprovado que as vítimas de violência sexual apresentam também, além do trauma decorrente da violência, complicações físicas e psicológicas.

A própria demora no atendimento às pessoas vítimas de violência sexual é um fator de constrangimento que agrava seu estado emocional já abatado.

O presente Projeto de Lei visa o atendimento integral e imediato que esses casos exigem, ao mesmo tempo que é importante medida no combate à impunidade. Se as vítimas estiverem conscientes de que terão atendimento condigno deixarão de ter receio de ser expostas a novas violências como chacotas e indignidades, que, muitas vezes, hoje em dia afastam a possibilidade de persecução penal dos agressores, porque a vítima prefere ficar calada. Aliar o atendimento médico e multidisciplinar às facilidades de acesso à polícia beneficiarão, e muito, a efetividade da punição.

No sentido de tentar minorar o sofrimento das vítimas de violência sexual, estamos apresentando este Projeto de Lei e contamos com o apoio dos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 23 de Fevereiro de 1999.



**Deputada IARA BERNARDI**

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – O **Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013**, vai às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – O Senado Federal recebeu o seguinte Ofício da Ministra de Estado do Meio Ambiente:

– **Nº 144, de 4 de março de 2013**, em resposta ao **Requerimento nº 984, de 2012**, de informações, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Senador Blairo Maggi, Presidente da CMA.

O Requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2013**

#### **Dispõe sobre a comercialização de sinalizador náutico em todo o território nacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Na embalagem e no invólucro de sinalizador náutico, constarão orientação sobre o modo de uso adequado e advertência escrita e ostensiva sobre os riscos inerentes a eventual manipulação indevida.

§ 1º A embalagem e o invólucro de sinalizador náutico conterão sinais gráficos ostensivos que indiquem os riscos de efeitos desastrosos advindos de sua manipulação incorreta.

§ 2º As disposições desta Lei aplicam-se igualmente a qualquer produto similar a sinalizador náutico.

Art. 2º É proibida a exposição à venda de sinalizador náutico em local de altura inferior a um metro e meio do solo.

Art. 3º É proibida a venda de sinalizador náutico a menor de dezoito anos.

*Parágrafo único.* Em qualquer hipótese, a venda de sinalizador náutico somente é permitida a quem apresente documento de identidade válido em todo o território nacional.

Art. 4º O sinalizador náutico só poderá ser vendido por pessoa jurídica credenciada junto à autoridade competente.

§ 1º É proibida a venda de sinalizador náutico fora do estabelecimento comercial credenciado.

§ 2º A pessoa jurídica que comercializa sinalizador náutico manterá cadastro dos adquirentes desse artefato.

§ 3º As informações constantes do cadastro de que trata o § 2º devem ser mantidas pelo prazo mínimo de cinco anos contado a partir da data de venda.

Art. 5º Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, o descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas constantes dos arts. 56 a 59 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 6º A comercialização de sinalizador náutico no País será definida em regulamento específico.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

#### **Justificação**

Com esta iniciativa, pretendemos disciplinar a comercialização de sinalizadores náuticos em todo o território nacional e, com isso, evitar a ocorrência de casos extremos como o que vitimou, recentemente, um torcedor boliviano, adolescente de quatorze anos, que faleceu por ter sido atingido por um sinalizador náutico, disparado por outro adolescente, brasileiro de 17 anos.

A repercussão dessa morte trágica ilustra a gravidade da comercialização indiscriminada de sinalizadores náuticos, que podem, infelizmente, afetar qualquer pessoa.

Com o propósito de solucionar definitivamente essa questão, é mister limitar a venda desse artefato unicamente a maiores de idade devidamente identificados, pois o sinalizador náutico constitui um item imprescindível para a navegação e percursos em trilhas, a ser acionado em situação de emergência.

Para tanto, apresentamos este projeto de lei que torna obrigatória a orientação e a advertência escrita e ostensiva quanto aos possíveis efeitos desastrosos decorrentes da manipulação desses sinalizadores. Veda a exposição à venda de sinalizador náutico, em local de altura inferior a um metro e meio do solo. Propõe, ainda, que esse artefato seja vendido somente a maiores de 18 anos.

Na hipótese de desrespeito às disposições, o fornecedor infrator fica sujeito às sanções administrativas da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – o Código de Defesa do Consumidor (CDC): multa; apreensão do produto; inutilização do produto; cassação do registro do produto junto ao órgão competente; proibição de fabricação do produto; suspensão de fornecimento de produtos ou serviço; suspensão temporária de atividade; revogação de concessão ou permissão de uso; cassação de licença do estabelecimento ou de ativi-

dade; interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade; e intervenção administrativa.

Nos termos do art. 57 do CDC, a multa – graduada segundo a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor – será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.

Ademais, a norma consumerista, em seu art. 63, tipifica como crime contra as relações de consumo *omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade*, estando prevista a pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa, no caso de violação a esse dispositivo.

O CDC cuida, também, do dever de informar ao consumidor sobre os produtos que adquire, inclusive a respeito dos riscos que certos produtos apresentam à segurança dos consumidores (art. 31).

Por fim, este projeto de lei está em consonância com o princípio da ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor pela presença do Estado no mercado de consumo (CDC, art. 4º, inciso II, alínea c).

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, como forma de proteger a população contra riscos desnecessários.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

[Texto compilado](#)

[Mensagem de veto](#)

[Regulamento](#)

[Regulamento](#)

[Vigência](#)

[Vide Decreto nº 2.181, de 1997](#)

### **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

II – ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

## **SEÇÃO II Da Oferta**

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

## **CAPÍTULO VII Das Sanções Administrativas (Vide Lei nº 8.656, de 1993)**

Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

- I – multa;
- II – apreensão do produto;
- III – inutilização do produto;
- IV – cassação do registro do produto junto ao órgão competente;
- V – proibição de fabricação do produto;
- VI – suspensão de fornecimento de produtos ou serviço;
- VII – suspensão temporária de atividade;
- VIII – revogação de concessão ou permissão de uso;
- IX – cassação de licença do estabelecimento ou de atividade;
- X – interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade;
- XI – intervenção administrativa;
- XII – imposição de contrapropaganda.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

~~Art. 57. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor será aplicada mediante procedimento administrativo nos termos da lei, revertendo para o fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, sendo a infração ou dano de âmbito nacional, ou para os fundos estaduais de proteção ao consumidor nos demais casos.~~

~~Parágrafo único. A multa será em montante nunca inferior a trezentas e não superior a três milhões de~~

vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou índice equivalente que venha substituí-lo.

Art. 57. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos. (Redação dada pela Lei nº 8.656, de 21.5.1993)

Parágrafo único. A multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), ou índice equivalente que venha a substituí-lo. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 8.703, de 6.9.1993)

Art. 58. As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produtos, de suspensão do fornecimento de produto ou serviço, de cassação do registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou de qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço.

Art. 59. As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa, serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas neste código e na legislação de consumo.

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Vide texto compilado

Regulamento

Regulamento

Regulamento

Mensagem de veto

**Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos causados:~~

~~Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:~~

(Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994) (Vide Lei nº 12.529, de 2011)

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).

I – ao meio-ambiente;

II – ao consumidor;

~~III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;~~

~~III – à ordem urbanística; (Incluído pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001) (Vide Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)~~

III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

~~IV – (VETADO);~~

~~IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (Incluído pela Lei nº 8.078 de 1990)~~

~~IV – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Renumerado do Inciso III, pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001) (Vide Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)~~

IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (Incluído pela Lei nº 8.078 de 1990)

~~V – por infração da ordem econômica. (Incluído pela Lei nº 8.884 de 1994)~~

~~V – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (Renumerado do Inciso IV, pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001) (Vide Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)~~

~~VI – por infração da ordem econômica. (Renumerado do Inciso V, pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)~~

~~V – por infração da ordem econômica e da economia popular; (Redação dada pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001) (Vide Lei nº 12.529, de 2011)~~

V – por infração da ordem econômica; (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).

VI - à ordem urbanística. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

Parágrafo único A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir

ou o mesmo objeto. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Art. 3º A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

~~Art. 4º Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO).~~

Art. 4º Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO). (Redação dada pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)

~~Art. 5º A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios. Poderão também ser propostas por autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação que:~~

~~I — esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil;~~

~~II — inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO);~~

~~III — inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 11.9.1990)~~

~~IV — inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)~~

Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).

I — o Ministério Público; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).

II — a Defensoria Pública; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).

III — a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

IV — a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

V — a associação que, concomitantemente: (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

§ 1º O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

§ 2º Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

~~§ 3º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público assumirá a titularidade ativa.~~

§ 3º Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)

§ 4º O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido. (Incluído pela Lei nº 8.078, de 11.9.1990)

§ 5º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei. (Incluído pela Lei nº 8.078, de 11.9.1990) (Vide Mensagem de veto) (Vide REsp 222582 /MG – STJ)

§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. (Incluído pela Lei nº 8.078, de 11.9.1990) (Vide Mensagem de veto) (Vide REsp 222582 /MG – STJ)

Art. 6º Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

Art. 7º Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Art. 8º Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qual-

quer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

§ 2º Somente nos casos em que a lei impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação, hipótese em que a ação poderá ser proposta desacompanhada daqueles documentos, cabendo ao juiz requisitá-los.

Art. 9º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.

§ 1º Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

§ 2º Até que, em sessão do Conselho Superior do Ministério Público, seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as associações legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito ou anexados às peças de informação.

§ 3º A promoção de arquivamento será submetida a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispuser o seu Regimento.

§ 4º Deixando o Conselho Superior de homologar a promoção de arquivamento, designará, desde logo, outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Art. 10. Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 11. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.

Art. 12. Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.

§ 1º A requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal a que competir o conhecimento do respectivo recurso suspender a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá agravo para uma das turmas julgadoras, no prazo de 5 (cinco) dias a partir da publicação do ato.

§ 2º A multa cominada liminarmente só será exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.

Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstrução dos bens lesados.

§ 1º. Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária. (Renumeração do parágrafo único pela Lei nº 12.288, de 2010)

§ 2º Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1º desta Lei, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o **caput** e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010)

Art. 14. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

~~Art. 15. Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público.~~

Art. 15. Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)

~~Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, exceto se a ação for julgada improcedente por deficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.~~

Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova. (Redação dada pela Lei nº 9.494, de 10.9.1997)

~~Art. 17. O juiz condenará a associação autora a pagar ao réu os honorários advocatícios arbitrados na conformidade do § 4º do art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.~~

quando reconhecer que a pretensão é manifestamente infundada. (Suprimido pela Lei nº 8.078, de 1990)

Parágrafo único. Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos. (Vide Lei nº 8.078, de 11.9.1990)

Art. 17. Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos. (Renumerado do Parágrafo Único com nova redação pela Lei nº 8.078, de 1990)

Art. 18. Nas ações de que trata esta Lei não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

Art. 18. Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)

Art. 19. Aplica-se à ação civil pública, prevista nesta Lei, o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, naquilo em que não contrarie suas disposições.

Art. 20. O fundo de que trata o art. 13 desta Lei será regulamentado pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor. (Incluído Lei nº 8.078, de 1990)

Art. 22. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. (Renumerado do art. 21, pela Lei nº 8.078, de 1990)

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário. (Renumerado do art. 22, pela Lei nº 8.078, de 1990)

Brasília, em 24 de julho de 1985; 164º da Independência e 97º da República. – **JOSÉ SARNEY**  
– **Fernando Lyra.**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.7.1985

*(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Foi encaminhado ao Congresso Nacional o **Ofício nº 13/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

É o seguinte o Ofício:

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO - PARANÁ  
Secof – (41) 3310-7170 / 7430 / 7431 / 7169 / 7168 / 7758 (fax) – secof@trt9.jus.br  
Av. Vicente Machado, 147, 8º andar, Centro, Curitiba, PR, CEP 80420-010

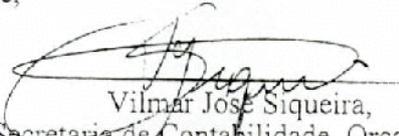
Of. nº 13/2013/Sercont-Secof.

Curitiba, 30 de janeiro de 2013

Assunto: Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2012.

1. Comunicamos a Vossa Excelência que este Órgão Trabalhista, em cumprimento ao disposto no art. 54, da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4/5/2000, publicou o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro/2012 a dezembro/2012, no DOU nº 20, de 29 de janeiro de 2013, páginas 143 e 144, seção 1.
2. Em cumprimento ao disposto no art. 118, da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012) e do § 2º, art. 55, da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4/5/2000, encaminhamos, em anexo, cópia dos Relatórios de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre de 2012.

Respeitosamente,

  
Vilmar José Siqueira,  
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

Anexos ao Ofício 13/2013/Sercont-Secof:

- 1) Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Anexo I, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa – Anexo V, Demonstrativos dos Restos a Pagar – Anexo VI, Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal – Anexo VII e Portaria JP nº 12/2013 TRT 9ª Região.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>588.094</b>	<b>6.640</b>	<b>594.734</b>
Pessoal Ativo	479.193	6.103	485.296
Pessoal Inativo e Pensionistas	108.901	537	109.438
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>140.431</b>	<b>6.640</b>	<b>147.071</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	580	-	580
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	39.135	6.640	45.775
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	100.716	-	100.716
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>447.663</b>	<b>-</b>	<b>447.663</b>

## APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.933.349
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,072563%	0,000000%	0,072563%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,115872%		714.852
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,110978%		679.110

FONTE: Sifii - Sercont/Secof/TRT 9ª Região - 07/jan/2013 - 10:00

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.720/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.720/64

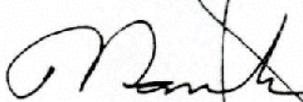
Nota 2) Os gastos com auxílios natalidade e funeral, classificados como Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração deste RGF, conforme Acórdão TCU nº 894/2012.

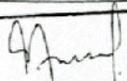
Nota 3) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 5.727.866,65.

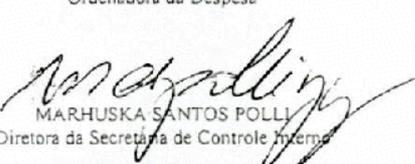
Nota 4) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 616.852,51.

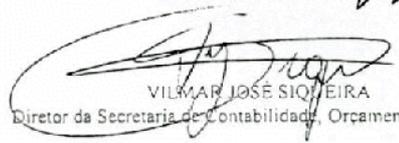
Nota 5) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 10.745.102,22.

Nota 6) No mês de dezembro de 2012 houve cancelamento de RP não processados referente à despesas com pessoal, referente ao empenho de encargos patronais 2011 INE002806, no valor de R\$ 7.801,17.

  
 ALTINO PEDROZO DOS SANTOS  
 Vice-Presidente no exercício da Presidência

  
 PATRICIA AIMÉE BRUEL ANTONIO  
 Ordenadora da Despesa

  
 MARHUSKA SANTOS POLLI  
 Diretora da Secretaria de Controle Interno

  
 VILMAR JOSÉ SIQUEIRA  
 Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

  
 Vanderlei Crepaldi Peres  
 Diretor-Geral



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RCF - ANEXO VI (LRF art. 53, inciso III, alínea "b")

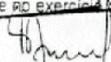
R\$ mil

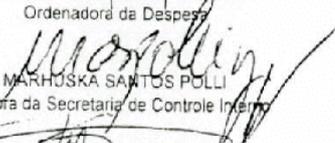
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0156000000	-	-	-	-	-	-
0169000000	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	-	-	-	-	-	-
0100000000	139	599	3.298	19.688	22.986	-
0150000000	-	-	-	-	287	-
0181000000	-	335	-	10.952	10.961	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	139	934	3.298	30.640	34.234	-
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	139	934	3.298	30.640	34.234	-
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*</b>	-	-	-	-	-	-

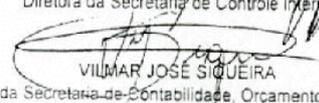
FONTE: Siatf e Sercont/Secot/TRT 9ª REGIÃO - 07/jan/2013 - 10:00

Nota: \*A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

  
 ALTINO PEDROZO DOS SANTOS  
 Vice-Presidente em exercício da Presidência

  
 PATRÍCIA AIMÉE BRUEL ANTONIO  
 Ordenadora da Despesa

  
 MARHOSKA SANTOS POLLI  
 Diretora da Secretaria de Controle Interno

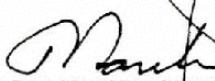
  
 VILMAR JOSÉ SIQUEIRA  
 Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

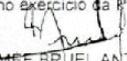
  
 Vanderlei Crepaldi Peres  
 Diretor-Geral

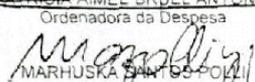
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

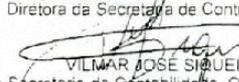
LRf art. 48 - Anexo VII		R\$ Mil	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	447.663		0,072563%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	714.853		0,115872%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	679.110		0,110078%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total	33.958		34,234

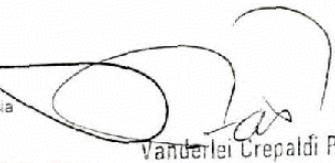
FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar - 07/Jan/2013 - 10:00

  
 ALTINO PEDROZO DOS SANTOS  
 Vice-Presidente no exercício da Presidência

  
 PATRÍCIA AMEE BRUEL ANTONIO  
 Ordenadora da Despesa

  
 MARHUSKA SANTOS POLZI  
 Diretora da Secretaria de Controle Interno

  
 VILMAR JOSÉ SILVEIRA  
 Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

  
 Vanderlei Crepaldi Peres  
 Diretor-Geral

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 12 de março do corrente.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 33, de 2013**, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, encaminhando, para autuação, o Aviso nº 1.626/2012, na origem, do Tribunal de Contas da União, acompanhado de cópia do Acórdão nº 3.391, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de avaliar o cumprimento, no período de 2000 a 2010, do disposto no art. 42, incisos I e II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que determina a aplicação, pela União, dos recursos destinados à irrigação nos 25 anos seguintes à promulgação da Carta Cidadã (TC 026.131/2011-0).

É o seguinte o Ofício:

Of. pres nº 33/2013-CRA

Brasília, 7 de março de 2013

Assunto: Encaminha Aviso do TCU para leitura e autuação.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para leitura e autuação o Aviso Nº 1626-Seses-TCU-Plenário, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 3391/2012-TCU-Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 026.131/2011-0, referente à audiência com o objetivo de avaliar o cumprimento, no período de 2000 a 2010, do disposto no art. 42, incisos I e II, do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias – ADCT, que determina a aplicação pela União, dos recursos destinados PA irrigação nos 25 anos seguintes PA promulgação da Carta Cidadã.

Atenciosamente, – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – O **Aviso nº 1.626/2012** foi autuado como **Aviso nº 10, de 2013**, e retorna à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

É o seguinte o Aviso:

## AVISO Nº 10, DE 2013

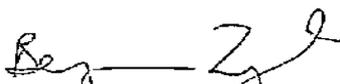
Aviso nº 1626-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 5 de dezembro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 026.131/2011-0, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 5/12/2012, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam e, ainda, cópia do relatório de fiscalização autuado como peça 15.

Atenciosamente,

  
BENJAMIN ZYMLER  
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### ACÓRDÃO Nº 3391/2012 – TCU – Plenário

1. Processo TC 026.131/2011-0 (processo eletrônico)
2. Grupo I – Classe V – Relatório de Auditoria de Conformidade
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Integração Nacional
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex-4
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada no Ministério da Integração Nacional com o objetivo de avaliar o cumprimento, em relação ao período de 2000 a 2010, do disposto no art. 42, incisos I e II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que determina sejam aplicados pela União, dos recursos destinados à irrigação nos 25 anos seguintes à promulgação da Carta Cidadã, vinte por cento na Região Centro-Oeste e cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semiárido.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar ao Ministério da Integração Nacional que, sem prejuízo à implementação do Plano Nacional de Irrigação suscitado por sua Secretaria Nacional de Irrigação – Senir:

9.1.1. faça cumprir os incisos I e II do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de modo que sejam efetivamente aplicados nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste os mínimos de 20% (vinte por cento) e 50% (cinquenta por cento) respectivamente, dos recursos destinados à irrigação no âmbito da União;

9.1.2. avalie, em conjunto com a Codevasf, a possibilidade de se criar uma Superintendência Regional dedicada ao Estado de Goiás e ao Distrito Federal, disponibilizando-lhe estrutura e recursos humanos aptos para o desenvolvimento de estudos e projetos de irrigação voltados também a esses dois entes federativos;

9.1.3. caso julgue viável e recomendada a inclusão dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na área de abrangência das ações delegadas à Codevasf, leve suas conclusões ao conhecimento da Presidência da República, haja vista a necessidade de se promover alterações na legislação de regência;

9.2. recomendar ao Ministério da Integração Nacional que:

9.2.1. atue junto à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas à elaboração de agenda plurianual de investimentos na área de irrigação, priorizando a execução de projetos de irrigação na Região Centro-Oeste, com vistas a atender ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

9.2.2. busque formas de aprofundamento da articulação com estados e municípios, a exemplo de encontros e/ou fóruns sobre agricultura irrigada e de capacitação do próprio corpo técnico do Ministério e dos órgãos e das entidades nas unidades federadas por meio de cursos à distância ou presencial, a fim de orientar a elaboração de planos e projetos de irrigação;

9.2.3. institua sistema de informações gerenciais que possibilite o acompanhamento da execução dos recursos destinados à irrigação, por região, e sua evolução ao longo dos anos, a fim de melhor monitorar se estão sendo cumpridos os percentuais mínimos de investimentos estipulados pelo art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

9.2.4. estabeleça cronograma para a contratação do Plano Nacional de Irrigação e dos Planos Diretores Estaduais de Agricultura Irrigada, para identificação de áreas com potencialidades para a implantação de projetos de irrigação;

9.2.5. avalie a oportunidade de celebração de termos de cooperação com órgãos da Administração Pública envolvidos na Política de Irrigação, com o intuito de prover maior celeridade e eficiência às etapas necessárias para a implantação dos projetos;

9.3. determinar à Secretaria Nacional de Irrigação que, por ocasião da apresentação dos relatórios de gestão referentes a 2012 e 2013, apresente informações sobre o grau de implementação de medidas destinadas à reversão do quadro de reiterado descumprimento ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assim como sobre a efetividade das providências adotadas;

9.4. determinar à Secretaria Federal de Controle e à Secex-4 que emitam parecer sobre as informações prestadas pela Secretaria Nacional de Irrigação em resposta à determinação objeto do subitem 9.3;

9.5. para que tomem o devido conhecimento das impropriedades identificadas nesta auditoria, encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam e do relatório de fiscalização autuado como peça 15, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério da Integração Nacional, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e aos Governos dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, estes últimos quatro por serem os mais impactados pelos reiterados descumprimentos ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

10. Ata nº 50/2012 – Plenário.

11. Data da Sessão: 5/12/2012 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3391-50/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavakanti, Marcos Benquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)  
BENJAMIN ZYMLER  
Presidente

(Assinado Eletronicamente)  
AROLDO CEDRAZ  
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
LUCAS ROCHA FURTADO  
Procurador-Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

GRUPO I – CLASSE V – Plenário  
TC 026.131/2011-0 (processo eletrônico).  
Natureza: Relatório de Auditoria de Conformidade.  
Órgão: Ministério da Integração Nacional.  
Interessado: Tribunal de Contas da União.  
Advogado constituído nos autos: não há.

**Sumário:** RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE. ART. 42 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. PERCENTUAIS MÍNIMOS A SEREM APLICADOS EM IRRIGAÇÃO NAS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORDESTE. CONSTATAÇÃO DE QUE O REFERIDO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL NÃO VEM SENDO CUMPRIDO A CONTENTO, ESPECIALMENTE NA REGIÃO CENTRO-OESTE. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

## RELATÓRIO

Trata-se de auditoria conduzida pela 4ª Secretaria de Controle Externo deste Tribunal – Secex-4, em cumprimento a determinação expressa no Acórdão 1.143/2011-Plenário, com o objetivo de avaliar o cumprimento, no período de 2000 a 2010, do disposto no art. 42, incisos I e II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que determina sejam aplicados pela União, dos recursos destinados à irrigação nos 25 anos seguintes à promulgação da Carta Cidadã, vinte por cento na Região Centro-Oeste e cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semiárido.

2. Os recursos fiscalizados nesta auditoria totalizam R\$ 4.088.875.857,00 em valores históricos, correspondentes às dotações atualizadas da Subfunção Irrigação, nos orçamentos anuais de 2000 a 2010, sendo R\$ 882.233.790,00 destinados à Região Centro-Oeste e R\$ 3.206.642.067,00 à Região Nordeste.

3. Durante a fase de planejamento, a equipe de auditoria coletou informações sobre o tema Irrigação e sobre a atuação do Ministério da Integração Nacional, assim como de entidades a ele vinculadas, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf e Departamento Nacional de Obras Contrás às Secas – Dnocs.

4. Outrossim, além de acórdãos e decisões relacionadas ao tema em auditoria, foram coletadas também informações das prestações de contas anuais do Governo da República, tanto na página eletrônica da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, quanto nos relatórios deste Tribunal de Contas da União, os quais têm acompanhado ao longo dos anos o atendimento do art. 42 do ADCT.

5. A partir do objetivo do trabalho, foram formuladas as questões indicadas abaixo:

5.1. As dotações previstas nas leis orçamentárias anuais permitem o cumprimento do disposto no art. 42 do ADCT?

5.2. Os recursos da Subfunção Irrigação liberados ao MI correspondem à totalidade dos recursos autorizados pelas respectivas leis orçamentárias anuais, de modo a colaborar para o cumprimento do art. 42 do ADCT?

5.3. Os recursos efetivamente executados na Subfunção Irrigação permitem o cumprimento do art. 42 do ADCT?

6. Doravante, com alguns ajustes de forma, passo a transcrever o relatório de fiscalização elaborado no âmbito da Secex-4 (peça 15), em especial a parte que trata dos achados de auditoria, das conclusões da equipe técnica e do encaminhamento por ela proposto:

## **“2 – ACHADOS DE AUDITORIA**

**2.1 – Dotação Orçamentária destinada à Subfunção Irrigação (607), especialmente para a Região Centro-Oeste, em percentuais inferiores aos estipulados no art. 42 do ADCT.**

### **2.1.1 – Situação encontrada:**

De acordo com informações extraídas do Siafi gerencial e do Siga Brasil, foram comparados, no período de 2000 a 2010, os percentuais designados nas dotações orçamentárias atualizadas destinadas à Subfunção Irrigação com os percentuais mínimos estabelecidos para as Regiões Nordeste e Centro-Oeste, nos termos do art. 42 do ADCT.

Conforme tabelas no Anexo 5, verificou-se que para a Região Nordeste houve o cumprimento do mínimo estabelecido nos exercícios de 2001 a 2004, 2007, 2009 e 2010. Entretanto, nos anos de 2005 (44,29%), 2006 (48,59%) e 2008 (49,88%), o mínimo constitucional de 50% não foi obedecido.

Em relação aos percentuais destinados à Região Centro-Oeste, constatou-se que o cumprimento do mínimo constitucional ocorreu apenas no exercício de 2002, ou seja, nos exercícios de 2000, 2001 e 2003 a 2010, a dotação autorizada estava abaixo do mínimo preconizado no art. 42 do ADCT.

A fim de evidenciar a conformidade das dotações orçamentárias, ao longo dos anos de 2000 a 2010, foram comparados os valores destinados à Subfunção Irrigação; nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, com os mínimos constitucionais de 50% e 20%, respectivamente. Desse modo, acompanhando a evolução dos percentuais destinados nas Leis Orçamentárias Anuais, restou evidente que a não observância do mínimo na Região Centro-Oeste é recorrente e que os percentuais destinados nos exercícios de 2004 (5,59%), 2005 (9,75%), 2006 (13,65%) e 2007 (10,07%) ficaram, notadamente, bastante inferiores ao estabelecido no ordenamento constitucional (Anexo 6).

Importa mencionar que, nos pareceres do TCU sobre as Contas do Governo da República, esse tema (aplicação dos percentuais mínimos estabelecidos no art. 42 do ADCT), vem sendo acompanhado e tem motivado recomendações ao Ministério da Integração.

No relatório do TCU, exercício de 2010, na análise do atendimento das recomendações proferidas nas contas de 2009, constam argumentações apresentadas pelo MI sobre as razões que motivaram o descumprimento constitucional. Algumas dessas razões são: a subordinação do MI à aprovação do Ministério do Planejamento (MPOG) e do Ministério da Fazenda (MF), no momento de encaminhar suas solicitações de limites globais e setoriais de despesas ao Congresso Nacional para elaboração do orçamento da União e a inclusão de programas de irrigação pertencentes a outras regiões no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que aumentou o volume de recursos a serem destinados a essas áreas, impossibilitando a transferência dos recursos para a Região Centro-Oeste. Tais argumentações, entretanto, foram refutadas por ocasião da análise daqueles autos.

(...)

### **2.1.7 – Esclarecimentos dos responsáveis:**

No item 7 do Ofício de Requisição 1-774/2011, destinado ao Secretário Nacional de Irrigação, Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues, apesar de terem sido solicitadas informações sobre os principais entraves encontrados, quando da elaboração do orçamento, para a alocação de recursos na Subfunção Irrigação nos percentuais constitucionais, os esclarecimentos apresentados foram direcionados apenas a entraves relacionados à sua execução.

### **2.1.8 – Conclusão da equipe:**

Constatou-se que, no período de 2000 a 2010, as dotações previstas nas Leis Orçamentárias Anuais, inferiores ao mínimo de 50% para a Região Nordeste e de 20% para a Centro-Oeste, ocasionaram o descumprimento do art. 42 do ADCT nos seguintes anos: 2005, 2006 e 2008, no Nordeste, e 2000, 2001 e 2003 a 2010 no Centro-Oeste, onde a situação se mostrou mais grave.

Desse modo, importa dar ciência ao Ministério da Integração Nacional sobre a irregularidade constatada.

(...)

**2.2 – Contingenciamento indevido de recursos da Subfunção Irrigação (607), entretanto, sem impacto significativo de modo a impossibilitar a aplicação dos percentuais mínimos estabelecidos no art. 42 do ADCT.**

**2.2.1 – Situação encontrada:**

Constatou-se em contas do Governo da República e respectivos relatórios deste Tribunal que o MI tem apontado como uma das causas para o descumprimento constitucional referente à aplicação de recursos em irrigação, a ocorrência de contingenciamento de recursos.

- Os dados extraídos do Siga Brasil, para as Regiões Nordeste e Centro-Oeste, sobre o contingenciamento de recursos ocorrido nos exercícios de 2000 a 2010 (com exceção dos anos de 2000, em que não houve disponibilização de informações, e de 2002 e 2003, para os quais o Siga Brasil acusou, em diversas tentativas, ‘erro de banco de dados’), demonstraram que o contingenciamento aplicado pelo próprio MI na Subfunção 607 para a Região Centro-Oeste ocorreu apenas nos exercícios de 2006 e 2008, quando foram contingenciados 1,75% e 21,21%, respectivamente.

Para a Região Nordeste verificou-se contingenciamento de recursos nos anos de 2005 a 2008 e 2010 (0,55%, 1,83%, 0,01%, 0,23% e 2,01%, respectivamente).

Diante da baixa materialidade dos percentuais verificados, à exceção do ano de 2008 no Centro-Oeste, e da descontinuidade da prática de contingenciamento, informações essas apresentadas na tabela e nos gráficos no Anexo 7, verificou-se que o contingenciamento de recursos não foi determinante para o descumprimento da norma constitucional.

Entretanto, tal contingenciamento, mesmo que esporádico, contraria o estabelecido no § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que dispõe: ‘não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias’.

Nos relatórios do TCU sobre as Contas de Governo de 2009 e 2010 (peça 8, p. 406 e peça 6, p. 459-460), o MI argumentou que o contingenciamento imposto pelo Governo Federal impactou a aplicação de recursos nos programas de irrigação. No entanto, tal justificativa não foi acatada, uma vez que o contingenciamento é dado ao órgão e não ao programa ou à ação, cabendo ao próprio órgão alocar os seus recursos para as ações consideradas prioritárias.

No relatório de 2010 consta, ainda, de acordo com informações do MI, que os limites orçamentários e financeiros têm sido liberados. O que tem ocorrido é a destinação desses limites para o cumprimento de outras obrigações.

(...)

**2.2.7 – Esclarecimentos dos responsáveis:**

Não houve questionamento ao responsável sobre esse assunto.

**2.2.8 – Conclusão da equipe:**

Constatou-se que, nos exercícios de 2006 e 2008 (Região Centro-Oeste) e 2005 a 2008 e 2010 (Região Nordeste), houve contingenciamento indevido de recursos da Subfunção Irrigação, em afronta ao § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ainda assim, em virtude de sua baixa materialidade, os percentuais contingenciados não foram determinantes para o descumprimento recorrente do art. 42 do ADCT.

Cabe, ante o exposto, ciência ao Ministério da Integração Nacional sobre a irregularidade identificada.

(...)

**2.3 – Aplicação de recursos em percentuais inferiores aos estipulados no art. 42 do ADCT para as Regiões Nordeste e Centro-Oeste em virtude de limitações na implementação de projetos de irrigação.**

**2.3.1 – Situação encontrada:**

Da análise dos dados de execução dos recursos alocados na Subfunção 607, no período de 2000 a 2010 (Anexo 5), observou-se que, na Região Nordeste, apenas em 2009 e 2010 os valores empenhados foram superiores ao mínimo de 50% do total destinado à irrigação (não foram obtidos os

valores empenhados em 2000 e 2001), sendo que em nenhum dos exercícios analisados os recursos liquidados na Região Nordeste foram iguais ou superiores a 50%.

Considerando os valores liquidados somados aos restos a pagar, apesar dos exercícios de 2001, 2004 e 2007 terem apresentado percentuais próximos a 50%, verificou-se que apenas os exercícios de 2009 e 2010, com 57,4% e 56,15%, respectivamente, atingiram o percentual mínimo estabelecido.

Já no que se refere à execução desses recursos no período de 2000 a 2010 na Região Centro-Oeste, constatou-se que os valores empenhados, no período de 2002 a 2010 (não foram obtidos os valores empenhados para os anos de 2000 e 2001) foram sempre inferiores a 20% do total de recursos destinados à irrigação, sendo que o maior valor empenhado ocorreu em 2010 (14,27%) e os menores em 2002, 2005 e 2006, com 0,15%, 1,83% e 1,76%, respectivamente.

Quanto aos valores liquidados na Região Centro-Oeste, por consequência do exposto quanto ao empenho, os percentuais ficaram abaixo de 20%, não existindo valores liquidados em 2005, 2006, 2008, 2009 e 2010. Nesses e nos demais exercícios, ainda que somados os valores de inscrição de restos a pagar, tais percentuais permaneceram abaixo de 20%. No Anexo 8, constam gráficos comparativos com os valores de dotações autorizadas e valores liquidados (incluindo os restos a pagar), para as Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Dessa forma, foi constatado que em diversos exercícios e principalmente na Região Centro-Oeste, a aplicação dos recursos se deu em percentuais inferiores aos estipulados no art. 42 do ADCT. Essa constatação está alinhada com os achados obtidos em processos de solicitações de informações deste Tribunal (TC 013.109/2007-6 e TC 014.166/2006-9), bem como com os diversos relatórios de contas do Governo da República, em que reiteradamente tem sido verificado o descumprimento do dispositivo constitucional, em especial no que se refere à Região Centro-Oeste.

O relatório de monitoramento das recomendações efetuadas pelo TCU sobre as Contas de Governo de 2009 ressaltou que a recomendação ao MI para que aplicasse o mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste não havia sido cumprida.

Já na prestação de contas do Governo da República do exercício de 2009 (peça 11, p. 1), na seção sobre as providências tomadas pelo MI, foi relatado que a disponibilidade de recursos orçamentários não garante o efetivo aporte de tais valores a programas e projetos de irrigação demandados pelas Unidades da Federação do Centro-Oeste, uma vez que todas as aplicações e transferências da União dependem não só da existência de limites orçamentários e financeiros para empenho dos recursos e posterior liberação, segundo as normas que embasam tais transferências, mas também da apresentação de propostas caracterizadas como viáveis de implementação pelos entes estaduais e municipais. No relatório deste mesmo ano, não houve análise do mencionado argumento por parte deste Tribunal.

Em reuniões realizadas com os gestores da Secretaria Nacional de Irrigação – Senir, a Secretaria destacou o papel da Codevasf e do Dnocs na concretização de projetos de irrigação no Nordeste, instituições essas que não teriam correspondentes na Região Centro-Oeste, onde a constatação de descumprimento do art. 42 do ADCT é mais significativa. Desse modo, uma vez que o programa de irrigação se dá, na Região Centro-Oeste, por meio da celebração de convênios com Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura, não haveria uma estrutura específica para a elaboração de estudos e projetos para a área de irrigação, o que levaria a ausência de pleitos por parte das unidades federativas.

Segue excerto da publicação 'Irrigação no Brasil: Situação e Diretrizes', disponível na página eletrônica do MI, que trata sobre esse assunto (peça 10, p. 94):

‘A Constituição Federal estabelece que, do total de recursos destinados a financiar projetos de irrigação, 20% sejam destinados à Região Centro-Oeste. Na prática, o dispositivo constitucional, com vigência até 2014, não tem sido aplicado.

A razão, provavelmente, é a dificuldade, por parte dos entes públicos estaduais, de identificarem projetos de modo semelhante ao que fazem CODEVASF e DNOCS na Região

Nordeste. Uma tentativa, até agora não concretizada, foi a elaboração do Plano Diretor de Irrigação para a Região Centro-Oeste’.

Em nota, a publicação informa que:

‘A não aplicação de recursos destinados a financiar projetos de irrigação na Região Centro-Oeste pode estar indicando que os órgãos públicos (como CODEVASF e DNOCS) tiveram grande importância no incentivo à irrigação privada através dos seus projetos públicos, como aconteceu nos pólos Petrolina/Juazeiro (PE e BA), Barreiras (BA), Jaíba/Gorutuba (MG), além de outros’.

Traz, em outra seção (peça 10, p. 24-26), a informação de que o desenvolvimento da irrigação, principalmente a pública, sempre teve forte suporte da esfera federal de governo, consistindo, rotineiramente, em ações determinadas de cima para baixo (**top-down**), tanto no Nordeste como nas demais regiões do País. A firma ainda que:

‘De um modo geral, a responsabilidade pública é muito diluída, com pouca ou inexistente ingerência do município na gestão dos recursos de água e solo.

(...)

Pode-se concluir que, ressaltando os projetos que na atualidade se implantam em convênio com estados e municípios, o papel destes entes territoriais tem sido o de mero espectador, haja vista que nunca se fomentou seu envolvimento em todas as fases dos projetos. Até muito recentemente, as entidades federais agiram como instâncias superiores, desconhecendo, para todos os fins práticos, que as terras dos projetos, mesmo que desapropriadas pela União, localizam-se em território sob jurisdição de estados e municípios’.

(...)

### **2.3.7 – Esclarecimentos dos responsáveis:**

Com vistas a avaliar possíveis razões para tal constatação, essa equipe de auditoria questionou à Senir, por meio do item 7 do Ofício de Requisição 1-774/2011, de 15/8/2011, sobre quais os principais entraves encontrados para a aplicação dos recursos orçamentários destinados à área de Irrigação, em especial quanto ao cumprimento do art. 42 do ADCT, desde a elaboração do orçamento até a efetiva aplicação dos recursos.

Em seu Ofício 47/2011/Senir-MI (peça 5), a Senir registrou que ‘a Agricultura Irrigada é uma atividade de características tais que apresenta natureza intersetorial e multidisciplinar, exigindo medidas estruturais e não estruturais, e necessitando, para seu êxito, de grande interação entre os profissionais de disciplinas variadas e de setores que precisam interagir numa sinergia com inúmeros participantes’. Informou que os diversos fatores essenciais ao sucesso da Agricultura Irrigada são dependentes das aptidões do produtor ou da empresa agrícola com potencialidade para serem irrigantes, na forma e aprofundamento com que o manejo é empreendido, assim como, da dedicação ao desenvolvimento dos trabalhos.

A Senir apresentou, mediante diagrama (peça 5, p. 6), os diversos fatores essenciais ao sucesso da agricultura irrigada, como por exemplo: insumos, máquinas, equipamentos, crédito, tecnologia, infraestrutura (escolas, habitação, serviço de saúde), armazenagem, refrigeração, entre outros, que incidem sobre o produtor com potencial para ser irrigante. Quanto a esse produtor, devem ser avaliados os fatores educação, capital, saúde, cultura, aptidão e aspirações.

Em seguida, aquela Secretaria afirmou que, quando existe possibilidade de implantação de projetos públicos federais ou estaduais de irrigação e de implantação de projetos de irrigação de médio e grande porte do setor privado, há necessidade de desenvolvimento de diversos estágios e etapas, cujas atividades e finalidades estão apresentadas em tabela intitulada ‘Estágios de Desenvolvimento de Projetos de Irrigação’ (peça 5, p. 7). Os estágios, conforme se observou da tabela, consistem em Planejamento, Implantação, Operação e Manutenção, e Atualização.

Dentre as diversas etapas dos estágios estão: Reconhecimento, Plano Diretor, Estudo de Pré-Viabilidade, Estudos de Viabilidade, Projeto Básico de Documentos para Licitação, Execução de Obras Cíveis, Implantação de Equipamentos e Infraestrutura de uso comum, Supervisão das Obras e Implantação de Sistemas Parcelares, Funcionamento das Infraestruturas de Uso Comum e Recuperação e Modernização.

Já quanto às atividades, são realizados estudos de disponibilidade de solo e de recursos hídricos, de impacto ambiental, socioeconômicos, de planejamento agrícola e de mercado, entre outros. Ocorrem ainda aquisição de terras, realização de testes e de treinamentos, implementação de medidas de proteção ao meio ambiente, assentamento dos produtores irrigantes, entre outras atividades.

Após essa argumentação inicial, a Senir apontou, especificamente, quais os principais entraves encontrados para a aplicação dos recursos orçamentários destinados à área de Irrigação, especialmente quanto ao cumprimento do art. 42 do ADCT, a seguir relacionados:

a) a fragilidade de estruturas institucionais e organizacionais nos estados que sejam dedicadas à agricultura irrigada;

b) a falta de equipes técnicas capacitadas em aspectos associados à agricultura irrigada;

c) a insuficiência de Planos Estaduais de Irrigação, que com estudos básicos possam definir ordem de prioridades de projetos de irrigação, áreas com maior potencial, e que demonstrem que existem elevadas chances de sucesso no desenvolvimento sustentável da irrigação e drenagem agrícola, de modo a dar consistência aos projetos apresentados a este Ministério;

d) a falta de propostas dos estados ou a inconsistência daquelas apresentadas, principalmente quando se trata da Região Centro-Oeste.

Quanto a este último item, a Senir afirmou que os pleitos apresentados por prefeituras municipais, ou até pelos governos estaduais, em geral, não seguem um planejamento do estado para o setor irrigação e que, muitas vezes, o próprio Plano Estadual de Irrigação sequer existe. Informou, por fim, que, tendo identificado os mencionados entraves, estará atenta no sentido tentar suprir essas necessidades.

Ainda no referido ofício, a Senir trouxe informações diversas em resposta às questões realizadas, que, embora não se constituam em achados, permitem uma melhor compreensão do objeto auditado.

Ao apontar quais normativos internos e publicações orientam os seus trabalhos, registrou que a Portaria 384, de 31/5/2011, instituiu Grupo de Trabalho para efetivar estudo visando recomendar que os manuais da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), sejam utilizados como parâmetro pelas demais secretarias do MI. Segundo a Senir, a intenção é, posteriormente, criar-se um Grupo de Trabalho específico para desenvolver uma versão geral dos normativos para uso em todo MI (peça 5, p. 2).

Quanto ao questionamento sobre a existência de sistema de banco de dados, no âmbito do MI, que contenha todas as informações gerenciais acerca da aplicação, ao longo dos anos, de recursos na área de irrigação, relatou que no âmbito da SIH, foi desenvolvido, em Access, o Sistema de Acompanhamento de Obras e Projetos (SIOP) que gerencia os convênios em si e a execução dos empreendimentos, sistema esse que se encontraria em processo de implantação na Senir (peça 5, p. 2-3).

Sobre a articulação entre o MI, estados e municípios, a fim de possibilitar a apresentação de projetos de irrigação para o desenvolvimento socioeconômico da localidade do proponente, a Senir registrou que está providenciando a contratação de um Plano Nacional de Irrigação, que deverá contemplar o apoio à elaboração de vários Planos Diretores Estaduais de Agricultura Irrigada, entre os quais estarão incluídos os estados do Centro-Oeste, tornando possível o trabalho com a integração dos estados dos representantes de irrigantes e de instituições ao setor da agricultura irrigada.

Informou ainda que as propostas com transferências voluntárias são veiculadas através do Sistema de Convênios (Siconv), em que constam orientações para o Conveniente do Programa de convênio, como as seguintes: 1) Listagem de Programas de Convênio por órgão; 2) Consulta a

Programas de Convênio Disponíveis; e 3) Listagem de Convênios por órgão. Esclareceu que existe no Siconv, também, Simuladores Interativos e Manuais para orientações ao Proponente/Conveniente.

Registrou a criação de Grupo de Trabalho, sob a responsabilidade da Consultoria Jurídica (Conjur), com o intuito de subsidiar a elaboração de Portaria para regulamentar, no âmbito do MI, os procedimentos para a celebração, o acompanhamento e a prestação de contas de convênios, servindo ainda como uma interface junto aos estados e municípios. Ademais, informou que se planeja elaborar uma cartilha para orientação da legislação e dos 'passos' que estados e municípios devem seguir (peça 5, p.4-5).

A Senir destacou que o cadastro de pleitos e formalização de convênio se dá por meio do Siconv e que procedimentos mais específicos para elaboração, aprovação e implementação de projetos de irrigação que visem à aplicação dos recursos por transferência voluntária estão dispostos no sítio do MI na Internet, na aba 'Solicitação de Recursos', opção 'Celebração de Convênios', e em seguida 'Convênios da Infra-Estrutura Hídrica'.

Informou que está preparando documentação com objetivo de implantar sistema de gestão para a agricultura irrigada, com gerenciamento do seu funcionamento e da sua produção. Nesta ação, disse que haverá a articulação entre os vários órgãos que interagem no setor, apoiando sobretudo a iniciativa privada e otimizando as áreas públicas como instrumentos de desenvolvimento de regiões menos favorecidas.

Por fim, a Senir trouxe sugestões para o efetivo cumprimento do art. 42 do ADCT, destacando, em primeiro lugar, a necessidade de se fortalecer as instituições estaduais e municipais do Centro-Oeste no que se refere à irrigação pública (peça 5, p.9).

Cabe destacar que constam como anexos do referido ofício da Senir, os organogramas atualizados do MI e daquela Secretaria, bem como listagens com os projetos de irrigação em andamento, de responsabilidade do MI, Dnocs e Codevasf (peça, 13, p. 1-7).

#### **2.3.8 – Conclusão da equipe:**

Constatou-se que, considerando os valores liquidados somados aos restos a pagar, na Região Nordeste, apenas os exercícios de 2009 e 2010, com 57,4% e 56,15% respectivamente, atingiram o percentual mínimo estabelecido de 50%, e que, na Região Centro-Oeste, em nenhum dos exercícios se atingiu o percentual de 20%.

Em relação às causas que foram identificadas para o descumprimento do dispositivo constitucional, foi verificado que se associam, em grande parte, à participação deficiente de estados e municípios, sendo necessária a realização de recomendações ao MI a fim de que seja fortalecida a articulação do Ministério com as unidades federativas, bem como a gestão e a estrutura técnica e operacional das unidades responsáveis pelo planejamento e implementação dos projetos de irrigação.”

7. A análise empreendida pela equipe técnica sobre cada achado de auditoria e as respectivas propostas de encaminhamento foram integralmente acolhidas pelo corpo dirigente da Secex-4 (peças 16 e 17).

8. Como único acréscimo, o titular da unidade técnica, considerando a importância dos achados de auditoria, sugere “seja dado conhecimento da decisão eventualmente prolatada pelo TCU aos Governos dos Estados que compõem a Região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal), por serem os mais impactados pelos achados de auditoria; à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados; à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal; ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil da Presidência da República.”

É o Relatório.

**VOTO**

Conforme consignado acima, os presentes autos cuidam de fiscalização conduzida pela Secex-4 com o objetivo de avaliar o cumprimento, em relação ao período de 2000 a 2010, do disposto no art. 42, incisos I e II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que determina sejam aplicados pela União, dos recursos destinados à irrigação nos 25 anos seguintes à promulgação da Carta Cidadã, vinte por cento na Região Centro-Oeste e cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semiárido.

2. -Este trabalho decorre de provocação que fiz a este Plenário por ocasião do julgamento do TC 013.811/2010-0, referente a acompanhamento da execução orçamentária e financeira da União no exercício de 2010.

3. Naqueles autos, constatou-se que, até maio/2010, não obstante ter sido destinado à Região Centro-Oeste, em termos de dotação orçamentária, percentual acima do mínimo constitucionalmente determinado, a quase totalidade dos recursos empenhados e liquidados em projetos e ações de irrigação foram aplicados exclusivamente na Região Nordeste, não tendo ocorrido empenhos de valores destinados à Região Centro-Oeste, sinalizando para o não cumprimento do mínimo da irrigação a ser destinado à referida Região.

4. Nessas circunstâncias, embora tenha sido verificado, após a conclusão dos trabalhos de instrução daquele TC 013.811/2010-0, que em dezembro de 2010 foram emitidos empenhos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, julguei prudente propor a este colegiado determinação para que a Secex-4, responsável pelo exame técnico das contas do Ministério da Integração Nacional, autuasse processo específico para avaliar o cumprimento do disposto no art. 42 do ADCT, tendo em vista não terem sido obtidas, à época, informações acerca de liquidação ou pagamento de despesas referentes àqueles empenhos realizados ao final do exercício financeiro.

5. Uma vez acolhida essa sugestão (subitem 9.3 do Acórdão 1.143/2011-Plenário), a fiscalização foi realizada no período de 3/8 a 23/9/2011, tendo sido detectados os seguintes achados de auditoria:

5.1. dotação orçamentária destinada à Subfunção Irrigação (607), especialmente para a Região Centro-Oeste, em percentuais inferiores àqueles estipulados no art. 42 do ADCT;

5.2. contingenciamento indevido de recursos da Subfunção Irrigação (607), entretanto, sem impacto significativo de modo a impossibilitar a aplicação dos percentuais mínimos estabelecidos no art. 42 em comento; e

5.3. aplicação de recursos em percentuais inferiores aos estipulados no art. 42 do ADCT para as Regiões Nordeste e Centro-Oeste em virtude de limitações na implementação de projetos de irrigação.

6. Quanto ao primeiro achado, focado nas dotações orçamentárias destinadas a cada exercício, verificou-se que, entre os anos de 2000 a 2010, houve na Região Nordeste o descumprimento do mínimo constitucionalmente estabelecido de 50% nos exercícios de 2005 (44,29%), 2006 (48,59%) e 2008 (49,88%).

7. A situação se mostrou mais grave na Região Centro-Oeste, na qual foi constatado que, naquele mesmo período de onze anos, o percentual mínimo de 20% foi respeitado apenas no exercício de 2002, merecendo destaque os anos de 2004, 2005, 2006 e 2007, nos quais as dotações orçamentárias voltadas à irrigação ficaram bem abaixo dos 20% (5,59%, 9,75%, 13,65% e 10,07%, respectivamente).

8. A situação se torna ainda mais preocupante se sopesarmos não apenas as dotações orçamentárias, mas também os saldos empenhados e liquidados, tema que diz respeito ao último achado de auditoria.

9. Segundo levantamento da Secex-4, na Região Nordeste, apenas nos dois últimos anos do período de 2000 a 2010 os valores empenhados superaram o mínimo de 50% do total destinado à irrigação (não foram obtidos os valores empenhados em 2000 e 2001), sendo que em nenhum dos exercícios analisados a liquidação de despesas atingiu aquele percentual mínimo.

10. Por sua vez, na Região Centro-Oeste, novamente a inobservância ao art. 42 do ADCT se mostrou mais veemente, visto que os valores empenhados, no período de 2002 a 2010 (também não foram obtidos os valores empenhados para os anos de 2000 e 2001) foram sempre inferiores a 20% do total de

recursos destinados à irrigação, sendo que o maior valor empenhado ocorreu em 2010 (14,27%) e os menores em 2002 (0,15%), 2005 (1,83%) e 2006 (1,76%), percentuais estes que, obviamente, refletiram negativamente na liquidação de despesas, que ficou abaixo dos 20% em todos os anos analisados, sendo que nos exercícios de 2005, 2006, 2008, 2009 e 2010 sequer houve valores liquidados.

11. Sobre o tema, conforme mencionou a equipe de auditoria, não é a primeira vez que este Tribunal de Contas aponta irregularidades dessa espécie. É o que se depreende dos TCs 013.109/2007-6 e TC 014.166/2006-9, em que foram prestadas informações ao Congresso Nacional relacionadas ao tratamento despendido pela União ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e de diversos relatórios de contas do Governo da República, nos quais reiteradamente tem sido mencionado o descumprimento do referido dispositivo constitucional, em especial no que se refere à Região Centro-Oeste.

12. A título de exemplo, cite-se o parecer prévio elaborado por este Tribunal em relação às contas de 2009 do Governo Federal, onde consta recomendação dirigida ao Ministério da Integração Nacional para que seja aplicado na Região Centro-Oeste o mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação, em cumprimento ao disposto no inciso I do referido art. 42.

13. Diante da gravidade dessa reiterada inobservância à regra constitucional em comento, entendo pertinente não somente acolher as recomendações sugeridas pela Secex-4 como também determinar à Secretaria Nacional de Irrigação que apresente, por ocasião da apresentação de seus relatórios de gestão referentes a 2012 e 2013, informações sobre o grau de implementação de medidas destinadas à reversão desse quadro irregular.

14. Aliás, tanto quanto o grau de implementação de medidas, deverá ser avaliada a efetividade das providências adotadas, as quais obviamente, para que se preze pelo bom e regular emprego dos recursos públicos envolvidos, devem buscar fazer com que os percentuais mínimos previstos naquele art. 42 sejam não somente respeitados, mas principalmente aplicados com eficiência.

15. As informações prestadas pela Secretaria Nacional de Irrigação indicam que aquele órgão vem trabalhando com dados que lhe permitam mapear as principais causas para a não aplicação dos percentuais mínimos constitucionalmente fixados para investimentos em irrigação naquelas duas regiões, especialmente na segunda delas.

16. Essas causas foram apresentadas à equipe da Secex-4, que as listou no subitem 2.3.7 do relatório de auditoria, *in verbis*:

“a) a fragilidade de estruturas institucionais e organizacionais nos estados que sejam dedicadas à agricultura irrigada;

b) a falta de equipes técnicas capacitadas em aspectos associados à agricultura irrigada;

c) a insuficiência de Planos Estaduais de Irrigação, que com estudos básicos possam definir ordem de prioridades de projetos de irrigação, áreas com maior potencial, e que demonstrem que existem elevadas chances de sucesso no desenvolvimento sustentável da irrigação e drenagem agrícola, de modo a dar consistência aos projetos apresentados a este Ministério;

d) a falta de propostas dos estados ou a inconsistência daquelas apresentadas, principalmente quando se trata da região Centro-Oeste.”

17. Mas, ao que tudo indica, essas providências não vêm se mostrando suficientes para o saneamento da irregularidade em tela, sendo imprescindível que também haja vontade política, pois de nada adianta dispor de diagnósticos, se os percentuais mínimos a serem investidos em irrigação nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, principalmente nesta última, continuam sendo repetidamente desrespeitados desde a fase orçamentária, havendo anos em que o descumprimento à Constituição Federal de 1988 configurou situação absurda e inadmissível, a exemplo do que ocorreu no Centro-Oeste em 2004 (5,59%), 2005 (9,75%), 2006 (13,65%) e 2007 (10,07%), com orçamento previsto em percentuais bem abaixo dos 20% estabelecidos como mínimo, isso sem falar na ausência de aplicação desses recursos nos anos de 2005, 2006, 2008, 2009 e 2010.

18. Boa parte dos muitos anos que dediquei à vida pública se relacionaram, direta ou indiretamente, ao tema em comento, o que me permite afirmar que a falta de empenho do Governo Federal em relação à irrigação da Região Centro-Oeste deve ser apontada como a principal causa para a patente e reiterada inobservância ao disposto no art. 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

19. Assim penso em razão da insuficiência – ou por que não dizer inexistência – de políticas públicas voltadas à elaboração de projetos de excelência que sopesem as particularidades regionais, circunstância esta que tem levado agricultores e agroindústrias a financiar ações de irrigação com recursos próprios ou mediante financiamentos com taxas de juros que certamente comprometem a margem de lucratividade almejada.

20. É o que se verifica, por exemplo, em diversas zonas agrícolas do Distrito Federal e de seu entorno, nas quais se investe de forma robusta em infraestrutura de irrigação, apesar de não se poder contar com o apoio expressamente garantido pelo constituinte originário no art. 42 do ADCT.

21. Em acréscimo, vale consignar que os prejuízos advindos do descumprimento ao preceito constitucional em comento não se resumem ao ônus financeiro indevidamente suportado pelos produtores agrícolas, merecendo destaque os passivos ambientais, suportados principalmente pela população brasileira, decorrentes da falta de aporte de recursos, por parte do Governo Federal, no desenvolvimento de estudos e planos de ação que levem em conta esse relevante quesito.

22. Nessas circunstâncias, peço vênia por dissentir dos argumentos que procuram afastar da esfera federal a responsabilidade pelo reiterado descumprimento do art. 42 do ADCT, pois entendo que a principal causa disso não está na fragilidade das instituições estaduais e municipais do Centro-Oeste, mesmo porque não há, entre os entes federativos desta Região e aqueles da Região Nordeste, diferença de infraestrutura tal que justifique a substancial discrepância entre o que foi investido em projetos de irrigação em cada uma dessas regiões nos anos de 2000 a 2010.

23. Também não representa justificativa plausível, a meu ver, o fato de a Região Nordeste contar com entidades como a Codevasf e o Dnocs, as quais, segundo sustentou a Senir a título de esclarecimentos em resposta ao achado de auditoria 2.3, não encontrariam instituições semelhantes na Região Centro-Oeste, onde a constatação de descumprimento do art. 42 do ADCT é mais significativa.

24. Embora reconheça a relevância de entidades dessa espécie para o desenvolvimento de projetos de irrigação de excelência, não posso deixar de registrar a fragilidade – ao menos no que tange a dois dos entes federativos da Região Centro-Oeste – do argumento sintetizado no item precedente deste voto, fragilidade esta que se assenta no simples fato de que a área de atuação da Codevasf, desde sua criação pela Lei 6.088, de 16/7/1974, alcança o Estado de Goiás e o Distrito Federal, conforme previsto no art. 2º do referido diploma em sua redação original, *in verbis*:

“Art. 2º A CODEVASF terá sede e foro no Distrito Federal e atuação no vale do Rio São Francisco nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, podendo instalar e manter, no País, órgãos e setores de operação e representação.” (negritos não constam no original).

25. Seguindo a linha de raciocínio defendida há pouco, reafirmo minha convicção de que a causa maior para as graves irregularidades detectadas nesta auditoria está na falta de investimentos do Governo Federal em estudos, ações e projetos voltados ao desenvolvimento e consolidação da irrigação pública na Região Centro-Oeste, o que poderia ser feito, por exemplo, pela própria Codevasf, ao menos no que tange a Goiás e Distrito Federal.

26. Aliás, justamente por reconhecer a importância da missão delegada àquela empresa pública, julgo pertinente e oportuno determinar ao Ministério da Integração Nacional que, sem prejuízo à implementação do Plano Nacional de Irrigação suscitado por sua Secretaria Nacional de Irrigação – Senir, avalie, em conjunto com a Codevasf, a possibilidade de se criar uma Superintendência Regional dedicada aos dois entes federativos da Região Centro-Oeste que integram a área de atuação dessa Companhia, disponibilizando-lhe estrutura e recursos humanos aptos para o desenvolvimento de estudos e projetos de irrigação voltados também a esses entes, valendo-se para tanto do know how adquirido ao longo desses mais de trinta e oito anos transcorridos desde sua criação em 17/7/1974.

27. Como justificativa para essa proposta de determinação, destaco que, entre as oito Superintendências Regionais listadas no art. 5º do Regimento Interno da Codevasf, não consta nenhuma

dedicada ao Estado de Goiás e ao Distrito Federal, que sequer dispõem de unidades especiais – de caráter transitório segundo rege o mencionado normativo –, tais como escritórios de apoio técnico e unidades de produção e pesquisa.

28. Quanto a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que também sofrem as consequências do reiterado descumprimento ao art. 42 do ADCT, deve-se ressaltar que a atuação da Codevasf exige modificações na legislação de regência, em especial na Lei 6.088/1974, para que aqueles dois estados sejam incluídos na área de abrangência das ações delegadas à referida empresa pública, razão pela qual deve ser determinado ao Ministério da Integração Nacional que, caso julgue viável e recomendada essa inclusão, leve suas conclusões ao conhecimento da Presidência da República.

29. Por fim, no que tange ao contingenciamento indevido de recursos da Subfunção Irrigação (607), compartilho o entendimento de que tal fato, se considerada sua pequena magnitude, não representa fator determinante para o descumprimento da norma constitucional.

30. Corroborando esse raciocínio, valho-me dos dados obtidos pela equipe da Secex-4, dos quais se depreende que o contingenciamento verificado na Subfunção 607 somente se mostrou significativo em relação à Região Centro-Oeste no ano de 2008 (21,21%), tendo se mostrado irrisório nos demais exercícios em que essa prática foi detectada, quais sejam:

30.1. Região Centro-Oeste: exercício de 2006 (1,75%); e

30.2. Região Nordeste: exercícios de 2005 (0,55%), 2006 (1,83%), 2007 (0,01%), 2008 (0,23%) e 2010 (2,01%).

31. Por outro lado, tal ocorrência representou, na prática, inobservância à norma estabelecida no § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, *in verbis*:

“§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.”

32. Pertinente, portanto, a sugestão de que seja dada ciência dessa falha ao Ministério da Integração Nacional para que tome as medidas necessárias à regularização dessa ilicitude.

33. Quanto às demais questões ventiladas nos autos, acolho a proposta formulada pela Secex-4 e adoto como razões de decidir a fundamentação na qual se estribou essa unidade técnica, valendo destacar que, independentemente do desfecho dado aos Projetos de Emenda à Constituição 368/2009, 34/2011 e 46/2011 – que almejam prorrogar o prazo para aplicação dos percentuais mínimos previstos no art. 42 do ADCT, previsto para encerrar-se em outubro de 2013 –, as determinações e recomendações propostas nestes autos objetivam contribuir não somente para o fiel cumprimento ao referido dispositivo constitucional, mas também para o pleno aproveitamento da Política Nacional de Irrigação.

34. Outrossim, não poderia encerrar minha participação nestes autos sem deixar consignado meu entendimento de que as recorrentes inobservâncias ao disposto no art. 42 do ADCT representam não apenas ilegalidade digna de ressalvas ou recomendações, mas também de determinações – o que proponho nesta oportunidade –, sendo ainda imprescindível que, o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, adote as medidas necessárias à efetiva reparação dessa relevante dívida – cujos contornos não se restringem a aspectos materiais, mas também morais – perante os agricultores brasileiros, em especial os da Região Centro-Oeste, que não puderam contar com a garantia de apoio que lhes foi constitucionalmente assegurada quanto ao tema irrigação.

Ante o exposto, voto no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao colegiado.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 2012.

AROLDO CEDRAZ

Relator

*(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 34, de 2013**, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, encaminhando, para atuação, o Aviso nº 1.634/2012, na origem, do Tribunal de Contas da União, acompanhado de cópia do Acórdão nº 3.355,

de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao monitoramento das determinações contidas no Acórdão nº 123/2010-TCU-Plenário (TC 015.211/2011-8).

É o seguinte o Ofício:

Of. PRES nº 34/2013-CRA

Brasília, 7 de março de 2013

Assunto: encaminha Aviso do TCU para leitura e autuação  
Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência para leitura e autuação, o Aviso nº 1.634-Sesses-TCU-Plenário, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 3355/2012-TCU-Plenário, proferido nos

autos do Processo nº TC 015.211/2011-8, que trata do monitoramento das determinações contidas no Acórdão nº 123/2010-TCU-Plenário.

Atenciosamente, – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – O **Aviso nº 1.634/2012** foi autuado como **Aviso nº 11, de 2013**, e retorna à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

É o seguinte o Aviso:

## AVISO Nº 11, DE 2013

Aviso nº 1634-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 5 de dezembro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 015.211/2011-8, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 5/12/2012, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente,

  
BENJAMIN ZYMLER  
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor  
Senador ACIR GURGACZ  
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA  
Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa,  
Subsolo, Sala 13  
Brasília - DF



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 015.211/2011-8

ACÓRDÃO Nº 3355/2012 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 015.211/2011-8
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Monitoramento
3. Responsável: Wagner Gonçalves Rossi
4. Entidade: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Seprog
8. Advogados constituídos nos autos: não há

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do monitoramento das determinações contidas no Acórdão nº 123/2010-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações relativas aos itens 9.1.1, 9.1.4, 9.3 e 9.4 do Acórdão nº 123/2010-TCU-Plenário;

9.2. considerar implementadas as recomendações relativas aos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão nº 123/2010-TCU-Plenário;

9.3. determinar à Seprog que prossiga o monitoramento do Acórdão nº 123/2010-TCU-Plenário;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, relatório e voto ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal;

9.5. apensar os autos ao TC 009.789/2009-0.

## 10. Ata nº 50/2012 – Plenário.

11. Data da Sessão: 5/12/2012 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3355-50/12-P.

## 13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)  
BENJAMIN ZYMLER  
Presidente

(Assinado Eletronicamente)  
RAIMUNDO CARREIRO  
Relator

## Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
LUCAS ROCHA FURTADO  
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE V – Plenário  
TC 015.211/2011-8

Natureza: Monitoramento

Entidade: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

Responsável: Wagner Gonçalves Rossi

Advogado constituído nos autos: não há

SUMÁRIO: RELATÓRIO DE AUDITORIA. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO ACÓRDÃO Nº 123/2010-TCU-PLENÁRIO, QUE TRATA DA AÇÃO DE FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS. RECOMENDAÇÕES E

DETERMINAÇÕES CUMPRIDAS/IMPLEMENTADAS OU EM CUMPRIMENTO/EM IMPLANTAÇÃO. PROSSEGUIMENTO DO MONITORAMENTO. APENSAMENTO AO TC 009.789/2009-0.

RELATÓRIO

Tratam os autos do monitoramento das determinações contidas no Acórdão nº 123/2010-TCU-Plenário, *verbis*:

9.1. determinar à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab que:

9.1.1. passe a exigir a garantia de depósito, conforme art. 8º do Decreto nº 3.855/2001, em todos os contratos de depósito efetuado junto a terceiros para armazenamento de produtos públicos;

9.1.2. aperfeiçoe os controles internos de estoques públicos de maneira a identificar e corrigir, tempestivamente, as diferenças de estoques entre a Matriz e as Superintendências Regionais, inclusive quanto à contabilização negativa de produtos;

9.1.3. altere a programação das fiscalizações de estoques públicos, de modo que as fiscalizações de um ano não repitam os mesmos estados nos mesmos meses e que haja fiscalizações não-programadas constantes, especialmente nos armazéns que contém maiores quantidades de estoques e nos que já deram causa a perda ou desvio de produtos;

9.1.4. não permita a participação de gerentes ou encarregados de operações em fiscalizações realizadas no estado de sua lotação, para que haja adequada segregação de funções;

9.1.5. revise os processos internos de recuperação de débitos oriundos de perdas ou desvios de estoques públicos, tornando-os mais céleres e que possam ser concluídos dentro de 90 dias, conforme prazo prescricional considerado pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como para que atenda ao prazo máximo de 30 dias para instrução dos procedimentos administrativos de cobrança/reparação dos débitos, conforme Comunicação Interna da Presidência da Conab nº 56/2008;

9.1.6. analise a situação das empresas que estão armazenando estoques públicos e que possuem débitos não quitados oriundos de perdas ou desvios de produtos e, se comprovado que esses armazenadores não poderiam estar contratando com a Administração Federal, por força da Lei nº 10.522/2002, ou por não estarem amparadas por liminar judicial, providencie a remoção dos produtos ali existentes, além de verificar falhas de controle interno que possam dar causa à ocorrência dessa irregularidade, a fim de evitar que empresas impedidas legalmente de contratar com o Governo Federal armazenem estoques públicos, atentando inclusive para disposto no item 8.4.8 do Acórdão TCU nº 313/2002 da Segunda Câmara.

9.2. recomendar à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab que:

9.2.1. proporcione melhores condições estruturais para a realização da fiscalização de estoques públicos, com o adequado provimento de computadores, impressoras, equipamentos para medição de estoques para a realização das fiscalizações de estoques públicos, bem como promova a capacitação periódica dos servidores que trabalham com fiscalização;

9.2.2. incorpore aos regulamentos e orientações referentes à atividade de fiscalização de estoques públicos, detalhamento sobre: procedimentos de vistoria da infra-estrutura física do armazém para o adequado armazenamento de grãos; prazo de envio do Termo de Verificação e Notificação - TVN; utilização do grau de repouso dos grãos; e utilização do peso específico adequado dos produtos por região produtora;

9.2.3. desenvolva *software* para ser utilizado na atividade de fiscalização de estoques, que realize os cálculos e desenhos das medições de estoques realizadas, e que seja integrado com os

sistemas de gestão de estoques e o de cadastro de unidades armazenadoras, a fim de agilizar a atividade de fiscalização de estoques públicos, bem como de proporcionar maior fidedignidade ao processo;

9.2.4. realize estudos para determinação do peso específico para cada produto, segundo a região produtora, para que o cálculo da quantidade de grãos armazenados seja mais fidedigno;

9.2.5. realize análise do custo-benefício de se manter os estoques públicos em armazéns privados em detrimento à sua remoção para armazém próprio, com capacidade estática ociosa, instalado no mesmo município, ou município adjacente;

9.2.6. promova a adequação e/ou reforma da estrutura física de seus armazéns para que todos estejam plenamente operacionais, disponíveis para recepção de estoques públicos, elaborando um plano de reestruturação de suas Unidades Armazenadoras às normas de habilitação técnica e de certificação, visando à garantia do atendimento às Instruções Normativas nº 32/04 e 12/09 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

9.3. com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, determinar à Companhia Nacional de Abastecimento que remeta ao Tribunal, no prazo de 90 dias, plano de ação contendo o cronograma de adoção das medidas necessárias ao atendimento das determinações e recomendações deste Tribunal, com o nome dos responsáveis por cada medida;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural daquela Casa, e aos Presidentes do Senado Federal e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária daquela Casa.”

2. A seguir, transcrevo a instrução elaborada no âmbito da Seprog (peça 24), cuja proposta de encaminhamento mereceu a anuência dos dirigentes da unidade técnica (peças 24 e 25):

## **“1. Introdução**

### **1.1 Antecedentes**

1. No primeiro semestre de 2010, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou Auditoria Operacional na ação Formação de Estoques Públicos, inserida na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), do Programa Abastecimento Agroalimentar. Essa política é executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

### **1.2 Contextualização do tema**

2. A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foi idealizada para garantir renda mínima aos produtores agropecuários, formar estoques públicos, além de regular a oferta de produtos da agricultura básica. Com a utilização de instrumentos de política agrícola, busca-se reduzir as incertezas inerentes à atividade, que depende em grande parte de fatores não controláveis pela ação humana, tais como variações bruscas no clima, chuvas, secas, entre outros eventos, que podem devastar as lavouras e acarretar enormes prejuízos. Caso o preço fosse o único balizador para incentivar ou reduzir a produção, as flutuações excessivas levariam à incerteza por parte do produtor, fato que poderia causar, na pior das hipóteses, desabastecimento de produtos agrícolas.

3. Com a operacionalização de instrumentos de intervenção no mercado, retira-se o excedente da produção no momento da safra, propiciando a formação de estoques reguladores e estratégicos. Para tal finalidade a Conab utiliza as Aquisições do Governo Federal (AGF) e os Contratos de Opção de Venda (COV).

4. Por meio da AGF, sempre que um produtor desejar vender seu produto pelo preço mínimo estipulado para o período, a União é obrigada a comprar esses produtos. O COV, por sua vez, é uma modalidade de seguro de preços que dá ao produtor rural ou à sua cooperativa o direito, mas não a obrigação, de vender seu produto para o Governo, em uma data futura, pelo preço mínimo vigente. Ao se utilizar desses instrumentos de aquisição, o Governo Federal passa, de fato, a ter a posse e a propriedade da mercadoria adquirida e, para tanto, tem que armazená-la em local devidamente projetado para receber estes produtos. Duas questões advêm desta compra de mercadorias: a necessidade de estocar os produtos; e os custos e os riscos do armazenamento.

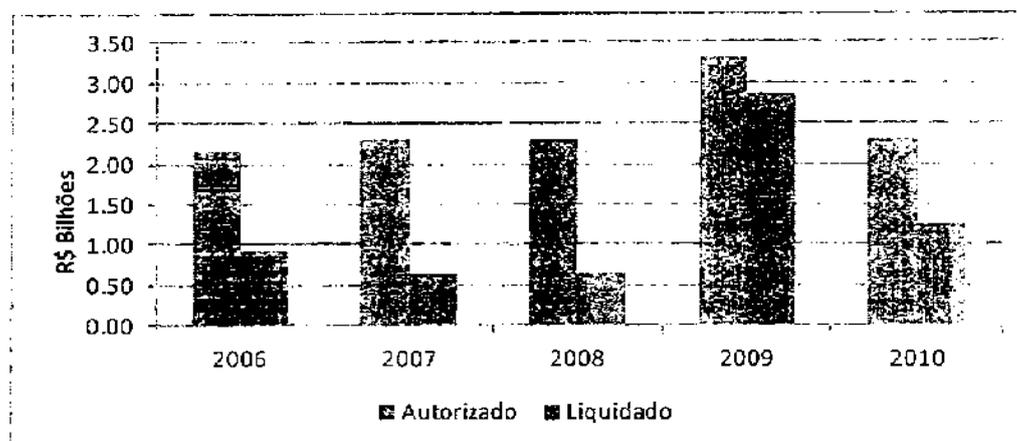
5. Os armazéns públicos representam cerca de 6% da capacidade estática total de armazenamento no Brasil (CONAB, *Armazenagem Agrícola no Brasil*, 2005). Isso significa que a maior parte dos estoques públicos de alimentos é armazenada em instalações de propriedade privada. Tendo em vista esta situação atual de armazenamento de grãos, a Conab procura realizar fiscalizações periódicas nos estoques de sua propriedade.

6. Outros instrumentos utilizados para execução da PGPM, chamados aqui de instrumentos para escoamento de produtos, não propiciam a formação de estoques públicos, mas promovem o escoamento dos produtos de uma região para outra. Para que isso ocorra, o Governo Federal se utiliza de subvenções econômicas. Na execução desses instrumentos o Governo fornece subvenção econômica para que um comprador adquira o produto agrícola em determinada região e o consuma em outra, ou para que o produtor de determinada região promova a venda de seus produtos em outra localidade.

7. A auditoria analisou apenas aspectos relativos aos instrumentos que possibilitam a formação de estoques públicos, ou seja, a AGF e o COV.

8. No Orçamento Geral da União (OGU), parte dos recursos que financiam a política está alocada na ação orçamentária 2130 - Formação de Estoques Públicos - PGPM, que faz parte do programa 0352 - Abastecimento Agroalimentar. O Gráfico 1 demonstra o histórico de execução orçamentária dessa ação no período 2006-2010, a qual superou R\$ 6 bilhões.

Gráfico 1 – Execução Orçamentária da Ação 2130 – Formação de Estoques Públicos, de 2006 a 2010.



9. No período analisado, os recursos liquidados corresponderam, em média, a 48% do total autorizado. A baixa execução pode ser explicada pelo fato de que os Contratos de Opção de Venda são uma possibilidade, não obrigação de serem realizados, havendo, por isso, necessidade de reserva orçamentária compatível caso todos os produtores portadores do instrumento optem pela venda de seus produtos ao governo.

### 1.3 Conclusões da auditoria de 2009

10. A auditoria realizada em 2009 avaliou os processos de armazenamento dos estoques públicos relativos à PGPM, a forma de fiscalização destes ativos, os sistemas informatizados de controle de estoques utilizados pela Conab, a logística de armazenamento dos armazéns públicos e, por fim, o processo de recuperação de débitos oriundos de desvios e perdas de produtos. A fiscalização foi apreciada mediante o Acórdão 123/2010-Plenário (seção de 3/2/2010), quando foram proferidas as seguintes deliberações à Conab:

a) passe a exigir a garantia de depósito, conforme art. 8º do Decreto 3.855/2001, em todos os contratos de depósito efetuado junto a terceiros para armazenamento de produtos públicos;

b) promova a melhoria dos controles internos de estoques públicos de maneira a identificar e corrigir tempestivamente as diferenças de estoques entre a Matriz e as Superintendências Regionais;

c) altere a programação das fiscalizações de estoques públicos, de modo que as fiscalizações de um ano não repitam os mesmos estados nos mesmos meses, e que haja fiscalizações não programadas constantes, especialmente nos armazéns que contém maiores quantidades de estoques e nos que já deram causa a perda ou desvio de produtos;

d) não permita a participação de gerentes ou encarregados de operações em fiscalizações realizadas no estado de sua lotação, para que haja adequada segregação de funções;

e) revise os processos internos de recuperação de débitos oriundos de perdas ou desvios de estoques públicos para impedir prazo prescricional de 90 dias para ajuizamento da ação, conforme decisões do Superior Tribunal de Justiça;

f) analise a situação das empresas que estão armazenando estoques públicos e que possuem débitos não quitados oriundos de perdas ou desvios de produtos e, caso não amparados por liminar judicial, providencie a remoção dos produtos ali existentes;

g) proporcione melhores condições estruturais para a realização da fiscalização de estoques públicos, bem como promova a capacitação periódica dos servidores que trabalham com fiscalização;

h) incorpore aos regulamentos e orientações referentes à atividade de fiscalização de estoques públicos, detalhamento sobre: procedimentos de vistoria da infraestrutura física do armazém para o adequado armazenamento de grãos; prazo de envio do Termo de Verificação e Notificação (TVN); utilização do grau de repouso dos grãos; e utilização do peso específico adequado dos produtos por região produtora;

i) desenvolva software para ser utilizado na atividade de fiscalização de estoques, integrado com os sistemas de gestão de estoques e o de cadastro de unidades armazenadoras, a fim de agilizar a atividade de fiscalização, bem como de proporcionar maior fidedignidade ao processo;

j) realize estudos para determinação do peso específico para cada produto, segundo a região produtora, para que o cálculo da quantidade de grãos armazenados seja mais fidedigno;

k) realize análise do custo-benefício de se manter os estoques públicos em armazéns privados em detrimento à sua remoção para armazém próprio, com capacidade estática ociosa, instalado no mesmo município, ou município adjacente;

l) promova a adequação e/ou reforma da estrutura física de seus armazéns para que todos estejam plenamente operacionais e disponíveis para recepção de estoques públicos, elaborando um plano de reestruturação de suas Unidades Armazenadoras às normas de habilitação técnica e de certificação, visando à garantia do atendimento às Instruções Normativas nº 32/2004 e nº 12/2009 do MAPA.

## **2. Monitoramento de 2011**

**11.** O presente trabalho apresenta o estágio de implementação das deliberações do Acórdão 123/2010-Plenário um ano após a apreciação do relatório de auditoria pelo Plenário deste Tribunal. Ao todo são seis determinações e seis recomendações que serão objeto de análise neste primeiro monitoramento. Não foi objeto de monitoramento a determinação 9.3 (Plano de Ação), já cumprida, e o item 9.4 (envio de cópia do Acórdão, relatório e voto para os interessados), que tratam de providências administrativas internas já adotadas.

**12.** Com o intuito de melhor organizar este relatório, as deliberações do TCU foram agrupadas em quatro assuntos, conforme tratado na auditoria original: i) Situação dos armazéns públicos (seção 2.1); ii) sistemas informatizados de controle de estoques (item 2.2); iii) fiscalização dos estoques públicos (seção 2.3); e iv) recuperação de débitos provenientes de perdas ou desvios de estoques (seção 2.4).

**13.** Os métodos e procedimentos adotados neste trabalho compreenderam: a) análise documental, a partir de informações apresentadas pela Conab ao TCU, de forma sistemática, através de Notas Técnicas trimestrais; b) entrevista com gestores; c) pesquisa via questionário eletrônico; d) revisão bibliográfica.

**14.** Os questionários foram enviados para as 26 Superintendências Regionais (Suregs) da Conab e para 133 fiscais da companhia. Os entrevistados avaliaram qualitativamente questões relacionadas à melhoria dos recursos humanos e materiais à disposição dos fiscais e procedimentos operacionais realizados durante as fiscalizações. Foi também reservado espaço para que os entrevistados pudessem colocar de forma livre suas percepções sobre os pontos que podem ser aperfeiçoados e as melhorias verificadas nos últimos anos no controle de estoques públicos. As taxas de resposta das Suregs e dos fiscais atingiram 51% e 41%, respectivamente.

**15.** Os pronunciamentos apresentados pelos gestores, com as respectivas análises, serão tratados nas seções a seguir.

### **2.1. Situação dos armazéns públicos**

**16.** De acordo com a publicação da Conab intitulada “Armazenagem Agrícola no Brasil”, de 2005,

Quando se analisa a questão de logística, percebe-se que a capacidade de expansão da agricultura brasileira está próxima do seu limite, pela falta de infraestrutura para escoar a produção e pela incapacidade de armazenar de forma adequada a safra nacional.

**17.** Passados seis anos a situação se agravou, com a crescente produção nacional de grãos e a falta de investimentos em infraestrutura de armazenagem, ocasionando perda significativa de alimentos e de recursos.

**18.** Apesar da pequena magnitude da capacidade de armazenamento da Conab face à produção agrícola do país, de aproximadamente 1,5%, sua rede de armazéns é de fundamental importância em áreas onde a iniciativa privada não atua e em regiões geograficamente estratégicas de distribuição.

**Diagnóstico da auditoria em 2009 e deliberações do TCU**

19. A auditoria procurou avaliar em que medida a capacidade estática dos armazéns da Conab é utilizada para acomodar os estoques públicos de produtos à disposição da empresa. A Conab possuía, em agosto de 2009, 94 Unidades Armazenadoras (UA) perfazendo um total de 171 armazéns próprios. A capacidade total de armazenagem (granel, convencional e frigorífica) destes armazéns, segundo informado pela Companhia, era de 2,19 milhões de toneladas.

20. A auditoria constatou que a Conab contratava com particulares a guarda de estoques públicos, mesmo havendo capacidade estática ociosa em seus armazéns. Em municípios que possuíam UA da Conab com capacidade ociosa, contratavam-se armazéns privados para armazenagem de produtos públicos.

21. Em torno de 85% dos estoques públicos (2,6 milhões de toneladas) estavam armazenados em armazéns privados e os 15% restantes (463 mil toneladas) em armazéns da Conab. Demonstrou-se que os armazéns públicos não estavam tendo sua capacidade estática inteiramente aproveitada e, armazéns privados, em um mesmo município, estavam sendo contratados para a guarda de produtos públicos.

22. Uma das causas diagnosticadas para o problema da baixa ocupação dos armazéns da Conab foi o não atendimento, por boa parte dos armazéns da empresa, de critérios mínimos de habilitação técnica para armazenamento de produtos e de certificação de unidades armazenadoras. Durante a auditoria, o TCU realizou pesquisa com as UAs e, a partir das respostas obtidas, classificou-as da seguinte maneira em relação ao nível de adequação aos requisitos de habilitação técnica e de certificação: Totalmente Adequada – UA que atendeu a 100% dos requisitos; Parcialmente Adequada – UA que atendeu de 70 a 99% dos requisitos; Parcialmente Inadequada – UA que atendeu de 50 a 69% dos requisitos; Inadequada – UA que atendeu menos de 50% dos requisitos.

23. Das 41 UAs que responderam ao questionário aplicado pelo Tribunal, constatou-se que: três UA (7%) atingiram a qualificação “Totalmente Adequada” em relação aos requisitos de habilitação técnica; 23 UA (56%) atingiram a qualificação “Parcialmente Adequada”; 13 UA (32%) a qualificação “Parcialmente Inadequada”; e duas UA (5%), a qualificação “Inadequada”.

24. Em relação aos requisitos de certificação obrigatórios no momento da vistoria da UA pela entidade certificadora, a seguinte realidade foi encontrada: nenhuma UA atingiu a qualificação “Totalmente Adequada”; 14 UA (34%) atingiram a qualificação “Parcialmente Adequada”, 16 UA (39%) atingiram a qualificação “Parcialmente Inadequada” e 11 UA (27%) atingiram a qualificação “Inadequada”.

25. Ressalta-se que os requisitos de habilitação técnica estavam em vigor desde 2004, e que os requisitos para certificação, apesar de não serem obrigatórios à época da pesquisa (julho/2009), o seriam no final de 2009.

26. Ademais, a Auditoria verificou que a Conab não havia realizado, até então, nenhum tipo de levantamento ou estudo a respeito do perfil dos armazéns da rede própria e não possuía plano de investimento na adequação da estrutura da rede armazenadora às regras de habilitação e certificação vindouras.

27. Em função de tais constatações, foram feitas duas recomendações à Conab no Acórdão 123/2010-Plenário (itens 9.2.5 e 9.2.6):

9.2.5. realize análise do custo-benefício de se manter os estoques públicos em armazéns privados em detrimento à sua remoção para armazém próprio, com capacidade estática ociosa, instalado no mesmo município, ou município adjacente;

9.2.6. promova a adequação e/ou reforma da estrutura física de seus armazéns para que todos estejam plenamente operacionais, disponíveis para recepção de estoques públicos, elaborando um plano de reestruturação de suas Unidades Armazenadoras às normas de habilitação técnica e de certificação, visando à garantia do atendimento às Instruções Normativas nº 32/04 e 12/09 do Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento;

#### **Situação encontrada pelo TCU durante o presente monitoramento**

##### **Recomendação 9.2.5 – Em Implementação**

##### **Recomendação 9.2.6 – Em implementação**

28. Com relação à ocupação dos armazéns, a Conab informa que os normativos que regem as operações relacionadas com a aquisição de produtos por meio da PGPM garantem ao produtor a livre escolha do armazém para depósito. Desta maneira, o produtor escolhe o armazém mais próximo de sua propriedade como forma de reduzir seus custos. A remoção eventual de produtos de armazém privado escolhido pelo produtor para armazém público pode implicar grandes despesas, chegando a superar o custo de armazenagem. Outro problema apontado diz respeito à adequação ou inadequação dos armazéns quanto ao tipo de armazenagem (convencional ou granckiro).

29. Assim, o direcionamento para unidades próprias da Companhia ocorre quando da realização de remoção de estoques por razões diversas, como o abastecimento de regiões não produtoras e atendimento de programas sociais do Governo.

30. A companhia relata que o estado de conservação dos armazéns, em sua maioria da década de 1970, e o quadro de profissionais da área de armazenagem são óbices à ocupação das UAs da Conab. Desde a criação da Conab, em 1991, a ideia prevalente do Governo Federal era de que os estoques públicos deveriam ser reduzidos progressivamente até o patamar mínimo necessário para o abastecimento e a segurança alimentar da população em situações de emergência.

31. Atendendo a esta diretriz, a Conab foi gradativamente desativando suas UAs e reduzindo os investimentos necessários em melhorias, conservação e equipamentos. A partir de 2003, dentro dos diversos programas sociais estabelecidos, a política adotada foi a de reabertura das unidades. A partir desse momento, a companhia retomou os investimentos para recuperação e modernização da rede armazenadora.

32. Além disso, como forma de atender às crescentes necessidades de armazenagem, a Conab estabeleceu como ações prioritárias: a) dotação de infraestrutura armazenadora nas fronteiras agrícolas para atender aos pequenos e médios produtores rurais; b) implantação de unidades em áreas estratégicas; c) adequação e abertura de armazéns em áreas de interesse social; d) criação de incentivos para expansão da rede armazenadora privada, em especial armazéns de fazenda, segmento em que o Brasil se encontra defasado em relação a outros países.

33. Ademais, segundo a Conab, uma revisão das rotinas de acompanhamento sistemático do índice de ocupação das UAs próprias está sendo realizada. A companhia pretende, com tal ação, priorizar a armazenagem pública dos estoques governamentais, com a redução da capacidade ociosa de seus depósitos. Para tanto, pretende disponibilizar, ainda em 2011, os índices de ocupação das UAs na Intranet, em caráter mensal, para subsidiar as suas Superintendências com informações sobre a ociosidade dos armazéns.

34. A empresa noticia também que sempre que necessário, para abrir espaços para recebimento de nova safra, atender programas sociais ou em caso de risco de perdas e desvios, são realizadas remoções de armazéns privados sem contrato de depósito ou com contrato vencido para armazéns próprios, conforme Nota Conjunta MAPA/MF 34/2004 e Resolução Conab 30/2002.

35. Para exemplificar, a Conab informa que realizará, até dezembro de 2011, a remoção de 282.000 toneladas de milho em grãos a granel para atender o Programa de Venda em Balcão das regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Sul do país, com a remoção de estoques exclusivamente de armazéns sem contratos, com contrato vencido ou com pendências com a companhia.

36. Entretanto, devido à inadequada conservação dos armazéns próprios, conforme apontado pela auditoria do TCU, a Conab informa da necessidade de se realizar uma série de melhorias em sua estrutura para que possa utilizar, de fato, com plena capacidade, os armazéns da rede própria. Para tanto, duas frentes de trabalho serão abertas: a) contratação de pessoal para operar os armazéns e engenheiros para realizar obras e manter as unidades; e b) compra de equipamentos, com o intuito de atender os critérios de certificação.

37. A companhia estabeleceu cronograma definindo o prazo final de 31/12/2011 para adequação de recursos humanos da área de armazenagem, com a contratação de técnicos por meio de concurso e sua alocação tanto na matriz como nas UAs.

38. De acordo com a documentação apresentada, a carência de pessoal especializado é um problema antigo da companhia. A Comunicação Interna nº 612, datada de 26/8/2008, da Superintendência de Armazenamento (Suarm) para a Diretoria de Recursos Humanos, apresenta proposta para constituição de quadro mínimo de profissionais de níveis médio e superior. A mensagem relata que *“o quadro de engenharia da Conab é insuficiente para responder às demandas, podendo os trabalhos daquela área sofrer solução de continuidade, na medida em que o número de engenheiros tende a uma redução ainda mais drástica”*.

39. Outro documento, a Nota Técnica Suarm/Gerap nº 2/2008, enfatiza a necessidade de contratação de pessoal para área de engenharia. De acordo com a nota, todos os armazéns da Conab têm mais de 20 anos de construção, requerendo a realização constante de serviços de manutenção, reforma e modernização. A nota cita como fator agravante para a carência de engenheiros,

O desmonte das equipes de manutenção das grandes unidades armazenadoras, em função de demissões por meio de diversos PDVI (planos de demissão voluntária) e aposentadorias de técnicos em mecânica, eletricidade e refrigeração, que constituem as equipes responsáveis pela execução dos trabalhos de manutenção e recuperação das instalações eletromecânicas daquelas grandes unidades, além do suporte aos engenheiros existentes à época.

40. Com relação aos funcionários para operar as unidades, a Folha de Despacho Suarm 3.579/2009, traz tabela com sugestões sobre o quadro de pessoal mínimo, e o quadro de pessoal necessário para as UAs da Conab, a seguir parcialmente reproduzido. No quadro é identificado a que estados pertencem as UAs, o quantitativo de pessoal atual e o número de funcionários ideal para operar os armazéns, de acordo com a Suarm e as Suregs, considerando o número de empregados para operar a unidade com média/alta demanda de armazenagem.

Tabela 1 – Proposta de Quadro de Pessoal para as UAs da Conab, de acordo com Superintendências Regionais e Superintendência de Armazenamento, em 2009.

Sureg	Capacidade estática (ton.)	Quadro Atual (A)	Proposta Suarm (B)	Proposta Sureg (C)	Diferença (A-B)
MS	184.500	48	122	87	-74
MG	274.500	67	137	141	-70
PR	560.600	62	118	117	-56
GO	253.800	118	167	162	-49

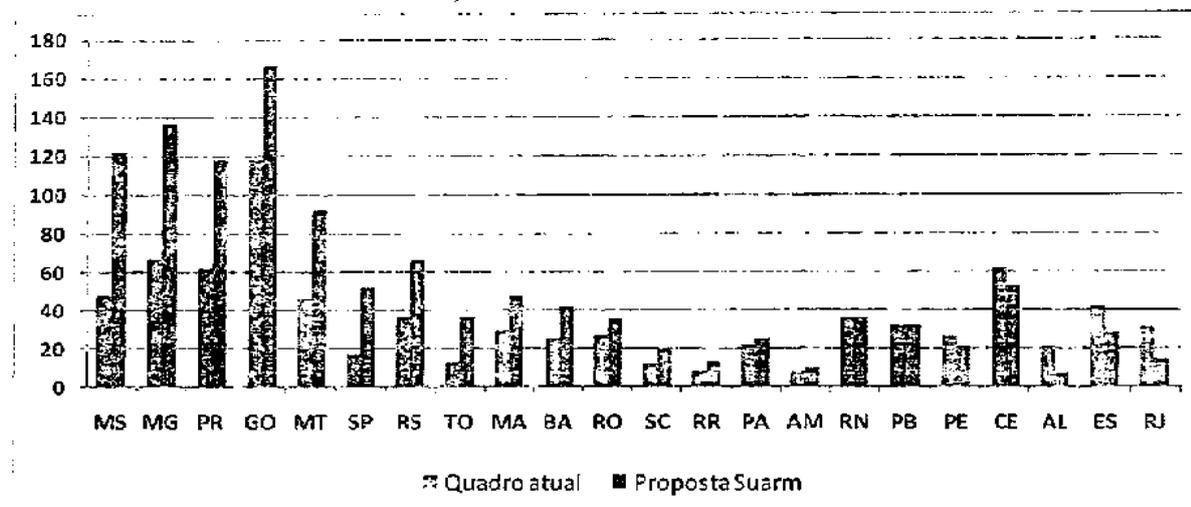
GO	253.800	118	167	162	-49
MT	199.400	46	92	83	-46
SP	164.500	17	52	32	-35
RS	27.700	37	66	66	-29
TO	33.200	13	36	35	-23
MA	63.500	29	48	51	-19
BA	37.000	25	42	42	-17
RO	20.600	27	35	46	-8
SC	11.600	12	19	18	-7
RR	8.700	8	13	13	-5
PA	25.000	22	25	39	-3
AM	4.800	8	9	15	-1
RN	23.700	35	36	36	-1
PB	31.800	32	32	54	0
PE	28.400	26	21	23	5
CE	53.400	62	53	91	9
AL	2.800	21	7	7	14
ES	86.000	42	28	36	14
RJ	26.800	31	14	14	17
PI	23.900	54	32	32	22

Fonte: Conab.

41. Observa-se, que haveria carência de 362 servidores para operar os armazéns da companhia, de acordo com a Suarm, que apresenta uma proposta mais conservadora. Caso fosse tomado como parâmetro o número ideal sugerido pelas Suregs, a diferença aumentaria para 398 funcionários.

42. Os estados com maior capacidade estática instalada, como são os casos do Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que respondem por 69% da capacidade total de armazenagem pública e são fronteiras agrícolas de extrema importância, são os que teriam maior déficit de pessoal, conforme Tabela 1. Juntos, os estados citados apresentam uma carência de 295 funcionários entre os 362 levantados pela Suarm, o que representa 81% do total.

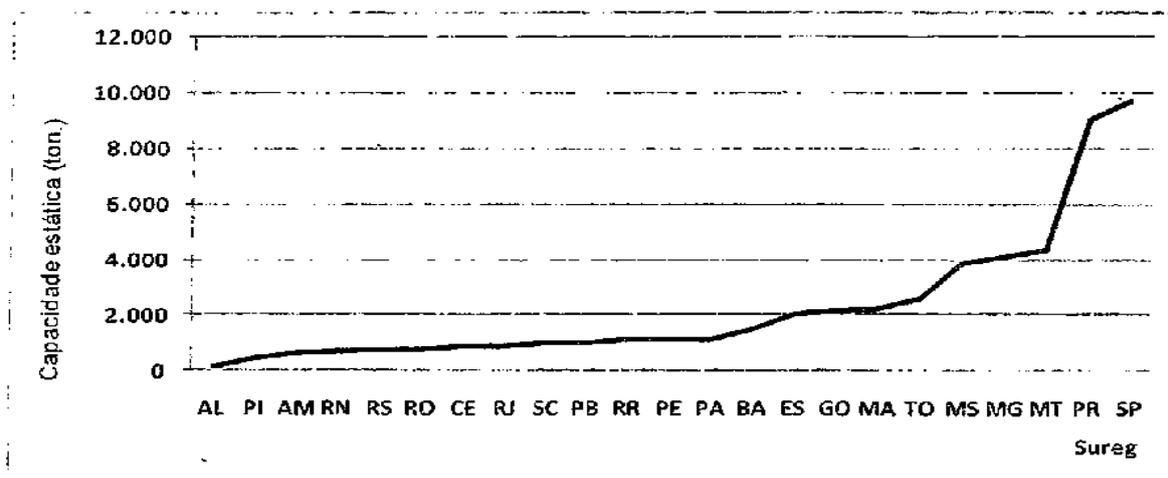
Gráfico 2 – Diferença entre quadro atual de servidores e proposta de reestruturação da Suarm, em 2009.



Fonte: Conab.

43. Outros estados, com menor capacidade estática, apresentam, segundo o estudo, superávit de funcionários em suas UAs. Pernambuco, Ceará, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Piauí respondem por 10% da capacidade da armazenagem pública nacional, e apresentam excesso de 81 funcionários em seus quadros. O Gráfico 3 estabelece uma relação de quantas toneladas de produtos cada servidor é responsável nas UAs da Conab.

Gráfico 3 – toneladas de produtos por servidor de Unidade Armazenadora da Conab, nos Estados, em 2009.



Fonte: Conab.

44. Enquanto no Estado de Alagoas, que possui a menor capacidade estática nacional, de apenas 2.800 toneladas, cada funcionário da UA é responsável por 133 toneladas de produtos, no estado do Paraná, com capacidade de armazenamento de 560.600 toneladas, e grande corredor de escoamento da produção, cada servidor de UA é responsável por 9.042 toneladas de produtos.

45. O estado de São Paulo é o que apresenta maior relação. Com capacidade para armazenar 164.500 toneladas, cada servidor é responsável por 9.676 toneladas. Os estados maiores armazenadores, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso, apresentam relação de 2.151, 3.844, 4.097 e 4.335 toneladas de produtos por servidor, respectivamente.

46. Com o objetivo de atender os requisitos de certificação obrigatórios, a Conab elaborou plano para reestruturação física dos seus armazéns. Segundo a documentação enviada, em uma primeira etapa, a empresa pretende certificar 337.770 toneladas até 31/12/2012. Serão certificadas as UAs de Uberlândia/MG, Uberaba/MG, Cambé/PR e Ponta Grossa/PR, as quais totalizam 711.400 toneladas. O prazo para alcance do objetivo é 31/12/2013.

47. A IN MAPA 41/2010 revogou a IN MAPA 3/2010, estabelecendo novo cronograma para implantação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras. Enquanto o antigo normativo previa como prazo final o ano de 2013, as novas etapas para certificação das UAs se darão de forma gradativa, ano a ano, de 2012 até 2017. Ademais, o Art. 2º diz que:

Às empresas armazenadoras que tenham certificado 75% (setenta e cinco por cento) das suas unidades até o final da 5ª etapa (31/12/2016), será concedido prazo de mais quatro anos, para que as Unidades Armazenadoras remanescentes, de difícil ou impossível adaptação, possam sofrer as intervenções necessárias, findo o qual, somente poderão ser utilizadas para prestarem serviços de armazenagem de produtos agropecuários, em caráter estritamente emergencial.

48. Cronograma enviado pela Conab discrimina as diversas fases da empreitada. Em um primeiro momento a empresa prevê a contratação de um Organismo de Certificação de Produto (OCP), empresa que fará a certificação. Segundo informado pela Conab, a licitação realizada em

12/12/2010 foi fracassada em razão da proponente não apresentar a documentação requerida no edital. Assim, novo edital estava sendo elaborado.

49. Paralelamente à contratação da OCP, as Suregs envolvidas estão realizando levantamento das obras e serviços para adequação das UAs, e enviando custos para inclusão nas propostas orçamentárias de 2011 a 2013, período programado para a realização dos investimentos.

50. A Conab informa que a compra dos equipamentos indispensáveis para a guarda e conservação do produto vem sendo realizada. Estações meteorológicas automáticas foram adquiridas e entregues nas unidades em processo de certificação. Determinadores de umidade, caladores, homogeneizadores, jogos de peneiras, determinadores e equipamentos para tratamento fitossanitário também foram adquiridos e estão sendo entregues. Editais de licitação estão sendo preparados para compra de outros equipamentos obrigatórios.

51. As compras de equipamentos para os armazéns se dão através da ação orçamentária Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns (2829). Verifica-se significativa piora da capacidade de execução orçamentária (créditos liquidados / créditos autorizados) no período 2009-2010 se comparado aos três exercícios anteriores (Tabela 2).

Tabela 2 – Execução orçamentária da ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns (2829), de 2006 a 2010.

Ano	LOA (Lei + créditos)	Liquidado	Percentual de execução
2006	10.000.000,00	9.929.142,77	99%
2007	10.000.000,00	9.781.627,99	98%
2008	8.650.000,00	7.983.358,02	92%
2009	17.850.000,00	13.980.175,71	78%
2010	21.050.000,00	7.164.102,96	34%

Fonte: SigaBrasil (Senado Federal) – acesso em 21/7/2011.

52. Ante o exposto, considera-se a **Recomendação 9.2.5** como **Em Implementação**, pois ainda encontra-se em andamento a revisão do índice de ocupação das UAs próprias, que poderá a vir subsidiar a análise sobre o custo-benefício de se manter estoques públicos em armazéns privados. No mais, apesar da falta desse estudo, a Conab apresentou justificativas satisfatórias para a baixa utilização da sua infraestrutura armazenadora, a saber: opção do produtor por armazéns mais próximos de sua localidade devido a questões econômicas; má conservação de seus armazéns; inadequado quadro de profissionais da área de armazenagem; e alterações na linha estratégica do Governo Federal ao longo dos últimos anos.

53. Tendo em vista que a Conab está em processo de adequação da estrutura física e de recursos humanos de seus armazéns com vistas a preencher os requisitos para certificação e operar com plena capacidade, estar adotando medidas no sentido de acompanhar de forma sistemática o índice de ocupação das UAs próprias, de modo a reduzir a ociosidade dos armazéns públicos, e estar comprando os equipamentos obrigatórios para certificação, considera-se a **Recomendação 9.2.6** como **Em Implementação**.

## 2.2. Sistemas Informatizados de Controle de Estoques

54. Nos dias de hoje, os softwares para gerenciamento e controle de estoques se fazem cada vez mais necessários. Um adequado sistema de controle de estoques na Conab, que possui ativos de grande vulto, estratégicos para regulação de mercado, é imprescindível para o bom gerenciamento dos estoques públicos no país, fornecendo informações tempestivas e fidedignas.

55. Segundo a norma ISO/IEC-17799:2005 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os sistemas de informações devem seguir a política de Segurança de Informações da empresa, e devem garantir: a integridade, a confidencialidade, a autenticidade e a disponibilidade de informações.

56. O inadequado dimensionamento dos estoques estratégicos e reguladores de alimentos aumenta o risco de desvios, e caso haja necessidade de utilização urgente dos estoques, o Governo Federal pode não dispor do total contabilizado. A deficiência na contabilização também ocasiona má gestão da política, não permitindo a otimização dos recursos, desta forma minimizando as necessidades de capital investido devido ao maior custo de armazenagem e risco de perda de qualidade dos produtos.

### **Diagnóstico da auditoria em 2009 e deliberações do TCU**

57. A auditoria realizada em 2009 constatou que os registros de controle de estoques mantidos pela Conab matriz e pelas Suregs apresentavam inconsistências. Quando confrontados, dados sobre posição de estoques fornecidos pela Conab matriz e Sureg apresentavam divergências. Na data escolhida pela equipe de auditoria a diferença encontrada era de 77 mil toneladas de produtos, equivalente a aproximadamente R\$ 27 milhões, levando-se em consideração apenas os principais produtos armazenados da cesta da PGPM, a saber: arroz, feijão, milho e trigo.

58. Para realizar tal comparação foram confrontados somente dados relativos a estoques adquiridos através de AGF, opções de venda e agricultura familiar, excluindo-se estoques públicos destinados a outros programas sociais desenvolvidos pela Conab.

59. À época, a Conab contava com dois aplicativos para controle de estoques públicos: o Sistema de Faturamento e Controle dos Estoques Públicos (xFAC), derivado do Sistema Integrado de Estoques (Sinteg). De acordo com a Conab, o xFAC "*efetua controles integrados das operações relacionadas com faturamento, controle de estoques, atualização contábil e escrituração fiscal*". O programa vem sendo desenvolvido desde 2004, e sua implantação feita de forma gradativa nos estados.

60. Foram encontradas diferenças tanto em estados que ainda operavam com o Sinteg quanto em estados que já haviam aderido ao xFAC. Santa Catarina e Minas Gerais, que trabalhavam com xFAC, apresentaram elevadas diferenças em suas posições de estoques públicos de grãos. O Estado de Alagoas informou posição sobre quantidade de estoques divergente em 236%. As Suregs do Rio de Janeiro e Amazonas comunicaram não possuir estoques públicos nos armazéns de seus estados, enquanto a matriz da Conab, em Brasília, informou uma posição de 40.519 kg de milho no Rio de Janeiro, e uma quantidade de 187.968 kg de milho e 30.000 kg de açúcar nos armazéns do Amazonas, apenas para citar alguns exemplos.

61. As unidades armazenadoras próprias da Conab utilizavam outro aplicativo, o Sistema Aplicado à Administração Quantitativa e Qualitativa de Armazenagem de Grãos (Saagra), com outros aplicativos destinados à escrituração fiscal e faturamento dos serviços executados, e funcionalidades referentes ao dia-a-dia de um armazém, como controle de expurgos, aeração, balança, entre outros.

62. Em razão de tais constatações, o Acórdão 123/2010-Plenário exarou a determinação 9.1.2: "*aperfeiçoe os controles internos de estoques públicos de maneira a identificar e corrigir, tempestivamente, as diferenças de estoques entre a Matriz e as Superintendências Regionais, inclusive quanto à contabilização negativa de produtos*".

## **Situação encontrada pelo TCU durante o presente monitoramento**

### **Determinação 9.1.2 – Em cumprimento**

63. Em resposta à deliberação do Tribunal, a Conab relata que após a saída dos agentes financeiros, públicos e privados, em 2004, que eram os operadores da PGPM, a companhia vem assumindo efetivamente o papel de gestora dos estoques governamentais. Seu papel anterior era basicamente a normatização, regulação e lançamentos fiscais e contábeis da PGPM.

64. Quando o mandatário se restringiu ao Banco do Brasil, a Conab passou a receber arquivos eletrônicos das operações (entradas, saídas e movimentação de estoques), com os quais alimentava o Sistema de Controle de Estoques (SCE).

65. Com a saída do Banco do Brasil e o advento do Contrato de Opção, as operações passaram a ser executadas diretamente pela companhia, que desenvolveu aplicativo denominado Sistema de Controle Integrado (Sinteg), assumindo efetivamente o papel de gestora dos estoques públicos, executando as operações relativas à PGPM.

66. Gradualmente, foram incorporados novos programas sociais ao rol de atividades da Conab, dentre os quais o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Distribuição de Cestas de Alimentos, Programa de vendas em Balcão, entre outros. Estas novas atribuições, aliadas ao controle das operações da PGPM, exigiram uma reestruturação dos processos e sistemas administrativos, operacionais e de tecnologia da informação até então adotados.

67. A Conab segue relatando que tais modificações, aliadas à complexa e mutável legislação, com especificidades em cada estado, demandaram uma grande quantidade de solicitações de mudanças nos sistemas informatizados disponíveis, ocasionando problemas na qualidade do software. Com isso, o Sinteg passou a ser reestruturado, dando origem ao Projeto Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos (xFAC). O novo sistema traz novas incorporações funcionais para atendimento à legislação aplicável, relativas à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e à Escrituração Fiscal Digital (EFD).

68. Com o intuito de aprimorar as atividades negociais referentes ao controle, faturamento, contabilização e escrita fiscal de estoques públicos, a Conab noticia que vem tomando uma série de medidas. A Portaria Presi nº 223/2009 criou Grupo Gestor, composto por representantes das áreas comercial e financeira, da Superintendência de Operações Comerciais (Suope) e da Superintendência de Contabilidade (Sucon). O grupo tem como atribuições: a) administrar e parametrizar os chamados dos usuários do sistema xFAC, deliberando quanto à pertinência de adotar ajustes na versão do sistema; b) acionar a área técnica para manutenção evolutiva ou adaptativa do xFAC; c) realizar testes e homologar novas versões do sistema.

69. A Nota Técnica Audin nº 14/2011 apresenta cronograma detalhando as fases de implantação do sistema. Consta que a entrada em produção do sistema xFACweb, que permitirá a confecção de relatórios está parcialmente finalizada. Todos os módulos estão conclusos, com exceção das consultas via internet de aquisições.

70. Segundo a documentação, o novo sistema trará entre outras funcionalidades, a possibilidade de consultas analíticas sobre perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, estoques de produtos alimentícios beneficiados por prazo de validade, e estoques **sub judice**.

71. O acompanhamento sistemático de novas regulamentações do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) relativos à NF-e e EFD são realizados pela Sucon, para as devidas alterações nos sistemas xFAC e Saagra.

72. Neste trabalho de monitoramento, utilizando a mesma metodologia empregada na auditoria, foi realizado o confronto entre as posições mantidas pela Conab matriz e por sete Suregs. A data base escolhida foi 30/4/2011. Novamente, diferenças entre contabilização de produtos foram encontradas. A Sureg Rio Grande do Sul apresentou divergência de onze mil toneladas na quantidade de arroz e de três mil toneladas na quantidade de trigo em estoque. O estado de Mato Grosso do sul escriturava diferença de 16 mil toneladas de milho e doze mil toneladas de trigo. A Sureg Minas Gerais apresentava diferença de sete mil toneladas de café, produto com alto valor de revenda, apenas para citar alguns exemplos.

73. Apesar disso, em atendimento à pesquisa realizada pelo TCU durante este monitoramento, 73% dos superintendentes regionais afirmaram que os sistemas informatizados melhoraram (60%), ou melhoraram muito (13%), em relação a 2009, ano de realização da Auditoria.

74. Em que pese novamente ter sido encontradas diferenças significativas entre contabilização de produtos, considera-se que a Conab reconhece o problema e demonstrou a adoção de procedimentos no sentido do aprimoramento do controle de estoques, motivo pelo qual se entende que a **Determinação 9.1.2** ainda está **Em Cumprimento**.

### 2.3. Fiscalização dos estoques públicos

75. A atividade de fiscalização dos estoques governamentais é fundamental para controlar a quantidade e a qualidade dos produtos armazenados. A vistoria dos produtos armazenados deve ser realizada continuamente, de forma a cobrir desvios e garantir que os produtos estão sendo acondicionados de forma apropriada, de modo a garantir sua integridade. Vale lembrar que a maior parte dos produtos encontra-se armazenada em propriedades não pertencentes à Companhia.

#### Diagnóstico da auditoria em 2009 e deliberações do TCU

76. A auditoria realizada em 2009 analisou diversos aspectos do processo de fiscalização dos estoques públicos realizado pela Conab. A precária estrutura da função de fiscal na empresa foi um dos pontos abordados.

77. O deficiente controle de estoques mantido pela empresa, conforme relatado na seção 2.2, agravava o problema. Os fiscais iam a campo com a posição de estoques existentes na véspera do início da fiscalização e, como observado anteriormente, o quantitativo existente podia não coincidir com o contabilizado pela Conab devido às fragilidades no sistema de controle de estoques existentes.

78. A inadequada estrutura para realização do trabalho de fiscalização também foi apontada como entrave. Os fiscais se ressentiam da falta de computadores e impressoras, e software específico que auxiliasse no processo de vistoria. O tempo gasto no cálculo da cubagem era muito superior ao tempo gasto na medição dos produtos.

79. A utilização de programa informatizado na fiscalização poderia fazer com que a margem de segurança existente nos cálculos de medição de estoques públicos (5% para armazéns

graneleiros e 2% para silos ou armazéns convencionais) diminuisse. Ademais, o uso desse equipamento proporcionaria mais tempo para que os fiscais se ocupassem de outras tarefas, tais como verificação de sistemas de termometria e aeração, e medidas adotadas pelos armazenadores para impedir a entrada de animais, fundamentais para garantir a boa conservação dos produtos, em vez de ficarem quase que exclusivamente realizando medições.

**80.** Além disso, o processo de fiscalização poderia ser aperfeiçoado pela maior padronização do trabalho. Não havia um roteiro contendo procedimentos operacionais padrão. Pesquisas enviadas para os fiscais e armazenadores corroboraram esta percepção.

**81.** Ademais, conforme observado nas visitas de estudo, dentro de um mesmo estado, variava a fórmula de cálculo do ângulo de repouso da massa de grãos e o peso específico dos produtos, ambos utilizados na fórmula de cálculo da quantidade de grãos armazenados. De acordo com fiscais da Conab entrevistados, um mesmo produto pode possuir características diferentes, dependendo da região onde é produzido. O arroz produzido no Mato Grosso, por exemplo, não possui o mesmo padrão do produzido no Rio Grande do Sul, então o peso específico para o cálculo da quantidade de grãos existente não poderia ser o mesmo.

**82.** Outro aspecto relevante relatado que denotava a pouca padronização da atividade de fiscalização dizia respeito ao preenchimento do Termo de Vistoria e Notificação (TVN). Havia TVNs emitidos sem a verificação de sistemas obrigatórios, tais como termometria e aeração.

**83.** Analisando as datas de realização das fiscalizações de estoques públicos verificou-se que havia uma tendência em repetir as fiscalizações nos mesmos estados nos mesmos períodos do ano. Em pesquisa junto aos armazenadores privados que possuíam estoques públicos, 93% informaram conhecer a frequência com que ocorriam as visitas de fiscalização da Conab, sendo que 60% sabiam quando seria realizada a próxima fiscalização. Ademais, verificou-se que não havia segregação de funções. Encarregados da área de operações das regionais, responsáveis por manter o controle na superintendência regional dos estoques do estado e fazer as entradas e saídas de produtos, participavam de fiscalizações no próprio estado em que estavam lotados.

**84.** Em função de tais constatações, o Acórdão 123/2010-Plenário prolatou duas determinações (itens 9.1.3 e 9.1.4) e quatro recomendações (itens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.4):

9.1.3 altere a programação das fiscalizações de estoques públicos, de modo que as fiscalizações de um ano não repitam os mesmos estados nos mesmos meses e que haja fiscalizações não-programadas constantes, especialmente nos armazéns que contém maiores quantidades de estoques e nos que já deram causa a perda ou desvio de produtos;

9.1.4 não permita a participação de gerentes ou encarregados de operações em fiscalizações realizadas no estado de sua lotação, para que haja adequada segregação de funções;

9.2.1 proporcione melhores condições estruturais para a realização da fiscalização de estoques públicos, com o adequado provimento de computadores, impressoras, equipamentos para medição de estoques para a realização das fiscalizações de estoques públicos, bem como promova a capacitação periódica dos servidores que trabalham com fiscalização;

9.2.2 incorpore aos regulamentos e orientações referentes à atividade de fiscalização de estoques públicos, detalhamento sobre: procedimentos de vistoria da infraestrutura física do armazém para o adequado armazenamento de grãos; prazo de envio do Termo de Verificação e Notificação - TVN; utilização do grau de repouso dos grãos; e utilização do peso específico adequado dos produtos por região produtora;

9.2.3 desenvolva software para ser utilizado na atividade de fiscalização de estoques, que realize os cálculos e desenhos das medições de estoques realizadas e que seja integrado com os sistemas de gestão de estoques e o de cadastro de unidades armazenadoras, a fim de agilizar a atividade de fiscalização de estoques públicos, bem como de proporcionar maior fidedignidade ao processo;

9.2.4 realize estudos para determinação do peso específico para cada produto, segundo a região produtora, para que o cálculo da quantidade de grãos armazenados seja mais fidedigno;

### Situação encontrada pelo TCU durante o presente monitoramento

**Determinação 9.1.3 – Em cumprimento**

**Determinação 9.1.4 – Cumprida**

**Recomendação 9.2.1 – Implementada**

**Recomendação 9.2.2 – Implementada**

**Recomendação 9.2.3 – Em implementação**

**Recomendação 9.2.4 – Em implementação**

85. Inicialmente, sobre a determinação 9.1.3, a Conab esclareceu que o calendário de fiscalização é estabelecido para cada exercício em função da necessidade de definição de recursos orçamentários necessários à execução das atividades. A previsão é de que ocorram cinco operações por ano nos estados formadores de maior quantidade de estoque, além da última etapa, realizada nos meses de novembro e dezembro, quando a totalidade dos produtos é vistoriada. Desta forma, a cada sessenta dias os estoques são integralmente fiscalizados. Estados com médias e pequenas quantidades são contemplados com quatro e duas fiscalizações, respectivamente.

86. Devido ao grande volume de estoques e quantidade de fiscais envolvidos, os estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso precisam ser vistoriados alternadamente. Como forma de atender ao proposto pelo TCU, o calendário de 2010 estabelece programação alternando a data de vistoria nos estados, com relação ao exercício anterior.

Tabela 3 – Calendário de fiscalização dos estoques governamentais para os exercícios de 2009 e 2010.

Etapas	2009			2010		
	Mês	Unidades da Federação	Período	Mês	Unidades da Federação	Período
1ª	Fev.	GO/DF, PR, RS e SP	02/02 à 20/02/2009	Jan./Fev.	MG, MS, MT, SC e BA/SE	25/01 à 12/02/2010
2ª	Mar.	MG, MS, MT e SC	09/03 à 27/03/2009	Mar.	GO/DF, PR, RS, SP e TO	01/03 à 19/03/2010
3ª	Abr./Mai	GO/DF, PR, RS, SP, PA/AP, AM/RR, RJ, RO/AC e PB	13/04 à 30/04/2009	Abr.	MG, MS, MT, SC, CE, BA/SE, PE/AL, RN, MA, ES e PI	05/04 à 23/04/2010
4ª	Mai./Jun	MG, MS, MT, SC, CE, BA/SE, PE/AL, RN, MA, ES e PI	18/05 à 05/06/2009	Mai.	GO/DF, PR, RS, SP, PA/AP, AM/RR, RJ, RO/AC e PB	10/05 à 28/05/2010
5ª	Jun./Jul.	GO/DF, PR, RS e TO	22/06 à 10/07/2009	Jun./Jul.	MG, MS, MT, SC e BA/SE	14/06 à 02/07/2010
6ª	Jul./Ago.	MG, MS, MT, SC e BA/SE	27/07 à 14/08/2009	Jul./Ago.	GO/DF, PR, RS, SP e TO	26/07 à 13/08/2010

7ª	Ago/Set.	GO/DF, PR, RS e SP	31/08 à 18/09/2009	Ago/Set.	MG, MS, MT, SC e RO/AC	30/08 à 17/09/2010
8ª	Out.	MG, MS, MT, SC e RO/AC	05/10 à 23/10/2009	Out.	GO/DF, PR, RS, SP e TO	04/10 à 22/10/2010
9ª	Nov/Dez	BA/SE, CE, GO/DF, MA, PI, MG, MS, MT, RO/AC, PA/AP,	16/11 à 04/12/2009	Nov./Dez.	BA/SE, CE, GO/DF, MA, PI, MG, MS, MT, RO/AC, PA/AP,	22/11 à 10/12/2010
		AM/RR, PE/AL, PB, PR, ES, RJ, RN, RS, SC, SP e TO			AM/RR, PE/AL, PB, PR, ES, RJ, RN, RS, SC, SP e TO	

Fonte: Sufis/Conab.

87. Com referência às fiscalizações especiais ou não programadas, a Conab relata que se trata de prática adotada observando os seguintes critérios: a) com base na análise das anormalidades constatadas, dos indícios ou suspeitas quanto à integridade dos estoques públicos; b) para maior vigilância e acompanhamento nos períodos de entressafra; c) nas vistorias prévias às operações de formação de estoques governamentais.

88. A companhia segue informando que a empresa empregará esforços adicionais para ampliação das vistorias, a partir da análise do resultado das conclusões das etapas de fiscalização e avaliação das principais anormalidades e riscos constatados em relação à integridade dos estoques. Além disso, são realizadas vistorias especiais ao longo de todo ano, antes das operações de formação de estoques.

89. Entretanto, analisando os dados fornecidos pela empresa, verifica-se que há uma diminuição no número de fiscalizações não programadas no ano de 2011, em relação aos anos de 2010 e 2009 (Tabela 4). Esta diminuição engloba tanto o número de fiscalizações quanto o volume de estoque vistoriado, considerando-se apenas a primeira, segunda e terceira etapa do calendário de fiscalização do ano corrente, data de envio da documentação para apreciação.

Tabela 4 – Resumo das fiscalizações especiais efetuadas pela Conab em 2009, 2010 e 2011.

ETAPA	UF	QUANTIDADE VISTORIADA	MOTIVO DA FISCALIZAÇÃO
1ª	BA	1.587.453	Inventário de Unidade Própria/Aquisição de Sisal
	MG	14.511.880	Inventário de Unidade Própria/Aquisição de Café
	MT	469.288.000	Aquisição de Milho
	PA	81.880	Zerar estoque
	PB	5.090.059	Inventário de Unidade Própria
	RS	103.390.233	Aquisição de Trigo/Arroz
TOTAL		594.349.505	
2ª	BA	996.450	Aquisição de Sisal
	MG	11.345.410	Inventário de Unidade Própria/Aquisição de Café
	MT	55.998.000	Aquisição de Milho
	PE	416.159	Inventário de Unidade Própria
TOTAL		68.756.019	
3ª	BA	1.055.019	Aquisição de Sisal
	PB	4.403.478	Inventário de Unidade Própria
	PE	1.871.520	Inventário de Unidade Própria
	RS	381.965.909	Aquisição de Trigo/Arroz
	SP	53.257.952	Aquisição de Trigo
TOTAL		442.563.478	
TOTAL GERAL		1.105.359.002	
ETAPA	UF	QUANTIDADE VISTORIADA	MOTIVO DA FISCALIZAÇÃO
1ª	BA	202.201	Aquisição de Sisal
	ES	278.300	Aquisição de Café
	MG	12.842.012	Aquisição de Café
	RS	155.448.597	Aquisição de Trigo - Sinistro - Desimpedimento
	SC	10.649.000	Aquisição de Trigo
TOTAL		179.420.110	
2ª	BA	1.141.265	Aquisição de Sisal
	CE	1.510.931	Inventário de Unidade Própria
	ES	256.399	Aquisição de Café
	MG	14.940.000	Aquisição de Café
	PB	1.620.718	Inventário de Unidade Própria
RS	143.896.195	Aquisição de Trigo/Arroz	
TOTAL		163.365.509	

3ª	GO	389.030.515	Avaliar regularização das anormalidades apuradas
	MG	18.634.790	Aquisição de Café
	MT	556.213.130	Avaliar regularização das anormalidades apuradas
	PB	535.089	Inventário de Unidade Própria
	RS	129.571.518	Aquisição de Trigo
TOTAL		1.093.985.042	
TOTAL GERAL		1.436.770.661	
ETAPA	U.F.	QUANTIDADE VISTORIADA	MOTIVO DA FISCALIZAÇÃO
1ª	BA	3.168.693	Inventário de Unidade Própria
	MG	36.944.828	Aquisição de Café
	MT	2.648.185	Desvio de Produtos
	RN	3.332.842	Inventário de Unidade Própria
TOTAL		46.094.548	
2ª	BA	11.953.292	Inventário de Unidade Própria
	PR	12.045.865	Aquisição de Feijão
TOTAL		23.999.157	
3ª	MT	21.645.290	Desvio de Produtos
	RN	5.892.679	Inventário de Unidade Própria
	RS	116.507.084	Aquisição de Trigo/Arroz
TOTAL		144.245.053	
TOTAL GERAL		214.338.758	

Fonte: Sufis/Conab.

90. Com relação à participação de gerentes e encarregados nas operações de fiscalização (determinação 9.1.4), a Conab informa que a participação de tais funcionários ocorria em situações que exigiam avaliação das atividades, coordenação ou supervisão das operações, conforme competências e atribuições regimentais dos respectivos cargos ou funções, não indo de encontro aos normativos vigentes.

91. Para atender à determinação do TCU, foi editada a Resolução nº 1/2010, alterando o Item 3 das Disposições Gerais, capítulo IV, das Normas da Organização, código 50201, com o intuito de proibir a participação de gerentes ou encarregados de operações em fiscalizações realizadas no estado de sua lotação.

92. Contudo, na pesquisa realizada pelo TCU, quando perguntados sobre a participação de gerentes ou encarregados que trabalham na Sureg e participam das etapas de fiscalização, 14% dos superintendentes regionais respondentes afirmaram sempre haver a participação de tais servidores, ao passo que 7% disseram que a participação é eventual. Nesse sentido, cabe à Conab reforçar o alerta às Suregs quanto ao cumprimento das novas disposições constantes da Resolução 1/2010.

93. Outro ponto que merece especial atenção, citado por superintendentes e fiscais nas pesquisas, foi a necessidade de se promover o rodízio de fiscais nas etapas de fiscalização. Tal alternância é salutar para não criar laços com os fiscalizados e não permitir que o mesmo fiscal seja responsável por avaliar o seu próprio trabalho.

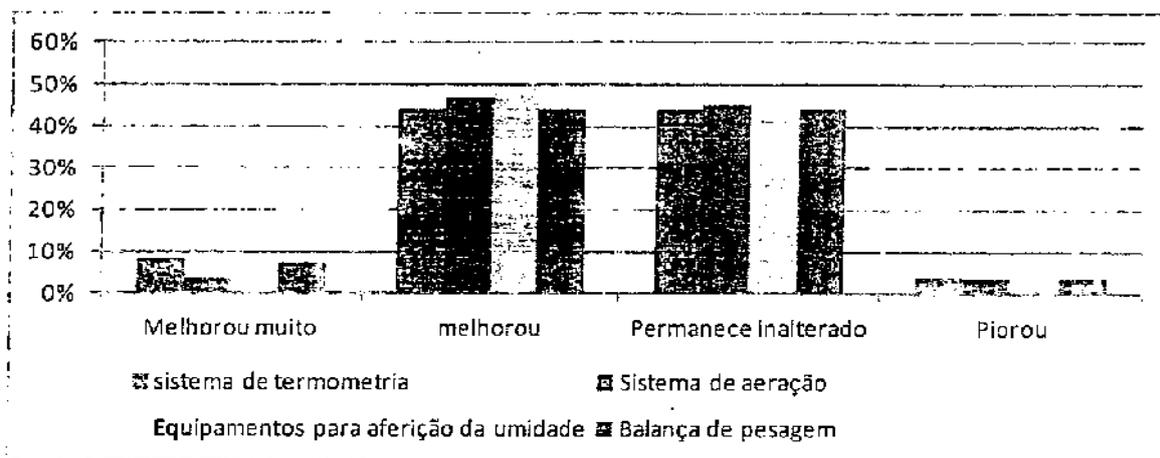
94. Sobre a recomendação 9.2.1, a Conab informa que vem atuando na melhoria das condições estruturais para a realização da fiscalização de estoques públicos. Para tanto, noticiou que adquiriu vinte notebooks, 150 impressoras e cem trenas a laser para a atividade.

95. Além de disponibilizar melhores equipamentos para a atividade de fiscalização, a Conab informa que vem investindo na capacitação de seus funcionários. A equipe de fiscalização passou por processo de reciclagem, enquanto quarenta novos fiscais foram formados em evento realizado pela Conab, no período de 23 a 28/8/10, em Rio Verde/GO.

96. Em resposta à pesquisa enviada, 90% dos fiscais afirmaram ter havido uma melhoria nos equipamentos disponibilizados para a realização das fiscalizações nos últimos 12 meses. Ademais, 66% dos superintendentes da companhia afirmaram que os recursos materiais melhoraram muito/melhoraram no mesmo período.

97. O Gráfico 4 demonstra qual a percepção dos fiscais sobre as condições atuais da equipe de fiscalização de verificar equipamentos obrigatórios, em relação a 2009.

Gráfico 4 – Percepção dos fiscais da Conab sobre as condições atuais de verificação de equipamentos obrigatórios.



Fonte: pesquisa eletrônica com fiscais da Conab, em junho de 2011.

98. Verificou-se que: aproximadamente 60% dos fiscais afirmaram que as condições para eles avaliarem os sistemas de termometria, os equipamentos para aferição de umidade dos grãos, e as balanças de pesagem “melhoraram muito” ou “melhoraram”; e 55% afirmaram que as condições para avaliar o sistema de aeração “melhoram muito” ou “melhoraram”. Os respondentes que declararam que as condições para avaliar tais equipamentos “permanecem inalteradas” representam, em média, 44%.

99. Além disso, 87% dos fiscais respondentes afirmaram que as condições atuais de verificação das medidas tomadas por parte do armazenador para impedir a presença de animais, tais como pombos e ratos, “melhoraram muito” ou “melhoraram”. Já 72% disseram que as condições da equipe de fiscalização em verificar o estado de funcionamento de toda a estrutura física dos armazéns visitados são “plenamente satisfatórias” ou “satisfatórias”.

100. Também em atendimento à pesquisa, 67% dos Superintendentes Regionais afirmaram que não houve melhorias na estrutura de recursos humanos, enquanto 33% disseram que melhorou/melhorou muito.

101. A Conab vem analisando a possibilidade de realização de concurso público para a área de fiscalização. A data para realização do certame ainda não foi definida. Estima-se que a área responsável deva apresentar proposta consolidada à Diretoria Colegiada da empresa em novembro de 2011. Além disso, foi enviada proposta de regulamentação da atividade de fiscalização, com a criação de função gratificada. A apresentação da proposta à Diretoria Colegiada também será em novembro de 2011.

102. Aspecto que merece destaque na pesquisa é a criação do cargo de fiscal. Quando perguntados, para responder livremente sobre que pontos deveriam ser melhorados no processo de fiscalização, praticamente a totalidade dos fiscais respondentes relatou que tal avanço seria extremamente necessário para melhoria dos trabalhos. A situação constatada na auditoria persiste, sendo que qualquer servidor que tenha passado por um curso de fiscalização está capacitado para desempenhar a tarefa. Fiscais relataram que muitas vezes pessoas não aptas são enviadas para realizar o trabalho.

103. A capacitação de novos fiscais e reciclagem dos antigos foram mencionadas como um avanço, porém foi enfatizada a necessidade de que os treinamentos sejam periódicos e constantes.

**104.** A respeito da recomendação 9.2.2, de acordo com a companhia, o Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais foi revisado, e orientações detalhadas sobre a execução das rotinas de trabalho foram incluídas. Espera-se que com essa medida ocorra uma padronização de procedimentos da atividade. Na nova versão do manual foram incorporadas instruções sobre o preenchimento do TVN, prazos para envio para início do procedimento de cobrança, entre outros. Também foi implantado Laudo de Fiscalização Técnico-Operacional de Unidade Armazenadora, documento obrigatório e complementar ao TVN, para acompanhamento e controle das informações apuradas referentes à estrutura física, às condições técnicas e os equipamentos operacionais da UA.

**105.** Sobre a recomendação 9.2.3, como forma de agilizar a atividade de fiscalização dos estoques governamentais e proporcionar maior fidedignidade ao processo, a Conab vem desenvolvendo sistema de informação para ser utilizado nos trabalhos de campo. Em dezembro de 2010, foi aprovado aporte de recursos para o projeto, através da Nota de Empenho 2010NE009866. De acordo com a descrição, o sistema será capaz de realizar cálculos e desenhos das medições de estoques realizadas, e se integrará com os sistemas de gestão de estoques e o de Cadastro de Unidades Armazenadoras (Sicarm).

**106.** O prazo estipulado para término do projeto é abril de 2012, com a criação de Grupo Gestor responsável pela administração do sistema. De acordo com o cronograma apresentado, os editais para composição da equipe foram aprovados e a equipe elaboradora já foi escolhida. Os trabalhos de homologação do primeiro pacote de Casos de Uso também já estariam concluídos.

**107.** A melhoria dos sistemas de informatização foi citada pelos fiscais que responderam à pesquisa do TCU como imperativo, pois informações como o impedimento ou desimpedimento dos armazéns só são conhecidas dias após o término da etapa de fiscalização. A compra de equipamentos como notebooks e trenas a laser foi elogiada por grande parte dos fiscais por imprimir maior segurança e agilidade nos trabalhos de vistoria.

**108.** Por fim, no que tange à recomendação 9.2.4, os estudos para determinação do peso específico de cada produto, segundo região produtora, para que o cálculo da quantidade de grãos seja mais fidedigno é tema antigo, já tendo sido abordado por outros trabalhos do TCU em 1993 e 1994. Desde então, diversas iniciativas foram empreendidas, inicialmente com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), depois com o Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem (Centreinar), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e posteriormente com outras instituições de ensino superior que atuam na área de pós-colheita e transporte de produtos agrícolas. Entretanto, as tratativas não lograram êxito.

**109.** Presentemente, as negociações com a Embrapa foram retomadas. A Conab informa que estão sendo discutidas propostas para estudo intitulado Projeto sobre Avaliação das Perdas Quantitativas na Pós Colheita, a ser executado consoante Termo de Cooperação Técnico-científica com a Embrapa, e com a participação de instituições acadêmicas e de pesquisa. Neste trabalho serão incluídas atividades específicas dirigidas para apuração e medição da massa específica dos grãos armazenados.

**110.** Todavia, a Conab relata que tal projeto é de extrema complexidade, envolvendo diversas instituições, não tendo como precisar data para conclusão do trabalho. O prazo estimado é de quatro anos. Além disso, o estudo não vai ser voltado especificamente à apuração do peso específico dos produtos, sendo este apenas mais um ponto a ser abordado.

**111.** Entretanto, como forma de atender à recomendação do TCU, a companhia desenvolveu, em paralelo, estudo técnico sobre a questão. Com a participação das equipes de fiscalização da

empresa, nos meses de novembro e dezembro de 2010, foram selecionadas amostras representativas dos estoques governamentais de milho, depositados em armazéns públicos e privados, dos estados do Paraná, Mato Grosso e Goiás. Os resultados apurados indicaram que o peso específico do milho se situa em intervalo de 756 kg/m<sup>3</sup> a 779 kg/m<sup>3</sup>.

**112.** Em suas operações, a Conab emprega o coeficiente de 750 kg/m<sup>3</sup>. Aplicando-se margem de segurança para o trabalho que varia de 2% a 5%, dependendo do tipo de estrutura armazenadora, o índice aplicado pela empresa estaria compatível com a massa específica real avaliada nos estoques do produto.

**113.** A empresa argumenta que inúmeras variáveis pré e pós-colheita interferem na massa específica. Assim sendo, o índice representativo de cada estoque mais próximo da realidade seria o resultado da medição em cada operação ou situação, com possibilidade de alterações diversas vezes no mesmo dia, em um mesmo depósito, o que atualmente é totalmente impraticável. Do mesmo modo, diante de tantas variáveis que interferem na massa específica, a Conab diz que a recomendação do TCU quanto à determinação do peso específico por região produtora não possui embasamento científico.

**114.** Ante o exposto, analisando-se os dados fornecidos pela Conab com relação às alterações no calendário de fiscalização, de modo que as fiscalizações de um ano não repitam os mesmos estados nos mesmos meses nos anos subsequentes, avalia-se que a determinação foi atendida neste quesito. Entretanto, considerando que empresa reconhece que precisa empregar esforços adicionais para ampliação das vistorias especiais (não programadas), consideramos a **Determinação 9.1.3** como ainda **Em Cumprimento**.

**115.** Tendo em vista a Conab ter alterado seus normativos, segregando funções com o objetivo de não permitir a participação de gerentes ou encarregados de operações em fiscalizações realizadas no estado de sua lotação, avalia-se a **Determinação 9.1.4** como **Cumprida**. Não obstante, tendo em vista o resultado da pesquisa realizada pelo TCU ao longo deste trabalho, cabe à Conab reforçar o alerta às Suregs quanto ao cumprimento das novas disposições constantes da Resolução 1/2010 que tratam dessa matéria.

**116.** Pelo fato de a Conab estar trabalhando para o aprimoramento do processo de fiscalização, por meio da compra de equipamentos, capacitação de servidores que trabalham com fiscalização, realizando estudos para subsidiar a realização de concurso público para contratação de servidores, estruturando e regulamentando a atividade de fiscalização, além de ter revisado o Manual de Fiscalização de Estoques, incluindo orientação sobre procedimentos de vistoria da infraestrutura do armazém e prazo para envio do TVN, considera-se as **Recomendações 9.2.1** e

**9.2.2** como **Implementadas**. Ressaltamos que a atividade de capacitação deve ser uma ação contínua para fazer frente às novas demandas e tecnologias.

**117.** O início dos trabalhos para confecção de software a ser utilizado nas atividades de fiscalização, integrado com os sistemas de gestão de estoques e o de cadastro de unidades armazenadoras permite considerar a **Recomendação 9.2.3** como **Em Implementação**.

**118.** Finalmente, pelo fato da empresa ter realizado estudo de massa específica apenas com o milho, e o Projeto de Avaliação das Perdas Quantitativas estar em gestação, quando os índices utilizados poderão ser amparados por pesquisas acadêmicas, considera-se a **Recomendação 9.2.4** em **Implementação**, com a ressalva de que a Conab entende que parte da redação do item está prejudicada porque não há embasamento científico para se exigir a indicação do peso específico do produto por cada região produtora.

#### **2.4. Recuperação de débitos provenientes de perdas ou desvios de estoques**

**119.** Em caso de perda ou desvio de estoques públicos, a Conab possui competência legal para reaver os valores perdidos. Um processo de recuperação de débitos adequado e eficiente é fundamental para o retorno dos recursos ao erário, além de coibir a prática entre outros armazenadores, evitando novos prejuízos.

#### **Diagnóstico da auditoria em 2009 e deliberações do TCU**

**120.** Durante a auditoria em 2009, foi constatado que a Conab possuía um passivo de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão, conforme ata da 164ª reunião ordinária do conselho fiscal da Conab (realizada em 11/05/2009), referente a débitos de perdas ou desvios nos estoques públicos relacionados à PGPM.

**121.** Por meio da análise dos dados fornecidos pela empresa, demonstrou-se que a Conab não observava o prazo de prescricional de 90 dias para ajuizamento da ação de recuperação de débitos pela perda ou desvio de estoques públicos, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A partir da análise dos dados constantes do Sistema de Cobrança da Conab (Siscob), observou-se que 70% das ações instauradas pela Conab para recuperação de débitos, com data-base a partir de 2003, superavam o prazo prescricional de 90 dias para ajuizamento estabelecido pelo Decreto 1.102/1903, ocasionando uma perda potencial de R\$ 88,7 milhões.

**122.** Caso o percentual de 91% fosse aplicado sobre o passivo de débitos de desvios ou perdas de estoques públicos relacionados à PGPM apurado pelo Conselho Fiscal da Conab, de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão, tem-se um risco de perda de recursos públicos de R\$ 1,45 bilhão. As ações julgadas prescritas, em qualquer instância, corroboram a potencialidade de perdas financeiras relatadas no parágrafo anterior. Destaque-se a perda só é concretizada quando há o trânsito em julgado dos processos pelo STJ.

**123.** Verificou-se também que a Conab não vinha exigindo garantia de depósito para os armazenadores que estocavam produtos públicos, conforme preconizado no Art. 8º do Decreto nº 3.855/2001, que regulamenta a lei de sistema de armazenagem de produtos agropecuários. De acordo com o normativo, "*o depositário oferecerá ao depositante garantias compatíveis com o valor do produto entregue em depósito*". O art. 21, inciso VIII, do mesmo normativo reza que a empresa armazenadora que deixar de oferecer as garantias de que trata o art. 8º estará sujeita às penalidades previstas. Apesar de haver esta exigência, a figura da garantia estava, inclusive, ausente do contrato padrão de armazenagem efetuado pela Companhia.

**124.** Ademais, constatou-se que a Conab contratava com armazéns particulares em situação de irregularidade para receber estoques públicos, pois já tinham dado causa a perda ou desviado produtos. Foram identificados 48 armazenadores que possuíam débito com a Conab, devido à perda ou desvio de estoques públicos, e que se encontravam armazenando produtos públicos. Existiam 175 processos administrativos instaurados contra esses 48 armazenadores para recuperação dos débitos. Foram excluídos da contagem os armazenadores que vinham operando por força de liminares judiciais. Esses 48 armazenadores guardavam, em 31/07/2009, mais de 333 mil toneladas de produtos, no valor de R\$ 117,6 milhões.

**125.** Em função de tais constatações, foram prolatadas as determinações 9.1.1, 9.1.5 e 9.1.6 no Acórdão 123/2010-Plenário:

9.1.1 passe a exigir a garantia de depósito, conforme art. 8º do Decreto nº 3.855/2001, em todos os contratos de depósito efetuado junto a terceiros para armazenamento de produtos públicos;

9.1.5 revise os processos internos de recuperação de débitos oriundos de perdas ou desvios de estoques públicos, tornando-os mais céleres e que possam ser concluídos dentro de 90 dias,

conforme prazo prescricional considerado pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como para que atenda ao prazo máximo de 30 dias para instrução dos procedimentos administrativos de cobrança/reparação dos débitos, conforme Comunicação Interna da Presidência da Conab nº 56/2008;

9.1.6 analise a situação das empresas que estão armazenando estoques públicos e que possuem débitos não quitados oriundos de perdas ou desvios de produtos e, se comprovado que esses armazenadores não poderiam estar contratando com a Administração Federal, por força da Lei nº 10.522/2002, ou por não estarem amparadas por liminar judicial, providencie a remoção dos produtos ali existentes, além de verificar falhas de controle interno que possam dar causa à ocorrência dessa irregularidade, a fim de evitar que empresas impedidas legalmente de contratar com o Governo Federal armazenem estoques públicos, atentando inclusive para disposto no item 8.4.8 do Acórdão TCU nº 313/2002 da Segunda Câmara;

### **Situação encontrada pelo TCU durante o presente monitoramento**

#### **Determinação 9.1.1 – Cumprida**

#### **Determinação 9.1.5 – Em cumprimento**

#### **Recomendação 9.1.6 – Em cumprimento**

126. Sobre a determinação 9.1.1, a Conab relata que, em 25/8/2009, aprovou os votos Presi 16/2009 e Dirab 35/2009, determinando que o recredenciamento de empresas que prestam serviços de armazenagem com histórico de desvios de produtos vinculados à PGPM e Agricultura Familiar fosse condicionado à oferta de caução real de bem imóvel ou garantia hipotecária convencional compatível com o valor do estoque a ser depositado.

127. Mais recentemente, atendendo à deliberação do Tribunal, por meio da CI/Presi 44/2010, a companhia determinou que fossem suspensas as assinaturas de quaisquer contratos de depósito para armazenamento de estoques públicos, até que fosse incluído no instrumento contratual cláusula e condições de garantia de depósito, conforme Lei 9.973/2000 e Decreto 3.855/2001.

128. O novo contrato de depósito estabelece, em sua Cláusula 27, como obrigação do depositário, fornecer garantias reais no valor de 5% dos produtos depositados, conforme consignado no voto Dirab 9/2010, aprovado pela Diretoria Colegiada.

129. Em abril de 2011, o TCU recebeu correspondência assinada conjuntamente pela Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) e Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) relatando que a maioria dos armazenadores não disporia de garantias reais no percentual de 5% do produto armazenado. Assim, por meio do Ofício Seprog/TCU 131/2011, de 03/06/2011, foram encaminhados os seguintes questionamentos à Conab: a) se houve contestações por parte de armazenadores junto à Conab sobre o índice fixado de 5% e os critérios adotados para o seu cálculo e, caso positivo, qual o encaminhamento dado pela companhia a esse respeito; b) que resultados práticos já foram observados em relação à essa normatização; c) em que medida o índice de 5% vem se mostrando aplicável na prática; d) qual o percentual de depositários que já estão fornecendo as garantias reais de depósito.

130. A Conab prestou esclarecimentos à diligência do Tribunal por meio do Ofício PRESI nº 389, de 29/06/2011. A Companhia informou que, devido a protestos de federações de agricultores do estado do Rio Grande do Sul, que se queixavam de dificuldades em conseguir ofertar garantias reais para o depósito, o contrato foi modificado.

**131.** Em reunião realizada em junho de 2011, com representantes das associações de agricultores, da Conab e parlamentares, ficou estabelecido que o percentual de 5% do valor do produto a ser armazenado também pudesse ser garantido por meio da retenção de 50% do valor das tarifas de armazenagem e sobretaxa pagas quinzenalmente, até completar o valor correspondente à garantia. A decisão passará a vigorar após registro em cartório e publicação no Diário Oficial da União.

**132.** Mesmo exigindo garantias reais dos armazenadores problemas podem advir. Caso surjam, faz-se necessário imprimir agilidade no ajuizamento dos processos de cobrança para que não seja decretada sua prescrição, conforme exposto.

**133.** Com o objetivo de aperfeiçoar os procedimentos relativos à recuperação e cobrança das perdas e desvios em armazenagem (determinação 9.1.5), a Conab constituiu grupo de trabalho composto por representantes das áreas envolvidas para apresentar adequações da norma vigente e sua inclusão em código específico das Normas da Organização (NOC).

**134.** Em janeiro de 2011, a Diretoria Colegiada da Conab editou a Resolução 1/2011, alterando a Resolução 17/2002, que estabelecia os critérios e providências necessárias para análise de documentos, imputação de responsabilidades e fixação dos prazos de encaminhamento para cobrança judicial. De acordo com a Conab, tal alteração foi necessária porque o antigo normativo não tratava do prazo prescricional para ajuizamento da ação, haja vista que só posteriormente o entendimento foi pacificado pelo STJ. O prazo prescricional foi tratado na CI Presi nº 56/2008, que solicitava o ajuizamento das ações no prazo máximo de três meses a contar da emissão do TVN, sob pena de se ter decretada a extinção do processo.

**135.** O normativo atual fixa prazos para envios de documentos e aborda de forma minuciosa as providências a serem tomadas desde a lavratura do TVN, quando constatada a perda ou desvio, abordando também outros procedimentos como baixa dos estoques, comunicação à Polícia Federal e ao Ministério Público, cobrança administrativa, até os encaminhamentos e procedimentos para cobrança judicial.

**136.** Utilizando-se a mesma metodologia aplicada anteriormente na auditoria, foi elaborada a Tabela 5. Verificamos que algumas ações ajuizadas a partir de 2010 ainda tiveram o prazo de ajuizamento superior a 90 dias, ficando, portanto, fora do prazo máximo estabelecido pela jurisprudência do STJ.

Tabela 5 – Processos que extrapolaram o prazo prescricional de 90 dias, segundo o número de dias excedidos e respectivo valor, com data-base a partir de 2010.

DATA BASE	DATA SITUAÇÃO	SITUAÇÃO	DIAS PARA AJUIZAMENTO	NATUREZA DA OPERAÇÃO	VALOR ATUAL
9/12/2010	3/5/2011	AJUIZADO	145	DESVIO	1.156.197,91
9/12/2010	3/5/2011	AJUIZADO	145	DESVIO	92.192,09
9/12/2010	3/5/2011	AJUIZADO	145	DESVIO	520.289,23
9/12/2010	3/5/2011	AJUIZADO	145	DESVIO	41.486,27
17/3/2010	18/6/2010	AJUIZADO	91	DESVIO	170.620,01
3/3/2011	30/5/2011	AJUIZADO	88	PERDA EM ARMAZENAGEM	67.422,45
3/3/2011	30/5/2011	AJUIZADO	88	PERDA EM ARMAZENAGEM	595.985,51
16/12/2010	14/3/2011	AJUIZADO	88	DESAGIO	203.668,79
14/4/2010	7/7/2010	AJUIZADO	84	DESVIO	7.521,15
14/4/2010	7/7/2010	AJUIZADO	84	DESVIO	588.932,03
14/4/2010	7/7/2010	AJUIZADO	84	DESVIO	1.709.521,22
14/4/2010	7/7/2010	AJUIZADO	84	DESVIO	72.062,13
14/4/2010	7/7/2010	AJUIZADO	84	DESVIO	86.373,18
5/10/2010	10/12/2010	AJUIZADO	66	DESVIO	395.901,58
15/9/2010	17/11/2010	AJUIZADO	63	DESVIO	423.167,34

Fonte: Siscob.

137. Na apresentação foram omitidos dados como o nome e CNPJ do armazenador, além do número do processo. Os dados fornecidos pela Conab revelam que as ações ajuizadas com data base a partir de 2010 sinalizam uma perda potencial de R\$ 1,98 milhão, de um total de R\$ 6,13 milhões referentes a operações tidas como Desvio ou Perda em Armazenagem.

138. Na pesquisa enviada, 85% dos fiscais declararam enviar o TVN para a Sureg no mesmo dia, no caso de identificação de desvio de produtos. Os Superintendentes afirmaram que este envio é feito no mesmo dia em 53% dos casos. A celeridade no envio do TVN é fundamental para que o processo seja ajuizado em tempo hábil para que não ocorra sua prescrição.

139. Com relação às empresas armazenadoras que possuem débitos relativos a perdas e desvios de produtos, e que continuam armazenando para a Conab (determinação 9.1.6), a companhia realizou levantamento geral da situação de todas as empresas que possuem estoques públicos, com o objetivo de identificar outros casos de inadimplência além dos apurados pela auditoria do TCU.

140. Para que não ocorram outros casos de armazéns particulares em situação de irregularidade recebendo estoques públicos, a Conab realizou estudo para estabelecimento de rotinas para acompanhamento de liminares. Foi estabelecido que a área jurídica da empresa encaminhasse mensalmente uma relação de todas as liminares interpostas e revogadas para a adoção das providências necessárias.

141. A Conab relatou que, no decorrer de 2010, foi demandada a realizar a movimentação de 255.383 toneladas de milho em grãos depositado nos estados de Mato Grosso e Goiás, que estavam em armazéns com desvios constatados pela fiscalização, com contrato de depósito vencido ou impedidos de contratar com a administração federal.

142. Ante o exposto, e tendo em vista que a Conab estabeleceu em seu contrato de depósito a exigência de garantias reais, conforme legislação vigente, mesmo que através da retenção de valores como forma de não inviabilizar o negócio e prejudicar os produtores, considera-se a **Determinação 9.1.1 cumprida**.

143. Verificou-se que a Conab revisou os processos internos de recuperação de débitos buscando uma padronização de procedimentos. Houve progressos em relação ao índice apurado na auditoria, porém a companhia deve buscar alcançar a meta de totalidade de ações ajuizadas no prazo, primeiro passo para êxito em contendas judiciais. Assim, entende-se que a **Determinação 9.1.5** ainda encontra-se **Em Cumprimento**.

144. Considerando que a Conab realizou análise das empresas que estão impedidas de armazenar produtos públicos, porém, devido à complexidade da tarefa, ainda não removeu ou vendeu todos os produtos ali armazenados, entende-se a **Determinação 9.1.6** como **Em Cumprimento**.

### 3. Conclusão

145. O presente trabalho trata do monitoramento das deliberações desta Corte de Contas relacionadas ao Acórdão 123/2010-Plenário, que apreciou Auditoria Operacional, realizada em 2009, na ação de Formação de Estoques Públicos.

146. Para que se pudesse medir o grau de implementação das deliberações do Tribunal, foram adotados cinco níveis de classificação: a) Implementada/Cumprida; b) Em implementação/Cumprimento; c) Parcialmente Implementada/Cumprida; d) Não

Implementada/Cumprida; e) Não mais aplicável. A classificação “Parcialmente Implementada/Cumprida” agrupa as deliberações que foram objeto de adoção de alguma medida, não há perspectiva de adoção de outras em curto prazo, mas os resultados não foram considerados suficientes. A classificação “Em Implementação/Cumprimento” abrange as deliberações que foram objeto de algumas medidas e que ainda estão sendo trabalhadas pelos gestores.

147. De acordo com as informações obtidas e as análises efetuadas nesse trabalho, a situação das deliberações do Acórdão 123/2010-Plenário é apresentada na Tabela 6.

Tabela 6 – Situação das deliberações do Acórdão 123/2010-Plenário, em agosto de 2011.

Deliberações do Acórdão 123/2010-P	Situação
Determinação 9.1.1	Cumprida
Determinação 9.1.2	Em Cumprimento
Determinação 9.1.3	Em Cumprimento
Determinação 9.1.4	Cumprida
Determinação 9.1.5	Em Cumprimento
Determinação 9.1.6	Em Cumprimento
Recomendação 9.2.1	Implementada
Recomendação 9.2.2	Implementada
Recomendação 9.2.3	Em Implementação
Recomendação 9.2.4	Em Implementação
Recomendação 9.2.5	Em Implementação
Recomendação 9.2.6	Em implementação

#### Situação percentual por nível de classificação

Implementada/Cumprida	33%
Parcialmente Implementada/Cumprida	--
Em Implementação/Cumprimento	67%
Não Implementada/Cumprida	--
Não mais aplicável	--

148. Ressalte-se que não foram objeto de monitoramento e por isso não constam da tabela a determinação 9.3 (Plano de Ação), já cumprida, e o item 9.4 (envio de cópia do Acórdão, relatório e voto para os interessados), que tratam de providências administrativas internas já adotadas.

149. No presente monitoramento, realizado aproximadamente um ano e meio após a apreciação da auditoria original, constatou-se que 33% das recomendações/determinações do Acórdão 123/2010-Plenário foram implementadas ou cumpridas pela Conab e 67% encontravam-se em implementação/em cumprimento. Tal situação demonstra o compromisso dos gestores em adotar medidas para aperfeiçoar os pontos críticos apontados pelo TCU em relação à gestão da ação de Formação de Estoques Públicos.

#### 4. Proposta de encaminhamento

150. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, para posterior encaminhamento ao Gabinete do Ministro Raimundo Carreiro, relator do processo, com as seguintes propostas:

I) Encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser adotado pelo Tribunal, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentarem, e do inteiro teor do presente relatório para os seguintes destinatários: a) Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; b) Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); c) Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados; d) Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal;

II) Restituir os autos à Seprog para que programe a continuidade do monitoramento do Acórdão TCU 123/2010-Plenário;

III) Apensar os autos ao TC 009.789/2009-0 que trata da Auditoria Operacional na Ação Formação de Estoques Públicos;

IV) Arquivar os autos na Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo.”

É o relatório.

#### VOTO

O Tribunal realizou uma auditoria operacional com o objetivo de avaliar o processo de gestão de estoques públicos (TC 009.789/2009-0). A aquisição desses estoques é financiada pela ação “Formação de Estoques Públicos”, inserida na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) do Governo Federal, executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A iniciativa prevê a aquisição de uma cesta de produtos agrícolas que devem ser armazenados de forma segura e eficiente, para coibir desvios e manter a qualidade e quantidade dos produtos a serem lançados no mercado em época oportuna. Os produtos armazenados podem durar muitos anos se forem guardados de maneira adequada, constituindo-se em um importante ativo do Governo Federal.

2. A agricultura é uma atividade de risco e dependente de fatores climáticos. Variações nos preços dos produtos em razão do nível de produção são comumente observadas, e o Governo Federal intervém no setor com a finalidade de manter a estabilidade no mercado, além de dar garantias ao produtor. Nesse sentido, a Conab dispõe de diversos instrumentos relacionados à aquisição e ao escoamento de produtos. A aquisição de produtos pela Conab se dá por meio de Aquisições do Governo Federal – AGF (a União obriga-se a comprar determinado produto pelo preço mínimo estipulado à época) ou por Contratos de Opção de Venda – COV (modalidade que dá ao produtor rural ou à sua cooperativa o direito de vender seu produto para o Governo Federal, em uma data futura, pelo preço mínimo vigente). Nessas aquisições o Governo Federal passa a ter a posse e a propriedade da mercadoria adquirida, que levam à necessidade de estocagem, com todos os custos e os riscos envolvidos nessa atividade.

3. O escoamento de produtos, outro mecanismo utilizado para execução da PGPM, não propicia a formação de estoques públicos, e sim promove o escoamento dos produtos de uma região para outra. Os principais instrumentos utilizados pelo Governo Federal para esse fim são o Prêmio para Escoamento de Produto – PEP, o Prêmio Equalizador pago ao Produtor – PEPRO, o Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP, o Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja em Grãos – PESOJA e o Valor para Escoamento do Produto – VEP. Na execução desses instrumentos o Estado, mediante subvenção

econômica, faz com que um produto existente em uma região em que haja excesso e, conseqüentemente, preços mais baixos, seja escoado para outra região onde haja carência do mesmo produto.

4. A auditoria avaliou os processos de armazenamento e fiscalização dos estoques públicos relativos à PGPM, os sistemas informatizados de controle de estoques utilizados pela Conab, a logística de armazenamento dos armazéns públicos e o processo de recuperação de débitos oriundos de desvios e perdas de produtos.

5. Ao apreciar a matéria, o Tribunal efetuou diversas determinações e recomendações corretivas à entidade (Acórdão nº 123/2010-TCU-Plenário). Nesta oportunidade, submeto o assunto novamente a este Plenário, tendo em vista o trabalho de monitoramento das deliberações relacionadas ao mencionado acórdão, realizado pela Seprog.

6. A Seprog adotou cinco níveis de classificação para medir o grau de implementação das deliberações do Tribunal: a) Implementada/Cumprida; b) Em implementação/Cumprimento; c) Parcialmente Implementada/ Cumprida; d) Não Implementada/ Cumprida; e) Não mais aplicável. A classificação "Parcialmente Implementada/Cumprida" agrupa as deliberações que foram objeto de adoção de alguma medida, não há perspectiva de adoção de outras em curto prazo, mas os resultados não foram considerados suficientes. A classificação "Em Implementação/Cumprimento" abrange as deliberações que foram objeto de algumas medidas e que ainda estão sendo trabalhadas pelos gestores.

7. Ao concluir os trabalhos, a unidade técnica constatou-se que 33% das recomendações/determinações do Acórdão nº 123/2010-TCU-Plenário foram implementadas ou cumpridas pela Conab e 67% encontravam-se em implementação/em cumprimento. Ressalte-se que não foram objeto de monitoramento a determinação contida no item 9.3 (Plano de Ação), já cumprida, e no item 9.4 (envio de cópia do acórdão, relatório e voto aos interessados), que trata de providências administrativas internas já adotadas.

8. Consoante exposto no relatório precedente, todas as determinações e recomendações do Tribunal efetuadas mediante o citado acórdão foram objeto de providências por parte da Conab, sendo que algumas ainda estão em fase de implantação. A situação encontrada demonstra, a meu ver, o compromisso dos gestores em buscar corrigir/aperfeiçoar os pontos críticos apontados pelo TCU na auditoria operacional relativa à gestão de estoques públicos.

9. Em que pesem as providências até então adotadas pela entidade, ainda há pontos que merecem o acompanhamento deste Tribunal, notadamente a necessária atualização e padronização dos procedimentos relativos à fiscalização de estoques públicos e recuperação de débitos por via judicial, razão pela qual o monitoramento do Acórdão nº 123/2010-TCU-Plenário deve continuar.

Ante o exposto, Voto por que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 28 de novembro de 2012.

RAIMUNDO CARREIRO

Relator

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao primeiro orador inscrito, o ilustre representante do Rio Grande do Sul Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique; Senador Ruben Figueiró; Senador Ataídes Oliveira, que estava comigo há pouco tempo; e Senador Aloysio Nunes, eu quero fazer três registros.

Primeiro, quero dizer que, hoje, pela manhã, recebi, no meu gabinete, uma delegação dos Estados Unidos da América liderada pela Sr<sup>a</sup> Reta Lewis, representante especial para assuntos intergovernamentais Brasil-Estados Unidos, acompanhada do Sr. Mitchel Landrieu, assessor do Prefeito de Nova Orleans para a cultura e economia; do Presidente da Fundação de Futebol dos Estados Unidos, Sr. Ed Foster; e ainda do representante da Embaixada no Brasil. Nessa conversa, eles demonstraram um grande interesse em aumentar a parceria entre os dois países, principalmente na área dos esportes. A intenção é fomentar ações de inclusão direcionadas aos grandes eventos, e lembraram agora a Copa de 2014, a Copa das Confederações e as Olimpíadas de 2016.

Conversamos sobre a relevância da inclusão econômica e social e sobre a possibilidade de uma cooperação contínua, no âmbito federal, estadual e municipal, apoiada na parceria entre a área pública e a área privada, para promover a inclusão social e a igualdade. Nessa conversa, o principal viés foi o esporte. Tanto na opinião deles como na minha, o esporte, além de ser um fator de inclusão social, pode ser também um instrumento que contribui para uma melhor saúde da nossa juventude e que combate as chamadas drogas lícitas e ilícitas.

Estima-se que, somente para a Copa, o investimento calculado seja de R\$84 bilhões, além dos R\$11 bilhões programados para as Olimpíadas. A ideia é a de que esse recurso fomente também ações de inclusão no Brasil, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, quando lá a Copa se realizou.

Segundo informações, o maior acontecimento esportivo dos Estados Unidos é sediado em cidades diferentes a cada ano e tem provocado um grande impacto econômico. A repercussão econômica é tão grande, que chega a haver disputa de espaço da mídia e das principais empresas daquele país quando envolve o futebol e os outros esportes que lá são tão caros e tão importantes, como, por exemplo, o basquete.

A criação de uma Fundação de Futebol com as sobras financeiras da Copa de 1994, que bateu todos

os recordes de público, possibilitou um incremento no esporte e a criação de 1,1 mil campos de futebol. Segundo o Presidente da Fundação, Sr. Ed Foster, o foco é o atendimento das famílias de baixa renda, dos afro-descendentes, de pessoas com deficiência, de idosos, de integrantes das comunidades pobres, principalmente as latino-americanas. O objetivo é utilizar o esporte para avançar nas questões de saúde, para combater a evasão escolar, a obesidade e ainda as drogas.

Durante a visita, eles nos convidaram para conhecer a experiência de Nova Orleans, em maio do ano que vem, para participar da conferência dos prefeitos, como meio de fomentar a integração legislativa na área de inclusão.

Outro convite visava à participação no Simpósio Urbano de Futebol, que reúne líderes de todos os Estados americanos para a troca de experiências no âmbito esportivo. Eu falaria da importância do futebol no Brasil, com base, é claro, no meu convívio nessa área e na minha própria experiência quando menino e, depois, como jogador de futebol.

Por fim, quero dizer que fiquei muito satisfeito com a visita, cujo objetivo principal foi conhecer um pouco da experiência americana, passar a nossa experiência na organização de grandes eventos e promover parcerias entre as nações, com o foco principal na inclusão.

Tenho certeza de que temos muito a partilhar e a aprender, de forma conjunta. Eu até dizia a eles que gosto muito de uma música que diz que nós todos somos como as crianças, somos eternos aprendizes, com o que eles concordaram. Os grandes líderes são aqueles que aprendem permanentemente, não aqueles que acham que sabem tudo.

Segundo Reta Lewis, eles estão interessados na troca de informação sobre a experiência em grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo.

No âmbito legislativo – lá já houve a Copa, e aqui agora a Copa está sendo preparada –, a intenção é a da aproximação, no sentido de que possamos “conhecer a legislação implementada em razão dos jogos olímpicos”, que lá foi muito produtiva, e trocar experiências nesse sentido.

Sr. Presidente, quero também fazer outro registro que trata do Estatuto da Juventude.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo nosso amigo e Senador Waldemir Moka, do PMDB, realizará, por requerimento de nossa autoria, duas audiências públicas sobre o Estatuto da Juventude, do qual, por uma grandeza do Senador Jayme Campos, do DEM, eu fiquei sendo relator naquela Comissão.

A CAS vai debater, no dia de amanhã, o Estatuto da Juventude. No dia 15, teremos uma audiência em Porto Alegre. É nossa intenção, depois dessas duas

audiências, colocar em votação, no máximo no mês de abril, o Estatuto da Juventude, para votá-lo ainda neste semestre, de forma definitiva, no Senado, para que a Câmara possa votá-lo no segundo semestre. Assim, o Estatuto poderá ser implementado, de forma permanente, a partir já de 1º de janeiro. Não correríamos, com isso, o risco de não estarmos com o Estatuto em pleno andamento durante a Copa, de estarmos ainda discutindo-o.

Repito, amanhã, terça-feira, dia 12, a partir das 9 horas, no Plenário 9 da Ala Alexandre Costa, nós estaremos reunidos para essa audiência pública.

Na sexta-feira, dia 15 de março – por coincidência, é a data do meu aniversário –, estaremos em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa, no Plenarinho, debatendo com a juventude do Rio Grande e com outros convidados, em nível nacional, o Estatuto da Juventude.

O encontro na capital gaúcha é uma parceria com a Assembleia Legislativa, onde os Deputados Edegar Pretto e Nelsinho Metalúrgico estarão na Mesa, em nome daquela Casa Legislativa.

A Secretaria de Justiça de Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul também vai estar nessa parceria.

Está confirmada a presença de representantes da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), da UNE, de Centrais Sindicais e de movimentos sociais e representantes, como eu dizia, do Estado do Rio Grande do Sul.

O Estatuto da Juventude, com certeza, será um marco nas políticas públicas para a nossa juventude, com diretrizes específicas para a faixa etária de 15 a 29 anos, além de lançar regras para o acesso, por exemplo, a espetáculos culturais e esportivos, onde, com certeza, os estudantes vão garantir a meia-entrada. A discussão vai além. Não só o estudante, mas todo aquele que mostrar que não tem condição de pagar, sendo jovem, também pagaria a meia-entrada. Está se vendo onde vai dar o corte da renda familiar.

Também o transporte interestadual vai na linha da meia-entrada. Assim, avançaremos e daremos espaço, principalmente, para os que mais precisam, combatendo todo tipo de preconceito. O Estatuto trata disso, respeita as crenças e a orientação sexual e de vida de cada um nesse País.

A origem do Estatuto da Juventude é o ano de 2004, quando foi germinado e construído pela Comissão Especial da Juventude da Câmara dos Deputados.

Aprovado em 2011, pela Câmara, com um belíssimo relatório da minha conterrânea Deputada Federal Manuela D'Ávila, do PCdoB, o texto veio, então, ao Senado. No Senado, ele foi aprovado na CCJ, com

o relatório do Senador Randolfe Rodrigues, que, de forma elegante e tranquila, está conosco construindo essa parceria.

Atualmente, o Estatuto está na CAS, como eu já disse aqui, sob a nossa relatoria. É uma honra ser Relator desse projeto. Depois, naturalmente, se houver requerimento de urgência, como é a vontade de muitos Senadores, ele será, então, votado definitivamente aqui pelo Plenário.

Gostaria de salientar o que disse o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, que a votação e a aprovação do Estatuto da Juventude são prioridade de todos os Senadores e, como ele crê, de todos os Deputados Federais para 2013.

Creio que, quando não mais o nosso País der as costas para os nossos jovens, para a nossa juventude, aí, sim, poderemos dizer que somos uma grande Nação, uma Pátria na verdadeira concepção da palavra.

Lembro de uma frase conhecida: “Pobre daquele país que não tem um olhar carinhoso, respeitoso, propositivo para as suas crianças, para os adolescentes e para os idosos”.

Sr. Presidente, este não é apenas o País onde nascemos, não é apenas o nosso torrão natal, não é apenas o chão onde deixamos o nosso cordão umbilical, não é apenas onde vivemos, pisamos e respiramos, mas aquele berço que tudo transmite e dá a seus filhos e filhas mostra o horizonte sem pedir nada em troca, sem cobranças. Apenas em comum acordo. Uma parceria atávica. Pois é aí que eu acredito que está o segredo do nosso presente e futuro, aquilo que vai nos propiciar sermos donos do nosso próprio destino.

Por fim, Sr. Presidente, comento aqui como está a tramitação junto ao Executivo de um projeto de nossa autoria, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nós o aprovamos no Senado; está na Câmara; foi formatado, sob a liderança da Ministra Maria do Rosário; agora, uma comissão especial, da qual fazem parte Senadores e Deputados, para ao ajuste final.

Por isso, digo: quando me deparo com pessoas que me questionam sobre a necessidade de agilizarmos o Estatuto da Pessoa com Deficiência me vem à mente a necessidade de pontuarmos, em um documento legal, os anseios da sociedade, em especial desse segmento.

Apesar de levarmos em consideração a legislação brasileira sobre o tema, que é importantíssimo, entendemos que a abordagem do estatuto está centrada na modernização dessa legislação, bem como na própria Convenção Internacional, bem como na criação de um instrumento adequado à realidade brasileira, que possa contemplar anseios, em especial da comunidade das pessoas com deficiência.

O último censo apresentou o levantamento de aproximadamente 25% da população brasileira que possui algum tipo de deficiência. Isso significa, Senador Ruben, algo em torno de 45 milhões de pessoas.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi promulgada em 25 de agosto de 2009, pelo Decreto nº 6.949. Esse foi o primeiro documento internacional aprovado que obedece ao rito do art. 5º, § 3º, da nossa Constituição.

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência orienta a legislação em âmbito internacional. O estatuto, por sua vez, norteará as políticas públicas e a legislação brasileira no que diz respeito à pessoa com deficiência.

O objetivo do Estatuto da Pessoa com Deficiência é promover, proteger e assegurar o exercício equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência, promovendo, assim, o respeito e a dignidade.

O estatuto está sendo amplamente discutido, por mais de 12 anos, entre os diversos representantes dos segmentos das pessoas com deficiência.

Com vistas a adequar o texto do estatuto e a atualizá-lo de acordo com a legislação brasileira, em especial de acordo com a Convenção do Direito das Pessoas com Deficiência, bem como com vistas a incorporar as contribuições do movimento das pessoas com deficiência extraídas de três conferências nacionais, formou-se, a partir daí, por orientação da Ministra Maria do Rosário, de Direitos Humanos, um grupo de trabalho (GT), o Grupo de Trabalho para Análise, Revisão e Sugestão de Emendas para o Estatuto das Pessoas com Deficiência, que tramita no Congresso Nacional.

É importante registrar que esse Grupo de Trabalho está sendo coordenado, como eu dizia, pela Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência, que faz parte da Secretaria dos Direitos Humanos, que tem à frente a minha amiga admirável Ministra Maria do Rosário, a quem agradeço o apoio que tem dado em prol de que esse estatuto seja revisto de forma definitiva e de que possa contar com a colaboração da sociedade, a fim de que seja aprovado neste ano.

Antes da formação do GT do estatuto, o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (Conade) e a SDH/PR coordenaram cinco encontros regionais, nos quais um segmento amplo participou do debate.

O Estatuto deu, assim, contribuições para o aprimoramento. Essas contribuições também foram analisadas e incorporadas ao texto final pelo grupo que aqui eu citava.

Nossa proposta está extremamente alinhada a esse Grupo de Trabalho, que quero aqui parabenizar pelo árduo trabalho e dedicação.

Na semana que passou, esse grupo reuniu-se na Secretaria dos Direitos Humanos e avançou muito significativamente, chegando a 70% da revisão de proposições. Falta pouco, então, para a conclusão final.

No próximo mês, abril, esse grupo estará reunido novamente e dará oportunidade, mais uma vez, para que todos aqueles que queiram sugerir, analisar, questionar possam ali colocar seu ponto de vista, assinar ou mesmo mudar esse ou aquele artigo.

As penalidades previstas pelo não cumprimento da legislação oferecida, a habilitação e a reabilitação e as disposições finais e transitórias são apenas alguns itens que necessitam ainda ser aprimorados.

Estou convicto de que foram escolhidas as pessoas certas para estarem no lugar certo. Esse é o Grupo de Trabalho coordenado pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Nesse sentido, quero agradecer aos membros do GT do estatuto a responsabilidade com que assumiram esse desafio.

Esse Grupo de Trabalho é formado por especialistas na área de deficiência.

Não é possível citar aqui o nome de todos os integrantes. Por isso o faço citando meu agradecimento aos representantes do Ministério Público, representantes do Conade – Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência; representantes de Associações e Organizações das Pessoas com Deficiência; representantes dos Deputados Federais Walter Tosta e Eduardo Barbosa e das Deputadas Federais Mara Gabrielli e Rosinha da Adefal; bem como representantes do Senador Wellington Dias e do meu gabinete, que participam daquele dia a dia.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência apresenta muitos avanços a partir de ampla discussão dos representantes das pessoas com deficiência e agora em especial pelo GT.

Cito aqui alguns itens significativos:

1. o conceito de pessoa com deficiência está em evolução. A deficiência passa agora a ser vista como um somatório do corpo, seus impedimentos e uma série de barreiras externas que dificultam ou até mesmo impedem a participação dessas pessoas na vida em sociedade;

2. estamos adotando como classificação de deficiências, a Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF);

3. o estatuto alinhado à convenção define princípios em áreas, como educação, esporte, cultura, trabalho, comunicação, transporte, moradia, saúde. O

estatuto garante também direitos à habilitação, reabilitação profissional e ao ensino técnico profissionalizante;

4. está sendo adotado um novo conceito: residência Inclusiva, em substituição às Instituições de longa permanência;

5. o monitoramento da aplicação da convenção internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência está sendo incorporado pelo estatuto mediante a criação de uma comissão de monitoramento;

6. a tipificação de penalidades sobre infrações relativas à pessoa com deficiência, abrangendo a não observância de temas como acessibilidade, discriminação, preconceito e outros.

7. Outro item contemplado no Estatuto da Pessoa com Deficiência, e muito significativo, é a garantia da acessibilidade. Pontuo aqui a acessibilidade comunicacional desejada no Senado Federal por meio do acesso à comunicação, como o direito ao acesso aos programas da TV Senado e a todas as informações.

Por essa razão – o assunto já está sendo discutido com a Mesa desta Casa –, compactuo do desejo do Sindicato dos Tradutores, Guias-Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais do Distrito Federal (Sinprols), que me procurou para que os apoiasse no sentido de que o Senado possa contratar esses profissionais o mais rápido possível.

O sonho está se concretizando. Estamos avançando com a certeza de que, em breve, aprovaremos esse estatuto, que beneficiará, com certeza, cerca de 30 milhões de brasileiros. Tenho certeza de que o Grupo de Trabalho que está concentrado na tarefa de reescrever o estatuto e alinhá-lo com a Convenção Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência será coroado de amplo sucesso.

Sr. Presidente, vou para a conclusão. Estou feliz, acompanhando integralmente o Grupo de Trabalho coordenado pela Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – A luta continua, na certeza de que, em breve, a vitória será comemorada por todos, quando, enfim, a Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência será aprovada e sancionada.

Por fim, Sr. Presidente, quero lembrar aqui o nome daqueles que estão participando diretamente: Senador Luiz Lindbergh Farias Filho, Melissa Terni Mestriner; Senador Paulo Paim, Luciano Ambrósio, Senador Wellington Dias, José Ronald Pinto, Deputada Roseane Cavalcante de Freitas, Rosinha da Adefal, Rita de Cássia Tenório Mendonça, Deputado Eduardo Luiz Barros Barbosa, Renato Jaqueta Benine, Deputado Walter da Rocha Tosta, Ricardo Rosech Morato

Filho, Antônio José do Nascimento Ferreira, Laíssa da Costa Ferreira, Roberto John Gonçalves da Silva, Raquel de Souza Costa, Aline Albuquerque Sant'Anna de Oliveira, Manoela Marins Hartz, Joaquim Santana Neto, Ulrich Fernandes Palhares, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Waldir Macieira da Costa Filho, também Conselheiro do Conade. Juristas convidados: Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador Federal do Trabalho, da 9ª Região; Luiz Alberto David Araújo, Professor titular de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP); Luís Cláudio da Silva Rodrigues Freitas, Procurador da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil; Joelson Dias, advogado; Maria Aparecida Gurgel, Subprocuradora-Geral do Trabalho.

Era isso.

Considere na íntegra meus três pronunciamentos, já que tentei acelerar, porque sei que V. Exª foi tolerante com este Senador, dando-me muito mais do que os 20 minutos a que eu tinha direito.

Obrigado, Sr. Presidente.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre visita da delegação americana em 11 de março de 2013.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recebi hoje pela manhã, em meu gabinete, uma delegação americana liderada pela Sra. Reta Lewis, representante especial para assuntos intergovernamentais Brasil–Estados Unidos.

Acompanhada de Mitchel Landrieu – Assessor do Prefeito de New Orleans para cultura e economia –, do Presidente da Fundação de Futebol do Estados Unidos, Ed Foster, e representantes da Embaixada no Brasil, demonstraram grande interesse em uma parceria entre os dois países.

A intenção é fomentar ações de inclusão direcionadas aos grandes eventos esportivos que ocorrerão no Brasil: a Copa em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

Conversamos sobre a relevância da inclusão econômica e social, e a possibilidade de uma cooperação contínua no âmbito federal, estadual e municipal apoiada na parceria entre área pública e a área privada para promover a inclusão social e a igualdade racial.

Estima-se que somente para a Copa o investimento calculado é de 84 bilhões de reais, além dos 11 bilhões programados para as Olimpíadas.

A ideia é que esse recurso fomente também ações de inclusão no Brasil a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos.

Segundo informações o Superbowl, por exemplo, maior acontecimento esportivo dos Estados Unidos é sediado em cidades diferentes a cada ano, e tem provocado um grande impacto econômico.

A repercussão econômica é tão grande que chega a haver disputa de espaço da mídia, das principais empresas dos EUA.

A criação de uma Fundação de Futebol com as sobras financeiras da Copa de 94, que bateu todos os recordes de público, possibilitou o incremento do esporte e a criação de 1.100 campos de futebol.

Segundo o Presidente da Fundação, Sr. Ed Foster, o foco é o atendimento de famílias de baixa renda, afrodescendentes e integrantes de comunidades pobres americanas.

O objetivo é utilizar o esporte para combater questões de saúde, evasão escolar, obesidade, o crime e as drogas.

Durante a visita me foram formulados dois convites:

Um para estar, em maio, na cidade de New Orleans para participar da Conferência dos prefeitos estadunidenses como meio de fomentar a integração legislativa na área de inclusão.

Outro convite foi para a participação do Simpósio Urbano de Futebol que reúne líderes de todos os Estados Americanos para troca de experiências no âmbito esportivo.

Por fim, quero dizer que fiquei muito feliz com a visita e em poder conhecer um pouco da experiência americana na organização de grandes eventos e promover parcerias entre as nações com foco principal na inclusão.

Tenho certeza que temos muito a aprender e muito a compartilhar com eles.

Segundo Reta Lewis eles estão interessados na troca de informações sobre a experiência em grandes eventos esportivos, como Copa do Mundo e o Superbowl.

No âmbito legislativo, a intenção é da aproximação é no sentido de que possamos “conhecer a legislação implementada em razão dos jogos olímpicos” e trocar experiências com os setores público e privado.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

*Registro sobre audiências públicas: Estatuto da Juventude / Brasília e Porto Alegre.*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Waldemir Moka, realizará, por requerimento de nossa autoria, duas audiências públicas sobre o Estatuto da Juventude (PLC 98/2011).

Por sermos relator deste projeto na CAS, nós entendemos, e de comum acordo com as entidades e lideranças da juventude brasileira, a necessidade da realização de dois encontros antes de apresentarmos o relatório.

Portanto, amanhã, terça-feira, dia 12, a partir das 9 horas, no plenário 9, da Ala Alexandre Costa, nós estaremos reunidos para o primeiro encontro. Na sexta-feira, dia 15 (meu aniversário) estaremos em Porto Alegre, a partir das 9 horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, debatendo o Estatuto da Juventude. O encontro na capital gaúcha é em parceria com o gabinete do deputado estadual Edegar Pretto, com a Assembleia Legislativa e com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Está confirmada a presença de representantes da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), UNE, centrais sindicais, movimentos sociais.

O Estatuto da Juventude será um marco nas políticas públicas para a nossa juventude, com diretrizes específicas para essa faixa etária (15 a 29 anos), além de regras para acesso a espetáculos culturais, expedição da carteira estudantil, meia-entrada, transporte interestadual, combate a todas as formas de discriminação e preconceito, respeito às crenças, entre outros direitos.

A origem do Estatuto da Juventude é o ano de 2004, onde foi germinado e construído pela Comissão Especial da Juventude da Câmara dos Deputados.

Aprovado em 2011, pela Câmara, com um belíssimo relatório da deputada federal e minha conterrânea, Manuela D’Avila, do PC do B,... o texto foi então encaminhado para o Senado Federal.

Ele já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, a nossa CCJ, com relatoria do senador Randolfe Rodrigues, de uma forma elegante, precisa e certa.

Atualmente o estatuto está na CAS, como eu já disse aqui, sob nossa relatoria. Aliás, uma honra, uma missão, um desafio enorme.

Depois, será analisado pelas Comissões de Educação, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sr. Presidente, gostaria de saudar e salientar o que disse o presidente desta casa, senador Renan Calheiros, de que a votação e aprovação do Estatuto da Juventude é prioridade do Senado Federal em 2013.

Senhoras e Senhores, creio que, quando não mais o nosso País der as costas para os nossos jovens, para a nossa juventude, aí sim, poderemos dizer que somos uma grande nação, uma pátria na verdadeira

concepção da palavra: não apenas o país onde nascemos, não apenas o nosso torrão natal, não apenas o chão onde deixamos o nosso cordão umbilical, não apenas onde vivemos, pisamos e respiramos, mas aquele berço que tudo transmite e dá a seus filhos e filhas, mostra o horizonte sem pedir nada em troca, sem cobranças; apenas em comum acordo em parceria atávica, pois é aí que eu acredito que está o segredo do nosso presente e futuro, aquilo que vai nos propiciar sermos donos do nosso próprio destino.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando me deparo com pessoas que me questionam sobre a necessidade de se ter um Estatuto de Pessoas com Deficiência, logo me vem à mente a necessidade de pontuarmos, em um documento legal, os anseios da sociedade, em especial, do segmento das pessoas com deficiência.

Apesar de levarmos em consideração a legislação brasileira sobre o tema, entendemos que a abordagem do Estatuto está centrada na modernização dessa legislação, bem como na criação de um instrumento adequado a realidade brasileira que possa contemplar anseios em especial da comunidade das Pessoas com Deficiências.

O último censo apresentou o levantamento de aproximadamente 25% da população brasileira que possui algum tipo de deficiência, isso significa 45 milhões de pessoas.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi promulgada em 25 de agosto de 2009, pelo Decreto 6.949 e foi o primeiro documento internacional aprovado, que obedece ao rito do artigo 5º, parágrafo 3º, da Constituição da República.

A convenção internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência orienta a legislação em âmbito internacional, o Estatuto, por sua vez, norteará as políticas públicas e a legislação brasileira no que diz respeito à pessoa com deficiência.

O objetivo do Estatuto da Pessoa com Deficiência é promover, proteger e assegurar o exercício equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, promovendo o respeito e a dignidade.

O Estatuto está sendo amplamente discutido, por mais de doze anos, entre os diversos representantes dos segmentos das pessoas com deficiência.

Com vistas a adequar o texto do Estatuto e atualizá-lo de acordo com a legislação brasileira, em especial,

de acordo com a Convenção do Direito das Pessoas com Deficiência, bem como incorporar as contribuições do movimento das pessoas com deficiência extraídas de três conferências nacionais, formou-se um grupo de trabalho (GT) – GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE, REVISÃO E SUGESTÃO DE EMENDAS PARA O ESTATUTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE TRAMITA NA CAMARA DOS DEPUTADOS.

É importante registrar que esse Grupo de Trabalho está sendo coordenado pela Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência que faz parte da Secretaria dos Direitos Humanos, a qual tem a frente a admirável amiga Ministra Maria do Rosário a quem agradeço pelo apoio que tem dado em prol de que esse Estatuto seja revisto e que possa contar com a colaboração da sociedade a fim de que seja aprovado na Câmara dos Deputados.

Antes da formação do GT Estatuto, o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência – CONADE e a SDH/PR coordenaram cinco encontros regionais onde o segmento fez um amplo debate sobre o Estatuto e deu suas contribuições para o aprimoramento do documento. Essas contribuições também foram analisadas e incorporadas ao texto do estatuto pelo Grupo de Trabalho.

Minha proposta está extremamente alinhada a esse grupo de trabalho o qual parabeno pelo árduo trabalho e dedicação.

A semana que passou esse grupo reuniu-se na Secretaria dos Direitos Humanos e se empenhou muito, obteve um excelente resultado e avançou significativamente chegando a 70% da revisão e proposições, falta muito pouco para que esse Grupo chegue a conclusão dos trabalhos.

No próximo mês (abril) esse grupo estará reunido novamente e dará continuidade aos trabalhos, analisando temas como: Acessibilidade; As penalidades previstas pelo não cumprimento da legislação oferecida; A habilitação e reabilitação e as Disposições finais e transitórias. São apenas esses quatro itens que necessitam ainda ser analisados.

Estou convicto que foram escolhidas as pessoas certas e que esse Grupo de Trabalho, coordenado pela Secretaria dos Direitos Humanos nos apresentará brevemente o resultado do excelente trabalho.

Nesse sentido, quero agradecer aos membros do “GT do Estatuto”, pela responsabilidade que assumiram esse desafio.

Este Grupo de Trabalho é formado por especialistas na área de deficiências, não é possível citar aqui o nome de todos os integrantes, por isso o faço citando meu agradecimento aos representantes do Ministério Público, representantes do CONADE – Conselho Na-

cional da Pessoa com Deficiência; representantes de Associações e Organizações das Pessoas com Deficiência, representantes dos Deputados Federais: Walter Tosta e Eduardo Barbosa e das Deputadas Federais: Mara Gabrielli e Rosinha da Adefal; bem como representantes do Senador Wellington Dias e desse Senador que vos fala, Paulo Paim. (Lista de participantes EM ANEXO)

O Estatuto da Pessoa com Deficiência apresenta muitos avanços a partir de ampla discussão dos representantes das pessoas com deficiência e, agora em especial pelo GT.

Cito aqui alguns itens significativos que foram contemplados e incorporados no Estatuto, sugestões que serão apresentadas a Câmara dos Deputados:

O conceito de pessoa com deficiência está em evolução. A deficiência passa agora a ser vista como um somatório do corpo, seus impedimentos e uma série de barreiras externas que dificultam ou até mesmo impedem a participação dessas pessoas na vida em sociedade;

Estamos adotando como classificação de deficiências, a Classificação Internacional de Funcionalidades – CIF.

O Estatuto alinhado à Convenção define PRINCÍPIOS em áreas como educação, esporte, cultura, trabalho, comunicação, transporte, moradia, saúde. O estatuto garante também direitos à habilitação, reabilitação profissional e ao ensino técnico profissionalizante;

Está sendo adotado um novo conceito: RESIDÊNCIA INCLUSIVA, em substituição às Instituições de Longa Permanência;

O monitoramento da aplicação da convenção internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência está sendo incorporado pelo Estatuto mediante a criação de uma COMISSÃO DE MONITORAMENTO;

A tipificação de penalidades sobre infrações relativas à pessoa com deficiência, abrangendo a não observância de temas como acessibilidade, discriminação, preconceito e outros.

Outro item contemplado no Estatuto da Pessoa com Deficiência, e muito significativo, é a garantia da acessibilidade. Pontuo aqui a ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL também desejada no Senado Federal por meio do acesso à comunicação, como o direito ao acesso aos programas da TV Senado e a todas as informações...

Por esta razão compactuo do desejo do Sindicato dos Tradutores, Guias-Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais do Distrito Federal – SINPROLS, que me procurou para que os apoiasse no sentido de que o Senado possa oferecer esse serviço de forma a

oportunizar a todas as pessoas, incluindo os surdos, o acesso a comunicação do Senado Federal;

O sonho está se concretizando. Estamos avançando com a certeza de que em breve aprovaremos esse Estatuto que beneficiará muitas pessoas da nossa sociedade e que aguardam por muitos anos essa legislação.

Tenho certeza que o Grupo de trabalho que está concentrado na tarefa de reescrever o Estatuto e alinhá-lo com a Convenção Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência está mergulhado na análise para que esse ESTATUTO seja mais do que apenas um documento. Seja a prática vivida pelas pessoas com deficiência e o amparo legal que registra os anseios da sociedade, em especial do segmento das pessoas com deficiência.

Estou feliz, acompanhando e apoiando integralmente o Grupo de Trabalho coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos.

A luta CONTINUA na certeza de que em breve a vitória será comemorada, quando enfim, a Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência será aprovada e sancionada. E, mais do que isso, será disponibilizada para a sociedade e se tornará uma realidade para as pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, anexo a este pronunciamento incluo a lista dos participantes do GT Estatuto, que eu gostaria que constasse dos Anais desta Casa. Ratifico que foi muito bom poder contar com a presença de todos e ver o engajamento maciço nesta luta!!!

LISTA DOS PARTICIPANTES DO GT ESTATUTO  
I – REPRESENTANTES CONVIDADOS DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO CONGRESSO NACIONAL EM DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

Senador Luiz Lindbergh Farias Filho – titular e Melissa Terni Mestriner – assistente parlamentar – suplente;

Senador Paulo Renato Paim – titular e Luciano Ambrósio Campos – assistente parlamentar – suplente;

Senador Wellington Dias – titular e José Ronald Pinto – assistente parlamentar – suplente;

Deputada Roseane Cavalcante de Freitas – Rosinha da ADEFAL – titular e Rita de Cássia Tenório Mendonça secretária parlamentar – suplente;

Deputado Eduardo Luiz Barros Barbosa – titular e Renato Jaqueta Benine – secretário parlamentar – suplente;

Deputado Walter da Rocha Tosta – titular e Ricardo Rosech Morato Filho – secretário parlamentar – suplente.

## II – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

Antonio José do Nascimento Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência SDH/PR – titular e Laíssa da Costa Ferreira – Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência SDH/PR – suplente;

Roberto John Gonçalves da Silva – Diretor de Políticas Temáticas da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência SDH/PR – titular e Raquel de Souza Costa – Assessora da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência SDH/PR – suplente;

Aline Albuquerque Sant’Anna de Oliveira – titular – Assessora da Secretaria Executiva da SDH/PR e – Manoela Marins Hartz – Assessora da Secretaria Executiva da SDH/PR.

## III – REPRESENTANTES DO CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CONADE:

Joaquim Santana Neto – Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE);

Ulrich Fernandes Palhares – Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE);

Waldir Macieira da Costa Filho – Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE).

## IV – JURISTAS CONVIDADOS:

Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Desembargador Federal do Trabalho, da 9ª Região;

Luiz Alberto David Araújo – Professor titular de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP;

Luís Claudio da Silva Rodrigues Freitas – Procurador da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil; Joelson Dias – Advogado;

Maria Aparecida Gurgel – Subprocuradora Geral do Trabalho.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – V. Exª merece. Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao ilustre representante do PSDB do Mato Grosso do Sul, Senador Ruben Figueiró, com quem tive grande prazer e honra de ter dividido o plenário da Câmara dos Deputados durante muitos anos.

V. Exª tem a palavra.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer as expressões gentis de V. Exª ao saudar-me no instante em que devo ocupar a tribuna. Realmente, fomos companheiros na Câmara dos Deputados, na Constituinte, e aprendi muito com V. Exª, pela experiência que tem no trato das questões públicas e administrativas.

Mas, Sr. Presidente, o que desejo fazer neste instante é abordar alguns assuntos de interesse do meu Estado, assuntos que, naturalmente, já foram aqui levantados por eminentes Senadores, como Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Marisa Serrano e Antonio Russo. Desejo, no entanto, repeti-los, dado o interesse que despertam, sobretudo para chamar a atenção das autoridades da República para a realidade do que acontece em Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul é hoje um celeiro de ideias. Como é um Estado jovem, hoje com 34 anos, há muito o que pensar e realizar. Nosso Estado vive um processo construtivo cujos frutos serão colhidos pelas futuras gerações, que estão se preparando para fazer de uma terra generosa um lugar diferente para se viver. Por isso, pretendo trazer para a tribuna desta Casa temas que atualmente estão sendo debatidos por aqueles que amam o Mato Grosso do Sul e desejam vê-lo transformado nas próximas décadas numa das principais unidades federativas do País do ponto de vista econômico e social.

Desta tribuna quero ecoar aqui pensamentos de inúmeras personalidades importantes de nossa terra, como, por exemplo, o Conselheiro Cícero de Souza, Presidente de nosso Tribunal de Contas; Francisco Maia, Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul; Eduardo Riedel, Presidente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul; Sérgio Longhi, Presidente da Federação das Indústrias do Estado; e Ueze Zahran, um dos maiores empresários de nosso Estado, além de muitos outros que se dedicam de maneira visionária para fazer avançar nosso querido Mato Grosso do Sul.

Quero começar com as ideias do Dr. Cícero de Souza, homem que já atuou em diversos postos de grande relevância em nosso Estado, tanto no campo político como administrativo, o que o tornou, pela experiência e pela força de sua inteligência, conhecedor profundo de nossa realidade regional. O Dr. Cícero de Souza tem defendido teses importantes não somente para o nosso Estado, como para o País. Compartilho com ele do conceito de que Mato Grosso do Sul tem imenso potencial produtivo a ser explorado, mas não tem contado com a sensibilidade do Governo Federal, a despeito de importantes projetos apresentados nos

Ministérios, nas empresas estatais e em secretarias estratégicas.

Somos uma das unidades federativas mais bem localizadas do ponto de vista regional. Com uma extensão territorial de 356.000 quilômetros quadrados, temos duas bacias hidrográficas importantes nos ladeando: o Rio Paraná, ao sul; e o Rio Paraguai, a oeste. Temos divisas com a Bolívia e o Paraguai. Temos também navegabilidade ampla até a Argentina. Integramos o Centro-Oeste brasileiro, com o Mato Grosso ao norte, Goiás e Minas Gerais ao leste, e São Paulo e Paraná ao sul. Ou seja, temos uma posição geoeconômica extremamente vantajosa.

De norte a sul, somos agraciados com o famoso Aquífero Guarani, cujo manancial de águas subterrâneas é o maior do mundo. Além disso, grande parte de nosso território encontra-se no Pantanal Sul-mato-grossense, um dos maiores patrimônios naturais do Planeta, que convive em harmonia com a pecuária extensiva. Nesse ramo de atividade, temos o terceiro maior rebanho do País, com quase 28 milhões de cabeças de bovinos. Somos cortados de ponta a ponta pelo gasoduto Bolívia-Brasil, ao longo de aproximadamente 600 quilômetros de nosso território, mas esse produto nos beneficia quase nada. Uma vergonha! Precisamos reivindicar melhor aproveitamento dessa riqueza.

Somos, Srs. Senadores, grandes produtores de soja, milho, trigo, sorgo, algodão e outros mais, e estamos crescendo satisfatoriamente na produção de frangos, suínos e ovinos. Enfim, somos um Estado que reúne enormes condições para dar respostas a médio e longo prazos às demandas crescentes por alimentos no mundo. Temos reservas minerais extraordinárias, com o complexo “minífero” de Urucum, no Município de Corumbá, que abastece nossas siderúrgicas e constitui valor estratégico das nossas exportações para o exterior.

Mas o Mato Grosso do Sul também tem contrastes. Existem fatores negativos. Temos 79 Municípios e cerca de 2,2 milhões de habitantes. Mais de 80% dessa população vive concentrada em menos de 10 Municípios.

Essa realidade é um entrave para o nosso processo de desenvolvimento. Faltam estradas e rodovias pavimentadas. Faltam investimentos federais no setor de infraestrutura – investimentos que nos foram negligenciados após o processo de divisão territorial de Mato Grosso. Saímos perdendo, essa é a realidade. Hoje, Mato Grosso e Goiás têm uma economia mais pujante do que a nossa. Não houve uma relação equilibrada de desenvolvimento regional.

Mas podemos reverter esta história, com a nossa força de trabalho, com a nossa determinação, com a

nossa criatividade, fazendo, dessa maneira, de nosso Estado um modelo de desenvolvimento para o Brasil.

Proporcionalmente, nossa malha viária é uma das menores do País. Ela perfaz apenas 60 mil quilômetros. Desse total, 3 mil quilômetros são de rodovias federais; 12 mil quilômetros de rodovias estaduais; e 45 mil quilômetros de estradas municipais – geralmente de terra batida, e uma grande parte ficando intransitável em determinados períodos do ano.

Isso significa dizer que, para provocar uma transformação em nossa realidade socioeconômica, temos que desenvolver projetos que redesenhem o nosso mapa viário.

Temos que criar redes de capilaridade que permitam escoamento da produção, promovendo a ocupação de verdadeiros desertos territoriais, principalmente das regiões leste e nordeste e centro sul; além de toda a faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Temos que implantar rodovias entre os Municípios de Chapadão do Sul, Camapuã a Ribas do Rio Pardo; Paraíso das Águas a Três Lagoas; enfim, temos que ramificar e criar caminhos alternativos que possam impulsionar o progresso de toda essa região, para alterar nossa relação com os Estados que estão crescendo com maior vigor, tanto no Sudeste como no Centro-Oeste.

E a esse respeito, Sr. Presidente, tive a oportunidade de apresentar no final de semana um projeto de lei modificando o Plano Rodoviário Nacional, para permitir uma estrada transversal, que, saindo de Mineiros, em Goiás, vá a Umuarama, no Estado do Paraná, permitindo uma interligação com a região do Bolsão Sul-mato-grossense e as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia, que espero merecer o apoio de V. Ex<sup>as</sup>.

Essa é a única maneira de dinamizar a economia sul-mato-grossense e baratear os custos de transporte para que o nosso mercado seja mais eficiente e competitivo.

Enquanto isso não acontecer de maneira efetiva e ordenada, permaneceremos um Estado mediano, com grandes vazios improdutivos, condenados por uma economia de baixa performance e de baixa arrecadação tributária.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, um dos segmentos que deve contribuir decisivamente para que possamos alterar mudanças representativas no nosso processo de desenvolvimento é o do reflorestamento. Há cerca de 40 anos, começamos a ocupar espaço nesse setor econômico. Temos atualmente 320 mil hectares de floresta de eucalipto, caminhando célere para a faixa de 500 mil hectares. Só que todo esse processo foi feito de maneira desestruturada. Não havia sustentação logística para expandir o processo.

Não havia indústria para receber e transformar essa oferta de produtos.

Isso agora mudou radicalmente, com a instalação da Eldorado Celulose e Papel no Município de Três Lagoas, que se acrescenta às outras demais já existentes. Trata-se da maior fábrica de celulose do mundo, com capacidade para produzir 1,5 milhão de toneladas por ano de celulose branqueada já a partir deste ano.

O destino dessa produção – que utilizará como matéria-prima a madeira de florestas plantadas de eucalipto, fonte 100% renovável – é a exportação para os mercados produtores de papel localizados na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia. Foi um investimento de R\$6,2 bilhões, que vem dando um impulso inédito num dos maiores Municípios de nosso Estado: Três Lagoas.

Continuo, Excelências.

Claro que temos que ter cuidado com a monocultura. Mas a região do chamado Bolsão Sul-mato-grossense, que compreende um vasto território do leste do Estado, englobado pelos Municípios de Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Paraíso das Águas, Inocência e Três Lagoas, além de Paranaíba, tem uma profunda vocação para o reflorestamento.

O que falta agora são estradas cortando esses Municípios, abrindo perspectivas para a sua ocupação e escoamento da produção, visando a atender as demandas da Eldorado Celulose, que será crescente e intermitente.

O Governo Federal deve olhar com atenção para essa imensa região e apostar suas fichas nela. Ali teremos respostas rápidas de crescimento econômico, geração de renda, emprego, consumo e impostos para serem investidos no desenvolvimento social do nosso País.

Outro programa importante que vem sendo atualmente desenvolvido em Mato Grosso do Sul é o da heveicultura, ou seja, a cultura de seringueiras, que pode ser considerada uma forma de fixar o homem ao campo, proporcionar renda elevada e proteger o meio ambiente, com a vantagem adicional de recuperar áreas degradadas, que atualmente somam mais de 10 milhões de hectares em todo o Mato Grosso do Sul.

Permitam-me, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que eu lembre aqui o tempo em que exercia a titularidade da Secretaria de Agricultura e Pecuária de meu Estado, na administração do Governador Marcelo Miranda. Contando com o apoio decisivo do então Ministro da Agricultura, Iris Rezende, e com financiamentos do BNDES, dei vigor ao programa de microbacias, recuperando milhares de hectares de terras erodidas e assoreadas em diferentes Municípios do Estado.

Esse programa de microbacias, que infelizmente não existe mais no País, teve sucesso inicial quando do governo do nosso ilustre colega, o Senador Alvaro Dias, e resultou na recuperação das terras férteis do oeste paranaense.

Minhas homenagens, portanto, a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias, pela sua iniciativa pioneira e que, infelizmente, não teve seguimento neste País.

Hoje, a iniciativa privada está desenvolvendo no Município de Cassilândia o maior plantio irrigado de seringueira do Brasil. O projeto está sendo implantado às margens da BR-158 e nela foram plantadas 215 mil árvores, num total de 425 hectares.

Eu gostaria de chamar a atenção de V. Ex<sup>as</sup> para o trecho seguinte.

Como vem afirmando o nosso conterrâneo Cícero de Souza, a seringueira pode representar um nicho de mercado fundamental para o nosso Estado e para o Brasil. E uma das principais razões para isso é que essa cultura precisa de muita água para se desenvolver. E água é o que Mato Grosso do Sul tem de sobra, em função – como disse anteriormente – dos inúmeros rios que nos cortam e do potencial infindável do Aquífero Guarani.

Ouçó, com muita honra, o eminente Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (Bloco/PSDB – PR) – Meu caro Senador Ruben Figueiró, primeiramente, gostaria de fazer um agradecimento pela lembrança de um programa que teve êxito memorável no Paraná, foi considerado modelo para o mundo pela FAO, pelo Banco Mundial, foi aplicado em 38 Países, e que acabou sendo esquecido no Brasil, como disse V. Ex<sup>a</sup>. Realizamos, no Paraná, um programa que alcançou, basicamente, toda a área agricultável do Estado, programa com 40 práticas agrícolas diferentes, estabelecendo a compatibilização dos interesses da produção maior com a preservação ambiental; um programa de preservação ambiental, que mudou até mesmo a cor das águas dos rios que cortam o nosso Estado, que recuperou a fertilidade do solo, aumentou a produtividade rural do Paraná. Certamente, não fosse esse programa de microbacia, não teríamos a produtividade que temos hoje – a preservação do solo rico e fértil. Aliás, esta é uma missão das gerações presentes, em nome das gerações futuras: a preservação do solo rico e fértil, já que dele arrancamos a nossa sobrevivência, para que os nossos descendentes possam também dele usufruir. Essa é uma missão e cabe, exatamente, a quem governa definir programas, ações administrativas que possam preservar o meio ambiente e a produtividade do solo. V. Ex<sup>a</sup> lembra muito bem esse programa. E creio que é hora de revivê-lo. Acho que é tempo, ainda,

de voltarmos a ele; nem mesmo no Paraná ele ocorre mais, mas ele precisa ser restabelecido, para garantir às futuras gerações a terra rica e fértil e o meio ambiente preservado. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pela lembrança!

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS)

– Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, porque as informações que presta, neste instante, através do seu aparte, vêm enriquecer o meu pronunciamento e ressaltar a importância de se aplicarem programas como esse no nosso País, para a recuperação das terras que estão hoje, erodidas, principalmente pelo descaso, pela ausência do Poder Público em apoio ao homem do campo que procura produzir, nada obstante às dificuldades que encontra.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Mas eu gostaria de continuar, Sr. Presidente, dizendo que a plantação de seringa para produção do látex poderá render em torno de R\$30 mil por ano o hectare; ou seja; uma cultura ideal para ser feita em assentamentos rurais, para proporcionar, além de uma renda familiar, recursos suficientes para serem reinvestidos em culturas paralelas que podem, inclusive, diversificar a oferta de alimentos para consumo interno e externo.

Fala-se muito em reforma agrária, em apoio aos assentamentos, mas se esquecem de que existem possibilidades imensas para aqueles que devem ser assentados, de levar, através da renda auferida, uma vida condigna, o que todos nós desejamos.

Temos esperança de que isso ocorra nos próximos dez anos. Isso nos dará um impulso significativo. Isso ajudará o País a crescer e atender às demandas e carências de sua população.

Pude aqui, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, dar rápidas pinceladas sobre a realidade de meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Nosso potencial é imenso. Precisamos de investimentos. Precisamos de recursos públicos para desenvolver nossos projetos. Precisamos atrair a iniciativa privada para que nos ajude a construir os nossos sonhos.

Contamos com o apoio de todas as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores e agradecemos a atenção desta Casa...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS) – ... aos nossos reclamos.

Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Agradeço aos Srs. Senadores presentes a honra da audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ruben Figueiró.

Concedo a palavra, como Líder do PSB, ao nobre Senador representante do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique; prezados Senadores e Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nesta semana nós teremos, na quarta-feira, uma reunião dos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e de todos os Líderes partidários com os 27 Governadores dos Estados e do Distrito Federal, para buscar a construção de uma pauta de interesse comum dos Estados e do Distrito Federal.

Nos últimos anos, nós tivemos medidas importantes tomadas pelo Governo – medidas de desoneração tributária, de redução de juros, e agora, mais recentemente, de redução das tarifas de energia elétrica – que não foram suficientes para retomar os investimentos no nosso País.

No caso das desonerações tributárias, muitas vezes foram beneficiados setores da economia – específicos setores da economia – e que estão mais concentrados em determinadas regiões do País. Essa medida, se, por um lado, preservou milhares de empregos, por outro lado, reduziu o bolo de arrecadação que é distribuído para os demais Estados da Federação, com isso, reduzindo a capacidade de investimento dos Estados brasileiros. E a própria redução do preço desses produtos acaba acarretando uma menor arrecadação de ICMS por parte dos Estados e, com isso, também agrava a situação financeira e a dificuldade de investimentos a serem realizados pelos Estados brasileiros.

Com o objetivo de contribuir para ampliar a capacidade de investimentos dos Estados brasileiros, nós estamos apresentando uma proposta para ser debatida pelo Senado Federal e pelo conjunto de governadores, se assim entenderem necessário, alterando a Resolução nº 43 de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de créditos que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014.

Diz a nossa proposta de projeto de resolução que, nos exercícios 2013 e 2014, o limite, que antes era de 16%, poderá atingir 30%, desde que essas operações sejam destinadas ao financiamento de investimentos em infraestrutura – na área urbana e rural – e, em especial, nas áreas de educação, saúde e segurança, meio ambiente e mobilidade urbana.

Importante ressaltar que o atual momento econômico brasileiro, com queda de 4% em 2012 na formação bruta de capital físico – que representa o total de investimentos na economia –, demonstra que a economia brasileira enfrenta forte restrição para alcançar níveis satisfatórios de desenvolvimento econômico. As implicações de números tão ruins do investimento não são triviais. Do lado da demanda agregada, a

desaceleração dos investimentos gera efeitos restritivos às cadeias produtivas ligadas ao setor de bens de capital, enfraquecendo esse importante indutor do crescimento econômico.

A indústria, em geral, também sofreu os efeitos da falta de investimentos, com consequência na queda da competitividade brasileira. A atividade industrial recuou 0,8% em 2012.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF) – Portanto, é preciso que, neste e no próximo ano, de maneira urgente, seja incrementado o investimento público. As limitações impostas para o desembolso anual de recursos pelos Estados não vêm permitindo que investimentos sejam feitos na necessária velocidade para a retomada do crescimento do País.

O presente projeto de resolução visa remover esse entrave. Propõe que, para os exercícios de 2013 e 2014, o montante global das operações de crédito dos Estados e Municípios realizadas em cada exercício financeiro possa chegar a 30% da receita corrente líquida, ante os 16% atualmente em vigor.

Os entes da Federação que já tenham projetos elaborados ou estejam em fase de negociação ou mesmo aqueles que se dispuserem a tramitar novos projetos dentro do prazo estabelecido na norma poderão dispor de um limite adicional anual de 14% no fluxo das operações de crédito, de forma a acelerar os investimentos públicos na área de infraestrutura urbana e rural e, em especial, como eu já referi, nas áreas de educação, saúde, segurança, meio ambiente e mobilidade urbana.

É importante destacar que não haverá nenhum tipo de prejuízo ao equilíbrio fiscal do País, pois permanecem preservados os demais limites já definidos na legislação, em especial na própria Resolução nº 43 e na Resolução nº 40, ambas de 2001, relativos ao comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos e relativos aos montantes totais da dívida consolidada de 200% da receita corrente líquida.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF) – Ainda, Sr. Presidente, sob o ponto de vista do rigor fiscal, a proposição tem compromisso absoluto com a transparência fiscal, pois torna compulsório o reconhecimento, como despesa primária, dos investimentos realizados com os recursos nela previstos, impedindo, assim, que lance mão de transferência entre Governos e instituições financeiras, de modo a reduzir a transparência contábil das operações de crédito e dos dispêndios correspondentes.

Portanto, fica essa nossa colaboração para esse debate entre Presidente da Câmara, Presidente do

Senado, demais Lideranças Partidárias e os Governadores dos 27 Estados, como uma possibilidade de ampliação dos investimentos a serem realizados pelos diversos Estados da Federação com o objetivo de, retomando o investimento público, retomar o crescimento da economia, melhorar nossa infraestrutura, a nossa logística, que possa garantir o desenvolvimento sustentável da Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador e Líder Rodrigo Rollemberg.

Concedo a palavra ao Líder do PSDB, Senador Alvaro Dias, ilustre representante do Estado do Paraná, com quem tive a honra de dividir a tribuna dentro do grupo autêntico do PMDB, nos velhos tempos do MDB velho de guerra.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Luiz Henrique. Bons tempos aqueles. Boa lembrança. Certamente, se pudéssemos revivê-los hoje em matéria de dignidade e postura ética, o Brasil ganharia muito. E V. Ex<sup>a</sup> teve uma participação ativa ao lado de Ulysses Guimarães, sempre ao lado de Ulysses Guimarães, naquele memorável período da nossa história, de transformação política do nosso País.

Eu venho à tribuna hoje, Sr. Presidente, para me referir à fala presidencial na tevê, mais uma vez ditada pelo *marketing* de cunho eleitoreiro. Nós lamentamos. A presença dos Presidentes da República em horário gratuito na televisão sempre se deu por razões republicanas, sempre se deu por motivos da maior relevância para o povo brasileiro e quase nunca ocorreu com objetivos de natureza eleitoreira. Nos últimos anos, há a reincidência em matéria de ocupação de um espaço público, com o dinheiro público, com o poder da máquina pública para alcançar objetivos eleitoreiros.

Em cadeia nacional de rádio e televisão que foi ao ar na última sexta-feira, a Presidente Dilma utilizou homenagem ao Dia Internacional da Mulher para anunciar a desoneração da cesta básica. Ela se esqueceu de dizer que o PSDB propôs exatamente isso há pelo menos seis meses, mas ela vetou.

A apropriação indébita tem sido também hábito nos últimos tempos no País. Pelo menos nos últimos dez anos, há repetição do fato. Apropriam-se de fatos ou de feitos anteriores.

Em setembro de 2012, a Presidente da República vetou emenda proposta pelo PSDB, pelo Líder Bruno Araújo, na Câmara dos Deputados, aprovada pelo Congresso, que previa a desoneração da cesta básica. É risível alegar que a Presidente Dilma alterou a composição da cesta básica, por exemplo, ao incluir

produtos de higiene e limpeza. O texto aprovado pelo Parlamento, em 2012, isentava de impostos a cesta básica e delegava poderes a S. Ex<sup>a</sup> para definir por decreto a composição da cesta básica. Essa é a verdade, sem sofismas e sem falácias.

É preciso dizer que, nos últimos anos, nós estamos nos acostumando a constatar que a avaliação de um governo se dá não pelos seus feitos, realizações, resultados, e sim pela belíssima propaganda institucional no rádio e na TV, iludindo a opinião pública do País.

Ainda agora, há um institucional maravilhoso que aborda a eliminação da pobreza. A pobreza está sendo combatida por decreto e pela propaganda na televisão, e nós precisamos fazer justiça em relação a programas essenciais que reduziram a pobreza no País.

Eu já tive oportunidade, desta tribuna, de destacar, inúmeras vezes, que a redução das desigualdades começa, especialmente na nossa história contemporânea, com a Constituinte de 1988, com a Constituição cidadã. Ressaltei já que é preciso chamar a atenção sobre avanços e conquistas a partir de 5 de outubro de 1988.

Aqueles que proclamam seus feitos ignoram os dos demais. Precisamos reconhecer que os avanços, sobretudo no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, ocorreram especialmente a partir da Constituição de 1988. Mas me refiro, sobretudo, à Rede de Proteção Social, que não se expressa apenas no Programa Bolsa Família. Ao contrário, a queda da desigualdade, reduzindo a extrema pobreza de enormes parcelas da população, tem sólida e importante ferramenta em programas de transferência de renda, assegurados pela Carta Magna de 1988. É o caso da Previdência Rural e do Benefício de Prestação Continuada, que tem impacto extraordinário na redução da pobreza. Criado em 1971, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – Funrural pagava o benefício de meio salário mínimo ao lavrador pobre a partir de 65 anos de idade. Decorrente da determinação constitucional que impôs a universalização previdenciária, os benefícios foram ampliados para um salário mínimo, reduzindo a idade da aposentadoria: 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. O LOAS atende aos idosos com mais de 65 anos e a pessoas com deficiência em todos os níveis.

Os dois programas referidos são os grandes responsáveis pela redução da indigência de milhões de brasileiros – evidentemente, essa redução da indigência se fez com recursos da Previdência Social –, com efetivo ganho social para as famílias dos beneficiários. Em tomo o ano de 2009 como exemplo: a Previdência Rural atendeu oito milhões de aposentados, representando, em valores, R\$40 bilhões. Já o Benefício da

Prestação Continuada atendeu 3,1 milhões de idosos e deficientes, representando R\$16,8 bilhões. Comparativamente, o Bolsa Família, no mesmo ano, atendeu a 12,3 milhões de famílias...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Senador Casildo, na segunda-feira, o horário de Liderança é maior, vinte minutos. Tem sido assim nos últimos dias. Por isso, peço a V. Ex<sup>a</sup>. Eu não pretendo usar todo o tempo, mas eu gostaria de poder concluir o pronunciamento.

Comparativamente, portanto, o Bolsa Família atendeu a 12,3 milhões de famílias, gastando do Erário R\$12,5 bilhões. Portanto, há uma diferença brutal. A diferença de valores decorre da realidade de a assistência social variar, no Bolsa Família, de R\$22,00 a R\$200,00 por família beneficiada, enquanto que, nos dois outros programas, o valor do benefício corresponde ao salário mínimo.

Portanto, vamos aos números: os dois programas que têm origem, especialmente, na Constituição de 1988 significaram benefícios da ordem de R\$56,3 bilhões, em 2009, contra R\$12,5 bilhões do Bolsa Família.

Os cenários relatados, com números objetivos, demonstram que os programas de transferência de renda nascidos na Constituinte de 1988 são os principais responsáveis pela mobilidade social que estamos vivendo no Brasil. O seu desdobramento na redução da pobreza é fato indiscutível, não sendo doação de nenhum Governo, mas uma conquista imposta pelo texto constitucional.

Não se pode e não se deve, como vem ocorrendo na propaganda oficial, atribuir ao Programa Bolsa Família o grande foco da redução da pobreza. É instrumento importante no combate à miséria, não sendo, contudo, no enfrentamento da desigualdade. É emergencial e importante na conjuntura existente de indecente e horrorosa realidade social de marginalidade nas grandes periferias urbanas e no mundo rural, naqueles bolsões de atraso, geradores de relação de roupage feudal.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Atende a uma geração, em muitos casos, perdida em relação à perspectiva profissional. Nos filhos, no entanto, é que reside a esperança, daí ser fundamental a obrigatoriedade da matrícula escolar.

Vale recordar que o Bolsa Família é a unificação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás, criados no Comunidade Solidária pela saudosa Ruth Cardoso. Na sua origem, o Bolsa Escola condicionava a frequência mensal mínima de 85% de cada aluno, extinguindo-se quando atingisse 15 anos. O Bolsa

Alimentação determinava que a mãe fizesse consultas pré-natais, vacinação da criança recém-nascida e acompanhamento do peso, e o programa se extinguiria quando a criança chegasse aos quatro anos de idade.

Hoje, essas contrapartidas são relativizadas, não existindo um calendário para a porta de saída dos atuais beneficiários. O seu aperfeiçoamento é fundamental e a sua existência não pode ser questionada. Infelizmente, o uso demagógico e populista do programa vem gerando resistências injustificáveis a um programa de indiscutível valor social, até porque a fome e a miséria agridem a dignidade humana, O benefício recebido é mínimo e atinge o nível de pura sobrevivência. Lamentavelmente, no Brasil, a miséria foi transformada em bandeira eleitoral. É essa ação equivocada e demagógica que oferece argumentos injustos de desqualificação do programa.

Ao lado do Prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira, foi o Senador Cristovam Buarque, aqui em Brasília, que deu a largada para esse programa hoje tão debatido, tão discutido. É preciso fazer com que essa lembrança dos fatos coloque as coisas no seu devido lugar: a quem honra, honra; a quem faz justiça, justiça.

É chegada a hora, Sr. Presidente – estou concluindo – de reafirmarmos que muitos brasileiros contribuíram, na vida pública ou na vida privada, para que este País se desenvolvesse e produzisse os avanços que alcançamos. Especialmente o Plano Real é marco histórico nas transformações sociais deste País, e é impossível ignorá-lo.

Os inconformados é que promovem mudanças. E não há por que se conformar com os avanços alcançados. Há, sim, por que se preocupar com novos e necessários avanços, que se constituem em exigência da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Luiz Henrique deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Após as palavras do eminente Líder Alvaro Dias, eu tenho a honra de passar a palavra ao catarinense Senador Luiz Henrique da Silveira.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador e ex-Governador do meu Estado Casildo Maldaner, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, a cada dois

anos – a cada dois anos, Sr. Presidente –, o Brasil gasta acima de R\$1 bilhão com a realização de eleições.

Eu quero aqui lembrar o que representa R\$1 bilhão. Qualquer um que estiver me ouvindo pode fazer a conta. Do nascimento de Cristo até hoje só decorreu pouco mais de um bilhão de minutos. E a última eleição municipal custou mais de R\$1 bilhão. Com esse dinheiro, poderiam ser construídas 30 mil casas populares, 2,6 mil postos de saúde, 3,4 mil quadras poliesportivas cobertas. Só com equipamentos, Sr. Presidente, urnas, transporte de urnas, cadastramento de eleitores, relatórios e alimentação dos mesários foram gastos pelo Poder Público, nas últimas eleições municipais, por volta de R\$400 milhões.

Em renúncia fiscal às emissoras de rádio e televisão, o Governo dispendeu, no pleito de 2012, mais de R\$600 milhões, para que os candidatos tivessem acesso ao horário que se diz gratuito.

Como, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em 401 Municípios, houve a requisição de tropas federais para garantir a realização das votações, foram gastos com as Forças Armadas R\$24 milhões.

Tudo isso somado, volto a dizer, ultrapassou a cifra estratosférica de R\$1 bilhão.

Mas não estão computados nesse R\$1 bilhão os gastos incalculáveis, inavaliáveis dos candidatos, de seus apoiadores, dos militantes, dos partidos, das empresas, de todos os agentes que concorrem para o custo das campanhas eleitorais.

O Brasil não suporta, o povo não suporta, as Prefeituras não suportam, os Governos estaduais não suportam, a União não suporta, os eleitores e os candidatos não suportam, ninguém suporta mais essa sucessão desgastante de eleições a cada dois anos.

O custo físico e financeiro dessas eleições bianuais é brutal. O voto em lista aberta para vereadores e deputados, a coligação partidária nas eleições proporcionais e a maquiagem eleitoral dos programas de rádio e TV pré-produzidos vêm fazendo das campanhas eleitorais uma desenfreada caça ao tesouro.

O processo de eleição a cada dois anos não permite aos governos tempo para planejarem o médio e longo prazos. A Nação vive mergulhada no curto prazo, afogada nesse vai e vem desatinado de eleições bianuais. Mal saímos das eleições municipais, já estamos envoltos no debate sobre a escolha dos próximos Deputados, dos próximos Senadores, dos próximos Governadores e do próximo Presidente da República.

Deveríamos, sim, elegê-los a cada cinco anos, numa eleição só, de vereador a Presidente da República.

Aliás, a emenda que estabelece o mandato de cinco anos para prefeitos, governadores e Presidente da República, sem reeleição, foi aprovada, unani-

memente, na comissão que S. Ex<sup>a</sup> o Presidente José Sarney designou. Sob o comando do ilustre Francisco Dornelles, que hoje recebe da Associação Comercial do Rio de Janeiro uma justa homenagem, com base no trabalho daquela comissão, apresentamos os membros, sob a liderança do Presidente do Senado, proposta de emenda à Constituição que estabelece os mandatos executivos de cinco anos. Essa emenda está pronta para ser votada.

E eu ocupo esta tribuna para solicitar à Mesa, para solicitar ao Presidente desta Casa que ponha essa emenda imediatamente em votação neste plenário.

Mal saímos das eleições municipais, Sr. Presidente, Senador Casildo Maldaner, e já estamos envolvidos no debate das eleições do ano que vem.

O Brasil precisa de tempo! Os governos precisam de tempo! Os legislativos precisam de tempo! Todos precisamos de um tempo mínimo de cinco anos entre uma eleição e outra para sermos mais eficazes e para que possamos fazer o País caminhar, o País se planejar, o País estabelecer metas seguras para o futuro, sem marchas e contramarchas, o País seguindo para o desenvolvimento econômico com justiça social.

Mandato de cinco anos, coincidência eleitoral já!

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Eu tive a honra de passar a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Luiz Henrique, ex-Governador de Santa Catarina. Se eu tiver também a mesma, sou o próximo inscrito... Se V. Ex<sup>a</sup> me passar a palavra e presidir, ficarei imensamente honrado – ainda mais pelo tema que V. Ex<sup>a</sup> abordou, que é de fundamental importância, sobre não termos eleições a cada dois anos no Brasil.

*O Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Henrique.*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Obrigado.

Concedo a palavra ao ilustre Senador por Santa Catarina Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, Senador Luiz Henrique da Silveira, e caros colegas, os temas são diversos nesta Casa. Mesmo hoje à tarde, ainda há pouco, o Senador Luiz Henrique traçava a necessidade de termos mais tempo para planejar o Brasil, para não estarmos, a todo instante, a cada ano, já pensando em eleições. Saímos de uma, e já se fala nas próximas, do ano seguinte. Ficamos meditando sobre isso, discutindo coligações – é dessa forma ou é daquela –, e praticamente não sobra tempo para pensar numa coisa duradoura, para pensar no trabalho, nas coisas mais perenes, para se

ter uma coisa mais clara e se oferecer mais segurança até para os que investem, os que planejam, os que se estabelecem e que não querem tantas alterações no meio do caminho. As regras do jogo têm de ser mais perenes, como se diz.

E venho nesta tarde meditar um pouco sobre a insegurança, sobre as transformações da carga tributária, sobre as alterações que existem. As empresas muitas vezes se queixam de que se gasta muito ao administrar-se essa volúpia, essa carga de legislação.

Tenho analisado, e muitas dessas consultorias nos têm dito que, além da carga... Ela até não é tão enorme, e isso não é o que mais prejudica. Mas, para ministrar alterações em função das medidas provisórias que, a todo instante, aqui chegam... Altera-se isso, altera-se aquilo; hoje se recolhe de uma forma, amanhã já se recolhe de outra. E as empresas se perdem; para terem organização, gastam um terço, mais ou menos – só na organização do trabalho burocrático.

Então, desburocratizar. Esta é a grande luta: desburocratizar a carga, a legislação, os gastos que se têm para manter as coisas mais flexíveis, mais duradouras, mais normais.

Por isso, digo que todos que todos que passaram por um grave trauma sabem como é difícil esquecer-lo e o cuidado dispensado para que o fato causador não se repita. Acredito que é esse sentimento que o brasileiro vivencia quando se fala em volta de inflação, tão longo e duro foi o período em que fomos assolados por esse mal.

Diante do quadro, não se devem poupar esforços para garantir que esse fantasma não nos assombre novamente. Nos últimos anos, a principal ferramenta de combate à inflação tem sido o controle da taxa básica de juros feito pelo Banco Central.

Esse remédio, contudo, tem efeitos colaterais danosos, e deve ser administrado com parcimônia. Quando os juros se elevam, há um freio geral em toda a cadeia de atividade econômica: o investimento produtivo cai, e o consumo igualmente sofre redução. Com o desempenho do PIB em 2012 na casa dos 0,9%, uma desaceleração forçada pela elevação dos juros não é nada desejável, sem dúvida. Não é nada desejável, repito.

Então, essa preocupação é consistente. E hoje um dos únicos mecanismos do Governo para controle da inflação é a taxa Selic. Precisamos encontrar outros meios para que possamos avançar.

O empresário Benjamim Steinbruch, primeiro vice-presidente da Fiesp, expôs, em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, sua preocupação com uma eventual elevação dos juros e apontou o caminho que temos defendido constantemente nesta tribuna: eleva-

ção da produção através da redução de impostos e do investimento consistente em infraestrutura.

Na visão do empresário, que compartilhamos, se a inflação é uma desproporção entre oferta e demanda, não podemos perseguir o caminho da redução da demanda, mas, sim, o estímulo à elevação da oferta de bens e serviço, que traz como resultado o crescimento da economia.

A redução da carga tributária brasileira e investimentos sólidos na infraestrutura são condições *sine qua non*.

Precisamos reconhecer – não há dúvida – que o Governo Federal tem tomado algumas providências neste ou naquele setor, em diversos itens da economia. Há algumas posições tomadas.

As reduções e desonerações no setor produtivo ainda têm se mostrado modestas, além de se restringirem a ações pontuais em setores específicos. Seguimos carentes de um projeto mais amplo de reforma tributária, que inclua em seu bojo, além de uma substantiva diminuição da carga, a simplificação da paquidêmica burocracia e uma distribuição mais republicana da arrecadação.

Nossa carga tributária, que hoje consome cerca de 35% do PIB, é a segunda mais alta de toda a América Latina – perde apenas para a da Argentina – e exaure nossa agilidade e competitividade, interna e externamente.

A infraestrutura deficiente atua na outra ponta, elevando a níveis quase insuportáveis o custo Brasil. De um lado, para administrar a carga tributária, as empresas dependem de estrutura sofisticada e se queixam do custo alto para administrar a legislação, que é alterada a todo instante – uma hora, é feita alteração neste produto; uma hora, a alteração é feita neste ou naquele setor – por medidas provisórias. Com isso, é necessário um acompanhamento extraordinário. E essas empresas não têm como delimitar, como simplificar, como dizer “neste ano, neste segmento, será feito desta forma, vamos fazer a programação, e não haverá problema”. Não é isso que acontece. A todo instante, há alteração neste ou naquele setor, um produto é alterado, outro é retirado. E aí tem de haver um acompanhamento, é preciso uma estrutura extraordinária para poder acompanhar esse processo. Essa burocracia da legislação torna-se cara, penosa, sem dúvida alguma, e é transferida para o custo da produção também.

Repito: a infraestrutura deficiente atua na outra ponta, elevando a níveis quase insuportáveis o custo Brasil. A logística de transporte é exemplo clássico, e temos insistido nesse tema. Os jornais exclamam uma alarmante realidade, que corrobora nossa tese.

O custo de transporte da safra de grãos, Senador Luiz Henrique, sofre aumento de 70% e consome parte significativa do lucro dos produtores.

De acordo com o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária, o custo para escoar uma tonelada da produção agrícola do Município de Campo Verde ao terminal ferroviário de Taquari passou de R\$80,00 para R\$135,00 a tonelada, uma elevação de 68%. Em reportagem publicada no jornal *O Globo*, especialistas dão conta de que o peso do frete pode chegar a 40% do custo da produção de soja, e, quando se trata do milho, esse percentual compromete 54% de seu valor. Veja bem como é, Presidente Luiz Henrique.

Agora, imaginem a situação do pequeno criador de suínos ou de aves do oeste do nosso Estado ou do Rio Grande do Sul, que precisa arcar com custos de frete para trazer esses insumos do Centro-Oeste brasileiro, além de ter de arcar com suas próprias despesas para o escoamento da produção até os portos mais próximos! Quer dizer, traz-se a matéria-prima, transforma-se isso em valores agregados, trazem-se, por exemplo, os grãos, e, de lá, depois, levam-se os grãos aos portos, para que sejam distribuídos pelo mundo. Esses custos são uma coisa extraordinária! Nós nos aproximamos da completa inviabilidade de produção, retirando do mercado milhares de famílias que dependem exclusivamente dessas atividades.

Enquanto não tivermos uma rede ferroviária abrangente, conectando as principais cadeias produtivas do País – sejam elas agropecuárias ou industriais – com nossos portos e aeroportos, não teremos condições mínimas de competição e de crescimento.

Volto a dizer: reconheço que os esforços feitos pelo Governo Federal indicam a consciência de que essa é a rota a ser percorrida, mas é preciso mais amplitude, ousadia e, acima de tudo, efetividade. Santa Catarina, por exemplo, não tem sido contemplada a contento. As obras rodoviárias avançam a passos lentos, e os projetos ferroviários são praticamente inexistentes. Fala-se muito, fazem-se reuniões e reuniões, audiências públicas, mas a coisa não avança, demora. As pessoas envelhecem e não conseguem enxergar os avanços. Relegar a segundo plano as necessidades de um Estado com alta produtividade, que tem perfil exportador e que é forte arrecadador de tributos, é um erro estratégico que não pode ser cometido por uma nação que persegue o crescimento econômico.

Com a redução da carga de impostos, com o incremento na infraestrutura e com a melhoria do gasto público, tenho plena convicção de que solidificaremos os alicerces do desenvolvimento nacional de médio e longo prazo.

Acho que este é o caminho: chamar o setor produtivo. Acho que o Brasil tinha de chamar, para participar desses projetos de infraestrutura referentes a ferrovias e a portos, os fundos internacionais de previdência, verificando o custo-benefício. Eu acho que essa é a alternativa. É preciso regras claras. Temos de jogar com regras claras e duradouras. As eleições não podem se repetir a cada 24 meses, mas, com caminhos claros e decididos, esses investimentos internacionais de fundos de previdência vêm participar. Se o negócio é duradouro, Senador Vital do Rêgo, se é duradoura a mensagem de que dá para investir nisso, de que não há alteração a cada pouco tempo, o pessoal vem. Esses fundos de previdência têm a expectativa de que o rendimento é melhor do que se aplicado a 1%, 2% ou 3% ao ano nesses países desenvolvidos no mundo. Se, no Brasil, as regras são claras, eles vêm investir, eles vêm investir! E nós vamos levar para o oeste catarinense até o gás que vem da Bolívia para o Brasil, para que as indústrias que lá existem possam continuar funcionando, para que se possam levar as estradas de ferro e as intermodais de lá para os nossos portos do Atlântico. Há condições para isso, é claro, e temos de perseguir esses caminhos.

**O Sr. Vital do Rêgo** (Bloco/PMDB – PB) – Senador...

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Trago isso com muita alegria e com muita vontade, hoje à tarde, ao Senado, sob a Presidência de um catarinense, que é o Senador Luiz Henrique.

Eu não poderia encerrar sem antes ouvir a nossa Paraíba, na palavra do Senador Vital do Rêgo.

**O Sr. Vital do Rêgo** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Casildo, Santa Catarina nos premia hoje com duas reflexões importantes. A primeira veio do colega Senador Luiz Henrique, homem público de referência para nós do PMDB, para a bela Santa Catarina e para o País inteiro. O Senador Luiz Henrique, no seu pronunciamento, faz uma exortação ao Senado, ao Congresso Nacional, com um apelo para que esta Casa se mobilize no sentido de evitar esse sufoco, essa asfixia eleitoral que contamina o País a cada dois anos. Para o senhor ter um ideia, faço política desde que deixei a universidade de Medicina e a faculdade de Direito e, nos últimos 25 anos, já disputei 13 eleições ininterruptas no Parlamento, de Vereador em Campina Grande a Senador da República pelo Estado da Paraíba. A cada dois anos, há um processo eleitoral nas nossas vidas, na vida do cidadão brasileiro, e o Senador Luiz Henrique, novamente – e a cada fala sua presto muita atenção, até porque, nós, mais jovens, temos de aprender com essas figuras que têm um compromisso muito grande com a Nação –, mostrou

o prejuízo financeiro e orçamentário enorme, os prejuízos que não estão contabilizados nos números e que estão representados no imobilismo da Nação, pois, do período pré-convencional até o período pós-eleitoral, até a posse dos novos eleitos, fica o Brasil com uma agenda absolutamente omissa, inepta. A cada dois anos, acontece isso, ora nos pleitos municipais, ora nos pleitos estaduais ou federativos, em nível nacional. E é necessário que tenhamos a coragem – acho que essa deve ser a expressão correta – de encarar esse problema e de avançar com uma solução em que a Casa possa, no voto, tomar uma decisão. Querem um calendário eleitoral para o Brasil tanto a Câmara quanto o Senado. E V. Ex<sup>a</sup> nos traz, também por Santa Catarina, uma reflexão importante sobre o setor produtivo nacional. Estamos passando por uma fase delicadíssima, em que precisamos de remédios novos, eficazes e competentes, para que a economia possa destravar e para que os arranjos produtivos, elementos estimuladores dessa economia, possam acontecer no Brasil. Uma das expressões que ouvi com muita sapiência nas palavras de V. Ex<sup>a</sup> foi “confiabilidade”. O Brasil precisa ter da parte dos organismos internacionais, dos fundos e do capital estrangeiro confiança nas nossas regras, confiança no aporte dos recursos, para que, com garantias claras, esses recursos possam vir e facilitar o processo. Nós estamos atrasados na nossa infraestrutura logística. O senhor colocou aí as obras em Santa Catarina que precisam ser retomadas. Eu acredito muito no compromisso da Presidente da República, acredito muito no seu descortino em relação a esse tema. Se as respostas a essas mediações que foram dadas durante esses últimos dois anos com diversos marcos regulatórios importantes ainda não aconteceram, eu espero que, já a partir do mês de janeiro, quando os primeiros sinais de recuperação econômica parecem acontecer nos números, elas possam vir com os elementos que V. Ex<sup>a</sup> tão bem delineou no seu pronunciamento. Ressalto a palavra de V. Ex<sup>a</sup>. Saúdo V. Ex<sup>a</sup>, que é tão perspicaz, tão competente! V. Ex<sup>a</sup> muito bem representa o seu povo.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Eu recolho com muita alegria o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Vital do Rêgo, que não se esquece, inclusive, da universidade. V. Ex<sup>a</sup> veio do campo da Medicina e do Direito e lembra os medicamentos necessários, os remédios para podermos fazer com que o País... Na verdade, ressalta o pronunciamento do Senador Luiz Henrique, como o nosso. V. Ex<sup>a</sup> entendeu bem. E fecho com chaves extraordinárias: é preciso maior estabilidade, é precisar pensar no Brasil, oferecer confiança, traçar caminhos. Mas, como há eleições a cada 24 meses – saímos de uma e vamos para outra, e só se

fala nisso –, quem está de fora quer saber quais são as regras. Há regras claras, definidas? Disso é que nós precisamos, para oferecer confiança, para oferecer segurança para os investimentos, para que tenham durabilidade.

Encerro esta análise, agradecendo o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Cumprimento, mais uma vez, o Senador Luiz Henrique, que tem a honra de presidir esta sessão na tarde de hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo denso pronunciamento, como agradeço as referências generosas do ilustre colega, companheiro de Partido, Vital do Rêgo.

Concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira, que, confirmando a regra da grande mobilidade humana no nosso País, nascido lá, em Estrela do Norte, em Goiás, representa o Estado do Tocantins aqui, no Senado da República.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Quero deixar registrado que concordo com o discurso que V. Ex<sup>a</sup> acaba de fazer, a respeito dos prazos dos mandatos executivos em nosso País. Realmente esta situação é um grande entrave para o crescimento da Nação. Não há dúvida.

V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz em suas colocações ao dizer que os nossos gestores estão sempre em campanha. Como pode um País crescer dessa forma, Senador Vital?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, lamentavelmente, amargamos um dos menores índices de crescimento em nosso País. Ficamos entre os países que menos cresceram no mundo em 2012. Isto é risco. E vejo desemprego à vista. E me lembro, inclusive, de alguns belos discursos do nosso Senador Cristóvam Buarque, que sempre disse que a nossa economia está bem, mas ela vai mal. O desemprego, na minha concepção, está à vista, porque é sabido que o nosso País é autossustentável em praticamente tudo. Temos um povo humilde e trabalhador. Mas, quais são as causas, os gargalos que impedem o nosso crescimento?

E aí está Presidente, a reforma política, que a considero como a reforma mãe. Este Congresso está perdendo uma grande oportunidade de fazer uma belíssima reforma política, contemplando inclusive os cinco anos de mandato para o Executivo. Vejo que precisamos urgentemente também de uma reforma tributária,

de uma reforma fiscal, de uma reforma previdenciária e de uma reforma trabalhista.

Sem essas reformas, é difícil falar em crescimento. Gargalos nesta economia são muitos, mas queria colocar aqui tão somente três: investimento em infraestrutura. Não adianta, enquanto o Governo não voltar os seus olhos para investir na infraestrutura, é difícil falar em crescimento.

Também é difícil falar em crescimento quando um país não tem logística; quando estamos aí a dizer que somos o maior produtor de soja no mundo e não temos como escoar toda essa soja.

E o terceiro, a mão de obra desqualificada. Isso é muito grave! A China é um exemplo da importância de se ter mão de obra qualificada. O mundo foi para a China, as grandes empresas mundiais foram para a China, e não vieram para o Brasil. Por quê? Foram vários fatores, entre eles a qualificação da nossa mão de obra, e outros gargalos.

E foi exatamente a falta de mão de obra qualificada que despertou em mim o interesse em buscar informações sobre o chamado Sistema S, que é composto pelas entidades Sesi, Senai, Sesc, Senac, Senar, Sebrai, Sest, Senat, SESCOOP, ABDI, Apex, entidades essas criadas por lei, desde 1942, com a finalidade de qualificação da mão de obra, levar lazer e cultura ao povo, ao trabalhador brasileiro, urbano e rural, e o apoio a pequenas e médias empresas. São mantidas com recursos públicos, contribuições sociais, ou seja, tributos, descontadas coercitivamente sobre o valor bruto das folhas de salários.

Alíquotas, de 2.5 sobre cada categoria. No caso, por exemplo, Sesi e Senai, o Sesi recebem 1,5%; e o Senai 1%; mais 0,6% para o Sebrai. Significa que se desconta da folha bruta de pagamento 3,1% para o famoso Sistema S.

Pois bem, Presidente, diante desse quadro, resolvi, então, pesquisar na Internet sobre o Sistema S. Eu queria conhecer um pouco mais sobre essas entidades. Mas, infelizmente, nada encontrei, com exceção de um balancete de receita e despesa publicado pelo Sesi, em 2010. Diante disso, resolvi, então, requerer informações junto ao órgão fiscalizador – TCU –, que, através de um acórdão, nos respondeu me deixando perplexo, quando diz que o Sistema S estava cometendo dois crimes. Um deles era a falta de publicidade, que, apesar de a lei exigir e determinar o Sistema não os fazia. E o segundo, a arrecadação direta, no caso do Sesi, Senai, que fazem arrecadação direta com os empresários, sem, contudo, passar pela Receita Federal do Brasil.

Diante deste resultado, não vi alternativa, senão pedir auditoria em todo o Sistema S. Por felicidade,

consegui a aprovação desse requerimento. Mas o resultado completo dessa auditoria ainda não chegou às minhas mãos. Faltam, ainda, os resultados sobre o Senai, Sesi, Sesc, Senac e Senar –, mas acredito que, logo, em breve, terei essas informações em mãos, apesar de o TCU ter extrapolado o prazo – entretanto, reconheço as dificuldades que a nossa Suprema Corte de Contas tem para realizar o trabalho.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, resolvi, então, Senador Vital, escrever um livro que intitulei de *Caixa-Preta do Sistema S*. Não consegui encontrar outro título para este livro, *Caixa-Preta do Sistema S*. É uma síntese, é um resumo do resultado das auditorias que já recebi, feita pelos órgãos de fiscalização, o TCU e a nossa Controladoria-Geral da União e da nota técnica feita pela nossa Receita Federal, que é órgão arrecadador. Logo mais alguns uns dias, terei o restante dessa auditoria e, então, vamos dar sequência e escrever o *Caixa-Preta 2*.

Desde então, não me restou, Sr. Presidente, nenhuma dúvida de que o chamado Sistema S é uma verdadeira caixa-preta, em que não se respeita nada do que determina o art. 37, *caput*, da Constituição Federal, que trata dos princípios básicos da administração da coisa pública, que é a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência – nada disso vem sendo cumprido pelas entidades administrativas dos entes ligados ao Sistema S, que são mantidas com o dinheiro público, ou seja, tributos, que elevam o custo Brasil, ao longo dos seus 70 anos, e vêm, sistematicamente, malversando o dinheiro público, conforme pontos críticos verificados pela auditoria do TCU e CGU.

E aqui, Presidente, eu quero mencionar alguns desses pontos críticos.

O descumprimento ao princípio da publicidade, do qual já falamos. Não há publicidade no Sistema S, infelizmente.

A arrecadação direta. É inaceitável que os gestores do Sistema S, alguns deles há dezenas de anos à frente das entidades, arrecadem via boletos bancários, diretamente das empresas, como confessadamente fazem Sesi e Senai, que, em 2011, segundo o TCU, arrecadaram, respectivamente, aos contribuintes, R\$1,354 bilhão e R\$1,701 bilhão. É um estupro à lei. Será que isso não caracteriza uma apropriação indébita? – é a minha pergunta.

O volume da arrecadação. Somente em 2012, Presidente, o Sistema S arrecadou mais de R\$15 bilhões. Vinte e quatro Estados da nossa Federação não têm essa arrecadação em ICMS. O Norte do nosso País... O PIB dos nossos Estados, principalmente do meu e de outros mais... Nós temos que juntar aqui o PIB de, pelo menos, uns seis ou oito Estados para dar essa

arrecadação. E acredito eu que, neste ano de 2013, deve ultrapassar os R\$18 bilhões. Não sou que estou dizendo isso, não. É o Tribunal de Contas da União.

A disponibilidade financeira. Uma pequena disponibilidade financeira. O TCU disse que tem uma disponibilidade de R\$4,3 bilhões e que esse valor é crescente a cada ano. Mas quem prestou essas informações foi o próprio Sistema S. Eu tenho aqui, Senador Vital, um balancete do Sesi, que eu consegui colher via Internet. Em 31 de dezembro de 2010, o Sesi passou com uma aplicação financeira de R\$2,831 bilhões. Hoje, acredito que ela deve estar batendo na casa dos R\$ 8 bilhões. Olhem só! É uma entidade que foi criada com a finalidade exclusiva de qualificar mão de obra nesse país e levar lazer e saúde para o trabalhador. O que é que esse rio de dinheiro está fazendo em banco? Esta é a minha pergunta.

Contratação de pessoal...

**O Sr. Casildo Maldaner** (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Ataídes?

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) – Permito. Com todo o prazer.

**O Sr. Casildo Maldaner** (Bloco/PMDB – SC) – Eu, como já na vez passada, quando V. Ex<sup>a</sup> aqui esteve, tenho sido um ferrenho debatedor dessa tese sobre os quatro “S”. Das finalidades, o que deve fazer, o que deve atender, o que deve acontecer e dos valores, a transparência. E V. Ex<sup>a</sup> volta ao assunto. Eu acho que está dando até saudades no Brasil de ouvir V. Ex<sup>a</sup> pregar isso. V. Ex<sup>a</sup> é insistente, não deixa o pessoal dormir e mexe com o Sistema S no Brasil inteiro, para despertar a sociedade, inclusive até em relação aos valores enormes que estão aplicados, ou se estão atendendo... Mas V. Ex<sup>a</sup> coloca a lupa e mexe com o Brasil. Muita gente vai lhe ajudar nisso. Então, eu acho que é justo querer transparência com relação a esses recursos e sua finalidade, que é preparar mão de obra e dar condições ao trabalhador para que tenha seu lazer, saber o que estão fazendo e para onde vai. Eu acho que é justo e tem suas grandes finalidades. Agora, acompanhar de perto esses valores, eu não esperava, eu não sabia que era tanto dinheiro assim. Eu fico ruminando cá comigo: minha Nossa Senhora, um negócio desses! Quer dizer, eu acho que V. Ex<sup>a</sup> voltou à Casa matando a saudade de muita gente neste Brasil, mexendo com isso. E acho que vale a pena o debate franco, democrático e com transparência, para que todo mundo possa acompanhar. Sem dúvida alguma, mexeu com os quatro “S”, um setor que precisa de três, quatro, cinco Estados para alcançar esse PIB, da arrecadação de um exercício. É bastante dinheiro. E é bom o Brasil acompanhar isso. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ataídes.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado Senador Casildo. As vossas palavras, vindas de um Senador como V. Ex<sup>a</sup> muito me envaidece e ainda me dá mais coragem para tocar, para continuar tocando esse barco.

Mas, Senador Casildo, uma coisa que me chama muito a atenção é que o Norte – eu sou de lá – e o Nordeste deste País não têm escolas desse Sistema. E é uma preocupação da Presidente Dilma de instituir mais escolas profissionalizantes neste País. O Norte e o Nordeste não têm escolas especializadas. Os nossos jovens estão sendo tomados pelo craque porque não têm oportunidade.

O Sistema S, com esse rio de dinheiro, o que custa instituir escolas no norte e no nordeste deste País? Só institui no Sul e no Sudeste.

A minha intenção, Senador, é aprimorar esse sistema. Eu já apresentei um projeto a esta Casa, para aprimorar esse sistema, pois esse sistema é brilhante. Eu sou defensor do Sistema S. Agora vamos fazer a coisa como deve ser feita. É exatamente esta a minha intenção.

Pois bem, continuando com os pontos críticos.

Contratação de pessoal. A folha de pagamento do Sistema S já ultrapassou os R\$3 bilhões/ano. É um verdadeiro cabide de empregos. Nós vamos falar muito sobre este assunto.

Supersalários. Há salários por aí que ultrapassam o que pode ser considerado razoável pelo mercado. Aguardem que logo, logo esses salários serão mostrados.

Licitações. Como são entidades públicas de direito privado, não obedecem à Lei 8.666, de 1993. Então, as licitações são próprias, Presidente. Dá para imaginar, então, essa avalanche de dinheiro e essas licitações sem nenhum critério? Apesar de o TCU ter trabalhado firme em cima disso aí, não há fiscalização, não há acompanhamento. Imaginem essas licitações...

Fiscalização da CGU. Olhem só este número: a CGU declarou que de 172 entidades fiscalizadas 90% apresentaram irregularidades de toda natureza. 90%! Ou seja, há coisas erradas – e muitas coisas.

Cumulatividade de cargos. São verdadeiros feudos. Há segmento, há categoria, Presidente, em que um só dirigente tem nove cargos! Se são remunerados todos eles eu não sei. Mas nós vamos ficar sabendo. Mas tem nove cargos! Manda prender e soltar. É fiscal de si próprio. E isso é dinheiro do povo, porque, se dinheiro próprio fosse, como o dinheiro da minha empresa não haveria proplema... Mas é dinheiro do povo, é tributo.

Interessante. Há uma apropriação indébita. O Sistema S apropriou-se indevidamente de R\$3,3 bi-

lhões relativos a um erro de cálculo na distribuição feita pelo INSS da arrecadação do salário-educação, conforme matéria veiculada e anexada no meu livro, que eu acredito que é de conhecimento de muitos Senadores aqui. Houve um erro de repasse de R\$3,3 bilhões. Olha que fortuna! Esse dinheiro está nos cofres do Sistema S – dinheiro da educação que até hoje não foi restituído. Um problema que inclusive era do nosso ex-Ministro Haddad.

Cursos gratuitos oferecidos. Os cursos gratuitos caíram assustadoramente. Isso diz o nosso tribunal. E os cursos cobrados cresceram exorbitantemente. Fazer um curso hoje, no Sistema S, custa muito caro.

A aplicação no sistema financeiro. Com esse rio de dinheiro que eu acabei de colocar, só em 2010, o Sesi recebeu R\$276 milhões em rendimento de aplicação no mercado financeiro. No mercado imobiliário, só o Sesi arrecadou R\$276 milhões. Só no mercado imobiliário, ou seja, prédios adquiridos e alugados, isto é, fora da sua finalidade.

Cobrança pelos cursos em valores exorbitantes. Desvio de finalidade. As entidades foram criadas para uma finalidade e hoje atuam no mercado financeiro, no mercado imobiliário e no mercado da educação.

Contabilidade do sistema. O TCU disse que os métodos contábeis das entidades que formam o Sistema S não oferecem transparência, não são uniformes, não tem padrão técnico definido e a eles não é dada publicidade. Seus fatos contábeis constituem autênticos labirintos, que não obedecem aos princípios básicos da contabilidade estabelecidos pelo ITG 2002, do Conselho Federal de Contabilidade.

O BNDES. Recentemente, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Robson, em um seminário do TCU, disse que o BNDES estava concedendo a título especial R\$1,5 bilhão para abertura de novas escolas. Olha só que absurdo!

Porque o BNDES tem que fornecer mais R\$1,5 bilhão a título especial, em condições especiais, disse o presidente nacional da indústria.

Pois bem, Presidente, nos próximos discursos, irei descrever cada ponto mencionado, mas hoje vou – apesar de o meu tempo estar curto – tão somente falar sobre dois pontos, que são a falta de publicidade, estabelecida pela Lei nº 12.527, a Lei de Acesso à Informação, que exige que se dê publicidade. Esta Lei da Transparência, no seu art. 6º obriga que o Sistema S deve dar transparência. Também as nossas LDOs, a nº 11.768, art. 6º, parágrafo 3º, que diz que o Sistema S tem que dar transparência nos seus números. E isso nunca foi cumprido. E se alguém tiver dúvida, que vá à Internet, porque hoje pela manhã, eu não consegui

encontrar. E responde por crime, está descumprindo, está infringindo a Lei.

Arrecadação direta. Eu gostaria de fazer um comentário muito rápido. O acórdão 2527 do TCU disse que o SESI e o SENAI continuam adotando a prática de arrecadar parte de suas receitas de contribuições sociais diretamente das indústrias, sem intervenção da Receita Federal. Aqui a coisa fica extremamente séria e grave, porque é tributo, e se é tributo, só quem pode arrecadar é o Governo, é o Estado.

A lei nº 11.457... E eles arrecadaram, só no último ano, R\$3,5 bilhões. R\$3,5 bilhões! SESI e SENAI chegaram às empresas e fizeram uma arrecadação direta. Olhe o que diz a lei, Senador Vital que atribui à Receita Federal e não facultou, sem qualquer ressalva, a competência para planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais incidentes sobre a folha de salários. A lei é muito clara.

Mas vamos mais um pouco mais adiante. Essa lei transferiu,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) – ... sem ressalva nenhuma, para a Receita Federal.

Agora, vamos ao art. 7 do Código Tributário Nacional. Já dizia que a competência tributária é indelegável, ou seja, a função de fiscalização só pode ser atribuída a outra pessoa jurídica de direito público e funcionários de carreira. Pois bem, a nossa Constituição Federal, art. 37, XXII, Emenda nº 42/2003, que determinou que a administração tributária é atividade essencial do Estado, indelegabilidade e somente pode ser exercida por servidor de carreira.

O Decreto Lei 200, lá de 1967, já impunha o dever de fiscalização relativamente às entidades do Sistema S, uma vez que são mantidas por contribuições sociais.

*(Interrupção do som)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PSDB – SC) – Para V. Ex<sup>a</sup>, mais dois minutos para concluir.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Mais grave ainda é o fato de a arrecadação direta se dar por intermédio de guia própria. Existe a GEFIP. Os empresários têm que colocar o valor devido e no mês seguinte recolher, por intermédio da GPS. Ou seja, para esses empresários não recolherem, eles tiveram, então, de zerar esse quadro. No meu entendimento, esses empresários, esses milhares de empresários, estão inadimplentes com a Receita Federal. Aí é muito sério, aí é muito grave!

Se somarmos os últimos cinco anos, encontramos um valor em torno de R\$16 bilhões. Se corrigirmos o valor devei chegar à casa dos R\$60 bilhões. Isso vai comprometer nossos empresários e nós vamos ter de criar uma forma, Senador Vital, para resolver isso com muito carinho... Com muito carinho! No meu entendimento, esses empresários hoje estão inadimplentes com a Receita Federal do Brasil.

Isso é extremamente grave e muito perigoso. E a lei está aí e é muito clara!

Pois bem, Presidente, eu vou encerrar e agradeço o prazo que me foi dado a mais. Quero dizer que, só para finalizar... Às vezes, há um questionamento em relação à natureza tributária dessas contribuições sociais, mas é uma discussão inócua, benéfica ao Sistema S...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) – ... porque o art. 149 da Constituição Federal de 1988 diz, no texto da lei...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) – ... que não mais se discute a natureza tributária das contribuições sociais e, conseqüentemente, a natureza pública dos recursos das contribuições sociais. É tributo.

E um acórdão do Supremo Tribunal Federal, no qual o eminente Ministro Gilmar Mendes, diz o seguinte:

*Natureza tributária das contribuições. As contribuições, inclusive as previdenciárias, têm natureza tributária e se submetem ao regime jurídico-tributário previsto na Constituição. Interpretação do art. 149 da Constituição Federal. Precedentes.*

Não sou eu que estou dizendo, que estou interpretando este artigo, mas sim o nosso brilhante e notável Ministro Gilmar Mendes.

Muito obrigado, Presidente. *(Fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço o brilhante discurso do Senador Ataídes Oliveira. É pena que não tenhamos tempo regimental suficiente para que ele prossiga na sua abalizada exposição. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra, como Líder do Partido dos Trabalhadores, ao Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)*

Ausente S. Ex<sup>a</sup>, concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, nobre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, ilustre representante da Paraíba, nosso companheiro Senador Vital do Rêgo.

Antes de passar a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, eu gostaria de registrar a presença aqui de um extraordinário empresário que, lá no interior de Santa Catarina, no meio-oeste, em Caçador, construiu uma competente empresa fabricante de produtos de informática. Inclusi-

ve, para que o Brasil tome conhecimento, em Caçador se produzem, entre outros aparelhos de informática, modernos *tablets*.

Está aí o empresário que preside a Braox, essa conceituada empresa, essa empresa de inteligência brasileira.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Saúdo o Presidente Luiz Henrique e o empreendedorismo de Santa Catarina, que V. Ex<sup>a</sup> colocou com muita propriedade.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a comissão externa criada para acompanhar os programas de revitalização e transposição do Rio São Francisco fez, nos últimos dias 7 e 8, visita ao eixo norte do projeto, ao lado do Ministro da Integração, órgãos gestores e órgãos de controle – Tribunal de Contas da União e CGU –, para ver, *in loco*, aquele que é o maior programa de segurança hídrica da Região Nordeste.

Essa etapa sucedeu, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma série de audiências com as autoridades envolvidas na extraordinária obra, como resultado de uma crescente inquietação da sociedade nordestina com o atraso de sua execução, aliada aos efeitos devastadores da maior seca nos últimos 40 anos que estamos vivendo.

Muitos dos 16 lotes construídos estavam parados ou andando letargicamente, havendo necessidade de uma conjugação de vontades técnico-políticas do Governo Federal, Poder Legislativo e órgãos de controle para o seu pleno restabelecimento.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, na região dos quatro Estados – Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco –, o quadro da nossa seca é alarmante, brilhante Senador Ataídes! Não há diferenças entre as regiões visitadas.

No leito da estrada, amontoam-se muitas carcaças de animais, atestando a morte de mais da metade do nosso rebanho. Não há reservas hídricas, pequenos açudes, barragens que possam acumular minimamente água. Apenas o verde da copa da caatinga configura o que os técnicos chamam de seca verde.

Não existe pasto para alimentar o rebanho ou o cultivo da sobrevivência para alimentar a família.

Quilômetros e quilômetros percorremos sob o sol escaldante com nuvens de poeira, justamente nesta época do ano, em que era para estar chovendo.

O resultado da ausência de obras estruturantes como essa que propôs, de forma corajosa, o Presidente Lula é o abandono do campo por falta de perspectivas, resultando na migração de famílias, principalmente os jovens, para os grandes centros urbanos.

Ensinam-nos os mais velhos, Senador Casildo: “Uma coisa é ver, outra é contar”; ou “O que os olhos não veem o coração não sente”.

Pois bem, ao lado dos colegas Senadores Humberto Costa, Relator desta Comissão, Inácio Arruda e o meu conterrâneo paraibano Cícero Lucena, e com a companhia do Deputado pernambucano Pedro Eugênio, ficamos impressionados com a grandiosidade dessa obra, Senador Casildo.

O Governo Federal, através do Ministério da Integração, ultima, Senadora Vanessa, os derradeiros contratos dos saldos remanescentes dos antigos lotes do eixo norte, que foram transformados agora em metas. A paisagem árida e seca ganha a presença humana e de máquinas na retomada dos serviços tardiamente retomados.

Já se pode afirmar, com compromisso, que, em 2010, teremos, ao seu final, 100 quilômetros de cada eixo de canal abastecidos. É uma boa notícia para ser dada aos compatriotas dos quatro Estados, cuja esperança já estava se esvaindo.

Quero deixar registrado o total engajamento do Ministro Fernando Bezerra Coelho, que acompanha, passo a passo, o processo de remodelagem contratual e conclusão dos serviços. Não há um só detalhe de que o Ministro não tenha conhecimento e cuja existência ou aplicação ele não tenha capacidade de defender.

A visita que iniciamos pelos túneis Cuncas I e II, na minha Paraíba, em São José de Piranhas, até a tomada d’água na cidade de Cabrobó, em Pernambuco, foi potencialmente rica para conhecer outras fases do projeto que precisam ser divulgadas, com uma preocupação do Governo para dar integração como finalidade da obra.

Ouçó V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Vanessa.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Vital. Eu quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, porque eu sei e o Brasil, não apenas os nordestinos, mas nós brasileiros e brasileiras sabemos o que representa essa grandiosa obra que vem sendo feita desde o Governo do Presidente Lula para todos os nordestinos brasileiros. A possibilidade de ter o sofrimento diminuído pela falta de água. Então, a obra da transposição é, sem dúvida nenhuma, uma das mais importantes deste Brasil. E V. Ex<sup>a</sup> tem a capacidade de fazer um pronunciamento com a emoção. Eu estou aqui não só ouvindo, mas vendo V. Ex<sup>a</sup>, Senador Vital, e sinto o seu pronunciamento, porque é assim que V. Ex<sup>a</sup> o faz, com o sentimento daquele que conta os dias para ver o sofrimento da sua gente, não só da Paraíba, mas de todos os demais Estados nordestinos sendo encerrado com a conclusão dessa obra, que é grandiosa e não

é só para os nordestinos, é para o Brasil inteiro. Parabéns, Senador Vital.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senadora Vanessa. Somente a sensibilidade de uma mulher como V. Ex<sup>a</sup>, como tantas mulheres deste Brasil, é capaz de ver e ouvir a emoção que toma conta de todos nós nordestinos.

Diversas fontes emotivas, da tristeza que eu canto aqui, que eu choro aqui, quando eu vejo esses quatro Estados com a mesma paisagem desoladora dessa seca que ultima os nossos rebanhos, que deixa o homem, Senadora Vanessa, apenas sobrevivendo graças à transferência de renda que revolucionariamente foi implantada neste Governo – e para a qual eu acho que é preciso encontrar, e digo sempre, a porta de saída, mas que conseguiu para nós, nordestinos, aqueles que estão lá, meus irmãos nordestinos, criar um mínimo de sobrevivência.

Hoje, nesses quatro Estados, é essa transferência de renda por vários programas existentes no Governo Federal que alimenta a fome daqueles que nada têm. E é por isso que a minha voz, neste instante – e eu tenho certeza absoluta que falo pelos Senadores Cássio e Cícero, que têm o mesmo sentimento –, é de cobrar, é de fiscalizar, como faz essa Comissão Especial, que não ficou aqui, mas foi para lá e vai estar durante todos os meses do ano até que a obra definitivamente seja entregue.

É uma obra, Senadora Vanessa, que a senhora precisa ir e ver, por maior que seja o diagnóstico que eu possa dela fazer. Ver, por exemplo, um túnel escavado em uma rocha, Senador Presidente, com 15 mil metros de extensão; o maior túnel hídrico da América Latina, por onde passará, por 9 vezes, 7 metros de comprimento, água para saciar a sede desses quatro Estados.

É impressionante o túnel Cuncas I, e outras tantas obras importantíssimas que são o desafio da engenharia humana, da inteligência nacional, vencendo os obstáculos da natureza, mas vencendo para fazer o bem, para trazer vida – e, como diz a Bíblia, vida em abundância.

Obrigado pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

São as ações suplementares estruturantes para garantir a sustentabilidade hídrica nos Estados que apresentamos. Obras como as vertentes litorâneas na Paraíba, o Canal do Cariri – CAC, no Ceará –, o ramal do Apodi, no Rio Grande do Norte, e Entremontes, em Pernambuco, são complementares a esse extraordinário desafio. Não fica apenas, Senador Ataídes – agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela atenção –, na transferência, na transposição da água do São Francisco para as barragens reguladoras do eixo norte e leste; várias

obras complementares, suplementares, importantíssimas, valiosíssimas, para oferecer, definitivamente, segurança hídrica na nossa região.

Quanto ao processo licitatório dessas obras complementares, a Comissão vai acompanhar *pari passu* para que não haja atrasos e trabalhar junto com o Governo Federal para que as obras também sejam entregues ao tempo final do projeto.

Mas, Presidente, é oportuno destacar a responsabilidade ambiental e social do programa. É uma obra de R\$8,2 bilhões. A última previsão fechada nesse prognóstico: R\$8,2 bilhões. V. Ex<sup>a</sup> falou em tanto volume de recursos. A grandiosidade dessa obra, a magnitude dessa obra de R\$8,2 bilhões. Um bilhão de reais, Senadora Vanessa, vêm sendo aplicados no diagnóstico, na pesquisa e no ensino para gerações futuras da nossa fauna, da nossa flora, nos nossos estudos arqueológicos das nossas origens, na preservação do nosso bioma, com a Universidade do Vale do São Francisco.

Essa Universidade está se especializando. Lá, durante a visita, fomos acompanhados por diversos professores que compõem os departamentos dessa universidade, Senadora Vanessa. Imagino que, no Amazonas, com o bioma lá da Região Norte... Nós, no Cariri, na Caatinga, não tínhamos isso. O semiárido nordestino, que tem 18 milhões de pessoas, não tinha o direito de conhecer a sua fauna, a sua flora; e, hoje, só de espécies, para a senhora ter uma ideia – espécies pequenas, não as espécies da Região Norte, por força da grandiosidade da sua vegetação, mas as espécies pequenas da nossa região –, já foram catalogadas pelas universidades, foram capturados 11 mil animais, onze mil pequenos animais, que vão servir para estudos, que vão servir para ensinar as gerações futuras e que vão explicar as nossas origens. Eu estou encantado, verdadeiramente encantado com o projeto.

Ouçó o Senador Ataídes.

**O Sr. Ataídes Oliveira** (Bloco/PSDB – TO) – Senador Vital, é sempre muito bom ouvi-lo. Imagino que o povo do seu Estado tenha muito orgulho de V. Ex<sup>a</sup>. Vejo também esse discurso tão emocionado. V. Ex<sup>a</sup> acaba passando isso para a gente – também estou, neste momento, emocionado. Eu conheço o Nordeste, uma parte do Nordeste, mas infelizmente o nosso povo brasileiro não conhece o povo nordestino. Conhece através da televisão, quando ela mostra aquele gado, aquela última vaquinha que estava ali dando leite para aquela criança e, de repente, está lá, só os ossos no chão, e aquele agricultor com a enxadinha, jogando aquela poeira para cima. Só veem pela televisão. Infelizmente, eles não tiveram a oportunidade que eu tive e tenho de ir *in loco* ver. Mas é um povo aguerrido, um povo trabalhador. Eles precisam de oportunida-

de. Essa transposição do Rio São Francisco vai dar a eles, Senador Vital, tudo que eles necessitam; vai dar a eles vida. Eles vão poder trabalhar, vão poder plantar e colher, porque o solo nordestino é fértil, e todos nós sabemos disso. O que se planta se colhe. Agora, só lamento uma coisa, Senador. Vejo a sua luta desde o dia em que cheguei nesta Casa, e a vejo com tristeza, pois já era para essa obra estar concluída. Mas tenho certeza de que, com a sua intervenção, do nosso brilhante Senador Cícero Lucena e outros, essa obra estará devidamente concluída, e aquele povo terá a água que merece. Muito obrigado.

**O SR. VITAL DO RÉGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Ataídes Oliveira, V. Ex<sup>a</sup> tem mostrado, nesta Casa, competência, habilidade e conhecimento. E, quando vem em socorro dos nossos compatriotas nordestinos, V. Ex<sup>a</sup>, que é de uma região rica de solo, de água e que precisa também de investimentos, como falou agora há pouco, tem a sensibilidade de nos socorrer com a sua palavra e com a sua ação. E é desses homens que precisamos para esta luta.

Eu lamento – e lamento com o senhor: é uma obra que já poderia ter sido entregue. Uma obra corajosa, ousada. O Presidente Lula, quando a anunciou, sofreu as maiores restrições, os maiores embates, os maiores desafios. Venceu todos. E, para implantá-la, houve outro desafio que nós do Governo estamos aprendendo.

Durante essa viagem por mais de 200 quilômetros visitando lote a lote, participando de meta a meta, o Ministro Fernando Bezerra Coelho nos orientava, nos informava sobre como foi difícil adequar as dificuldades de um projeto básico, que foi iniciado, à conclusão de um projeto executivo, que somente agora se pode dizer pronto, depois de tanto tempo.

Tudo isso com uma legislação nova, com o necessário rigor dos órgãos de controle e com uma série de dificuldades para que essa obra pudesse ganhar o ritmo que ganhou no início; caiu recentemente, mas agora estamos retomando com a remodelagem da transformação dos saldos remanescentes em metas. Essas metas foram licitadas novamente, para que, já no final de 2010, depois de tantos anos esperando, o nordestino desses quatro Estados pudesse dizer: “Graças a Deus, temos uma obra que nos dá dignidade de viver na nossa terra, onde nascemos, porque não queremos mudar, mas viver pelo menos tendo direito de plantar em um solo bom, precisando apenas de água, porque aqui, plantando, tudo dá”.

Ouçó o meu professor, o meu amigo, o meu mestre, um homem que conhece a região, de origem comum, Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador. Acho este tema que V. Ex<sup>a</sup> traz

hoje tão importante que deveríamos parar o Congresso para debater o assunto. É inacreditável o que o Brasil está sofrendo sem sofrer, como se fosse uma coisa nossa lá dos pobres nordestinos por causa da estiagem. Nem é uma questão dos nordestinos, mas do Brasil inteiro. Aliás, eu diria da humanidade. O que está acontecendo ali é tão grave como o que acontece na África, como o que acontece em lugares onde há um problema catastrófico da natureza, e que o mundo procura observar. Não sei como é possível que o senhor seja um dos raros a trazer o assunto aqui, em vez de pararmos, fecharmos o Congresso para discutir o tema. Segundo, o problema do Nordeste não é só a estiagem: são 500 anos de um tipo de economia predatória e excludente – predatória da natureza e excludente dos seres humanos. E não conseguimos enfrentar isso quando Juscelino trouxe Celso Furtado e mandou fazer um documento com a Sudene em 1959. Erramos ali, não em criar; erramos na orientação. Vou dizer como acho que foi. Eu participei do grupo a que Tancredo Neves pediu para elaborar um documento novo de atualização da proposta do Celso Furtado. Fizemos um documento chamado Uma Agenda para o Nordeste, que Tancredo publicou, divulgou em todo o Brasil. E nada acontece. Eu tenho a impressão de que está na hora de percebermos que o problema do Nordeste é o modelo de desenvolvimento brasileiro. Não é a estiagem local do Nordeste...

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – ...nem é mesmo só o problema do Nordeste. É o modelo que é, no Brasil inteiro, concentrador socialmente e predatório da natureza. E eu continuo insistindo: nós não vamos nos preocupar com a industrialização, nós vamos nos preocupar em fazer a população do Nordeste ser a mais educada do mundo inteiro. Cinquenta anos já, tem cinquenta anos. Já poderíamos ter feito uma revolução científica e tecnológica tão boa que não precisava ter problema com a estiagem, porque a estiagem é problema da agricultura. Se fosse uma civilização altamente científica e tecnológica enfrentaríamos a estiagem sem grandes problemas. O problema, portanto, não pode ser ignorado, e felizmente V. Ex<sup>a</sup> está aqui, tem que ser enfrentado...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – ...nos aspectos imediatos, que é falta de água, mas não pode ficar só nisso. Daqui a 50 anos outra seca grave tem que ser enfrentada do ponto de vista de uma alternativa de desenvolvimento do Brasil inteiro, includente, e equilibrada, ao invés de predatória e excludente.

**O SR. VITAL DO RÉGO** (Bloco/PMDB – PB) – As palavras de V. Ex<sup>a</sup>, com a sapiência que tem e com a

experiência que adquiriu, são tão esclarecedoras que eu quero deixá-las como o fecho final do meu pronunciamento. Há muitos e muitos anos somos esquecidos nesse modelo que V. Ex<sup>a</sup> colocou. Agora, essa obra por ser de inclusão, por ser uma obra que não traz apenas a água, mas ela muda...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Penso que demos o primeiro passo para ter a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, a rica palavra de V. Ex<sup>a</sup> transformada em uma ação efetiva.

Sr. Presidente, quero deixar aqui também dois apelos terminais: primeiro, um estudo que pedimos ao Ministro Fernando Bezerra para que conclua uma renegociação – na condição de membro titular e coordenador do Comitê Gestor do Banco do Nordeste – com agricultores, que estão perdendo as suas propriedades por conta da insolvência vitimados pela seca. Há ainda uma angústia muito grande na região.

Um segundo apelo que faço – e certamente o farão o Senador Cássio e o Senador Cícero: a inclusão de uma adutora na região Norte, no eixo norte, que possa trazer as águas do São Francisco para outra região completamente esquecida em termos de segurança hídrica e que precisa de água rapidamente, que é a inclusão do Vale do Piancó, exatamente para atender a uma grande reivindicação daquela população.

Eram temas sobre os quais eu gostaria de me aprofundar, por serem assuntos que merecem todo o destaque deste Senado, tanto a questão do BNB, quanto a questão do Vale do Piancó, falando mais sobre essas duas questões, mas tenho que respeitar os oradores que vão me suceder, e agradecer a paciência dos renovados momentos que V. Ex<sup>a</sup> me dá na Tribuna e agradecer aos Srs. Parlamentares pela oportunidade deste debate.

O tema é palpitante, o tema nos emociona e...

*(Interrupção do som.)*

*Durante o discurso do Sr. Vital do Rêgo, o Sr. Luiz Henrique deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Sem dúvida alguma, Senador Vital do Rêgo, a importância desse tema, a importância do São Francisco no Nordeste.

O Senador Vital do Rêgo, Senadora Vanessa, Senador Ataídes, Senador Cristovam Buarque, além de ser médico, é advogado e poeta. O que ele faz com tanta emoção? Ele transformou o sofrimento, os animais perecendo, as pessoas passando fome... Ele parecia um Luiz Gonzaga, aquela terra ardendo em fogo...

Eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

Vamos torcer todos nessa linha.

Com a palavra o eminente Senador, Professor Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Senadoras e Senadores, Sr. Presidente. Nós acabamos de ouvir o discurso do Senador Vital do Rêgo, e vimos, com a emoção que caracteriza sua fala aqui, um debate sobre um dos problemas mais fundamentais da história do Brasil. Mas eu digo “mais fundamentais”, ao longo dos 500 anos.

Essa periodicidade com que o nosso Nordeste enfrenta estiagem, seca, falta d’água, morte de animais, pessoas sofrendo, agricultura perdida... A cada tempo nós temos isso. E já houve intenção de cuidar disso, desde Dom Pedro II, quando, na seca de 1870,, ele disse que se fosse preciso ele venderia as jóias da Coroa para enfrentar o Nordeste. E nós iniciamos um movimento naquela época, o Brasil, preocupados com a água. O problema era como se fosse apenas de água. Criou-se o DNOCS, que não foi capaz de resolver.

Houve uma geração seguinte. Criou-se uma saída pela economia, que foi liderada por Juscelino com o auxílio de Celso Furtado.

O problema é criar no Nordeste um desenvolvimento econômico que diminua a desigualdade com São Paulo e o Sul. Em nenhum momento se pensou, se trabalhou, a idéia de que, talvez, o problema fosse falta de educação. Talvez o problema fosse o Nordeste não ter uma massa crítica de ciência e tecnologia que permitisse elevar o nível de vida e, inclusive, enfrentar o problema da estiagem. Ou porque com a ciência a gente consegue reduzir a estiagem ou porque com a ciência a gente não precisa ter uma dependência tão grande em relação às chuvas. Não se pensou!

Já imaginaram se todo o dinheiro gasto no Nordeste, a partir do projeto de Celso Furtado, tivesse sido investido em educação, no desenvolvimento de grandes universidades, na formação de grandes institutos de ciência e tecnologia, como fizeram na Califórnia, como é feito em Israel? Por que não pensamos nisso? Por que nós, brasileiros, não damos a importância devida ao maior de todos os recursos que um povo tem: os cérebros dos seus habitantes? A terra é importante? É, mas não é mais o fundamental no mundo moderno. É o cérebro. Nós não demos importância. Mas o mais grave é que não demos importância no Nordeste nem no Brasil.

O que quero falar hoje, Senador? Quero ler aqui um editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, de sábado passado. É um editorial que repercute um documento da máxima importância. Esse documento, que foi pu-

blicado pelo movimento Todos pela Educação, é um raio X do futuro do Brasil, um raio X do futuro. Se você quiser ver como vai ser o futuro de um país olhe como é a sua escola pública no presente. Um corpo passa pelo raios X e ele diz a doença que há, mas uma avaliação da situação da educação de um país mostra o país que a gente vai ter no futuro. Esse documento é de pessoas sérias, lideradas por Arthur Gerda, um grande empresário que é auxiliar da Presidenta Dilma, e mostra a tragédia que estamos vivendo depois de quase 30 anos de democracia, depois de 20 anos de governos social-democratas de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, depois de 10 anos do governo do Partido dos Trabalhadores. É um editorial que transcreve, apenas resumidamente, o que aqui está. Começa dizendo:

*Criado por educadores, pesquisadores, empresários e gestores públicos com o objetivo de elevar a qualidade do sistema de ensino do País, o movimento Todos pela Educação desenvolveu vários mecanismos de avaliação para saber se as políticas educacionais estão surtindo efeito.*

*Além de identificar escolas com bom desempenho para verificar se os métodos pedagógicos por elas adotados podem ser disseminados para toda a rede ensino, o movimento estabeleceu metas de produtividade para 2022, ano do bicentenário da Independência, e periodicamente divulga relatórios sobre a situação de cada uma delas.*

E veja a tragédia que nós temos, Senador Aloysio. Uma das metas prevê que todas as crianças estejam na escola até 2022. Veja como estamos atrasados: a meta é de que tenhamos todas as crianças na escola até 2022! A maior parte dos países do mundo, com potencial razoável como o nosso, já tem todos na universidade, Senador Aloysio. Eles já têm todos na universidade, Senadora Vanessa. A meta deles hoje já não é toda criança na escola, porque já a cumpriram. A deles é grandes centros de ciência e tecnologia, na área da neurobiologia, da informática, da nanotecnologia, da pesquisa espacial.

Eles estão na área da pesquisa espacial, da nanotecnologia, da biotecnologia, e nós querendo colocar todas as crianças na escola! Será que não nos damos conta do atraso que isso representa?

Mas é mais grave, Senador: essa meta ridícula – de tão modesta de ter todas as crianças na escola em 2022 – não está caminhando bem. Não estamos caminhando na direção de cumprirmos a meta, como vou mostrar daqui a pouco.

Uma segunda meta estabelece que toda criança esteja alfabetizada até os 8 anos. Vocês já pensaram que meta modesta, ridícula de tão pequena, já entrando no final do primeiro quarto do Século XXI, que será em 2022, a gente ter toda criança aprendendo a ler aos 8 anos? Isso quer dizer que muitas crianças que ainda vão nascer não vão ter atendidas as suas demandas educacionais, porque 2022, aos 8 anos de idade vai estar a criança que nasceu em 2014.

Oito anos!

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Apenas um minuto, com todo prazer.

Para ver como isso é um atraso, quantas crianças das classes média e alta brasileiras esperam para aprender a ler aos 8 anos? Elas prendem muito antes, e nós temos como meta 2022.

Isso é uma vergonha! É uma meta vergonhosa! Mas o mais grave é que não estamos caminhando para cumpri-la. Quando analisamos a meta – como esse documento aqui, imparcial e com gente séria –, pegando o que nós queremos em 2022, analisemos onde deveríamos estar em 2011, e eles vão mostrar que estamos aquém da meta. Ou seja, em 2022, não vamos cumprir esta meta. E é fácil dizer o porquê entre outras razões. Agora mesmo um documento que eu vi em que o Ministro diz que está discutindo com os secretários para que essa meta possa vir a ser alcançada. Caramba! Discutindo com os secretários? Isso mostra falta de interesse, mostra falta de seriedade, mostra o descompromisso do Governo Federal, porque nos outros assuntos eles não ficam debatendo com os secretários, eles tomam a decisão e fazem. Na hora de salvar a indústria automobilística não houve reunião com os secretários da Fazenda do Brasil. O Presidente da República ou a Presidenta decidiu fazer uma desoneração para vender mais carro. Mas para colocar as crianças aprender a ler aos oito anos o Ministro diz: “Nós estamos conversando com os secretários.” E enquanto conversamos há menina e menino nascendo, menina e menino chegando na idade da escola, ficando fora da escola ou entrando na escola e saindo antes do tempo, ou ficando na escola um pouco mais de tempo e sem aprender o que precisam. Como eu vou mostrar daqui há pouco.

Senador Aloysio com todo o prazer.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> ocupa a tribuna e faz um alerta e esse seu alerta não podia ser mais oportuno em relação a esta abdicação da exigência de uma sociedade que aspira a ser uma sociedade que propicie desenvolvimento integral às pessoas. A ab-

dicação dessa exigência está prestes a se consumir, porque nós temos na nossa Ordem do Dia uma medida provisória tratando da educação à qual foi apresentada uma emenda, a emenda do Senador Alvaro Dia, propondo exatamente aquilo que V. Ex<sup>a</sup> propõe: que a alfabetização comece aos seis anos de idade. Essa emenda foi proposta à medida que está na Ordem do Dia e foi rejeitada na Câmara. Faz V. Ex<sup>a</sup> um pronunciamento, quando nós nos preparamos para votar essa medida provisória no Senado. Se V. Ex<sup>a</sup>, com a autoridade que tem, levar ao Presidente Renan a sugestão, e creio que estará falando em nome de todos nós, para que essa medida provisória seja deliberada pelo Senado com a maior urgência, haverá tempo para que ela retorne à Câmara e para que a Câmara aprecie a modificação que o Senado vier a introduzir, porque o prazo para perda de eficácia dessa medida provisória só expira em abril, de modo que nós teremos tempo de fazer essa correção, de aprovar a emenda – que é uma exigência nacional –, sem prejuízo da validade da medida provisória, pois teríamos tempo para que a Câmara voltasse a examiná-la quando saísse daqui. Então, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> é um alerta, um alerta oportuno. E V. Ex<sup>a</sup>, repito, tem autoridade moral, intelectual e política para diligenciar junto ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, para que essa votação possa ocorrer em tempo. Muito obrigado.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Eu que agradeço, Senador, e eu aceito essa sua tarefa. Hoje mesmo vou pedir uma audiência. E gostaria que a Senadora Vanessa e que o Sr. Presidente aqui da Mesa fôssemos juntos. Mas pedirei hoje mesmo a audiência.

Senador, eu não vou ler todo o relatório, apenas dizer: a terceira meta estabelece que todas as crianças e jovens de 14 a 17 anos se matriculem na série mais educada, porque um dos problemas trágicos do Brasil é a quantidade de crianças em séries defasadas.

A outra meta é que os alunos concluam as três primeiras séries do ensino médio até 19 anos. Deveria ser até os 17, no máximo 18.

A quinta está relacionada aos investimentos.

Pois bem, vamos às análises. Aqui há um documento que mostra com clareza que esse relatório apresenta mais um retrato desolador da educação brasileira, especialmente do ensino médio. Eu quero chamar atenção para duas coisas: a palavra “desolador”, “retrato desolador”, e “apresenta mais um”. Mais um. Não é o primeiro, não é o segundo, não é o terceiro. É mais um retrato desolador da situação da educação brasileira. E vou mais longe: um retrato desolador da educação brasileira de hoje é um retrato desolador do Brasil no futuro. Eu repito: se quiser ver

o futuro de um país, olhe como está a sua escola no presente. O futuro de um país tem a cara da escola no presente. Nosso retrato do futuro é desolador. Não adianta dizer que o Brasil é um país emergente, que o Brasil é a sexta potência ou a sétima economia do mundo, que nossos turistas esbanjam dinheiro nos Estados Unidos, que nossa moeda é forte. Nosso futuro é fraco, porque nós não temos a base fundamental do desenvolvimento de um povo.

Isso significa – aí continua o relatório: segundo o estudo, 92% das crianças e jovens de quatro a sete anos estavam estudando em 2011. Vejam bem: 92% estudam; 8% em idade escolar estão fora da escola. Isto é muito grave. É como se a gente tivesse descobrindo cem poços de petróleo e tapando oito, ignorando-os. Nós não estamos usando os cérebros. Tem coisa mais importante? Nós temos 8%, e a meta, modesta, era de 94%. Nós não estamos chegando nem a essa meta ridícula. Estamos com 92%. Isto significa que 3,8 milhões de crianças se encontram fora da escola. Como diz o documento, um Uruguaí brasileiro está fora da escola no Brasil. Um Uruguaí inteiro!

O relatório informa que – vejam isto aqui, vejam este dado: tem futuro um país em que um em cada dez, um em cada dez alunos da terceira série do ensino médio teve desempenho adequado em matemática? Vou repetir: Senadora Vanessa, um em cada dez teve desempenho adequado em matemática. Não é que um em cada dez é um gênio em matemática, não é que um em cada dez é um possível matemático, mas que um em cada dez teve um desempenho adequado em matemática. Adequado significa saber o que é regra de três, significa saber o que é percentual, não significa saber o que é equação múltipla, não significa saber o que é integral, não significa saber o que é derivada, não significa saber o que é a teoria dos limites, que é a base para o mínimo de boa matemática. Apenas um em cada dez, no terceiro ano. E está falando dos alunos que estão no terceiro ano. Se nós colocarmos todos que estão em idade, incluindo os que estão fora, aí cai, vai ser meio, meia gente, ou menos de meia gente. Essa é uma tragédia. Mas eu vou continuar lendo a tragédia.

Antes disso, passo a palavra à Senadora Vanessa.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Graziotin** (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Cristovam. Primeiro, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> não só pelo pronunciamento, mas pela prioridade que tem dado à educação, e assim tem sido sua vida. V. Ex<sup>a</sup>, que já foi reitor de uma das mais importantes universidades públicas brasileiras, que é a UnB, tem dedicado toda uma vida à educação. Entretanto, Senador Cristovam, eu, que concordo com a necessidade, quando V. Ex<sup>a</sup> fala da necessidade de

avancarmos não só na garantia, na universalização da educação brasileira, mas avançarmos na melhoria da qualidade da educação em nosso País, sou obrigada também a destacar alguns avanços importantes que houve nos últimos anos, como a criação de novas universidades públicas brasileiras, sobretudo no interior deste País. O meu Estado do Amazonas, que tem o interior mais vasto deste Brasil, passou, há pouco tempo, a ter direito a universidades, graças ao programa do Governo Federal. As escolas técnicas federais, que estavam à beira de serem todas elas fechadas, não só foram reabilitadas como também expandidas pelo Brasil inteiro. Agora, é óbvio que meta é importante, Senador, mas, junto com a meta, tem de vir o recurso. Essa é a sua luta principal, é a nossa luta principal. V. Ex<sup>a</sup> e eu participamos do movimento por recursos para a educação brasileira. Eu acho que a nossa luta para que seja aplicada a integralidade dos recursos do fundo do pré-sal em educação e até mesmo de grande parte dos *royalties* é fundamental. Nós precisamos fazer essa campanha. Acabamos de aprovar uma proposta importante de dividir melhor a riqueza daquele petróleo que é produzido a mais de 200 km da costa brasileira, que seja dividida de forma mais igual no Brasil inteiro, mas que o Brasil tem de saber utilizar esse recurso. E utilizar onde? Na educação, para que, daqui a poucos anos, não muitos anos, o senhor possa, quem sabe, ocupar esta tribuna e falar de resultados muito mais positivos com relação à matemática. E não é diferente com a língua portuguesa, não é diferente com a física, não é diferente com outras disciplinas, não é diferente. Durante algum tempo na minha vida, eu fui professora e professora militante do movimento sindical. Hoje, há um piso, que é importante, não é o ideal, mas é um piso para o magistério. O que vimos foram alguns Estados brasileiros entrando na Justiça contra a possibilidade de o professor ter horário extraclasse. Isso é o que não podemos admitir. E quem entra na Justiça, Senador Cristovam, são exatamente os Estados mais ricos, aqueles que deveriam dar o exemplo para outros Estados brasileiros, mas esses entram na Justiça contra a lei que aprovamos. Melhorar a situação do professor é melhorar a qualidade da educação. Então, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Seguindo nessa luta, seguindo nesse rumo, não tenho dúvida nenhuma de que já conquistamos melhorias, mas de que melhorias muito maiores deverão vir, com certa urgência. Não é à toa que a Presidenta Dilma tomou para si a luta por recursos do petróleo exclusivos para a educação. Muito obrigada e parabéns pelo pronunciamento.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Agradeço, Senadora, porque me permite aqui

algumas considerações, para as quais eu gostaria de ter um pouquinho mais de tempo.

Primeiro, não há dúvida de que estamos melhorando, mas numa velocidade insuficiente. Agora, vejam bem: imagine a Senadora que o Ministro Aldo Rebelo comemorasse que os Estados estão avançando, sem pensar na data exata da Copa do Mundo. Por que na hora da Copa, de construir estádio, a gente não tem meta de avançar, a gente tem meta de concluir? Em educação, a gente comemora o avanço; um avanço que é mais devagar do que as exigências novas de educação. Essa é a tragédia. A tragédia não é que está piorando; é que avança assim, e as exigências são assim.

Veja bem, criamos muitas faculdades federais por aí afora. Nós não vamos ter alunos, Senadora Vanessa. Hoje, já existe mais menino terminando o ensino médio – e olhe que são poucos –, temos mais vagas em curso superior do que gente terminando o ensino médio. Significa que estão entrando na universidade pessoas despreparadas. Um em cada dez tem desconhecimento adequado de matemática. Desses nove que não têm, alguns vão entrar em escolas de engenharia. É uma tragédia.

Agora, o mais importante da sua fala, Senadora Vanessa: tudo isso de bom das faculdades, tudo é federal. Por que a gente se nega a fazer a federalização da educação de base no Brasil? Não tem outro jeito. Os Municípios são pobres e desiguais. Não tem jeito de ter educação de qualidade igual no Brasil inteiro, se não for assumindo para a União a responsabilidade da educação de base, como nós já fizemos com as universidades, como já fizemos com a escola técnica, com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica, com o Ministério Público, com a Justiça, com tudo que deu certo, inclusive com educação de base. O pouco que dá certo é federal: a merenda, o livro didático, o Fundeb, o Fundef, e por aí vai.

Não há como ter uma boa educação em todo o País nas mãos dos pobres coitados Prefeitos do Brasil. Não adianta a gente querer dizer: criança que nasce tem um futuro X ou Y conforme a cidade onde ela nasce. A criança, ao nascer neste País, ela é primeiro brasileira; depois é que é paranaense; depois é que é amazonense; depois é que é pernambucana ou brasiliense. No Brasil, não. No Brasil, o que vale é a naturalidade, não a nacionalidade do ponto de vista da educação.

E continuando, Senador, o Relatório informa:

*O resultado ficou muito abaixo da meta prevista para este ano. No caso dos estudantes da rede Escolar pública, o quadro é ainda pior: apenas 5,2% sabem o que deveriam de matemática no Ensino médio. [Aqui chegou àquele*

*meio gente de que eu falava;5%, nem um em dez, é menos de uma]. Em português, o índice foi de 29,2%.*

Mas, vejam bem, nós já deveríamos estar com um índice de 50% falando inglês, francês ou espanhol! A gente está com 29% em português. Vocês já imaginaram a tragédia? Esse é um tempo de bilinguismo, trilinguismo. Aqui 29% têm conhecimento suficiente da língua portuguesa. Imaginem quantos têm de inglês, de francês! A meta era 31%, que é uma meta muito baixa.

*Na 9ª série do ensino fundamental, a situação não é muito diferente. Só 16,9% apresentaram nível de aprendizagem adequado em matemática, bem menos do que os 25% da meta: a ridícula meta de 25% – ficou quase na metade dela.*

*O levantamento também aponta grande variação no desempenho dos alunos do Estado para Estado.*

Aí vem outra tragédia brasileira, que justifica a federalização, Senadora Vanessa, porque a desigualdade de um Estado para outro é terrível. Em alguns indicadores aqui, o Norte tem metade do nível de aprendizado do Centro-Sul, que já é baixo. Essa desigualdade não vai ser resolvida na mão dos prefeitos, como não foi resolvido na mão dos prefeitos o Banco do Brasil, que é nacional, a Caixa Econômica, os Correios. Imaginem se os Correios fossem municipalizados. Acho carta muito importante, mas não me digam que criança não é mais importante do que carta, até porque a criança é que vai um dia escrever as cartas.

Por que a Copa do Mundo foi federalizada...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – ... e as escolas não são federais? Outra coisa, há um mito de que a escola particular é melhor do que a pública. No que se refere à média, a média das escolas federais públicas é maior do que a média das escolas particulares no Brasil. As 451 escolas federais, institutos de aplicação, Colégio Pedro II, escolas técnicas, colégios militares têm uma média melhor do que as particulares. Não do que a melhor das melhores particulares, que valem aqui duas vezes quase um curso na Suíça.

Vou chegando ao final, ao último parágrafo,

*O relatório do [...] Todos Pela Educação evidencia as dificuldades que o Brasil enfrenta para se manter entre as maiores e mais prósperas economias, diante de competidores empenhados em investir e ampliar os investimentos em educação, ciência e tecnologia.*

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Aqui o editorial (*Fora do microfone.*) pega o fundamental. E vou repetir:

*O relatório [...] evidencia as dificuldades que o Brasil enfrenta para se manter entre as maiores e mais prósperas economias diante de competidores empenhados em investir e ampliar os investimentos em educação, ciência e tecnologia.*

Não tem futuro a economia se for baseada só em exportar ferro, soja e carne. Ela precisa exportar *chips*, equipamentos médicos, remédios, porque é isso que dinamiza uma economia.

*Mostra, também, [o relatório] que um ensino de má qualidade continua limitando o acesso dos jovens a empregos de qualidade na economia formal, condenando [...] gerações à ignorância. [Aí vêm as aspas]: “Isso é uma tristeza. Quer exclusão maior do que o aluno não saber o que deveria ter aprendido?” [...]*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Veja que coisa interessante. Quer tragédia maior do que o aluno não saber o que deveria ter aprendido? Porque um aluno de classe média alta, quando é reprovado, sabe que o que deveria ter aprendido e não aprendeu. No Brasil, eles não sabem, Senador, porque a gente passa automaticamente, porque a gente cancela disciplinas. Eles nem sabem o que deveriam ter aprendido e não conseguiram. Estão felizes com o que não aprenderam, e os governos, fechando os olhos.

Eu vou concluir, Senador, dizendo que o relatório do Todos Pela Educação cita – veja bem: mais uma vez, não sou eu que falo, o maníaco da federalização – que “falta um currículo nacional. Esse é um dos fatores que têm impedido o ensino médio de melhorar”.

O que é um currículo nacional? É uma maneira de federalizar a educação.

O que é o piso salarial? Agradeço à Senadora Vanessa por ter falado sobre isso, até porque, se um dia...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – ... houver uma lei com o meu nome, será “Lei do Piso” (*Fora do microfone.*) É a única lei que talvez venha a ter o meu nome.

Pois bem. O piso é o caminho da federalização, só que, Senadora Vanessa, a gente tem que transformar o piso na carreira inteira do professor federal. Esse é o caminho de que a gente precisa.

Enquanto isso – eu já falei, mas é a parte final –, “o MEC alega que está discutindo com as secretarias estaduais medidas para reestruturar esse ciclo de ensino”.

Gente, no século XXI, a gente está discutindo com as secretarias medidas para reestruturar? A gente estaria era definindo como executar as medidas de federalização da educação de uma carreira nacional do magistério, com professor ganhando R\$9,5 mil por mês, porque, se for menos do que isso, a gente não atrai os melhores quadros. Não é aumentar todos de uma vez, porque não há dinheiro, é uma carreira nova a ser construída. Esse é o recado que deixa o Todos Pela Educação, não pelo que eles colocaram...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Não pelo que eles colocaram, defendendo isso, porque isso sou eu quem está defendendo. Eles eu não sei se gostariam de ver esse caminho ou acreditam em outros caminhos, mas o que o relatório mostra é um raio X do futuro do Brasil. Está visto aí. É uma radiografia do futuro do Brasil. E, se quisermos que a radiografia não corresponda à realidade, temos um dever de casa sério neste Senado a fazer. E eu não vejo outra maneira. E tentemos outra, mas não vejo outra, a não ser o início de um processo de 20 anos de federalização da educação de base no Brasil, para acabar com essa vergonha e esse suicídio nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Mais uma vez, ouvimos uma aula do eminente Senador e Prof. Cristovam Buarque, não só ao Senado, mas ao Brasil. Brasília assiste, de pé, sempre às aulas de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam Buarque.

Antes de passarmos a palavra à próxima oradora, Senadora Vanessa Grazziotin, a Mesa faz as seguintes comunicações:

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Presidência designa para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, de acordo com as indicações das Lideranças, os Srs. Senadores:

Senador Waldemir Moka, pelo PMDB;  
Senador Delcídio do Amaral, pelo PT;  
Senador Cyro Miranda, pelo PSDB;  
Senador Armando Monteiro, pelo PTB;  
Senador Ivo Cassol, pelo PP;  
Senador Rodrigo Rollemberg, pelo PSB;  
Senador José Agripino, pelo Democratas;  
Senador Antônio Carlos Rodrigues, pelo PR;  
Senador Sérgio Petecão, pelo PSD;  
Senador Paulo Davim, pelo PV;  
Senador Eduardo Lopes, pelo PRB;

Senador Eduardo Amorim, pelo PSC;  
Senador João Costa, pelo Partido Pátria Livre; e  
Senador Randolfe Rodrigues, pelo PSOL.

São os seguintes os Ofícios na íntegra:

Of. GLPMDB nº 90/2013

Brasília, 5 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente nos termos regimentais e conforme solicitação Of. SF nº 304/2013, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Waldemir Moka para compor o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Na oportunidade, renovo votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Ofício nº 9/2013 – GLDPT

Brasília, 27 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 305/2013 e nos termos regimentais, indico o Senador Delcídio do Amaral para composição do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes. – Senador **Wellington Dias**, Líder do PT.

Ofício nº 50/13 – GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 306/2013 – SF, indico o Senador Cyro Miranda, para integrar a composição do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

Of. nº 10/GLPTB/SF

Brasília, 5 de março de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em atenção ao Ofício nº 307/2013-SF, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, o eminente Senador Armando Monteiro para integrar o “Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes”.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Of. SF nº 20/2013-GLDPP

Brasília, 26 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Atendendo ao ofício SF nº 309/2013, solicito a Vossa Excelência a indicação do Senador Ivo Cassol (PP/RO) para a vaga deste Partido Progressista no

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, instituído pela Resolução nº 35, de 2009.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência votos de estima e apreço.

Respeitosamente, – Senador **Francisco Dornelles**, Líder do PP.

GLPSDB Of. nº 38/2013

Brasília, 25 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência que esta Liderança indica o Senhor Senador Rodrigo Rollemberg para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Agradeço antecipadamente renovando meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lídice da Mata**, Vice-Líder do PSB no Senado Federal, no exercício da Liderança.

Of. nº 6/13-GLDEM

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. SF nº 311/2013, indico a V. Ex<sup>a</sup>. o meu nome, como representante do Partido Democratas, para compor o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

Of. Leg. nº 10/2013 – GLPR

Brasília, 6 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e na condição de Líder do Partido da República, indico o nome do Senador Antônio Carlos Rodrigues para compor o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, instituído pela Resolução nº 35, de 2009, do Senado Federal.

Respeitosamente, – Senador **Alfredo Nascimento**, Líder do PR.

Ofício nº 20/2013 – GLPSD

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Em atenção ao Of. SF nº 313/2013, tomo a liberdade de fazer a indicação de meu nome para compor o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Cordialmente, – Senador **Sérgio Petecão**, Líder do PSD.

Of. GSPDAV nº 7/13

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 317/2013, indico o meu nome como representante do Partido Verde para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Davim**.

Ofício nº 022/2013-GSEL

Brasília, 26 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos e em atenção ao Ofício SF/315, dessa Presidência, indico a Vossa Excelência meu próprio nome para representar o PRB, Partido Republicano Brasileiro, na composição do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Na oportunidade reitero protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente, Senador **Eduardo Lopes**, Líder do PRB.

Ofício nº 21/2013

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 316/2013, e nos termos da Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009, faço a indicação de meu próprio nome, como representante do Partido Social Cristão – PSC, para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

OF/GSJCOS nº 038/2013

Brasília-DF, 22 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício/SF nº 318/2013, dessa presidência, indico o meu próprio nome para representar o Partido Pátria Livre – PPL na composição do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, nos termos da Resolução nº 35, de 2009.

Atenciosamente, – Senador **João Costa**, Líder do PPL

Ofício GSRR nº 23/2013

Brasília, 25 de fevereiro de 2013

Assunto: indicação da vaga do PSOL no Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, na condição de Líder do PSOL, respondo ao expediente Of. SF nº 314/2013 e, tendo em visto que sou o único representante do Partido no Senado Federal, indico o meu nome para compor o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Atenciosamente, – Senador **Randolfe Rodrigues**, Líder do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Presidência designa outra comissão, Comissão do Projeto Jovem Senador, de acordo com as indicações das Lideranças, para comporem:

Senador Ricardo Ferraço, pelo PMDB;  
Senador Anibal Diniz, pelo PT;  
Senador Cyro Miranda, pelo PSDB;  
Senador João Vicente Claudino, pelo PTB;  
Senador Ciro Nogueira, pelo PP;  
Senador Rodrigo Rollemberg, pelo PSB;  
Senador Wilder Moraes, pelo DEM;  
Senadora Kátia Abreu, pelo PSD;  
Senador Paulo Davim, pelo PV;  
Senador Eduardo Lopes, pelo PRB;  
Senador Eduardo Amorim, pelo Partido Social

Cristão;

Senador João Costa, pelo Partido Pátria Livre; e  
Senador Randolfe Rodrigues, pelo PSOL.

São os seguintes os Ofícios na íntegra:

OF. GLPMDB nº 089/2013

Brasília, 05 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais e conforme solicitação OF. SF nº 349/2013, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Luiz Henrique para compor o Conselho do Prêmio Mérito Ambiental.

Na oportunidade, renovo votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Ofício nº 6/2013 – GLDPT

Brasília, 27 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 350/2013 e nos termos regimentais, indico o Senador Jorge Viana para composição do Conselho do Prêmio Mérito Ambiental. – Senador **Wellington Dias**, Líder do PT.

Of. nº 8/GLPT/SF

Brasília, 5 de março de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em atenção ao Ofício nº 352/2013-SF, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, o eminente Senador João Vicente Claudino para integrar o “Conselho do Prêmio Mérito Ambiental”.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Of. nº 018/2013-GLDPP

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Atendendo ao ofício OF. SF nº 354/2013 e em conformidade com o disposto na Resolução 15, de 2012, indico o Senador Ivo Cassol (PP/RO) para representar o Partido Progressista no Conselho do Prêmio Mérito Ambiental.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência votos de estima e apreço.

Respeitosamente, – Senador **Francisco Dornelles** Líder do Partido Progressista.

GLPSB OF. Nº 0035/2013

Brasília(DF), 25 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência que esta Liderança indica o Senhor Senador Rodrigo Rollemberg para integrar o Conselho do Prêmio Mérito Ambiental.

Agradeço antecipadamente renovando meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lídice da Mata** Vice-Líder do PSB no Senado Federal. No exercício da Liderança.

Of. nº 3/13-GLDEM

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. SF nº 356/2013, indico a V. Ex<sup>a</sup>. o nome do Senador Wilder Moraes, como representante do Partido Democratas, para compor o Conselho do Prêmio Mérito Ambiental.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

Of. Leg. nº 8/2013 – GLPR

Brasília, 6 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e na condição de Líder do Partido da República, indico o nome do Senador Blairo Maggi para compor o Conselho do Prêmio Mérito Ambiental, instituído pela Resolução nº 15, de 2012, do Senado Federal.

Respeitosamente, – Senador **Alfredo Nascimento**, Líder do PR.

Ofício nº 19/2013 – GLPSD

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Em atenção ao Of. SF nº 358/2013, tomo a liberdade de fazer a indicação da Senadora Kátia Abreu para compor o Conselho do Prêmio Mérito Ambiental.

Cordialmente, – Senador **Sérgio Petecão**, Líder do PSD.

Of. GSPDAV nº 8/13

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 362/2013, indico o meu nome como representante do Partido Verde para integrar o Conselho do Prêmio Mérito Ambiental.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Davim**.

Ofício nº 19/2013 – GSEL

Brasília, 26 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos e em atenção ao Ofício SF nº 360, dessa Presidência, indico a Vossa Excelência meu próprio nome para representar o PRB, Partido Republicano Brasileiro, na composição do Conselho do Prêmio Mérito Ambiental.

Na oportunidade reitero protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Lopes**, Líder do PRB.

Ofício nº 18/2013

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 361/2013, e nos termos da Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012, faço a indicação de meu próprio nome, como representante do Partido Social Cristão – PSC, para integrar o Conselho do Prêmio Mérito Ambiental.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

Of. GSJCOS nº 35/2013

Brasília, 22 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício/SF nº 363/2013, dessa presidência, indico o meu próprio nome para representar o Partido Pátria Livre – PPL na composição do Conselho do Prêmio Mérito Ambiental, nos termos da Resolução nº 15, de 2012.

Atenciosamente, – Senador **João Costa** Líder do PPL.

Ofício GSRR nº 00026/2013

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2013

Assunto: indicação da vaga do PSL para o Conselho do Prêmio Mérito Ambiental

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, na condição de Líder do PSOL, respondo ao expediente OF. SF/359/2013 e, tendo em visto que sou o único representante do Partido no Senado Federal, indico o meu nome para compor o Conselho do Prêmio Mérito ambiental.

Atenciosamente, – Senador **Randolfe Rodrigues**, Líder do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/ PMDB – SC) – A Presidência designa outra comissão, Comissão do Projeto Jovem Senador, de acordo com as indicações das Lideranças, para comporem:

Senador Ricardo Ferraço, pelo PMDB;

Senador Anibal Diniz, pelo PT;

Senador Cyro Miranda, pelo PSDB;

Senador João Vicente Claudino, pelo PTB;

Senador Ciro Nogueira, pelo PP;

Senador Rodrigo Rollemberg, pelo PSB;

Senador Wilder Moraes, pelo DEM;

Senadora Kátia Abreu, pelo PSD;

Senador Paulo Davim, pelo PV;

Senador Eduardo Lopes, pelo PRB;

Senador Eduardo Amorim, pelo Partido Social Cristão;

Senador João Costa, pelo Partido Pátria Livre; e

Senador Randolfe Rodrigues, pelo PSOL.

São os seguintes os Ofícios na íntegra:

Of. GLPMDB nº 91/2013

Brasília, 5 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais e conforme solicitação Of. SF nº 334/2013, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ricardo Ferraço para compor a Comissão do Projeto Jovem Senador.

Na oportunidade, renovo votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Ofício nº 7/2013 – GLDPT

Brasília, 27 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 335/2013 e nos termos regimentais, indico o Senador Anibal Diniz para composição da Comissão do Projeto Jovem Senador. – Senador **Wellington Dias**, Líder do PT.

Ofício nº 51/13/GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 336/2013, indico a V. Ex<sup>a</sup>. o Senador Cyro Miranda, para acompanhar os procedimentos necessários à realização da edição anual do Projeto Jovem Senador.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

Of. nº 9/GLPTB/SF

Brasília, 5 de março de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em atenção ao Ofício nº 337/2013-SF, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, o eminente Senador João Vicente Claudino para integrar a “Comissão do Projeto Jovem Senador”.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Of. nº 19/2013-GLDPP

Brasília, 26 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Atendendo ao Ofício SF nº 339/2013 e em conformidade como disposto no artigo 17 da Resolução nº 42, de 2010, indico o Senador Ciro Nogueira para representar o Partido Progressista na Comissão do Projeto Jovem Senador.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência votos de estima e apreço.

Respeitosamente, – Senador **Francisco Dornelles**, Líder do PP.

GLPSB Of. nº 36/2013

Brasília, 25 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência que esta Liderança indica o Senhor Senador Rodrigo Rollemberg para integrar a Comissão do Projeto Jovem Senador.

Agradeço antecipadamente renovando meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lídice da Mata**, Vice-Líder do PSB no Senado Federal, no exercício da Liderança.

Of. nº 4/13-GLDEM

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. SF nº 341/2013, indico a V. Exª o nome do Senador Wilder Moraes, como representante do Partido Democratas, para compor a Comissão do Projeto Jovem Senador.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

Ofício nº 18/2013 – GLPSD

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Em atenção ao Of. SF nº 343/2013, tomo a liberdade de fazer a indicação da Senadora Kátia Abreu para compor a Comissão do Projeto Jovem Senador.

Cordialmente, – Senador **Sérgio Petecão**, Líder do PSD.

Of. GSPDAV nº 9/13

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 347/2013, indico o meu nome como representante do Partido Verde para integrar a Comissão do Projeto Jovem Senador.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Davim**.

Ofício nº 21/2013 – GSEL

Brasília, 26 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos e em atenção ao Ofício SF nº 345, dessa Presidência, indico a Vossa Excelência meu próprio nome para representar o PRB, Partido Republicano Brasileiro, na composição da Comissão do Projeto Jovem Senador.

Na oportunidade, reitero protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Lopes**, Líder do PRB.

Ofício nº 20/2013

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 346/2013, e nos termos da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, faço a indicação de meu próprio nome, como representante do Partido Social Cristão – PSC, para integrar a Composição da Comissão do Projeto Jovem Senador.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

Of. GSJCOS nº 34/2013

Brasília, 12 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício SF nº 348/2013, dessa presidência, indico o meu próprio nome para representar o Partido Pátria Livre – PPL na composição da Comissão do Projeto Jovem Senador, nos termos da Resolução nº 42, de 2010.

Atenciosamente, Senador **João Costa**, Líder do PPL.

Ofício GSRR nº 24/2013

Brasília, 25 de fevereiro de 2013

Assunto: Indicação da vaga do PSOL na Comissão do Projeto Jovem Senador

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, na condição de Líder do PSOL, respondo ao expediente Of. SF nº 344/2013 e, tendo em vista que sou o único representante do Partido no Senado

Federal, indico o meu nome para compor a Comissão do Projeto Jovem Senador.

Atenciosamente, – Senador **Randolfe Rodrigues**, Líder do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Presidência designa outra comissão para integrarem o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, de acordo com as indicações das Lideranças, as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores:

Senador Pedro Simon, pelo PMDB;  
Senadora Angela Portela, pelo PT;  
Senadora Lúcia Vânia, pelo PSDB;  
Senador Ciro Nogueira, pelo PP;  
Senadora Lídice da Mata, pelo PSB;  
Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Democratas;  
Senadora Kátia Abreu, pelo PSD;  
Senador Paulo Davim, pelo PV;  
Senador Eduardo Lopes, pelo PRB;  
Senador Eduardo Amorim, pelo PSC;  
Senador João Costa, pelo PPL; e  
Senador Randolfe Rodrigues, pelo PSOL.

São os seguintes os Ofícios:

Of. GLPMDB nº 107/2013

Brasília, 6 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, nos termos regimentais e conforme solicitação Of. SF nº 289/2013, comunico a indicação do Senador Pedro Simon – PMDB/RS, para representar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro na composição do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Na oportunidade, renovo votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB.

Ofício nº 10/2013 – GLDPT

Brasília, 27 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 290/2013 e nos termos regimentais, indico a Senadora Ângela Portela para composição do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. – Senador **Wellington Dias**, Líder do PT.

Ofício nº 49/13 – GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 291/13 – SF, indico a Senadora Lúcia Vânia para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

Of. Nº 021/2013-GLDPP

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Atendendo ao ofício OF.SF nº 294/2013 conforme os termos do art. 4º da Resolução Senado Federal nº 2, de 2001, indico o Senador Ciro Nogueira (PP/PI) para representar o Partido Progressista na composição do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência votos de estima e apreço.

Respeitosamente, – Senador **Francisco Dornelles** Líder do Partido Progressista.

GLPSB Of. nº 39/2013

Brasília, 25 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência que esta Liderança indica a Senhora Senadora Lídice da Mata para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Agradeço antecipadamente renovando meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lídice da Mata**, Vice-Líder do PSB no Senado Federal, no exercício da Liderança.

Of. nº 7/13-GLDEM

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. SF nº 296/2013, indico a V. Ex<sup>a</sup>. o nome da Senadora Maria do Carmo, como representante do Partido Democratas, para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

Ofício nº 0017-2013-GLPSD

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Em atenção ao Of. SF/298/2013, tomo a liberdade de fazer a indicação da Senadora Kátia Abreu para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Cordialmente, – Senador **Sérgio Petecão** Líder do PSD.

Of. GSPDAV nº 6/13

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 302/2013, indico o meu nome como representante do Partido Verde para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Davim**.

Ofício nº 023/2013 – GSEL

Brasília, 26 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos e em atenção ao Ofício SF/300, dessa Presidência, indico a Vossa Excelência meu próprio nome para representar o PRB, Partido Republicano Brasileiro, na composição do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Na oportunidade, reitero protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Lopes**, Líder do PRB

Ofício nº 022/2013

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF/301/2013, e nos termos da Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, faço a indicação de meu próprio nome, como representante do Partido Social Cristã – PSC, para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

OF/GSJCOS nº 037/2013

Brasília-DF, 22 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício/SF nº 303/2013, dessa presidência, indico o meu próprio nome para representar o Partido Pátria Livre – PPL na composição do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, nos termos da Resolução nº 02, de 2011.

Atenciosamente, Senador **João Costa**, Líder do PPL.

Ofício GSRR nº 22/2013

Brasília, 25 de fevereiro de 2013

Assunto: indicação da vaga do PSOL no Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, na condição de Líder do PSOL, respondo ao expediente Of. SF nº 299/2013 e, tendo em visto que sou o único representante do Partido no Senado Federal, indico o meu nome para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Atenciosamente, – Senador **Randolfe Rodrigues**, Líder do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Mais um Conselho.

A Presidência designa, para integrarem o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder

Câmara, de acordo com as indicações das Lideranças, a Srª Senadora e os Srs. Senadores:

Senador Jarbas Vasconcelos, pelo PMDB – até porque veio de Pernambuco Dom Hélder Câmara;

Senador Paulo Paim, pelo PT;

Senador Cícero Lucena, pelo PSDB;

Senador Sodré Santoro, pelo PTB;

Senadora Ana Amélia, pelo PP;

Senador João Capiberibe, pelo PSB;

Senador José Agripino, pelo Democratas;

Senador Sérgio Petecão, pelo PSD;

Senador Paulo Davim, pelo PV;

Senador Eduardo Lopes, pelo PRB;

Senador Eduardo Amorim, pelo PSC;

Senador João Costa, pelo Pátria Livre; e

Senador Randolfe Rodrigues, pelo PSOL.

São os seguintes os Ofícios:

Of. GLPMDB nº 106/2013

Brasília, 6 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, nos termos regimentais e conforme solicitação Of. SF nº 319/2013, comunico a indicação do Senador Jarbas Vasconcelos – PMDB/PE, para representar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro na composição do Conselho da Comenda de Direitos Humanos, Dom Hélder Câmara.

Na oportunidade, renovo votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB.

Ofício nº 8/2013 – GLDPT

Brasília, 27 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 320/2013 e nos termos regimentais, indico o Senador Paulo Paim para composição do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. – Senador **Wellington Dias**, Líder do PT.

Ofício nº 52/13-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 321/2013 – SF, indico o Senador Cícero Lucena, para integrar a composição do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

Of. nº 11/GLPTB/SF

Brasília, 5 de março de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em atenção ao Ofício nº 322/2013 -SF, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, o eminente Senador Sodré Santoro para integrar a “Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara”.

Atenciosamente, Senador **Gim**, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Of. nº 16/2013 – GLDPP

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Atendendo ao ofício Of. SF nº 324/2013, indico a Senadora Ana Amélia para representar o Partido Progressista no Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, instituído pela Resolução nº 14, de 2010.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência votos de estima e apreço.

Respeitosamente, – Senador **Francisco Dornelles**, Líder do PP.

GLPSB Of. nº 37/2013

Brasília–DF, 25 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência que esta Liderança indica o Senhor Senador João Capiberibe para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Agradeço antecipadamente renovando meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lídice da Mata**, Vice-Líder do PSB no Senado Federal, no exercício da Liderança.

Of. nº 5/13-GLDEM

Brasília, 21 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. SF nº 326/2013, indico a V. Ex<sup>a</sup> o meu nome, como representante do Partido Democratas, para compor o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino** Líder do Democratas no Senado Federal.

Ofício nº 0021-2013-GLPSD

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Em atenção ao Of. SF/328/2013, tomo a liberdade de fazer a indicação de meu nome para compor o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Cordialmente, – Senador **Sérgio Petecão** Líder do PSD.

OF. GSPDAV Nº 005/13

Brasília, 21 de fevereiro de 2013-03-12

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 332/2013, indico o meu nome como representante do Partido Verde para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Davim**.

Ofício nº 20/2013-GSEL

Brasília, 26 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos e em atenção ao Ofício SF nº 330, dessa Presidência, indico a Vossa Excelência meu próprio nome para representar o PRB, Partido Republicano Brasileiro, na composição do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Na oportunidade reitero protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Lopes**, Líder do PRB.

Ofício nº 19/2013

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 331/2013, e nos termos da Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010, faço a indicação de meu próprio nome, como representante do Partido Social Cristão – PSC, para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

Of. GSJCOS nº 36/2013

Brasília–DF, 22 de fevereiro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício SF nº 333/2013, dessa presidência, indico o meu próprio nome para representar o Partido Pátria Livre – PPL, na composição do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, nos termos da Resolução nº 14, de 2010.

Atenciosamente, – Senador **João Costa**, Líder do PPL.

Ofício GSRR nº 25/2013

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2013

Assunto: indicação da vaga do PSOL para o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, na condição de Líder do PSOL, respondo ao

expediente Of. SF nº 329/2013 e, tendo em visto que sou o único representante do Partido no Senado Federal, indico o meu nome para compor o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Atenciosamente, – Senador **Randolfe Rodrigues**, Líder do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Mais uma comunicação.

A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jardim e, como membro suplente, o Deputado Sarney Filho, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 608, de 2013, conforme **Ofício nº 38, de 2013**, das Lideranças do PV e do PPS na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of./LID/nº 38/2013

Brasília, 6 de março de 2013

Assunto: Indicação de membros para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indicamos a Vossa Excelência os deputados Arnaldo Jardim – PPS/SP e Sarney Filho – PV/MA, para

integrar como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 608/13, que "Dispõe sobre crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa nas condições que estabelece e dispõe sobre os títulos de crédito e instrumentos emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para composição de seu patrimônio de referência, e altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010".

Atenciosamente, – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV – **Rubens Bueno**, PPS/PR.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Última comunicação, Senadora Vanessa Graziotin.

A Presidência recebeu o **Ofício nº S/4, de 2013** (nº 148/2013, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

É o seguinte o Ofício:

**OFÍCIO “S”  
Nº 4, DE 2013  
(nº 148, de 2013, na origem)**

OF.TST.GP nº 148/2013

Brasília, 8 de março de 2013.

**Assunto: Indicação da Exma. Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi para integrar o Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Informo a V. Exa. que o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por unanimidade, indicar a Exma. Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi para integrar esse Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103, alínea “b”, inciso III, da Constituição Federal.

Ante o exposto, submeto a indicação em referência à apreciação dessa Casa, a teor do disposto no art. 103-B, § 2º, da Constituição Federal.

Na oportunidade, renovo votos de apreço e distinta consideração.



**Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA**  
*Presidente do Tribunal Superior do Trabalho*

OF. nº 007/2013/ASPAR

Brasília, 11 de março de 2013.

**Assunto: Indicação Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos da **Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal e do Ato nº 01, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania**, encaminho a V. Exª os documentos em anexo.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.



**MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI**  
*Ministra do Tribunal Superior do Trabalho*

## Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4936751846685626>  
Última atualização do currículo em 10/03/2013

Graduação em Direito pela Universidade de Brasília -UnB (1975). Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB (2009). Pós-Graduação em Direito, UNB, em 1975 e 1983/1984. Advogada em Brasília de 1975 a 2001. Ministra do Tribunal Superior do Trabalho desde 21/06/2001. Foi Vice-Presidente do TST no biênio 2011/2013. (Texto informado pelo autor)

### Identificação

<b>Nome</b>	Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
<b>Nome em citações bibliográficas</b>	PEDUZZI, Maria Cristina I.
<b>Feminino</b>	<b>Sexo</b>

### Endereço

<b>Endereço Profissional</b>	Tribunal Superior do Trabalho. SAFS QUADRA 8 LOTE 1 BLOCO B - 2º ANDAR SAFS 70070600 - Brasília, DF - Brasil Telefone: (061) 30434527 Fax: (061) 30434992
------------------------------	--

### Formação acadêmica/titulação

<b>2007 - 2009</b>	Mestrado em Direito, Estado e Constituição. Universidade de Brasília, UNB, Brasil. Título: O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Perspectiva do Direito como Integridade, Ano de Obtenção: 2009. Orientador: Alexandre Bernardino Costa. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.
<b>1983 - 1984</b>	Especialização em Recursos Extraordinários. (Carga Horária: 360h). Universidade de Brasília, UNB, Brasil. Título: Recurso Extraordinário. Orientador: Alfredo Buzaid.
<b>1975 - 1975</b>	Especialização em Alteração do Contrato de Trabalho. (Carga Horária: 120h). Universidade de Brasília, UNB, Brasil. Título: Alteração do Contrato de Trabalho.
<b>1971 - 1975</b>	Graduação em Direito. Universidade de Brasília, UNB, Brasil. Título: Não havia esta exigência à época. Orientador: Idem.

### Formação Complementar

<b>2008 - 2008</b>	Reflexiones s Formación de jueces en Iberoamerica. (Carga horária: 38h). Escuela Judicial del Consejo General del Poder Judicial de España.	
<b>2006 - 2006</b>	<b>2004 - 2004</b>	<b>2003 - 2003</b>
<b>1979 - 1979</b>		

Formação de Formadores Escolas Magistratura Trabal. (Carga horária: 35h).  
 École Nationale de la Magistrature.  
 Direito Internacional do Trabalho. (Carga horária: 40h).  
 Organização Internacional do Trabalho.  
 Conferência Internacional do Trabalho.  
 Organização Internacional do Trabalho.  
 Curso de Atualização em Ensino Superior. (Carga horária: 100h).  
 Centro de Ensino Unificado de Brasília.

## Atuação Profissional

### **Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP.**

#### **Vínculo institucional**

**2009 - Atual**

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Professora

#### **Outras informações**

Professora de Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho. Módulo anual de 20 horas sobre o tema "Responsabilidade Civil"

### **Tribunal Superior do Trabalho, TST-DF, Brasil.**

#### **Vínculo institucional**

**2001 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Ministra

#### **Outras informações**

Tomou posse no cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho em 21 de junho de 2001. Foi Presidente da 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho de 11/2007 a 03/2011. Integra o Órgão Especial desde a sua criação (2008), a Subseção de Dissídios Individuais-1, a Subseção de Dissídios Individuais-2 e a Seção de Dissídios Coletivos.

### **Adv. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi S/C.**

#### **Vínculo institucional**

**1975 - 2001**

Vínculo: advogada sócia parente, Enquadramento Funcional: advogada

### **Centro de Ensino Unificado de Brasília.**

#### **Vínculo institucional**

**1976 - 1979**

Vínculo: professora, Enquadramento Funcional: professora de ensino superior

### **Conselho Superior da Justiça do Trabalho.**

#### **Vínculo institucional**

**2009 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Conselheiro

### **Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho -.**

#### **Vínculo institucional**

**2006 - Atual**

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: professora

### **Escola Nacional Formação Aperfeiçoamento Magistrados Trabalho.**

#### **Vínculo institucional**

**2007 - 2011**

Vínculo: Membro Conselho Consultivo, Enquadramento Funcional: Membro Conselho Consultivo

**Ministério Público do Trabalho.****Vínculo institucional****1992 - 1992**

Vínculo: Procuradora do Trabalho, Enquadramento Funcional: Procuradora do Trabalho

**Outras informações**

Foi nomeada para o cargo de Procurador do Trabalho de 2ª Categoria da Carreira do Ministério Público do Trabalho através da Portaria nº 86, de 02/04/92, do Procurador Geral do Trabalho, publ. DOU, Seção II, de 03/04/92. Obteve, a pedido, exoneração, concedida por Portaria do Procurador Geral da República publicada no DOU, Seção II, de 28/04/92.

**Ministerio Publico Federal.****Vínculo institucional****1984 - 1984**

Vínculo: Procuradora da República, Enquadramento Funcional: Procuradora da República de 2ª Categoria

**Outras informações**

Aprovada em 5º lugar no concurso público para o cargo de Procurador da República, foi nomeada por Portaria publicada no DOU de 18/09/84, Seção II e empossada por Portaria publ. no DOU de 19/09/84, Seção I. Exerceu o cargo até pedir exoneração, cf. Portaria 525, do Ministro da Justiça, publ. DOU, II de 21/12/84.

**União Pioneira de Integração Social.****Vínculo institucional****1976 - 1977**

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: professora, Carga horária: 5

**Universidade de Brasília, UNB, Brasil.****Vínculo institucional****1979 - 1980**

Vínculo: Professora Direito Comercial, Enquadramento Funcional: Professor colaborador TP-12, Carga horária: 12

**Universidade Presbiteriana Mackenzie.****Vínculo institucional****2002 - 2002**

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professora convidada

**Outras informações**

Professora convidada do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Direito e Processo do Trabalho.

**Membro de corpo editorial****2004 - 2011**

Periódico: Revista do Tribunal Superior do Trabalho

**2005 - Atual**

Periódico: Revista LTR

**Revisor de periódico****2006 - 2011**

Periódico: Revista do Tribunal Superior do Trabalho

**Áreas de atuação**

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.

3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Privado/Especialidade: Direito do Trabalho.

## Idiomas

Inglês	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Espanhol	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Português	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

## Prêmios e títulos

2011	Comenda Medalha Miranda Lima, Ordem dos Advogados do Brasil-Secção do Distrito Federal.
2011	Medalha Ministro Coqueijo Costa Grau Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Bahia, Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.
2011	Prêmio Thereza Grisólia Tang - mulheres destaques na magistratura, Associação dos Magistrados Brasileiros.
2011	Medalha Honor al Mérito, Escuela Judicial de América Latina.
2010	Comendador da Ordem do Mérito da Defesa, Ministério da Defesa.
2010	Alta Distinção da Ordem do Mérito Judiciário Militar, Superior Tribunal Militar.
2007	Grã-Cruz da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.
2007	Medalha João Alfredo Corrêa de Oliveira - Mérito Judiciário, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.
2007	Grã-Cruz da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
2007	Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho "Djalma Aranha Marinho", Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.
2006	Presidente Honorária da Academia Nacional de Direito do Trabalho, Academia Nacional de Direito do Trabalho.
2006	Grã-Cruz da Ordem Piauiense do Mérito Judiciário do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.
2006	Grande Colar do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
2005	Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Epitácio Pessoa, Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.
2005	Grande Oficial da Ordem do Mérito de Brasília, Governo do Distrito Federal.
2004	Grã-Cruz da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.
2004	Grã-Cruz da Ordem Mérito Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha, Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.
2003	Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
2001	Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho.
2001	Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Dom Bosco, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.
2001	Grã-Cruz da Ordem Just et Labor, Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.
2001	Grã-Cruz da Ordem Anhanguera do Mérito Judiciária do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.
1999	Troféu Destaque na Advocacia, Biblioteca Municipal de Bagé.
1996	Medalha Comemorativa 55º Aniversário da Integração da Justiça do Trabalho no Brasil e 50 anos de sua instalação no Poder Judiciário., Tribunal Superior do Trabalho.

- 1991 Medalha Comemorativa do 50º Anos da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho.
- 1982 Comendador da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho.

## Produções

### Produção bibliográfica

#### Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. PEDUZZI, Maria Cristina I. . El Acoso Moral. Revista Laboral Chilena, v. 191, p. 63-75, 2010.
  2. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Considerações sobre o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Revista do Advogado, v. 110, p. 104-110, 2010.
  3. PEDUZZI, Maria Cristina I. . A Emenda Constitucional 45/04 e a Reforma do Poder Judiciário em Especial da Justiça do Trabalho. Trabalho e Ambiente, v. 04, p. 51-62, 2006.
  4. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Assédio Moral. Cidadania e Justiça, v. 75, p. 18-22, 2006.
- Citações: SCOPUS 1
5. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Ação de Indenização por Dano Moral ou Patrimonial decorrente de Acidente de Trabalho: Questões de Direito Material e Processual. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 72, p. 17-31, 2006.
  6. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Origem e Fundamentos da Participação dos Advogados e de Membros do Ministério Público na Composição dos Tribunais Brasileiros. Reflexões Sobre o Quinto Constitucional. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 71, p. 15-30, 2005.
  7. PEDUZZI, Maria Cristina I. . A Competência da Justiça do Trabalho para a Execução das Contribuições Previdenciárias. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 70/1, p. 20-30, 2004.
  8. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Flexibilização do Direito do Trabalho. Revista Jurídica Consulex, v. 123, p. 19-20, 2002.
  9. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Oportunidade para Realizar Sustentação Oral. Revista Jurídica Consulex, v. 137, p. 18-19, 2002.
  10. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Recurso de Revista. Prática Jurídica, v. 3, p. 43-48, 2002.
  11. PEDUZZI, Maria Cristina I. . A Transcendência no Tribunal Superior do Trabalho. Síntese Trabalhista, v. 1, p. 22-2, 2001.
  12. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Súmulas Vinculantes. Revista Jurídica Consulex, v. 108, p. 06-09, 2001.
  13. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Não é devida contribuição previdenciária sobre o salário pago ao empregado durante o afastamento por motivo de doença até 15 dias.. Revista LTR, v. 1, p. 11-13, 2000.
  14. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Alguns Dispositivos Constitucionais que ensejam Recurso Extraordinário em Matéria Trabalhista. Revista LTR, v. 48, p. 22, 2000.
  15. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Considerações Sobre o Poder Normativo da Justiça do Trabalho e o Direito Coletivo na Proposta de Emenda à Constituição 98, de 1992. RDT (Brasília), v. 4, p. 22-24, 2000.
  16. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Considerações Sobre o Poder Normativo da Justiça do Trabalho e o Direito Coletivo na Proposta de Emenda à Constituição 98, de 1992. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso), v. 1, p. 87-90, 2000.
  17. PEDUZZI, Maria Cristina I. . Do Efeito Suspensivo Via Medida Cautelar. Síntese Trabalhista, v. 13, p. 22-24, 1990.
  - 18.

- PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Dissídio Coletivo - Estabilidade para Empregado Acidentado. Revista Trabalhista Brasileira, v. 7, p. 22-24, 1984. **19.**
- PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Competência - Contribuição Assistencial a favor de Sindicato. Revista Trabalhista Brasileira, v. 5, p. 22-24, 1984.
- 20.** **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Recurso Extraordinário - Matéria Trabalhista - Prequestionamento. Revista Trabalhista Brasileira, v. 05, p. 22-24, 1984.
- 21.** **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Alguns Dispositivos Constitucionais que Ensejam Recurso Extraordinário em Matéria Trabalhista. Revista LTR, v. 48, p. 943-951, 1984.
- 22.** **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Súmula 21 do Tribunal Superior do Trabalho. Sua Revogação. Revista LTR, v. 47, p. 667-668, 1983.
- 23.** **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Não é Devida a Contribuição Previdenciária sobre Utilidade Habitação. Revista Trabalhista Brasileira, v. 47, p. 31-32, 1983.
- 24.** **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Insalubridade e Periculosidade: A Nova Posição do STJ sobre o Art. 3º do D.L. 389. LTr. Suplemento Trabalhista, v. 1, p. 22-24, 1977.

### **Livros publicados/organizados ou edições**

1. **★ PEDUZZI, Maria Cristina I.** . O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Perspectiva do Direito como Integridade. 1. ed. São Paulo: LTR, 2009. v. I. 111p .
2. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Tempo de Serviço no Direito do Trabalho. 1. ed. São Paulo: LTR, 1983. v. 01. 176p .

### **Capítulos de livros publicados**

1. **PEDUZZI, M. C. I. ; PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Grupos de Empresas. In: Nelson Mannrich; Gustavo Vogel; Valdir Florindo; Yone Frediani. (Org.). Grupos de Empresas. 1ed.São Paulo: Editora LTR, 2012, v. 1, p. 87-107.
2. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e sua eficácia concreta. In: Nelson Mannrich; Gustavo Vogel; Valdir Florindo; Yone Frediani. (Org.). Reconstrução do Direito do Trabalho - Anais da Academia Nacional de Direito do Trabalho 2010. 1ed.São Paulo: LTR, 2010, v. 1, p. 185-205.
3. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . O Princípio da dignidade da pessoa humana e sua eficácia concreta. In: Bruno Freire e Silva. (Org.). Leituras Complementares de Direito e Processo do Trabalho. 1ed.Salvador: JusPODIVM, 2010, v. 1, p. 89-107.
4. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . A Mulher e o Trabalho no Mundo Contemporâneo. A Feminização no Poder Judiciário. In: Georgeton de Sousa Franco Filho. (Org.). Trabalho da Mulher - Homenagem a Alice Monteiro de Barros. 1ed.São Paulo: LTR, 2009, v. 1, p. 236-248.
5. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Assédio Moral. In: Ivani Contini Bramante e Adriana Calvo. (Org.). Aspectos Polêmicos e Atuais do Direito do Trabalho - Homenagem ao Prof. Renato Rua de Almeida. 1ed.São Paulo: LTR, 2007, v. 1, p. 137-150.
6. **★ PEDUZZI, Maria Cristina I.** . A Prestação de Serviços. In: Domingos Franculli Netto; Gilmar Mendes; Ives Gandra da Silva Martins Filho. (Org.). O Novo Código Civil. 2ªed.São Paulo: LTR, 2006, v. 1, p. 559-584.
7. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Agravo de Instrumento, Agravos Inominados, Agravo Regimental. In: Armando Casimiro Costa; Iray Ferrari. (Org.). Recursos Trabalhistas. 1ed.São Paulo: LTR, 2003, v. 01, p. 163-197.
8. **★ PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Globalização, Integração de Mercados, Repercussões Sociais. Brasil Século XXI - O Direito na Era da Globalização - Mercosul, Aica e União Européia. 1ed.Brasília: Conselho Federal da OAB, 2002, v. 1, p. 140-149.
9. **★ PEDUZZI, Maria Cristina I.** . A Greve nos Serviços Essenciais e nos Serviços Inadiáveis. In: Georgeton de Sousa Franco Filho. (Org.). Curso de Direito Coletivo do Trabalho. 1ed.São Paulo: Ltr, 1997, v. 1, p. 484-501.
10. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Relações do Sindicalismo com Outras Disciplinas. In: Arton Sayon Romita. (Org.). Sindicalismo. 1ed.São Paulo: LTR, 1986, v. 01, p. 24-39.
11. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Alteração da Função. O Contrato de Trabalho e sua Alteração. 2ed.São Paulo: LTR, 1986, v. 01, p. 175-205.

### Textos em jornais de notícias/revistas

1. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Nova lei de execução civil e sua aplicação ao processo do trabalho. Valor, Rio de Janeiro, p. E1 - E1, 05 maio 2008.
2. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Reforma Constitucional EC 45/2004. Valor, Rio de Janeiro, p. E1 - E1, 14 ago. 2006.
3. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . O Recurso de Revista e a Transcendência. Correio Braziliense, Suplemento direito & Justiça, p. 22 - 24, 22 out. 2001.
4. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . A Transcendência no Tribunal Superior do Trabalho. O Estado de São Paulo, p. 22 - 24, 20 out. 2001.
5. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Em Defesa do Tribunal Superior do Trabalho. Revista do Direito Trabalhista, p. 22 - 24, 01 jul. 1999.
6. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Em Defesa do Tribunal Superior do Trabalho. Correio Braziliense, Suplemento Direito & Justiça, p. 22 - 24, 31 maio 1999.
7. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Artigo da MP434 é Inconstitucional. O Estado de São Paulo, p. 22 - 24, 17 mar. 1994.
8. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Artigo 29 da MP 434 Viola a Constituição. Correio Braziliense, Suplemento direito & Justiça, p. 11 - 11, 14 mar. 1994.
9. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . O Efeito Suspensivo Via Medida Cautelar. O Estado de São Paulo, p. 18 - 18, 27 jun. 1990.
10. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . A Mulher e o Novo Código Civil. O Estado de São Paulo, Suplemento Feminino, p. 22 - 24, 31 ago. 1986.
11. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Projeto de Lei do Código Civil. Jornal Correio do Povo, p. 22 - 24, 27 maio 1984.
12. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Entrevista sobre Projeto de Lei do Código Civil. Jornal Correio do povo, Porto Alegre - RS, p. 22 - 24, 27 maio 1984.
13. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Direito e Justiça do Trabalho. Revista Quem, Revista Quem, p. 22 - 24, 01 nov. 1982.

### Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Reforma del Poder Judicial en Brasil Ampliación de la competencia material de la Justicia del Trabajo por la Enmienda Constitucional Nº 45/2004. Acción de Indemnización por Daño Moral o Patrimonial decurrente de la Re acción de Trabajo y Accidente de Trabajo. In: III Congreso Internacional de Derecho del Trabajo y la Seguridad Social 2006 - Tribunal Supremo de Justicia, 2006, Venezuela. III Congreso Internacional de Derecho del Trabajo y la Seguridad Social 2006. Caracas - Venezuela: Serie Eventos, 2006. v. 01. p. 375-396.
2. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . El Proceso Laboral por Audiências en Brasil. La Oralidade Balance Y Perspectivas. In: II Congreso Internacional de Derecho Procesal del Trabajo - Tribunal Supremo de Justicia, 2005, Caracas. II Congreso Internacional de Derecho Procesal del Trabajo. Caracas: Colección Eventos, 2005. v. 1. p. 181-195.
3. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Igualdade de Oportunidades. Discriminação. Constituição Federal. Ações Cíveis Públicas. In: XII Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho, 2005, Angra dos Reis/RJ. Anais do XII Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho. Procurar: Procurar, 2005. v. 1. p. 22-24.

### Apresentações de Trabalho

1. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Novas Tecnologias e as Repercussões do art. 6º da CLT. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **PEDUZZI, M. C. I.** ; **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . O Processo Sincrético na Justiça do Trabalho. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

### Outras produções bibliográficas

1. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Como Acelerar los Juicios Laborales?. Montevideo - Uruguay: Revista de Derecho Laboral - Enero - Marzo 2004, 2004 (Direito).
2. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Globalização e Integração de Mercados: Repercussões Sociais, Perspectivas do Direito do Trabalho. Brasília: Caderno Jurídico do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, 2003 (Artigo).
- 3.
- 4.

**PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Globalização e Integração de Mercados: Repercussões Sociais. Perspectivas do Direito do Trabalho. São Paulo: Publicado na Revista da Academia Nacional de Direito do Trabalho - Ed. LTR, 2003 (Artigo).

**PEDUZZI, Maria Cristina I.** . O Recurso de Revista e a Transcendência. Salvador-BA: Revista da OAB -BA, 2002 (Artigo).

**PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Globalização e Integração de Mercados: Repercussões Sociais. Perspectivas do Direito do Trabalho no Brasil. Brasília: Publicado pelo Conselho Federal da OAB na Obra : Brasil Século XXI O Direito na Era da Globalização, 2002 (Artigo).

6. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Do Recurso Extraordinário por Violação do Artigo 153, 3º da Constituição da República. Jornal Trabalhista Nº 13, 2000 (Artigo).

#### **Demais tipos de produção técnica**

1. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . 13 Curso de Formação Inicial de Juizes do Trabalho. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
2. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . 11 Curso de Formação Inicial de Juizes do Trabalho. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra)
3. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . 12 Curso de Formação Inicial de Juizes do Trabalho. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
4. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Responsabilidade CML. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
5. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Responsabilidade Civil. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
6. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Responsabilidade CIVIL. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

## **Bancas**

---

#### **Participação em bancas de comissões julgadoras**

##### **Concurso público**

1. **PEDUZZI, Maria Cristina I.**. Presidente da Banca Examinadora do X Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Substituto do Trabalho da 18ª Região. 2005.
2. **PEDUZZI, Maria Cristina I.**. Banca Examinadora do XXXIX Concurso Público para Provimentos de Cargo de Juiz Substituto do Trabalho da 2ª Região. 2004.
3. **PEDUZZI, Maria Cristina I.**. Banca Examinadora do IX Concurso Público para Provimentos de Cargo de Procurador do Trabalho. 2001. Conselho Federal da OAB.
4. **PEDUZZI, Maria Cristina I.**. Banca Examinadora do VIII Concurso Público para Provimentos de Cargo de Procurador do Trabalho. 1999. Conselho Federal da OAB.

##### **Outras participações**

1. **PEDUZZI, Maria Cristina I.**. Presidente da Comissão Julgadora do Concurso de Monografias. 2002. Associação Nacional de Magistrados do Trabalho.

## **Eventos**

---

#### **Participação em eventos, congressos, exposições e feiras**

1. Seminário Liberdade Sindical. Convenção 67 da OIT e Constituição Brasileira. 2012. (Seminário).
2. 11 Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do TRT 15 Região. Condutas Antissindicais. 2011. (Congresso).

3. Congresso Internacional Atualidades do Direito do Trabalho. Grupos de Empresas por Presunção e por Contrato. 2011. (Congresso).
4. Sistema de Solução de Controvérsias: UNASUL e América Latina. Os Vinte Anos do Mercosul e o futuro: a aspiração de um Tribunal da Unasul e da América Latina. 2011. (Seminário).
5. Semana da Mulher. Assédio Moral e Sexual nas Relações de Trabalho. 2011. (Oficina).
6. Jornada Jurídica 2011. Responsabilidade Civil; Acidente de Trabalho e Assédio Moral. 2011. (Outra).
7. 10º Curso de Formação Inicial. Temas Contemporâneos de Direito-Questões Controvertidas no Direito e no Processo do Trabalho. 2011. (Outra).
8. Seminário Internacional: Reconstrução do Direito do Trabalho. Os Direitos Fundamentais do Trabalhador e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. 2010. (Seminário).
9. Jornada Jurídica 2010. Embargos à SDI. 2010. (Outra).
10. 9º Curso de Formação Inicial da ENAMAT. Temas Contemporâneos de Direito. 2010. (Outra).
11. 11º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Presidente de Mesa. 2009. (Congresso).
12. 49º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho. Os Direitos Fundamentais do Trabalhador. 2009. (Congresso).
13. 2º Seminário-Cenários e Tendências em Relações do Trabalho no Brasil. Dano Moral Coletivo. 2009. (Seminário).
14. Reunião-almoço. Princípio da dignidade da pessoa humana nas decisões judiciais. 2009. (Outra).
15. Curso de Formação de Formadores para Gestores de Escolas Judiciais. A Engenharia de Gestão na Formação pelas Escolas Judiciais-A estruturação normativa das Escolas. 2009. (Outra).
16. Questões Controvertidas sobre a competência material da Justiça do Trabalho. Questões Controvertidas sobre a competência material da Justiça do Trabalho. 2009. (Outra).
17. Jornada Jurídica. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. 2009. (Outra).
18. Curso de Formação Continuada-Conteúdo Ético das Sentenças Judiciais. Conteúdo Ético das Sentenças Judiciais. 2009. (Outra).
19. 8º Curso de Formação Inicial da ENAMAT. Temas Contemporâneos de direito-Questões Controvertidas no Direito e no Processo do Trabalho. 2009. (Outra).
20. 48º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho. A discriminação salarial como espécie do gênero discriminação. 2008. (Congresso).
21. XIV Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Perspectiva das Decisões Judiciais. 2008. (Congresso).
22. VI Congresso Internacional de Direito do Trabalho. Princípio da dignidade da pessoa humana. 2008. (Congresso).
23. 50 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e sua Eficácia Concreta. 2008. (Seminário).
24. O Quinto Constitucional e a Promoção da Justiça. A Imprescindibilidade da Advocacia na composição dos Tribunais. 2008. (Seminário).
25. Dia Internacional da Mulher - TRT Minas Gerais. As Perspectivas do Trabalho Feminino no Século XXI. 2008. (Outra).
26. Curso de Formação de Defensores Públicos da União. As Novas Competências da Justiça do Trabalho à Luz da EC 45 e Reflexos na Jurisprudência. 2008. (Outra).
27. XIV Semana Jurídica Centro Acadêmico Direito UnB. A Reconstrução do Direito do Trabalho Brasileiro. 2008. (Outra).
28. Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil. Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil. 2008. (Outra).
29. Curso de Formação de Formadores em Execução Trabalhista. A Otimização da Execução Trabalhista diante de Verbas Previdenciárias e Fiscais. 2008. (Outra).
30. 6º Curso de Formação Inicial da ENAMAT. Temas Contemporâneos de Direito - questões controvertidas no Direito e no Processo do Trabalho. 2008. (Outra).
31. 5º Curso de Formação Inicial da ENAMAT. Temas Contemporâneos de Direito-Questões Controvertidas no Direito e no Processo do Trabalho. 2008. (Outra).
32. Dia Internacional da Mulher. A Mulher e o Trabalho no Mundo Contemporâneo. 2008. (Outra).
33. Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho. Cosa julgada Inconstitucional e repercussões no processo do trabalho. 2007. (Congresso).
34. 7º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho. Assédio Moral. 2007. (Congresso).
- 35.
- 36.

- III Congreso Internacional de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social. Acción de Indemnización por Daño Moral o Patrimonial decurrente de la Relación de Trabajo y de Accidentes de Trabajo. 2007. (Congreso)
- 47º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho. Aposentadoria espontânea e contrato de trabalho. 2007. (Congreso). 37.
- Encontro de Advogados Trabalhistas. Emenda Constitucional 45/2004. 2007. (Encontro).
38. 1º Encontro de Atualização do 1º Curso de Formação Inicial da ENAMAT. Critérios de Avaliação Qualitativa e Quantitativa do Dano Moral. 2007. (Encontro).
39. 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho. Presidente de Comissão. 2007. (Outra).
40. Comemoração Bicentenário do Poder Judiciário no Brasil. Bicentenário do Poder Judiciário no Brasil. 2007. (Outra).
41. 2º Congresso de Direito Constitucional do Trabalho - Tribunal Regional do Trabalho e Amatra 22ª RG. Indenização por Dano Moral decorrente da Relação do Trabalho. 2006. (Congreso).
42. 46º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho. A Defesa dos Direitos das Minorias no Direito do Trabalho. 2006. (Congreso).
43. III Congreso Internacional de Derecho Procesal del Trabajo - Tribunal Supremo de Justicia de República Bolivariana de Venezuela. Reforma del Poder Judicial en Brasil. Ampliación de la Competencia Material de la Justicia del Trabajo por la Enmienda Constitucional 45/2004. Acción de Indemnización por Daño Moral o Patrimonial decurrente de la Relación de Trabajo y accidente de Trabajo. 2006. (Congreso).
44. 2º Congresso de Direito Constitucional do Trabalho. Indenização por Dano Moral decorrente da Relação de Trabalho. 2006. (Congreso).
45. XIX Encontro dos Juizes do Trabalho do Rio Grande do Sul: O Direito Social do Trabalho no Século XXI. Justiça do Trabalho: Novas Competências. Novos Desafios. 2006. (Encontro).
46. O Quinto Constitucional e a Promoção da Justiça - Conselho Federal da OAB. A Imprescindibilidade da Advocacia nos Tribunais. 2006. (Encontro).
47. 16º Encontro Anual de Magistrados do Trabalho da 5ª Região. A Jurisprudência da SDI 1 do TST sobre Matéria Processual. 2006. (Encontro).
48. Encontro Gestão e Jurídico. O Assédio Moral na Empresa. 2006. (Encontro).
49. Comemoração do Mês do Advogado OAB-DF. Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho - Reflexos Atuais da EC45. 2006 (Outra).
50. Curso de Formação de Defensores Públicos da União 2ª Categoria. As Novas Competência EC 45. 2006. (Outra).
51. Seminário Nacional do Direito do Trabalho, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado em Direito, na Universidade de Caxias do Sul/RS. Palestra - Justiça do Trabalho no Brasil: atualidade e perspectiva. 2005. (Congreso).
52. 45º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho. Ações de Indenização por Dano Moral ou Patrimonial decorrentes da Relação de Trabalho. 2005. (Congreso).
53. Seminário A Justiça do Trabalho na Reforma do Judiciário. Palestra - A competência da Justiça do Trabalho para a Execução das Contribuições Previdenciárias. 2005. (Seminário).
54. Seminário Danos Morais nas Relações de Trabalho. Danos Morais nas Relações de Trabalho. 2005. (Seminário).
55. 3º Encontro Nacional dos Advogados do SESI/SENAI. A Emenda Constitucional Nº 45/04 e a Nova Competência da Justiça do Trabalho. 2005. (Encontro).
56. 3º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul e Associados. Aplicação da Declaração Sociolaboral do Mercosul nos Estados-Partes. 2005. (Encontro).
57. Encontro Gestão/Jurídico 2006 - Associação Nacional de Jornais. O Assédio Moral na Empresa. 2005. (Encontro).
58. Ciclo de Debates promovido pela AMATRA VI e CHESF. Palestra - A Emenda Constitucional nº 45/2004 e a Posição do TST. 2005. (Outra).
59. XII Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho - realizado pelo IBCB - Instituto Brasileiro de Ciência Bancária. Palestra - Igualdade de Oportunidades - Discriminação - Constituição Federal - Ações civis Públicas. 2005. (Outra).
60. 2º Fórum de Debates do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. A Mulher e seus Papéis no Século XXI - O Feminino transformando o Mundo. 2005. (Outra).
61. V Conferência dos Advogados do Distrito Federal. A Nova Competência Trabalhista. 2005. (Outra).
62. XXVI Semana do Advogado. A Reforma do Poder Judiciário. 2005. (Outra).
- 63.

- XIX Conferência Nacional dos Advogados. Os Fundamentos e a Origem do Quinto Constitucional. 2005. 64. (Outra).
- 44º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, promovido pela Editora LTr. Desemprego e Informalidade. 2004. (Congresso).
65. VI Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, promovido pelo TRT da 15ª Região. Palestra sobre o tema - Direito Processual do Trabalho - Reformas e Perspectivas. 2004. (Congresso).
66. II Congresso Internacional de Derecho Procesal del Trabajo, organizado pelo Tribunal Supremo de Justiça da República Bolivariana de Venezuela. El Proceso Laboral por audiencias em Brasil - La Oralidad, Balance y Perspectivas. 2004. (Congresso).
67. XVI Congresso Nacional da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica. Palestra sobre - As Questões Jurídicas Advindas da Reforma do Poder Judiciário na Justiça Trabalhista. 2004. (Congresso).
68. 1º Ciclo de Debates - O Novo Código Civil e seus Reflexos, promoção da OAB/CE e Fundação Demócrito Rocha. Os Direitos da Personalidade no Novo Código Civil e o Direito do Trabalho. 2004. (Outra).
69. Fórum Transnacional do Direito da Empresa, do Lucro, do Trabalho e do Salário, realizado pela Gênese Editora e Academia Nacional de Direito do Trabalho. Insegurança Jurídica. Súmula Vinculante e Investimentos. 2004. (Outra).
70. II Congresso Internacional da ANAMATRA - Ciclo de Estudos Hispânico-Brasileiros. Perspectivas do Direito do Trabalho Brasileiro à luz do Direito Comparado. 2003. (Congresso).
71. XV Congresso Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica. O Trabalho do Menor. 2003. (Congresso).
72. 1º Painel do 18º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo e Individual do Trabalho, promovido pela LTr. A Função Social dos Contratos de Trabalho. 2003. (Congresso).
73. Fórum - O Mundo do Trabalho - CLT 60 anos, promovido pelo TRT da 4ª Região e AMATRA IV. A Função Social do Contrato. 2003. (Outra).
74. IV Congresso Brasileiro de Processo Civil e Trabalhista. Aspectos processuais das Comissões de Conciliação Prévia. 2002. (Congresso).
75. X Congresso Jurídico Brasil Alemanha, promovido pela SEJUBRA e IBTD. IV Painel sobre O Novo Código Civil e seu Impacto nas Relações de Trabalho. 2002. (Congresso).
76. XIX Seminário Roma-Brasília, realizado no TST. Palestra: Acesso à Justiça e Justiça do Trabalho. 2002. (Seminário).
77. Abertura do IV Seminário Sul Baiano de Direito, promovido pela Vara do Trabalho de Eunapólis e da AMATRA V. Evolução do Direitos da Mulher - Políticos, Cíveis, Sociais. 2002. (Seminário).
78. XI Encontro Regional da AMATRA VI. Palestra sobre o tema: Jornada de Trabalho do Advogado Empregado à Luz da Constituição Federal. 2002. (Encontro).
79. Projeto Temas e Trajetórias: Diálogo com ex-alunos - Faculdade de Direito da UNB. Alterações Legislativas no Direito e no Processo do Trabalho - 1. Recurso de Revista e a a Transcendência; 2. Limites da Negociação Coletiva. 2002. (Encontro).
80. 20º Encontro Jurídico Trabalhista de Advogados do Banco do Brasil. Palestra: Alterações Legislativas no Direito e no Processo do Trabalho. 2002. (Encontro).
81. Segunda Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores do Tribunais Regionais do Trabalho - realizada no TST. Palestra sobre o tema: Transcendência. 2002. (Outra).
82. 9º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, promovido pela editora LTr. Palestra sobre: Pisos Salariais Estaduais; As perspectivas do Direito do Trabalho; Principais propostas de alterações da CLT; A ação civil pública para desconstituir terceirizações. 2001. (Congresso).
83. 13º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, LTr. Palestra sobre - O Futuro da Justiça do Trabalho e Ação Monitoria. 2001. (Congresso).
84. 16º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo e Individual do Trabalho, promovido pela LTr. Palestra sobre os temas: Salário Unidade (Lei nº 10.243 de 19/05/01); Orientação Jurisprudencial da SDI do TST. 2001. (Congresso).
85. Comemoração dos 60 anos da Justiça do Trabalho, promovido pelo TRT e MPT 8ª Região. Palestra sobre o tema: A Mulher e os 50 anos da Justiça do Trabalho. 2001. (Congresso).
86. 7º Encontro Jurídico de Magistrados e Procuradores do Trabalho da 10ª Região, promovido pelo MPT da 10ª e AMATRA X. Palestra sobre o tema: Novas Competências da Justiça do Trabalho. 2001. (Encontro).
87. Encontro Advocacia/Tribunais Superiores, realizado na Associação dos Advogados de São Paulo. Palestra sobre o tema: O TST e o Futuro das Relações Trabalhistas. 2001. (Encontro).
88. 8º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, promovido pela LTr. Exposição sobre o tema - Cooperativas de Trabalho. 2000. (Congresso).
- 89.

- 12º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, promovido pela LTr. Exposição sobre o tema - A Arbitragem, as Comissões de Conciliação Prévia e o Mercado de Trabalho do Advogado. 2000. (Congresso). 90.
- Solenidade de Posse Nova Direção do TST, presidência do Ministro Almir Pazzianotto. Discurso proferido por designação do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. 2000. (Outra).
91. I Colóquio Brasileiro de Direito do Trabalho, realizado pela Academia Nacional de Direito do Trabalho. Palestra sobre - Análise Crítica dos Recursos Trabalhistas. 2000. (Outra).
92. VII Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho, promovido pela LTr. Exposição sobre o tema - Novos Tipos de Crimes Contra a Organização do Trabalho. 1999. (Congresso).
93. Seminário em comemoração aos 150 anos de nascimento de Rui Barbosa, realizado pela Academia Nacional de Direito do Trabalho. Poder Normativo da Justiça do Trabalho. 1999. (Seminário).
94. 10º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, promovido pela LTr. Exposição sobre o tema Ação Rescisória de Planos Econômicos e a Nova Posição do TST. 1998. (Congresso).
95. 13º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo e de Direito Constitucional do Trabalho, promovido pela LTr. Reformas e propostas de Reformas da Legislação Constitucional e Trabalhista. 1998. (Congresso).
96. Solenidade de Posse da nova Direção do TST, Presidência do ministro Wagner Pimenta. Discurso proferido por designação do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. 1998. (Outra).
97. 12º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo e de Direito Constitucional do Trabalho, promovido pela LTr. Palestra - Poder Normativo e Negociação Coletiva. 1997. (Congresso).
98. IV Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho, LTr. Palestra sobre os temas - Relação de Emprego - Economia Informal e Microempresas - Encargos Sociais. 1996. (Congresso).
99. 11º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e 10º Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho. Palestras - Remuneração Flexível e Convenção Coletiva e Convenções Coletivas: vigência das Cláusulas após o Término do Prazo. 1996. (Congresso).
100. X Seminário Sobre Normas Internacionais do Trabalho, no TST, promovido pela OIT, Academia Nacional de Direito do Trabalho e Ministério do Trabalho. Palestra - Negociação e Flexibilização nas Relações de Trabalho. 1996. (Seminário).
101. I Congresso de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho no Rio de Janeiro, promovido pela Academia Nacional de Direito do Trabalho e Toga-Estudos Jurídicos. Palestra - A Carência do Direito de Ação no Processo do Trabalho. 1995. (Congresso).
102. 7º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, LTr. Palestras - Medidas Cautelares, A Conciliação e a Transação na Justiça do Trabalho. 1995. (Congresso).
103. Posse do Ministro José Ajuricaba da Costa e Silva na Presidência do TST. Discurso proferido por designação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. 1995. (Outra).
104. Sessão Solene realizada pelo TST em homenagem ao Ministro Marcelo Pimentel, por ocasião de sua aposentadoria e nomeação para o cargo de Ministro de Estado do Trabalho. Discurso por designação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. 1994. (Outra).
105. VII Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do Comércio Varejista. Palestra - A Influência das Decisões dos Tribunais nas Negociações Trabalhistas. 1992. (Encontro).
106. III Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, LTr. Palestra - Dissídio Coletivo de Greve: Outorga de Direitos não Pleiteados. 1991. (Congresso).
107. Encontro Sergipano de Advogados Trabalhistas. Palestra - Competência Normativa da Justiça do Trabalho. 1989. (Encontro).
108. Sessão do Tribunal Federal de Recursos. Discurso em homenagem ao Ministro Lauro Leitão, representando a OAB/DF, Inst. Advogados do DF e Conselho Federal da OAB. 1988. (Outra).
109. 2º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e 1º Seminário sobre Direito Const. do Trabalho. Palestra - A Nova Constituição: Estabilidade e Jornada de Trabalho. 1987. (Congresso).
110. Seminário promovido pelo Centro Gráfico do Senado Federal. Palestra sobre - Os Direitos da Mulher. 1987. (Seminário).
111. 1º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho, no Jubileu de Ouro da revista LTr. Palestra - Dissídio Coletivo, Mediação e Arbitragem. 1986. (Congresso).
112. VII Encontro de Advogados Trabalhistas. Da Ordem Econômica e Social nas Constituições. 1985. (Encontro).
113. II Semana de Preservação da Saúde da Mulher. Palestra - Tornei-me Profissional e Agora? Como está o Mercado de Trabalho para a Mulher?. 1985. (Outra).
114. Reforma da Legislação Trabalhista. As Relações Coletivas de Trabalho no Anteprojeto da Nova CLT. 1979. (Seminário).
- 115.

- I Encontro Nacional e IV Estadual de Advogados Trabalhistas. A incompatibilidade do Princípio da Sucumbência com o Processo do Trabalho. 1978. (Encontro). 116.
- I Encontro Nacional de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia. O art. 3º da Lei nº 4.121, de 27.08.62 e o Regime Matrimonial de Bens (tese). 1972. (Encontro).

#### **Organização de eventos, congressos, exposições e feiras**

1. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Relatora-Geral do Fórum Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais. 2004. (Outro).
2. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . Membro da Comissão Organizadora do Fórum Internacional sobre Flexibilização do Direito do Trabalho. 2003. (Outro).

## **Educação e Popularização de C & T**

---

#### **Cursos de curta duração ministrados**

1. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . 11 Curso de Formação Inicial de Juizes do Trabalho. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
2. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . 13 Curso de Formação Inicial de Juizes do Trabalho. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
3. **PEDUZZI, Maria Cristina I.** . 12 Curso de Formação Inicial de Juizes do Trabalho. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).



OF. n° 001/2013/ASPAR

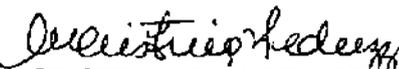
Brasília, 11 de março de 2013.

**Assunto: Indicação Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do inciso II do art. 5º da Resolução n° 7, de 2005, do Senado Federal, e da alínea "a" do inciso II do art. 1º do Ato n° 01, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que não possui parentes consanguíneos ou afins, vinculados à estrutura do Poder Judiciário.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.

  
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI  
*Ministra do Tribunal Superior do Trabalho*

OF. n° 002/2013/ASPAR

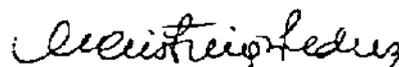
Brasília, 11 de março de 2013.

**Assunto: Indicação Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos da alínea "b" do inciso II do art. 1º do Ato n° 01, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que não exerço cargo ou atividade como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.

  
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI  
*Ministra do Tribunal Superior do Trabalho*

OF. nº 003/2013/ASPAR

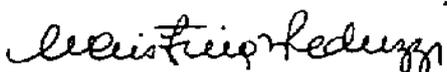
Brasília, 11 de março de 2013.

**Assunto: Indicação Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos da alínea "c" do inciso II do art. 1º do Ato nº 01, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.

  
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI  
*Ministra do Tribunal Superior do Trabalho*

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA  
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI**  
**CPF: 144.418.291-91**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.  
Emitida às 12:08:05 do dia 08/03/2013 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 04/09/2013.

Código de controle da certidão: **F089.CFD3.8E6F.4733**

-----Certidão emitida gratuitamente-----

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA

## CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 078-00.290.382/2013  
NOME : MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI  
ENDEREÇO : SHIS QL 8 CONJ. 2 CASA 17  
CIDADE : LAGO SUL  
CPF : 144.418.291-91  
CNPJ :  
CF/DF :  
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

\_\_\_\_\_ CERTIFICAMOS QUE \_\_\_\_\_

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

*Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.*

Válida até 06 de Junho de 2013.

Brasília, 08 de Março de 2013.

Certidão emitida via internet às 12:14:31 e deve ser validada no endereço [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br)

OF. nº 004/2013/ASPAR

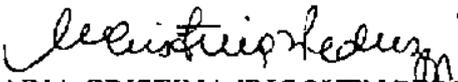
Brasília, 11 de março de 2013.

**Assunto: Indicação Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do inciso III do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e da alínea “d” do inciso II do art. 1º do Ato nº 01, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que sou autora de uma única ação judicial, consistente em Mandado de Segurança que tramita na MM. 3ª Vara Cível de Bagé/RS, impetrado contra ato da Delegada da Receita Estadual de Bagé, em que obtive medida liminar para liberar Usufruto constituído sobre bens de minha propriedade. Não sou ré em qualquer ação judicial, nem em procedimento administrativo-disciplinar.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.

  
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI  
*Ministra do Tribunal Superior do Trabalho*

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 112.0009832-3, da 3ª Vara Cível de Bagé/RS

Impetrantes: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi e Outros

Impetrada: Delegada da Receita Estadual de Bagé

Andamento atual: 04/12/2012: Conclusão ao Juiz e 05/12/2012: Documento recebido no protocolo geral.



OF. nº 005/2013/ASPAR

Brasília, 11 de março de 2013.

**Assunto: Indicação Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos da **alínea “e” do inciso II do art. 1º do Ato nº 01, de 2007** da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a minha atuação, como Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, nos últimos onze anos e nove meses.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.

  
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI  
*Ministra do Tribunal Superior do Trabalho*

**ARGUMENTAÇÃO ESCRITA DO INDICADO**

(artigo 1º, inciso III, do Ato nº 1, de 17.10.2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal)

Fui honrosamente indicada, pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão realizada em 27.02.2013, conforme Ofício TST.GP nº 148/2013 encaminhado ao Exmo. Presidente do Senado Federal em 08.03.2013, para integrar o E. Conselho Nacional de Justiça, como representante do E. Tribunal Superior do Trabalho.

Cumpre-me acentuar o seguinte à Egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal:

Há 41 (quarenta e um) anos dedico minha vida ao estudo do Direito, desde minha aprovação, em janeiro de 1971, no vestibular para a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que cursei de março/71 a julho/73. Vim residir em Brasília, onde me bacharelei pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, em julho de 1975, com média geral acumulada 9,8.

Sou Mestre em “Direito, Estado e Constituição”, pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (2007/2009). Antes, na mesma Faculdade, realizei dois Cursos de Especialização: “Alteração do Contrato de Trabalho” (1975) e “Recurso Extraordinário” (1983/84).

Tenho experiência no magistério. Fui Professora de Direito Comercial e Legislação Social na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (1979/80), Direito do Trabalho e Previdência Social no Centro Universitário de Brasília –UNICEUB (1976/79) e em Cursos de Pós-Graduação lato sensu, em Direito e Processo do Trabalho, na Universidade Presbiteriana Mackenzie (2002) e no IDP- Instituto Brasiliense de Direito Público (2009/2012).

Fui aprovada em 5º lugar no Concurso Público para o cargo de Procurador da República, que exerci de 19.09.84 a 21.12.84, data em que, a pedido, obtive exoneração (Portaria nº 525, do Ministro da Justiça, publicada no D.O.U., II, de 21.12.84).

Fui aprovada no Concurso Público para o cargo de Procurador do Trabalho, que exerci de 03.04.92 até 27.04.92, quando, a pedido, obtive exoneração.

Exerci a Advocacia, em Brasília, perante os Tribunais Superiores (Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior do Trabalho e Superior Tribunal de Justiça), desde 1975 até ser nomeada Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Durante 27 (vinte e sete) anos dediquei-me integralmente a essa atividade.

Tomei posse no Tribunal Superior do Trabalho em 21 de junho de 2001. Figurei em primeiro lugar na lista sêxtupla encaminhada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ao Tribunal Superior do Trabalho, que também me honrou com o primeiro lugar na lista triplice. Submetida à sabatina, fui aprovada pela E. Comissão de Constituição e Justiça e pelo Plenário do Senado Federal e nomeada pelo então Exmo. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

No Tribunal Superior do Trabalho presidi a 8ª Turma (2007/2011), integro o órgão Especial e a SD12. Já integrei todas as Seções Especializadas e, como Conselheira, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (2009/2010 e 2011/2013). Fui Vice- Presidente do Tribunal (2011/2013), Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT (2008/2011), Presidente do Comitê do TST-Saúde (2011/2013) e da Comissão de Documentação, que compreende a Revista do TST (2006-2011).

Publiquei Livros, Capítulos de Livros, Artigos doutrinários, participei de bancas de concurso público e proferi palestras, referidos no currículo Lattes.

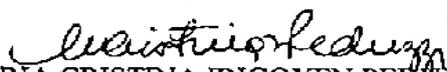
Sou Presidente Honorária da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Fui sua Presidente eleita nos biênios 2002/2003 e 2004/2005.

Minha experiência profissional para o desempenho de tão elevada função decorre do exercício de atividades jurídicas desde a juventude, na Advocacia, substancialmente; no Ministério Público, no Magistério, na Academia e, sobretudo, no Tribunal Superior do Trabalho, onde acumulei funções de natureza administrativa. A experiência adquirida ao longo desses anos de dedicação ao estudo e aplicação do Direito poderá contribuir para o desempenho das funções pertinentes ao cargo de Conselheira, no Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário.

A formação técnica e experiência adquirida no exercício dos cargos e funções descritas serão canalizadas para as atividades que realizarei no CNJ.

Minha *afinidade intelectual e moral* para o exercício do cargo de Conselheiro do E. Conselho Nacional de Justiça decorre da própria vocação para o Direito, que exercito na vida profissional e pessoal. Sempre adotei comportamento discreto, ético e respeitoso com os colegas, partes e servidores, sendo rigorosa no cumprimento e na fiscalização do trabalho desenvolvido, por mim e meus colaboradores. Sempre imprimi agilidade no julgamento dos processos. Ao fim do mandato no Conselho Nacional da Justiça do Trabalho, não deixo um processo sequer para o meu sucessor. Sempre estive com o serviço em dia, julgando muito e estudando cada um dos processos. Estou certa de que o exemplo é o melhor ensinamento.

Brasília, 11 de março de 2013.

  
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra do Tribunal Superior do Trabalho

(JUSTIÇA DO TRABALHO)

TEM SE PUBLICA EM TODOS OS TRIBUNOS NACIONAIS



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DE MAGISTRADO

162  
Nº DE REGISTRO

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI  
NOME

MINISTRO  
CARGO

MELO - URUGUAI  
NACIONALIDADE

ADEMAR IRIGOYEN  
MULHER

MARIA ILZA PEDUZZI IRIGOYEN  
MULHER

305.682.0931-0  
CARTERA DE IDENTIFICAÇÃO

144.418.291-91  
CPF

671842038-1/210  
VOTO ELEITORAL

BRASIL 21.06.2008  
ANO DE CRIAÇÃO

(VALIDO COM MARCA D'ÁGUA E ARMAS DA REPÚBLICA)

OF. nº 006/2013/ASPAR

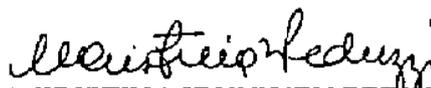
Brasília, 11 de março de 2013.

**Assunto: Indicação Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do inciso IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, informo a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.

  
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI  
Ministra do Tribunal Superior do Trabalho

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Finalmente, vamos ouvir, então, a catariense, hoje amazonense, Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Casildo. Agradeço *(Fora do microfone.)* a V. Exª.

Quero dizer da minha alegria de estar aqui neste dia, Sr. Presidente.

Dia 8 de março, na última sexta-feira, o Brasil todo assistiu, com muita alegria e até emoção, em muitos dos momentos, à intervenção, à fala oficial da nossa Presidenta Dilma relativa ao Dia das Mulheres. Eu, como mulher brasileira, e não como Senadora, mas como uma simples mulher, quero dizer também que fiquei extremamente emocionada e virei à tribuna no dia de amanhã para falar sobre isso.

Hoje, Sr. Presidente, eu quero relatar um pouco do que foi a reunião, a conversa que tive pela manhã, na cidade do Rio de Janeiro, com a Presidenta da Petrobras, Drª Graça Foster. Lá estivemos eu, Wagner Go-

mes, que é Presidente da CTB – que é a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil, a terceira maior central sindical brasileira –, a Srª Gilda Almeida, e tratamos de vários assuntos. Entre eles, principalmente e essencialmente, sobre a situação da Petrobras, Sr. Presidente: o presente e o futuro. E aproveitamos a oportunidade para externar, colocarmo-nos à disposição da direção da empresa, da Presidenta Graça para divulgar os números reais em relação à Petrobras, o real desempenho dessa empresa, que vem sendo alvo de duras críticas, por parte da oposição, nos últimos dias.

Bastou que a Petrobras tivesse um resultado não positivo para que já se alardeasse que o problema é o partidarismo que ali está posto. Ora, que partidarismo? Será que aqui alguém esquece quem foi o Presidente da ANP, quando o Presidente era Fernando Henrique Cardoso? Quem era o Presidente da ANP, quando o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso era o Presidente deste País?

Eu creio, Sr. Presidente, e assim vejo mesmo, porque a Petrobras tem uma presença muito forte no meu Estado, o Estado do Amazonas, onde há uma refinaria, dirigida por profissionais competentes, engenheiros de carreira. Temos também uma área de exploração de petróleo, que é a Província de Urucu, a que V. Exª já

deve ter ido, conhece, como muitos dos parlamentares brasileiros, porque a extração de petróleo e gás, no Estado do Amazonas, é um exemplo para o mundo de como pode, sim, ser desenvolvida a atividade petrolífera com o cuidado com o meio ambiente. Então, nós temos uma presença forte da Petrobras lá e o nível de profissionalização tem sido cada vez maior.

Colocamo-nos, sim, não apenas nos solidarizando com a Presidente, porque não é a empresa que vem sendo atacada, a direção da empresa é que vem sendo atacada, o que eu considero ataques levanos até, Sr. Presidente.

Então, eu quero dizer que nos governos, tanto do Presidente Lula, quando da Presidenta Dilma, os indicadores da empresa só declinaram – é o que eles dizem –, e justificam isso apontando a queda de 36% no lucro da empresa no ano passado, a diminuição de 2% na produção e o aumento de 110% no custo da extração de petróleo entre 2006 e 2012.

Ainda destacam o aumento de quase 700% na dívida líquida da empresa, o que, na opinião deles, dos críticos, reflete a incapacidade do Governo de gerenciar uma empresa do porte da Petrobras. Lamentam pela perda dos acionistas da empresa, os chamados cotistas, que tiveram um prejuízo de 14% no ano passado.

Argumentam que, com a descoberta do pré-sal, desde julho de 2006, a Petrobras deveria tornar o País autossuficiente, mas depois de sete anos, os indicadores só pioram. Chegam, grosseiramente, a denominar o ex-Presidente Lula e a Presidenta Dilma, assim como a Dr<sup>a</sup> Graça Foster e o ex-Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, de destruidores da empresa. E, no campo político ainda, Sr. Presidente, Senador Casildo Maldaner, denominam-se “vítimas de uma campanha infame”, desde a primeira eleição do Presidente Lula, que acusa o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso de planejar a privatização da Petrobras, que afirmam eles ser uma “rigorosa mentira”.

Sr. Presidente, eu inicio o meu pronunciamento reproduzindo uma a uma as críticas que a oposição faz à Petrobras, sobretudo à Direção da Petrobras, ao Governo da Presidenta Dilma e ao Governo do ex-Presidente Lula. E faço isso, Sr. Presidente, porque quero falar número por número, porque ninguém avalia o resultado de uma empresa de forma isolada, sem avaliar a política de câmbio, sem avaliar o mercado de petróleo em âmbito internacional. Só assim, a partir dessa avaliação ampla, é que a gente vai poder ter condições, sim, de falar dos rumos da Petrobras.

A Dr<sup>a</sup> Graça Foster deverá vir ao Senado num prazo curto, porque foi convidada – e já o fez outras vezes – a participar, na Comissão de Assuntos Econômicos, de um debate acerca do presente e do futuro da Petrobras, que, repito, é a maior empresa brasilei-

ra e uma das maiores do mundo; mais do isso, é uma empresa-símbolo do nosso Brasil; é uma Empresa que orgulha o povo brasileiro; é uma empresa que tem a cara do Brasil e que tem a cara do povo brasileiro. E eu tenho muito orgulho de pertencer a um partido que, desde o nascedouro da Petrobras até os dias atuais, se mantém firme na luta por essa empresa, que é muito importante para nosso processo de desenvolvimento.

Então, vamos aos números, Sr. Presidente – números reais –, e uma avaliação ampla dos resultados da Petrobras nos últimos tempos.

A companhia não enfrenta problemas de caixa, cujo saldo ultrapassa atualmente R\$40 bilhões. Ao longo dos últimos anos, o aumento do endividamento veio acompanhado da redução do custo de captação da companhia e da melhora da avaliação de risco por parte das agências de *rating*.

Analisando a evolução dos indicadores financeiros desde 2002, o lucro líquido da companhia cresceu 161%, saindo de pouco mais de R\$8 bilhões, em 2002, para mais de R\$21 bilhões, em 2012. A geração de caixa operacional triplicou nesse último período, passando de R\$18 bilhões para mais de R\$53 bilhões.

Do lado operacional, a produção de óleo e gás natural no Brasil cresceu 34% nesse período, saindo de 1.752 barris/dia, em 2002, para 2.355 barris/dia, em 2012. Considerando apenas a produção de óleo, Sr. Presidente, o crescimento foi de 32%, enquanto a produção de gás cresceu 49%.

O volume de recursos da Petrobras também cresceu significativamente. As reservas provadas subiram de 11 bilhões de barris de óleo equivalente para 15,7 bilhões de barris de óleo equivalente. Adicionando os barris da cessão onerosa e os volumes recuperáveis de petróleo do pré-sal, as reservas potenciais aumentaram cerca de três vezes nesse período. Dessa forma, o Brasil reduziu sua vulnerabilidade em relação ao suprimento de petróleo.

Pelo lado da demanda, o consumo de derivados aumentou significativamente no Brasil. A venda de derivados saiu de 1.609 mil barris/dia, em 2002, para 2.285 mil barris/dia, ou seja, um crescimento de 42%. E o que é mais importante agora: o resultado de 2012 foi impactado pela depreciação cambial, que recuou 36% em relação a 2011, sendo exógeno ao controle da companhia, refletindo em um resultado financeiro negativo de R\$3,7 bilhões, ou seja, o resultado está diretamente vinculado à política cambial.

Quando comparado o lucro líquido, em dólar, da Petrobras com o de outras grandes empresas do setor, não somente a Petrobras registrou queda em 2012 frente a 2011, como também a BP (British Petroleum), com um quedar de 55%; a ConocoPhillips, com uma queda de 32%; a Total, com uma queda de 20%; a

Statoil, com queda de 16%; além da queda da Shell, de 14%; e a da Chevron, de 3%.

Não somente a Petrobras registrou queda na produção de petróleo em 2012 frente a 2011, outras grandes empresas também apresentaram resultado negativo, como: a Exxon Mobil (-6%); a British Petroleum (-5%); a Chevron (-5%); e a Shell (-2%).

É importante ressaltar, Sr. Presidente, que a Petrobras foi a única empresa entre as citadas, que são as maiores do mundo, a registrar aumento na produção de óleo e gás natural, no período de 2002 a 2012, enquanto a Exxon Mobil registrou 0%, ou seja, um estacionamento; a BP (British Petroleum) caiu 5%; a Chevron caiu 1%; e a Shell teve uma queda de 18% na produção de óleo e gás natural.

Quanto ao crescimento do custo da extração. Este está associado à elevação do Brent, que, no médio e longo prazo, reflete no aumento da demanda por serviços e equipamentos para prospecção e produção de óleo e gás natural, principalmente *offshore*, que é nova fronteira exploratória mundial.

As novas descobertas anunciadas nos últimos anos, Sr. Presidente, aqui, no Brasil, em especial o pré-sal, colocaram a Petrobras em uma situação diferenciada em relação às outras empresas do setor, com um portfólio de projetos rentáveis a serem desenvolvidos e que garantem um crescimento orgânico para a companhia.

Para financiar esse crescimento, foi necessário, sim, o aumento do endividamento ao longo dos últimos anos, na medida em que apenas a geração operacional de caixa da companhia não seria suficiente para fazer frente a esses desafios; porém, isso não foi visto como negativo pelo mercado. Ao longo dos últimos anos, o aumento do endividamento veio acompanhado da redução do custo de captação da companhia e da melhora da avaliação de risco por parte das agências de *rating*.

No final do ano passado, o impacto cambial sobre a dívida dolarizada e a menor geração de caixa operacional levaram ao crescimento do endividamento líquido, que alcançou, aproximadamente, US\$72 bilhões. Contudo, a administração da empresa vem acompanhando de perto essa evolução, bem como as metas de alavancagem, mantendo o compromisso com o grau de investimento e com a não efetivação de nova capitalização.

Sobre os trabalhadores que investiram nas ações da empresa, Sr. Presidente, a Petrobras destaca que, desde 2002 até fevereiro deste ano, o ganho foi de 265%, contra 82% do rendimento do FGTS, por exemplo, Presidente Casildo Maldaner.

E quanto ao pré-sal? Quanto ao pré-sal, atualmente, apenas cinco anos depois do anúncio de Tupi, ele já responde por aproximadamente 10% da produção da Petrobras no Brasil, enquanto os prazos usuais

de implantação de projetos de produção, desde a fase exploratória, chegam a dez anos na indústria mundial. Eu repito: em cinco anos, Tupi já é responsável por 10% do total da produção da Petrobras, enquanto que a média mundial para a produção equivalente é de dez anos, Sr. Presidente.

Esses são os reais dados, que mostram efetivamente que não existe uma crise na Petrobras, como quer dar a entender a oposição, que, repito, ataca não apenas os resultados, mas, através disso, avalia os resultados de forma isolada. E aí está o grande equívoco, mas um equívoco propositado, porque, não tendo onde atacar o Governo, busca exatamente a grande empresa brasileira que é a Petrobras para fazê-lo.

Mas não atacam apenas isso; atacam, repito, a condução e a direção da empresa; atacam a Presidenta Dilma e atacam o Presidente Lula, de uma forma que, eu repito, não se sustenta, Sr. Presidente, porque não há dúvida nenhuma do grau, do nível de profissionalização daquela empresa.

Filiação partidária todos podemos ter – todos! Aliás, exigir que não se tenha seria cometer um crime contra as pessoas. Agora, tenho a convicção plena de que a profissionalização da empresa está acima de tudo por parte dos dirigentes que lá atuam.

Agora em relação também, Sr. Presidente, à campanha difamatória de nossa parte, eles dizem que setores de governo, e não apenas, mas também a bancada parlamentar de apoio ao governo da Presidenta Dilma, têm procurado fazer uma campanha negativa e mentirosa contra esses que, segundo eles mesmos dizem, nós atacamos alegando que eles queriam privatizar a Petrobras e que isso não seria verdade.

Ora, Sr. Presidente, penso que contra os fatos não existem discursos nem justificativas. Quando dizemos e falamos, com muita insistência, que a Petrobras estava, sim, no alvo da privatização, é porque de fato estava.

Vejamos o jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 20 de maio de 1999. Qual é a manchete? “Petrobras pode ser vendida em três anos, diz Zylbersztajn”. Isso mesmo, o Diretor-Geral da ANP, Agência nacional de Petróleo, à época, David Zylbersztajn, genro do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, era quem dava essas declarações. Está aqui: jornal *O Estado de S. Paulo*: “Petrobras pode ser vendida em três anos, diz Zylbersztajn”.

*O Estado de S. Paulo*, edição do dia 7 de janeiro de 99: “ANP defende venda de refinarias da Petrobras”. Também matérias fartas a respeito disso, da defesa da venda das refinarias da Petrobras.

*O Estado de S. Paulo*, edição de 10 de junho de 2000: “FHC anuncia medidas para afastar resistência à privatização”.

O *Estado de S. Paulo*, edição de 27 de dezembro de 2000. Qual era a manchete? “Governo FHC paga uma fortuna sem licitação para mudar o nome da Petrobras para Petrobrax”. O objetivo era facilitar a privatização da empresa brasileira.

O *Globo*, edição de 02.02.1999: “Programa de privatização terá de ser acelerado”.

E mais outras matérias, Sr. Presidente. Está aqui em *O Globo*, edição de junho de 1997: Gustavo Franco, Diretor do Banco Central, defendendo a venda do Banco do Brasil e da Petrobras.

Então veja, Sr. Presidente, eu quero dizer que eu me sinto muito à vontade para fazer esse pronunciamento e outros que farei com muito prazer, Sr. Presidente, porque são pronunciamentos que trazem números consistentes, e não números isolados. E o faço, principalmente, por duas razões: a primeira é para repor efetivamente os fatos e combater as inverdades que propagam contra a Petrobras. A segunda, não menos importante, é resgatar a história dessa empresa. Afinal de contas, eu aqui já disse, mas faço parte de um partido que, mesmo na clandestinidade, lutou ativamente ao lado dos estudantes, ao lado dos trabalhadores, ao lado da intelectualidade brasileira, a favor da campanha “O Petróleo é nosso”; contra aqueles que defendiam a entrega da nossa riqueza ao capital internacional. E conseguimos que o Senado aprovasse, no dia 3 de outubro de 1953, o projeto que criou a Petrobras, a Lei nº 2.004, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas. E até hoje, Sr. Presidente, continua a ser essa empresa o nosso orgulho, o orgulho do povo brasileiro, uma empresa que deve estar a serviço, sim, do desenvolvimento nacional.

Acabamos de aprovar – acho que pela oitava vez – uma lei em que nós, parlamentares brasileiros, mudamos a regra da distribuição da riqueza do petróleo, dos *royalties* do petróleo. E mudamos a regra de forma a permitir que, quando esse petróleo é extraído do pré-sal, a milhares de quilômetros distantes da costa, que esse petróleo seja dividido de forma mais igual no território nacional.

Defendemos outra luta importante também, que é a luta para que os recursos do pré-sal sejam canalizados para a educação brasileira, porque só assim faremos com que o nosso País caminhe rumo a um desenvolvimento mais igualitário...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – ... não só o desenvolvimento de uma ou outra região, mas de todas as regiões brasileiras; para que a gente possa seguir com nossa juventude estudando, gerando tecnologia, neste País que é o detentor da maior floresta tropical do Planeta, que precisa conhe-

cer, precisa dominar, essa floresta. Para isso precisamos de muitos recursos, de muitos investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação.

Então, Sr. Presidente, considero esse o bom debate. Agora, é um debate que nós aceitamos com muito prazer, porque temos certeza de que a Petrobras está no caminho certo, bem como foram acertadas todas as mudanças que fizemos no marco regulatório do pré-Sal, inclusive muito criticadas por eles, que queriam que se mantivesse o marco que existia à época, o da concessão. E o Governo brasileiro teve a coragem, o Congresso Nacional, nós todos tivemos a coragem de mudar esse marco para a o sistema de partilha, porque é através da partilha que grande parte da riqueza nacional fica com o País...

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCcoB – AM) – ... e não na mão de poucos empreendedores, Sr. Presidente.

Era o que queria dizer, manifestando a minha alegria de ter tido a oportunidade de estar numa conversa muito importante, muito elucidativa, hoje pela manhã, com a nossa querida Presidenta da Petrobras, uma mulher de muita competência, a Dr<sup>a</sup> Graça Foster. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Ouvimos a Senadora Vanessa Grazziotin fazendo a defesa veemente da Petrobras no Brasil, as preocupações que traz com relação a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Antes de passarmos a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Ricardo Ferraço, do Espírito Santo, a Presidência designa o Senador Aloysio Nunes Ferreira para integrar, como titular, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em substituição ao Senador Cyro Miranda, nos termos do **Ofício nº 87, de 2013**, da Liderança do PSDB.

É a comunicação que a Presidência faz.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 87/13 – GLPSDB

Brasília, de março de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para integrar, como titular, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em substituição ao Senador Cyro Miranda.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 29/2013

Brasília, 11 de março de 2013

Assunto: Requerimento nº 131, de 2013

Senhor Presidente,

Comunico que não participarei da missão referida no Requerimento nº 131, de 2013, que será realizada nas Repúblicas Tcheca e Eslovaca, entre os dias 25 a 30 de março de 2013.

Cordialmente, – **Jarbas Vasconcelos** Senador da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Com muita honra, agora, passamos a palavra ao grande representante do Espírito Santo, Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente desta sessão, Senador Casildo Maldaner, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, brasileiros e capixabas que nos acompanham pela TV Senado, há muitos séculos atrás, Thomas Moore enfatizou como é importante mostrarmos, com os nossos atos, aquilo que nós profetizamos com nossas palavras: criando uma linha necessária de coerência entre aquilo que fazemos, falamos e aquilo que nós praticamos.

A coerência, a conexão entre as palavras e as atitudes, a coerência na defesa de princípios e valores é uma virtude inquestionável, uma virtude indissociável no exercício não apenas da atividade pública, mas uma atitude e uma virtude fundamental nas relações humanas. Uma virtude indissociável da conduta ética, do caráter e da integridade moral, sobretudo daqueles que exercem a vida pública.

É necessário o mínimo, o mínimo de coerência, Srªs e Srs. Senadores, para que possamos ser dignos da confiança, dignos do respeito, dignos da credibilidade e dignos da reputação. Isso vale, particularmente, não apenas para a vida pública, quando temos a obrigação de prestar contas, não apenas aos nossos familiares, aos nossos vizinhos, amigos e colegas. Quem está na vida pública deve satisfação, permanentemente, aos contribuintes, deve satisfação à sociedade de uma forma geral, até porque os nossos mandatos nós o exercemos por delegação. O mandato não é propriedade particular de quem o exerce, muito menos quem está na atividade pública e que tem elevada responsabilidade com questões estratégicas. Quando nossa postura

política e nossas decisões têm consequências práticas, sobretudo nos rumos do País e da sociedade, aí a coerência, aí a conexão entre aquilo que falamos e aquilo que praticamos é fundamental.

É exatamente essa coerência, Sr. Presidente, essa coerência que queremos cobrar, na tribuna do Senado, da Advocacia-Geral da União, do Sr. Luís Adams, homem competente, preparado, de excepcional e notório valor na arte do Direito. Mas a Advocacia-Geral da União e o Dr. Luís Adams, no exercício das suas atribuições constitucionais, de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, alertou, em boa hora, a Excelentíssima Senhora Presidente da República, a Presidente Dilma, sobre as graves inconstitucionalidades do projeto aprovado, na semana passada, pelo Congresso Nacional, que pretende redistribuir os *royalties* do petróleo.

Digo que pretende, porque essa luta é uma luta que não se encerra com a manifestação do Congresso Nacional. O Congresso Nacional não está acima da Constituição Federal. Temos mandados de segurança impetrados no Supremo Tribunal Federal para corrigir as violações de que nós fomos vítimas por parte da condução daquela fatídica sessão do Congresso, onde a nossa voz, onde a liberdade e a democracia não foram garantidas à minoria, que teve a sua voz suprimida por um comando absolutamente autoritário. Digo isso porque essa luta não se encerra no Congresso Nacional. Os nossos Estados, o meu Estado, o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, e quero crer também que o Estado de São Paulo, pela manifestação do Governador Geraldo Alckmin, estarão ajuizando, nos próximos dias, ações diretas no Supremo Tribunal Federal para que o Supremo Tribunal Federal possa garantir os nossos direitos.

Foi a partir, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, das fundamentações, das orientações, do Dr. Luís Adams que a Presidente Dilma houve por bem vetar os absurdos previstos na lei aprovada pela maioria do Congresso Nacional, sem qualquer respeito assegurado aos nossos direitos, aos direitos dos nossos Estados, assim como dos nossos Municípios.

Como pôde, então, o Advogado-Geral da União afirmar na semana passada e retrasada, orientando a Presidente Dilma, técnica e juridicamente, a vetar tais aberrações?

Como pode, numa semana, ter uma posição e na semana seguinte, lamentavelmente, assistirmos a uma espécie de metamorfose, como na música cantada pelo grande poeta brasileiro Raul Seixas?

Como pode ele declarar que a missão da Advocacia-Geral da União, a partir de agora, é defender a legitimidade de uma decisão que, referindo-se a uma

lei apontada como ilegítima pela própria Advocacia? Foi a própria Advocacia-Geral da União que sustentou os fundamentos robustos que levou a Presidente Dilma a vetar o projeto de redistribuição dos *royalties*.

Como pode, de um dia para o outro, a Advocacia-Geral da União, como pode o Dr. Luís Adams passar por cima de suas próprias convicções? Ou não foi ele mesmo que ajudou a alinhar os fundamentos da mensagem do veto, da lei dos *royalties*, assinalando, ponto por ponto, os princípios constitucionais que ela ofende: o princípio da isonomia, o princípio federativo, o da segurança jurídica e o necessário equilíbrio orçamentário?

Vale repetir, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado e capixabas, vale repetir que, na Mensagem Presidencial do veto, a Presidente explica que os *royalties* são uma compensação financeira dada aos Estados e Municípios produtores e confrontantes em razão da exploração de óleo.

Leio aqui, Sr. Presidente, *ipsis litteris*, um trecho da Mensagem da nossa Presidente Dilma vetando essa proposta, naturalmente orientada e fundamentada pela Advocacia-Geral da União:

*Devido à sua natureza indenizatória, os royalties incorporam-se às receitas originárias desses mesmos entes, inclusive para efeitos de disponibilidade futura. Trata-se, portanto, de uma receita certa, que, em vários casos, foi objeto de securitização e operações de antecipação de recebíveis. A alteração dessa realidade jurídica afronta, segundo a Advocacia-Geral da União, o inciso XXXVI, do art. 5º, e o princípio do equilíbrio orçamentário previsto no art. 167, ambos da nossa Constituição Federal.*

Em outro trecho da Mensagem, a Presidente da República explica que o texto do Congresso é inconstitucional porque “conflita diretamente com as disposições previstas no art. 5º e no §1 do art. 20 da Constituição Federal, ao obrigar os Estados e Municípios a renunciarem a direito constitucional originário para participar da distribuição do fundo especial destinado aos entes federados”.

São manifestações que constam do veto da Presidente Dilma e que foram fundamentadas pela Advocacia-Geral da União. Até porque a sessão de votação dos vetos, como nós afirmamos aqui, não violou apenas a Constituição Federal. Também violou o direito e a prerrogativa de manifestação de questões de ordem que nós, minoria, não pudemos manifestar.

Ao se recusar enxergar essas irregularidades, ao ignorar a ilegitimidade das decisões inconstitucionais,

a Advocacia-Geral da União, Sr. Presidente, dá uma de avestruz, sobe em cima do muro, enfia a cabeça no buraco e faz de conta que não falou, faz de conta que não escreveu, faz de conta não orientou a Presidente Dilma – e não apenas a Presidente Dilma, mas também o ex-Presidente Lula, porque ambos vetaram essa medida inconstitucional de força, que violenta o direito, que violenta os nossos Estados e os nossos Municípios.

No que se refere à Advocacia-Geral da União, no entanto, Sr. Presidente, há uma incoerência injustificável. A Advocacia-Geral da União precisa ter uma postura de ordem técnica, de ordem constitucional, e não uma postura de conveniência política. O compromisso primeiro da Advocacia-Geral da União deve ser com a legalidade. Esse é o pressuposto básico da Advocacia-Geral da União. A ilegalidade, nesse caso, é questionar.

Não há outro caminho, Sr. Presidente. Não há outro caminho para a Advocacia-Geral da União que não manter a sua coerência, que não questionar, no Supremo Tribunal Federal, a derrubada do veto. O que, aliás, me chamou a atenção, porque um veto presidencial que foi votado no Congresso Nacional, que sequer teve a defesa dos Líderes partidários que dão sustentação à base da Presidente da República, aqui no Congresso Nacional, aqui no Senado e lá na Câmara. É defender a obediência à Lei Maior do País e refutar a ofensa a princípios constitucionais básicos.

Em outras palavras, o que esperamos da Advocacia-Geral da União, neste momento, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que ela proponha uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra as mudanças impostas, arbitrariamente, pela maioria que se formou à margem daquilo que fez o constituinte.

O que esperamos, Sr. Presidente? O que quero acreditar é que a Advocacia-Geral da União manterá a sua coerência. Os nossos Estados estarão, naturalmente, ajuizando no Supremo Tribunal Federal. Mas não há outro caminho, Sr. Presidente, em nome da coerência. Não há outro caminho em nome da dignidade. Não há outro caminho em nome da necessidade de nós termos uma conexão entre nossas palavras, ações, gestos e atitudes.

Por isso mesmo, nós estamos aqui concluindo o nosso pronunciamento, afirmando a nossa convicção de que a Advocacia-Geral da União vá refletir, na pessoa do seu Presidente, do Advogado-Geral da União, Dr. Luís Adams, não estar submetida a qualquer tipo de orientação política. É essa mesma coerência que nós estamos aqui cobrando da Advocacia-Geral da União.

Não pode, na semana anterior, fundamentar o veto e, na semana posterior, achar ou concluir que

o Congresso Nacional é legítimo. Não! O Congresso Nacional não é legítimo para agir ao arrepio da Lei e da Constituição Federal. Nenhum de nós pode estar acima da Constituição Federal. Nenhum de nós pode estar acima das leis, até porque somos nós que fazemos as leis e nós precisamos ter a obrigação de, em primeiro lugar, darmos exemplo e respeitarmos as leis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Após ouvirmos as palavras do Senador Ricardo Ferraço, vamos agora para o Senador Sérgio Souza, do Estado do Paraná, como Líder.

Passo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sérgio Souza.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Casildo Maldaner, do meu partido de Santa Catarina, um Estado que também tem as perdas do fato que me traz à tribuna no dia de hoje.

Eu tenho feito algumas reflexões do quanto o meu Estado, o Estado do Paraná, tem perdido dentro do pacto federativo. FPE, por exemplo. O Estado do Paraná representa na arrecadação global do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados em torno de R\$35 bilhões/ano, que são arrecadados no Estado do Paraná. Mas ele fica tão somente com 14% disso. Os outros 86%, aproximadamente, ficam com a União e com os demais Estados da Federação. O Estado do Paraná não é diferente do Estado do Rio Grande do Sul, do Estado de Santa Catarina. É parecido. Nós somos tidos como Estados ricos da Federação, mas temos sempre deixado ou feito com que os demais Estados da Federação fiquem com a maior parte daquilo que é produzido.

Por exemplo, em 1988, quando da Constituinte, foi definido que o ICMS seria cobrado no consumo. No entanto, para energia elétrica, por conta da geração produzida pela Itaipu... No consumo, não. O ICMS seria cobrado onde ele é produzido, no Estado produtor. Mas, para a energia elétrica e também para o petróleo e gás, é onde se consome. Aí vem um prejuízo todo ao Estado do Paraná, que, em detrimento de outros ramos da economia, nesse caso da energia elétrica, deixa de arrecadar cerca de R\$1,5 bilhão ao ano por conta da perda do ICMS.

Quanto ao FPE, ao IPI e ao Imposto de Renda, o Estado do Paraná, repito, arrecada R\$35 bilhões ao ano, mas fica tão somente com cerca de R\$4,2 bilhões, R\$4,3 bilhões. Com ICMS, não é diferente.

No que diz respeito à produção de petróleo, o Estado do Paraná foi preterido por uma resolução do IBGE de que fez as linhas imaginárias do território paranaense, do mar e território paranaense, e as linhas se cruzam, vindo de Santa Catarina e de São Paulo, a

poucos quilômetros da costa, e Paraná deixa de ser um Estado produtor de petróleo. Não tem o seu espaço dentro do pré-sal. Veja como o Estado do Paraná vem perdendo nos últimos anos. É tímido no que diz respeito a isso.

Não vejo nenhuma glória do Estado do Paraná no sentido de ter privilégios dentro da Federação do ponto de vista da arrecadação. Sempre nós estamos sendo preteridos. Sempre o Paraná tem que ceder.

Mas o Paraná também tem problemas.

Num dado momento, na Comissão de Assuntos Econômicos, num projeto de lei de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, ex-Senador pelo Estado do Rio Grande do Sul, que trata da redefinição...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – ... das unidades federativas, das regiões brasileiras, onde devemos tratar do desenvolvimento regional, onde somente o Norte, o Nordeste e, às vezes, o Centro-Oeste são tratados de forma diferenciada, eu pedi vista desse projeto e fiz um relatório contestando aquilo que estava naquele momento, dizendo que não são só o Norte e o Nordeste que têm regiões subdesenvolvidas, pois nós temos regiões subdesenvolvidas também no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste. O Paraná, por exemplo, tem duas ou três regiões que vivem um momento econômico diferenciado do que viveu nas décadas de 60 e 70, quando a monocultura rural, do café, do feijão, por exemplo, era o que predominava.

O considerado norte velho do Paraná é uma região que carece de indústrias, que carece de incentivos.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – A região do Vale do Ivaí, Sr. Presidente, uma região pela qual tenho muito carinho, onde moram meus pais, também é uma região... Vejam só: o Município de Ivaiporã, por exemplo, onde há muitos imigrantes de Santa Catarina, a exemplo da minha família, que migrou de Santa Catarina para o Paraná no fim dos anos 40, esse Município chegou a ter 80 mil habitantes no final dos anos 60 e começo dos anos 70 e hoje tem 30 mil habitantes.

Quando a população brasileira, em 1970... E nós lembramos o jargão da Copa do Mundo que dizia “Noventa milhões em ação...” Eram 90 milhões de brasileiros no Brasil. A população nacional mais do que dobrou, o crescimento demográfico nacional, e essas regiões perderam mais da metade da sua população. Ou seja, se estivéssemos considerando tão somente o crescimento demográfico natural, teríamos 150 mil habitantes em Ivaiporã hoje, no mínimo. No entanto, outras cidades, por conta da industrialização, como Cascavel, Toledo, Londrina, Curitiba e assim por diante, cresceram muito.

Então, nós temos que tratar o desenvolvimento regional de forma diferenciada também no Sul... O Vale do Ribeira, que pega São Paulo e Paraná, é uma região subdesenvolvida. Todos nós, congressistas e brasileiros, sabemos disso.

Então, o que estou dizendo aqui, Sr. Presidente, é que temos problemas, sim, em todos os Estados e que precisamos de tratamento diferenciado.

Agora, se vamos dar tratamento diferenciado a regiões que estejam estagnadas ou paradas e a regiões subdesenvolvidas, vamos olhar o País por inteiro. Eu tenho certeza de que Municípios do Vale do Ribeira têm tantos problemas – ou mais – quanto os Municípios do Norte ou do Nordeste. E por que eles não recebem, na mesma proporção, o FPM?

(*Soa a campainha.*)

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Então, é o momento de trazerem à tona a distribuição do FPE e do FPM, o Pacto Federativo, a discussão do ICMS – se vamos cobrar todo ele no Estado que produz ou onde se consome. E tenho certeza de que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal não vai se furtar a isso.

Por isso, venho à tribuna de hoje conclamar a todas as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores a cuidarmos com atenção do Pacto Federativo, porque isso vai fazer a diferença em cada um dos Estados e Municípios brasileiros.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a sua benevolência quanto ao tempo. Uma boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PSDB – SC) – E a Mesa se congratula com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sérgio Souza. Na verdade, dentro dos Estados do Sul e mesmo do Sudeste, como o Vale do Ribeira, que pega uma parte de São Paulo e do Paraná, e no oeste catarinense, algumas regiões também têm um baixo índice de desenvolvimento. Houve mais gente e começou a haver o êxodo. E as comparações que V. Ex<sup>a</sup> fez aqui são procedentes.

Eu acho que a preocupação como um todo é, sem dúvida alguma, enorme. No Brasil como um todo, temos de pensar em descentralizar e cuidar de todos os seus detalhes.

Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PSDB – SC) – Não havendo mais oradores inscritos e estando esgotadas as matérias e as comunicações a serem realizadas por hoje, vou declarar encerrada a presente sessão, antes convocando outra para amanhã, no horário regimental, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Se-

nadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2013

(*Proveniente da Medida Provisória nº 586, de 2012*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2013, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que *dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nºs 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 586, de 2012).*

Parecer sob nº 2, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE); e Relator Revisor: Deputado Márcio Macêdo (PT/SE), favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2013, que oferece. (Lido no Senado Federal no dia 7.3.2013) (Sobrestando a pauta a partir de 24.12.2012) Prazo final prorrogado: 18.4.2013

2

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner. Bloco/PSDB – SC) – Está encerrada a sessão.

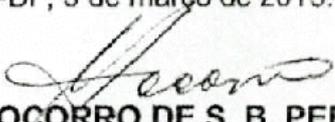
(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 55 minutos.*)

## **Edital de Ciência de Eliminação de Documentos Nº 13/2013**

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, designada pelo Ato do Diretor Geral nº 846 de 16/8/2000, publicado no Diário do Senado Federal, de 17/8/2000 e de acordo com a **Listagem de Eliminação de Documentos nº 6/2013**, da **Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN)** baseada na Tabela de Temporalidade de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional e aprovada pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal faz saber a quem possa interessar que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário do Senado Federal, se não houver oposição, a Secretaria de Arquivo procederá à eliminação dos documentos referidos na listagem, relativos ao período de 1985 a 1986.

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processo, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal.

Brasília-DF, 5 de março de 2013.

  
**MARIA DO SOCORRO DE S. B. PEREIRA**  
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de  
Documentos de Arquivo do Senado Federal

**Observação:** As listagens objeto deste edital serão publicadas em suplemento do Diário desta data.

LISTAGEM N. 6 de 2013					
LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS					
ÓRGÃO: SENADO FEDERAL					
UNIDADE / SETOR: SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE - SAFIN					
CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO - ASSUNTO / SÉRIE	DATAS-LIMITE	ESPECIFICAÇÃO	OBSERVAÇÕES / JUSTIFICATIVA	CAIXA / quantidade	
024.156 - IMPOSTO DE RENDA	1986	documentos referentes a consignações de imposto de renda de junho de 1986. Sequencia numerica contábil nº 2232, 2209, 2222, 2210.	documentos	1 / 4	
026.196 - MUDANÇA DOMICILIO SENADORES E SERVIDORES	1986	processo nº 8482/86-1 referente a contratação da empresa Mutimpar - Mudanças e Transporte Ltda. Para transpor a mudança do Senador Enéas Farias de Curitiba para Brasília. Sequencia numerica contábil 2439.	processo	1 / 1	
034.3 - TRANSPORTE DE MATERIAL	1985 - 1986	processos nºs 20093/85-3, 7175/86-8, 6564/86-0, 8081/86-7, 3277/86-0 (do a capta), 4938/86-0. Sequencia numerica contábil - 2420, 2163, 2408, 2424, 2447, 2395.	processos	1 / 6	

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\*\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*

### Maranhão

**Bloco-PTB** - Epitácio Cafeteira\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*\*  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

### Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PR** - Antonio Carlos Rodrigues\*\* (S)

### Minas Gerais

**Bloco-PMDB** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\*\* (S)

### Goias

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*  
**Bloco-DEM** - Wilder Morais\*\* (S)

### Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amélia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cicero Lucena\*  
**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

### Piauí

**Bloco-PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

### Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

### Alagoas

**Bloco-PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*\*

### Amazonas

**Bloco-PR** - Alfredo Nascimento\*  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin\*\*

### Paraná

**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*  
**Bloco-PMDB** - Sérgio Souza\*\* (S)

### Acre

**Bloco-PT** - Anibal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSDB** - Ruben Figueiró\* (S)  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PTB** - Gim\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

### Tocantins

**Bloco-PSD** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\*\* (S)  
**Bloco-PPL** - João Costa\*\* (S)

### Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*\*  
**PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**Bloco-PTB** - Sodré Santoro\* (S)  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia. . . . .	PP/RS
Benedito de Lira. . . . .	PP/AL
Casildo Maldaner. . . . .	PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . .	PP/PI
Clésio Andrade. . . . .	PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . .	PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . .	PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . .	PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . .	PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . .	PP/RO
Jader Barbalho. . . . .	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . .	PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . .	PMDB/MA
José Sarney. . . . .	PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . .	PSD/TO
Lobão Filho. . . . .	PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . .	PMDB/SC
Paulo Davim. . . . .	PV/RN
Pedro Simon. . . . .	PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . .	PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . .	PMDB/ES
Roberto Requião. . . . .	PMDB/PR
Romero Jucá. . . . .	PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . .	PSD/AC
Sérgio Souza. . . . .	PMDB/PR
Valdir Raupp. . . . .	PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . .	PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . .	PMDB/MS

### Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1

Acir Gurgacz. . . . .	PDT/RO
Ana Rita. . . . .	PT/ES
Angela Portela. . . . .	PT/RR
Anibal Diniz. . . . .	PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . .	PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . .	PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . .	PT/MS
Eduardo Lopes. . . . .	PRB/RJ
Eduardo Suplicy. . . . .	PT/SP
Humberto Costa. . . . .	PT/PE
Inácio Arruda. . . . .	PC DO B/CE
João Capiberibe. . . . .	PSB/AP
João Durval. . . . .	PDT/BA
Jorge Viana. . . . .	PT/AC
José Pimentel. . . . .	PT/CE
Lídice da Mata. . . . .	PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . .	PT/RJ
Paulo Paim. . . . .	PT/RS
Pedro Taques. . . . .	PDT/MT

Rodrigo Rollemberg. . . . .	PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . .	PC DO B/AM
Walter Pinheiro. . . . .	PT/BA
Wellington Dias. . . . .	PT/PI
Zeze Perrella. . . . .	PDT/MG

### Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves. . . . .	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . .	PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . .	PSDB/PR
Ataídes Oliveira. . . . .	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima. . . . .	PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . .	PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . .	PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . .	PSDB/PA
Jayme Campos. . . . .	DEM/MT
José Agripino. . . . .	DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . .	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . .	DEM/SE
Mário Couto. . . . .	PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . .	PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . .	PSDB/MS
Wilder Moraes. . . . .	DEM/GO

### Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento. . . . .	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . .	PR/SP
Armando Monteiro. . . . .	PTB/PE
Blairo Maggi. . . . .	PR/MT
Eduardo Amorim. . . . .	PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . .	PTB/MA
Fernando Collor. . . . .	PTB/AL
Gim. . . . .	PTB/DF
João Costa. . . . .	PPL/TO
João Vicente Claudino. . . . .	PTB/PI
Magno Malta. . . . .	PR/ES
Sodré Santoro. . . . .	PTB/RR

### PSOL - 1

Randolfe Rodrigues. . . . .	AP
-----------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria. . . . .	28
Bloco de Apoio ao Governo. . . . .	24
Bloco Parlamentar Minoria. . . . .	16
Bloco Parlamentar União e Força. . . . .	12
PSOL. . . . .	1
<b>TOTAL. . . . .</b>	<b>81</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

### (por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Costa** (Bloco-PPL-TO)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sodré Santoro* (Bloco-PTB-RR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

### **PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

### **1ª VICE-PRESIDENTE**

Jorge Viana - (PT-AC)

### **2º VICE-PRESIDENTE**

Romero Jucá - (PMDB-RR)

### **1º SECRETÁRIO**

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

### **2ª SECRETÁRIA**

Angela Portela - (PT-RR)

### **3º SECRETÁRIO**

Ciro Nogueira - (PP-PI)

### **4º SECRETÁRIO**

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

### **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

**1º** - Magno Malta - (PR-ES)

**2º** - Jayme Campos - (DEM-MT)

**3ª** - João Durval - (PDT-BA)

**4ª** - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

**LIDERANÇAS**

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (66,69)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 20</b> <b>Eunício Oliveira</b> (66,69)</p> <p><b>Vice-Líderes do PMDB</b> Ricardo Ferraço (106) Romero Jucá (40,105)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> (64)</p> <p><b>Vice-Líder do PP</b> Ana Amélia (12,89)</p> <p><b>Líder do PSD - 2</b> <b>Sérgio Petecão</b> (85,88)</p> <p><b>Vice-Líder do PSD</b> Kátia Abreu (11,13,52,61,86)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b> (76)</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Dias - Bloco</b> (25,71,92)</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Acir Gurgacz (49,55,70,94) Rodrigo Rollemberg (68,100) Inácio Arruda (90,101) Eduardo Lopes (37,44,65,102)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 12</b> <b>Wellington Dias</b> (25,71,92)</p> <p><b>Vice-Líderes do PT</b> Walter Pinheiro (22,26,96) Anibal Diniz (27,97) Paulo Paim (98) Eduardo Suplicy (99)</p> <p><b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55,70,94)</p> <p><b>Vice-Líder do PDT</b> Zeze Perrella (87)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Rodrigo Rollemberg</b> (68,100)</p> <p><b>Vice-Líder do PSB</b> Lídice da Mata (30,39,84)</p> <p><b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Inácio Arruda</b> (90,101)</p> <p><b>Vice-Líder do PC DO B</b> Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (37,44,65,102)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Mário Couto - Bloco</b> (32,62)</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Wilder Moraes (103) Ataídes Oliveira (104) Cyro Miranda (33,95)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,63)</p> <p><b>Vice-Líderes do PSDB</b> Cássio Cunha Lima (75) Alvaro Dias (79) Paulo Bauer (5,31,80,81)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,45,46,78)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,59,60)</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Alfredo Nascimento (41,67) Eduardo Amorim (17,47,48,73) João Costa (82,83) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 6</b> <b>Gim</b> (56,59,60)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Alfredo Nascimento</b> (41,67)</p> <p><b>Vice-Líder do PR</b> Antonio Carlos Rodrigues (93)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,73)</p> <p><b>Líder do PPL - 1</b> <b>João Costa</b> (82,83)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (38)</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Gim (56,59,60) Benedito de Lira Lídice da Mata (30,39,84) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p><b>PSOL - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - PSOL</b> (18,77)</p>

**Notas:**

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. O senador Mozarildo Cavalcanti está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 12/12/2012 a 12/04/2013.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
61. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
62. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDDB nº 010/2013.
67. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
68. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
69. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDDB nº 009/2013.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
72. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
73. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
84. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
85. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
87. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
88. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
89. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
90. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
93. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
94. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Atalides Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.

## **COMPOSIÇÃO**

### **COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

#### **1) CPI SOBRE VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À SAÚDE**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 27/02/2013

**Notas:**

\*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

**RELATOR: VAGO**

**Aprovação do Requerimento:** 05/03/2008

**Aprovação do Requerimento de Aditamento:** 10/12/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo prorrogado:** 17/07/2010

**Prazo prorrogado:** 22/12/2010

### MEMBROS

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup>

Senador José Pimentel (PT) <sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>

#### Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(4)</sup>

Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>

#### Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )

#### Membro da Comissão Diretora

**Notas:**

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

\*\*\*\*\*. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiofficio@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

**Finalidade:** Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

**Número de membros:** 5

**Aprovação do Requerimento:** 14/02/2012

**Designação:** 28/02/2012

### MEMBROS

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(3)</sup>

Senador Paulo Paim (PT) <sup>(3)</sup>

#### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(5)</sup>**

Senador Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(4)</sup>

#### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

Senador Alvaro Dias (PSDB) <sup>(1)</sup>

#### **Notas:**

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB( Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

### 3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE)

**Aprovação do Requerimento:** 21/03/2012

**Designação:** 04/04/2012

**Instalação:** 13/11/2012

**Prazo final:** 22/12/2012

**Prazo prorrogado:** 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Humberto Costa (PT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(3)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Davim (PV) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cícero Lucena (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

\*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

\*\*\*. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

**4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)****Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(1)</sup>**Designação:** 17/07/2012**Instalação:** 08/08/2012**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 28/11/2012**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 11/02/2013**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 26/02/2013**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) <sup>(4,5)</sup>
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. VAGO <sup>(3,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) <sup>(7,9)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador João Costa (PPL) <sup>(6,10,11)</sup>

**Notas:**

\* Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

\*\*\* Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

\*\*\*\* Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

\*\*\*\*\* Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

\*\*\*\*\* Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N.ºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

## 5) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

**Finalidade:** Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 28/03/2012

**Designação:** 17/04/2012

**Prazo final:** 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Paulo Davim (PV) <sup>(2)</sup>
Senador Luiz Henrique (PMDB) <sup>(2)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO  
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

**Designação:** 15/08/2012

**Instalação:** 30/08/2012

**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 05/02/2013

**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 05/04/2013

**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 06/05/2013

**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) <sup>(6)</sup>
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(8)</sup>
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(1,3,4)</sup>	

**Notas:**

\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

\*\*\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

\*\*\*\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

\*\*\*\*\*. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

\*\*\*\*\*. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

\*\*\*\*\*. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

\*\*\*\*\*. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

\*\*\*\*\*. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

\*\*\*\*\*. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

\*\*\*\*\*. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

\*\*\*\*\*. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE  
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

**Finalidade:** Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Sidnei Agostinho Beneti

**Designação:** 22/11/2012

---

**MEMBROS**

---

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

---

---

---

---

---

---

---

---

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR  
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

**Finalidade:** Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

**Número de membros:** 17

**PRESIDENTE:** Luis Felipe Salomão

**Designação:** 22/11/2012

---

**MEMBROS**

---

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

---

**Notas:**

\*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

**9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A  
CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL**

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Mário Couto (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
	1. Senador Magno Malta (PR) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

**10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE  
À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL**

**Finalidade:** Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Pedro Simon (PMDB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Romero Jucá (PMDB) <sup>(2)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(2)</sup>	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Senador Gim (PTB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(60)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) <sup>(60)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(13)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) <sup>(10,14,61)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) <sup>(33)</sup>
José Pimentel (PT) <sup>(9,10)</sup>	3. Anibal Diniz (PT) <sup>(41,42)</sup>
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(57)</sup>
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(34,35,46,47)</sup>	6. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(8)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(64)</sup>	7. Lídice da Mata (PSB) <sup>(64)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(29)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(59)</sup>	1. Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(59)</sup>
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(59)</sup>	2. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(17,22,59)</sup>
Jader Barbalho (PMDB) <sup>(36,37,49,50,59)</sup>	3. Roberto Requião (PMDB) <sup>(59)</sup>
Lobão Filho (PMDB) <sup>(59)</sup>	4. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(59,63)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(59)</sup>	5. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(59)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(59,63)</sup>	6. Clésio Andrade (PMDB) <sup>(3,7,16,26,28,59)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(59)</sup>	7. Ana Amélia (PP) <sup>(59)</sup>
Ivo Cassol (PP) <sup>(59)</sup>	8. Ciro Nogueira (PP) <sup>(59)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(11,12,18,19,59)</sup>	9. Benedito de Lira (PP) <sup>(5,59)</sup>
Kátia Abreu (PSD) <sup>(23,24,43,44,55,59,62)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2,56)</sup>	1. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(56)</sup>
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(56)</sup>	2. Aécio Neves (PSDB) <sup>(1,56)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(56)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB) <sup>(56)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(30,31,32)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(30)</sup>	5. Wilder Morais (DEM) <sup>(4,15,40)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(29,45)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim (PTB) <sup>(48)</sup>
Antonio Russo (PR) <sup>(26,27,28,53)</sup>	3. Blairo Maggi (PR) <sup>(38,39,51,52)</sup>

João Ribeiro (PR) (6,54)	4. Alfredo Nascimento (PR) (21)
<b>PSD PSOL (25)</b>	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (58)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Graziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
52. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).

56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares, e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).

58. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. Nº 0012/2013-GLPSD).

57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).

59. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

60. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).

61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).

62. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).

64. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

### (Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Marta Suplicy (PT) <sup>(5)</sup>	1. VAGO <sup>(3,4)</sup>
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  - Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
  - Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. n° 089/2012 - GLDBAG).
  - Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- \*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 18/05/2011

**Prazo prorrogado:** 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT) <sup>(4,6)</sup>	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) <sup>(8)</sup>	2. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(9)</sup></b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(10)</sup>	2. Waldemir Moka (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Armando Monteiro (PTB) <sup>(2,3)</sup>

**Notas:**

- Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
  - Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
  - Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
  - Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
  - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  - Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
  - Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
  - Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
  - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  - Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- \*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(36)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(36)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(8)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) <sup>(26)</sup>
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) <sup>(18)</sup>
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(22)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(23,35)</sup>	1. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(6,17,23,30,35)</sup>
Roberto Requião (PMDB) <sup>(2,23,35,37)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB) <sup>(23,30,35)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(3,4,23,35)</sup>	3. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(23,30,35)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(23,35)</sup>	4. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(23,30,35,37)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(23,35)</sup>	5. Romero Jucá (PMDB) <sup>(23,30,35)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(14,15,16,21,23,35)</sup>	6. Benedito de Lira (PP) <sup>(10,23,30,35)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(23,25,30,35)</sup>	7. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(23,30,35)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(34)</sup>	1. Aécio Neves (PSDB) <sup>(34)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(34)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB) <sup>(9,11,13,34)</sup>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(7,9,34)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB) <sup>(34)</sup>
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(22,28)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(31)</sup>	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) <sup>(1,5)</sup>	2. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(24)</sup>
VAGO <sup>(27,29,33)</sup>	3. Antonio Russo (PR) <sup>(19,20,32)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

28. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).

30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
33. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Reuniões:** quintas-feiras, às 11h30 - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(5)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcídia Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) <sup>(4)</sup>	2. Wellington Dias (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(5)</sup></b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(2)</sup>
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

**Notas:**

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (2)</b>	
Paulo Paim (PT)	1. VAGO (6,7,8,9)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (1)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (5)</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (4)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (3)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

**Notas:**

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
  4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
  5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  6. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
  7. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais.
  8. Em 31.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 189/2012 - PRESIDÊNCIA/CAS).
  9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

## 2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Instalação:** 07/03/2012

**Prazo final:** 22/12/2012

**Prazo prorrogado:** 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (2)</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

**Notas:**

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.  
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

\*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

\*\*\*. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (77)****VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (77)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (23)</b>	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (10)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (10,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (8,10,75)
Anibal Diniz (PT) (7,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (6,78)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (38)</b>	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,73)	1. Romero Jucá (PMDB) (1,3,16,20,26,39,50,73)
Vital do Rêgo (PMDB) (2,15,39,50,73)	2. Roberto Requião (PMDB) (4,16,36,39,46,50,73)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,73)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (13,16,39,50,52,53,63,64,73)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,73)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,73)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,73)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,73)
Eunício Oliveira (PMDB) (27,39,73)	6. Benedito de Lira (PP) (39,73)
Francisco Dornelles (PP) (39,73)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,73)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,69,73,76)	8. Kátia Abreu (PSD) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,70,73,76)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (9,71)
José Agripino (DEM) (18,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (17,42,44)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) (38,59)</b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (11,45,65)
Gim (PTB) (62)	2. VAGO (5,45,79)
Magno Malta (PR)	3. VAGO (19,21,34,35,66,67)
	4. Eduardo Amorim (PSC) (47,48)
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Graziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).
47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 06.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomcej@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 19/10/2011

**Instalação:** 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(1)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO <sup>(2)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(1)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1.
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

**Notas:**

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(68)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(68)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(15)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) <sup>(38)</sup>
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) <sup>(49)</sup>
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(13,24)</sup>
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(9)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) <sup>(16)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) <sup>(30)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(41)</sup></b>	
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(43,65)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(2,19,43,46,65)</sup>
Roberto Requião (PMDB) <sup>(26,27,28,39,43,65)</sup>	2. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(43,46,56,65)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(6,12,25,43,65)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(43,65)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(29,31,40,43,65)</sup>	4. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(43,46,65)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(17,43,65)</sup>	5. VAGO <sup>(43,46)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(43,46,65)</sup>	6. VAGO <sup>(20,43,46)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(43,46,47,48,55,57,65)</sup>	7. VAGO <sup>(10,43)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(43,46,65)</sup>	8. <sup>(43)</sup>
Kátia Abreu (PSD) <sup>(43,46,65)</sup>	9. <sup>(43)</sup>
VAGO <sup>(32,35,50,64,66)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(5,63)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(33,63)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(14,22,63)</sup>	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(3,63)</sup>
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(63)</sup>	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(4,63)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(18,54,63)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(7)</sup>	5. Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(8,44,45,63,67)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(41,52)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(58)</sup>
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(1,42)</sup>
Magno Malta (PR) <sup>(11,23)</sup>	3. Antonio Russo (PR) <sup>(36,37,60)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(23,61)</sup>	4. VAGO <sup>(51,53,59)</sup>
<b>PSD PSOL <sup>(34)</sup></b>	
	1. Randolfê Rodrigues (PSOL) <sup>(62)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domelles como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)

23. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
33. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
34. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
35. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
36. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
37. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
38. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
39. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
40. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
43. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
44. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
45. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
46. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
47. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
48. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
49. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
50. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
51. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
52. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
53. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
54. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
55. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
56. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

57. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
58. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
59. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
60. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
61. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
62. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. Nº 0012/2013-GLPSD).
63. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
64. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
65. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
66. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
67. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Ofícios Nºs 10/2013-GLDEM e 58/2013-GLPSDB).
68. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Notas:**

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (69)**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (69)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (14)</b>	
Anibal Diniz (PT)	1. VAGO (72)
Acir Gurgacz (PDT) (11,15,39,40,49,50)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) (73)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (70)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (37)</b>	
Romero Jucá (PMDB) (16,65)	1. Sérgio Souza (PMDB) (41,42,53,54,65)
Luiz Henrique (PMDB) (19,20,38,65)	2. Eduardo Braga (PMDB) (65)
Garibaldi Alves (PMDB) (64,65)	3. João Alberto Souza (PMDB) (20,21,65)
Valdir Raupp (PMDB) (6,65)	4. VAGO (17,65,71)
Ivo Cassol (PP) (65)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (30,32,36,64)
Kátia Abreu (PSD) (12,13,22,24,65)	6. VAGO (8,28,29,31,35)
	7. VAGO (4,5,9,33,44,45,55,57,67)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB) (59,61)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (59)
Cícero Lucena (PSDB) (7,10,59,63)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (59,62)
José Agripino (DEM) (18,26,27)	3. VAGO (26,51)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) (37,47)</b>	
Eduardo Amorim (PSC) (1,25,52,68)	1. Gim (PTB) (2,66,68)
Blairo Maggi (PR) (46,48,56,60,68)	2. Fernando Collor (PTB) (43,68)
<b>PSD PSOL (34)</b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL) (5,58)	

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
9. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
10. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
16. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
17. Em 29.09.2011, o Senador Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
21. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
22. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
23. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
24. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
25. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
26. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
27. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
34. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
35. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
36. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
45. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
46. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
47. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
48. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012/BLUFOR/SF).
49. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
50. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Feury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
52. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
53. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
55. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OFÍCIOS n°s 012 e 013/2013-GLPSD).
58. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (OF. N° 0012/2013-GLPSD).
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
60. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n° 13/2013-BLUFOR).
61. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
62. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
63. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
64. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
65. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
67. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
66. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).

68. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
69. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
70. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
71. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
72. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
73. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (3)</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (10)</b>	
VAGO (8)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (9)	2. VAGO (4,8,11)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,7)	1. VAGO (12)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) (10)</b>	
(5)	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
  5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
  6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
  9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
  8. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
  7. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
  10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
  12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- \*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (2)</b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (7)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (6)</b>	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. VAGO (8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) (6)</b>	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. VAGO (7,13,14,15)

**Notas:**

- Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
- Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
- Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
- Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (2)</b>	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (9)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (8)</b>	
Sérgio Souza (PMDB) (1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) (8)</b>	
Blairo Maggi (PR) (5,9,12)	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

#### 5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

**Finalidade:** Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1)</sup>
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
VAGO <sup>(2,3,4)</sup>	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
  2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
  3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
  4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- \*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(62)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(62)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(15)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) <sup>(49,53,61)</sup>	2. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(24,13)</sup>
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) <sup>(25,27,14)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) <sup>(39,40,10)</sup>	6. Lídice da Mata (PSB) <sup>(22,61)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(43)</sup></b>	
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(60)</sup>	1. Roberto Requião (PMDB) <sup>(26,33,60,7,9)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(28,29,30,41,60,1,12)</sup>	2. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(38,60)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(31,34,42,60)</sup>	3. VAGO
VAGO <sup>(17,32,60,64)</sup>	4. VAGO <sup>(20)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(19,60)</sup>	5. VAGO <sup>(12)</sup>
VAGO	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataides Oliveira (PSDB) <sup>(16,36,46,63,6,8)</sup>	1. VAGO <sup>(23,59,4)</sup>
VAGO <sup>(5)</sup>	2. VAGO <sup>(58)</sup>
VAGO <sup>(18,37,45,54)</sup>	3. Wilder Morais (DEM) <sup>(48)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(43,52)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(56,2)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(47,55)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(44,11)</sup>	2.
Magno Malta (PR)	3. VAGO <sup>(50,51,57)</sup>
<b>PSOL</b>	
VAGO <sup>(35)</sup>	1. Randolfe Rodrigues <sup>(3)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 17.03.2011, o Senador Randolfê Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

9. Em 10.05.2011, o Senador Gilvam Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

12. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

20. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

22. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDDB)

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
42. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
41. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
48. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
49. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
50. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
53. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
52. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
54. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
55. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
56. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
57. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
59. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador João Caberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
62. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Caberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
63. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
64. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (2)</b>	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (5)</b>	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
VAGO (1)	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1,6)	1.

**Notas:**

- Em 04.05.2011, foi lido o Of. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
  - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  - Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
  - Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
  - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  - Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).
  - Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(5)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

**Notas:**

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### **6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 02/06/2011

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### **6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 29/03/2012

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(44)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) <sup>(44)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(7)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) <sup>(45)</sup>	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. VAGO <sup>(45,46)</sup>
Vanessa Graziotin (PC DO B) <sup>(4,6)</sup>	3. Lindbergh Farias (PT) <sup>(3)</sup>
Anibal Diniz (PT) <sup>(5,8,9,46)</sup>	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(17,18)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) <sup>(16)</sup>
Lídice da Mata (PSB) <sup>(43)</sup>	6. João Capiberibe (PSB) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(22)</sup></b>	
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(40)</sup>	1. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(40)</sup>
Jarbas Vasconcelos (PMDB) <sup>(40)</sup>	2. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(40)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(23,24,28,40)</sup>	3. Roberto Requião (PMDB) <sup>(40)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(40)</sup>	4. Romero Jucá (PMDB) <sup>(40)</sup>
Luíz Henrique (PMDB) <sup>(40)</sup>	5. Ana Amélia (PP) <sup>(40)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(40)</sup>	6. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(12,13,14,21,26,32,33,40)</sup>
	7. VAGO <sup>(39,42)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(38,41)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(38)</sup>
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(2,38)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(38)</sup>
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) <sup>(10,30,47)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(22,29)</sup></b>	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(34)</sup>
Gim (PTB) <sup>(31)</sup>	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>
Blairo Maggi (PR) <sup>(25,27,35,36)</sup>	3. João Ribeiro (PR) <sup>(19,20,37)</sup>
<b>PSD PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPDSB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

26. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).

27. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

28. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).

29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
36. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OFÍCIO nº 012/2013-GLPSD).
41. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
42. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
43. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
44. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
45. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
46. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
47. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) <sup>(8,9,10,11,12)</sup>
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2,4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(7)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(5,6)</sup>
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

\*\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

\*\*\*\*\*. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (2)</b>	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (5)</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

**Notas:**

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

\*\*\*\*. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

#### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (6)</b>	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,9)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (13)</b>	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1)	1. VAGO (2,7)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) (13)</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfê Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

1. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
  15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
  16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
  17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
  18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
  19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
  20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
  21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
  22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza  
**Telefone(s):** 3303-3496  
**Fax:** 3303-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(54)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(54)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(8)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(20,21)</sup>
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(31,32,44,45)</sup>	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) <sup>(18)</sup>	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(25)</sup></b>	
Clésio Andrade (PMDB) <sup>(26,33,34,47,48,55)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(26,55)</sup>
Lobão Filho (PMDB) <sup>(26,55)</sup>	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2,3,10,26,55)</sup>
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(26,55)</sup>	3. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(26,55)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(26,55)</sup>	4. Roberto Requião (PMDB) <sup>(9,26,55)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(26,55)</sup>	5. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(11,22,23,26,55)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(26,55)</sup>	6. Ivo Cassol (PP) <sup>(26,55)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(26,55)</sup>	7. Francisco Dornelles (PP) <sup>(15,16,17,24,26,55)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(27,29,39,40,50,52,55,56)</sup>	8. Kátia Abreu (PSD) <sup>(5,6,12,14,27,28,29,52,55,56)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(53)</sup>	1. Aécio Neves (PSDB) <sup>(53)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(53)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(53)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(1,4,53)</sup>	3. Cyro Miranda (PSDB) <sup>(4,7,53)</sup>
Wilder Moraes (DEM) <sup>(30,37)</sup>	4. Jayme Campos (DEM) <sup>(30,38)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(25,42)</sup></b>	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim (PTB) <sup>(36,46)</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) <sup>(35)</sup>	3. VAGO <sup>(41,43,51)</sup>
<b>PSOL</b>	
<sup>(19)</sup>	1. Randolfe Rodrigues <sup>(19,49)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

20. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

21. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

24. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

26. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.

27. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

28. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
31. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
32. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
33. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
34. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
35. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
36. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
37. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
39. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
40. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
43. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
44. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
45. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
49. Em 03/12/2012, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. GSRR nº 264/2012).
50. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
51. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
52. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
53. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
54. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Instalação:** 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
VAGO (1,5,6,7,9)	2. Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (2)</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. VAGO (3,4,8)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (Of. nº 002/2012-GLDBAG).
  2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  3. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
  4. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
  5. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
  6. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
  7. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
  8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
  9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- \*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

#### 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Aprovação do Requerimento:** 08/03/2012

**Instalação:** 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

**Notas:**

- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

\*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

\*\*\*. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(50)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(50)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(10)</sup></b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(2)</sup>	1. João Capiberibe (PSB) <sup>(47)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(46)</sup>	2. Zeze Perrella (PDT) <sup>(7,11)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(48)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT) <sup>(1,49)</sup>
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(33,34,39,40)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(30)</sup></b>	
Romero Jucá (PMDB) <sup>(45)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(13,45)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(21,22,23,29,32,45)</sup>	2. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(45)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(45)</sup>	3. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(3,38,45)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(16,35,45)</sup>	4. Ivo Cassol (PP) <sup>(27,45)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(45)</sup>	5. VAGO <sup>(8,9,17,19)</sup>
Kátia Abreu (PSD) <sup>(45)</sup>	6. VAGO <sup>(24,25,28)</sup>
(44)	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(5,12,20,43)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(43)</sup>
Ruben Figueiró (PSDB) <sup>(43)</sup>	2. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(6,43)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) <sup>(4,36)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(30,37)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(42)</sup>	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(31)</sup>	2. Magno Malta (PR)
<b>PSD PSOL <sup>(26)</sup></b>	
	1. VAGO <sup>(15,41)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Redatário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1.º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfê Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redatário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
18. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
21. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
22. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
23. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
24. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
25. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
28. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
29. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
31. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
32. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
33. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
34. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).
35. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
36. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

37. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
38. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
39. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
40. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
41. Em 03/12/2012, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão, em razão do disposto no art. 77, § 2º, do RISF (Of. GSRR nº 264/2012).
42. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
43. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
44. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
45. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
46. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
47. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
48. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
49. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
50. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins  
**Reuniões:** quartas-feiras, às 14h -  
**Telefone(s):** 3303-4282  
**Fax:** 3303-1627  
**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

### 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
<b>PSC</b>	
Eduardo Amorim <sup>(3,4,5,7,8)</sup>	

**Notas:**

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) (4)</b>	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (8)</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 18.08.2011, o Senador Redatário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redatário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).

10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).

12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

## 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Designação:** 14/06/2011

**Instalação:** 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Zeze Perrella (PDT) <sup>(1,4)</sup>	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(9)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(5)</sup>	2. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(3,8)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
  4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
  5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
  6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
  7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
  8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
  9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- \*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(64)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(64)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(15)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) <sup>(7,10,22,23,57)</sup>	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) <sup>(11,16)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(38,47)</sup>	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(4)</sup>	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(37)</sup></b>	
Clésio Andrade (PMDB) <sup>(61)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(27,29,35,52,61)</sup>
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(61)</sup>	2. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(61)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(25,26,28,36,49,61)</sup>	3. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(39,40,51,53,61)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(61)</sup>	4. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(61)</sup>
Ivo Cassol (PP) <sup>(12,13,19,21,61)</sup>	5. Ciro Nogueira (PP) <sup>(61)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(61)</sup>	6. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(17,61)</sup>
Kátia Abreu (PSD) <sup>(30,59,61,62)</sup>	7. Garibaldi Alves (PMDB) <sup>(32,43,44,58,59,62,63)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(3,60)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(60)</sup>
Ruben Figueiró (PSDB) <sup>(60)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(2,9,14,60)</sup>
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO <sup>(6,18,48)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(37,45)</sup></b>	
Gim (PTB) <sup>(1,8,49,50)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(5,54)</sup>
Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(24,33,34,46)</sup>	2. Blairo Maggi (PR) <sup>(24,41,42,55,56)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (OF. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** quintas-feiras, às 08:30hs -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**  
**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Zeze Perrella (PDT-MG) <sup>(41)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) <sup>(41)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(8)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) <sup>(39)</sup>	2. Anibal Diniz (PT) <sup>(40)</sup>
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(11,13)</sup>
João Capiberibe (PSB) <sup>(9,10,18)</sup>	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(1,22,23)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(24)</sup></b>	
Lobão Filho (PMDB) <sup>(38)</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2,4,12,38)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(25,26,30,32,38)</sup>	2. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(38)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(38)</sup>	3. Ivo Cassol (PP) <sup>(38)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(38,42)</sup>	4. Benedito de Lira (PP) <sup>(31,38)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(38)</sup>	5. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(6,7,14,15,43)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(38)</sup> <sup>(19,21,36,37)</sup>	6. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(35)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(35)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(35)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(35)</sup>
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(24,28)</sup></b>	
Gim (PTB) <sup>(29)</sup>	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(3,17)</sup>	2. João Ribeiro (PR) <sup>(17,34)</sup>
<b>PSD/PSOL</b>	
	1. <sup>(5,27,33)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
- \*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).
  2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
  3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
  4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
  5. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
  6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
  7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
  8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  9. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
  10. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
  11. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
  12. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
  13. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
  14. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
  15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
  16. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
  17. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
  18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
  19. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
  20. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
  21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
  22. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
  23. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
  24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  25. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
  26. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
  27. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
  28. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
  29. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
  30. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
  31. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
  32. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

33. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
34. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
35. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
36. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro suplente do PSD na Comissão (Of. Nº 0013/2013-GLPSD).
37. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
38. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
39. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
40. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
41. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
42. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
43. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** quartas-feiras, às 09:00hs -  
**Telefone(s):** 3303-1120  
**Fax:** 3303-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## **11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Telefone(s):** 3303-1120  
**Fax:** 3303-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 26/04/2011

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 16 titulares e 16 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
<b>PT</b>	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
<b>PTB</b>	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>PR</b>	
VAGO	1. Antonio Carlos Rodrigues (SP)
<b>PP</b>	
Ciro Nogueira (PI)	1.
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (RO)	1.
<b>DEM</b>	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PSB</b>	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)

**PSD**

Sérgio Petecão (AC)

1. Kátia Abreu (TO)

**Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)**

VAGO (/)

**Atualização:** 06/03/2013

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) <sup>(1)</sup>	PR
VAGO	PMDB
VAGO	PT
	PSDB
VAGO	PTB

**Atualização:** 21/02/2013**Notas:**

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

**4) PROCURADORIA DA MULHER**

*(Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2013)*

**PROCURADORA:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(1)</sup>

---

**Atualização:** 06/03/2013

**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260

**E-mail:**scop@senado.leg.br

**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

**OUVIDOR-GERAL:** VAGO

**1ª Designação:** 26/04/2011

---

**Atualização:** 01/02/2013

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**MEMBROS****PMDB**

VAGO

**PT**

VAGO

**PSDB**

VAGO

**PTB**

VAGO

**DEM**

VAGO

**PR**

VAGO

**PP**

VAGO

**PDT**

VAGO

**PSB**

VAGO

**PC DO B**

VAGO

**PSOL**

VAGO

**PRB**

VAGO

**PSC**

---

VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PMN</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO

---

**Atualização:** 06/03/2013

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

**7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**MEMBROS****PMDB**

VAGO

**PT**

VAGO

**PSDB**

VAGO

**PTB**

VAGO

**DEM**

VAGO

**PR**

VAGO

**PP**

VAGO

**PDT**

VAGO

**PSB**

VAGO

**PC DO B**

VAGO

**PSOL**

VAGO

**PRB**

VAGO

**PSC**

VAGO

**PSD**

VAGO

---

**PV**

VAGO

---

**Atualização:** 06/03/2013

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA***(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PC DO B</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
<b>PSD</b>

---

VAGO

**PV**

---

VAGO

---

**Atualização:** 06/03/2013

**Notas:**

2. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

1. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

---

**MEMBROS**

---

**PMDB**

---

**PT**

VAGO

**PSDB**

VAGO

**PTB**

VAGO

**DEM**

VAGO

**PR**

VAGO

**PP**

VAGO

**PDT**

VAGO

**PSB**

VAGO

**PC DO B**

VAGO

**PSOL**

VAGO

**PRB**

VAGO

**PSC**

VAGO

**PSD**

---

---

VAGO

**PV**

---

VAGO

---

**Atualização:** 06/03/2013

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

**10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PC DO B</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>PRB</b>
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PV</b>

---

VAGO

**Representante da sociedade civil organizada**

**Pesquisador com produção científica relevante**

**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**

---

**Atualização:** 06/03/2013

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

## COMISSÕES MISTAS

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados<sup>8</sup>

#### COMPOSIÇÃO<sup>2</sup>

**Presidente:** Deputado Paulo Pimenta<sup>4</sup>  
**1º Vice-Presidente:** Senador Cássio Cunha Lima<sup>4</sup>  
**2º Vice-Presidente:** Deputado Reinaldo Azambuja<sup>4</sup>  
**3º Vice-Presidente:** Senador Vicentinho Alves<sup>4, 16, 23 e 25</sup>

**Instalação:** 27-3-2012

**Relator do PLDO / 2013:** Senador Antonio Carlos Valadares<sup>6</sup>

**Relator do PLOA / 2013:** Senador Romero Jucá<sup>6</sup>

**Relator da Receita:** Deputado Cláudio Puty<sup>6</sup>

#### Senado Federal

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)</b>	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1. <sup>10 e 18</sup>
Benedito de Lira (PP/AL) <sup>6</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) <sup>10, 12 e 19</sup>
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. <sup>3</sup>
Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>9 e 10</sup>	4. <sup>9</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)</b>	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR) <sup>11 e 13</sup>
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. <sup>12</sup>
<b>PR</b>	
João Costa (PPL/TO) <sup>16, 17, 21 e 26</sup>	1. Antonio Russo (PR/MS) <sup>20 e 24</sup>
<b>PSD<sup>1</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. <sup>14, 15 e 22</sup>

#### Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

- 10- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro titular, e o Senador Tomás Correia, como membro suplente, em 12-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 296, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 11- Designado o Senador José Pimentel, como membro suplente, em substituição à Senadora Angela Portela, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 115, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.
- 12- Designado o Senador Mozarildo Cavalcanti, como membro suplente, em vaga pertencente ao Bloco Parlamentar da Maioria, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 135, de 2012, da Liderança do PTB e 305, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 13- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador José Pimentel, em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 116, de 2012, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.
- 14- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 15- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 57, de 2012, da Liderança do PSD.
- 16- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.
- 17- Designado o Senador João Costa, como membro titular, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, em 30-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 120, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.
- 18- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 19- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no período de 12-12-2012 a 12-4-2013, conforme o Requerimento nº 1.085, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.
- 20- Em 22-1-2013, o Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 180 dias, conforme RQS nº 1/2013.
- 21- Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30-1-2013.
- 22- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.
- 23- O Senador Vicentinho Alves reassumiu o cargo de Senador, em 30.1.2013, após licença (Of. GSVLV nº 002/2013).
- 24- Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30-1-2013.
- 25- Em 4.2.2013, lido o Ofício nº 005/2013, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário de Estado para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional Extraordinário do Estado do Tocantins.
- 26- Designado o Senador João Costa, como membro titular, em 19-2-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 19, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) <sup>8 e 9</sup>
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
<b>PMDB</b>	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) <sup>2</sup>
Edio Lopes (PMDB/RR) <sup>2</sup>	2. <sup>25</sup>
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) <sup>7</sup>
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) <sup>7</sup>	5. Luiz Pitiman (PMDB/DF) <sup>22</sup>
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
<b>PSDB</b>	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) <sup>3</sup>	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) <sup>3</sup>
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) <sup>10</sup>
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) <sup>13</sup>
<b>PP</b>	
João Leão (PP/BA) <sup>4</sup>	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
<b>DEM</b>	
Augusto Coutinho (DEM/PE) <sup>6</sup>	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) <sup>6</sup>
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) <sup>11 e 12</sup>
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
<b>PSD</b>	
Eduardo Sciarra (PSD/PR) <sup>16, 17, 21 e 23</sup>	1. Átila Lins (PSD/AM) <sup>16 e 17</sup>
Irajá Abreu (PSD/TO) <sup>16 e 17</sup>	2. Jorge Boeira (PSD/SC) <sup>16 e 17</sup>
Paulo Magalhães (PSD/BA) <sup>16 e 17</sup>	3. Manoel Salviano (PSD/CE) <sup>16 e 17</sup>
<b>PR</b>	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
<b>PSB</b>	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Márcio França (PSB/SP) <sup>14, 15 e 24</sup>	2. Antonio Balhmann (PSB/CE) <sup>19 e 20</sup>
<b>PDT</b>	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Necessian (PPS/RJ)
<b>PTB</b>	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
<b>PSC</b>	
Leonardo Gadelha (PSC/PB) <sup>18</sup>	1. Professor Sérgio de Oliveira (PSC/PR) <sup>18</sup>
<b>PCdoB</b>	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) <sup>5</sup>
<b>PMN</b> <sup>1</sup>	
<sup>2</sup>	<sup>2</sup>

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.
- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.
- 15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.
- 16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.
- 18- Designados os Deputados Leonardo Gadelha e Professor Sérgio de Oliveira, como membros titular e suplente, em substituição, respectivamente, aos Deputados Ratinho Júnior e Leonardo Gadelha, em 18-9-2012, conforme Ofício nº 241, de 2012, da Liderança do PSC.
- 19- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Balhmann, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do PSB.
- 20- Designado o Deputado Antonio Balhmann, como membro suplente, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, em 24-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 187, de 2012, da Liderança do PSB.
- 21- Designado o Deputado Hugo Napoleão, em substituição ao Deputado Eduardo Sciarra, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 964, de 2012, da Liderança do PSD.
- 22- Designado o Deputado Luiz Pitiman, como membro suplente, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 967, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Eduardo Sciarra, como membro titular, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.019, de 2012, da Liderança do PSD.
- 24- Designado o Deputado Márcio França, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 28-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 201, de 2012, da Liderança do PSB.
- 25- Vago em virtude da renúncia do Deputado Joaquim Beltrão ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

**Secretária:** Maria do Socorro de L. Dantas

**Telefones:** (61) 3216-6892 / 3216-6893

**Fax:** (61) 3216-6905

**E-mail:** [cmo@camara.gov.br](mailto:cmo@camara.gov.br)

**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)
PSD	Átila Lins (PSD/AM) <sup>1</sup>

**Notas:**

1-Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Cláudio Puty (PT/PA)**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)
PSD	Irajá Abreu (PSD/TO) <sup>1</sup>

**Notas:**

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
Bloco Parlamentar União e Força <b>(PTB / PR / PSC)</b>	Vicentinho Alves (PR/TO) <sup>1, 3 e 4</sup>
Bloco de Apoio ao Governo <b>(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	Wellington Dias (PT/PI)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PT</b>	Josias Gomes (PT/BA)
<b>PT</b>	Vanderlei Siraque (PT/SP)
<b>PMDB</b>	Mauro Lopes (PMDB/MG)
<b>PSDB</b>	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
<b>DEM</b>	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
<b>PSB</b>	<sup>5</sup>
<b>PDT</b>	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
<b>PSD</b>	Jorge Boeira (PSD/SC) <sup>2</sup>

**Notas:**

1- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

2- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- O Senador Vicentinho Alves reassumiu o cargo de Senador, em 30.1.2013, após licença (Of. GSVLV nº 002/2013).

4- Em 4.2.2013, lido o Ofício nº 005/2013, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário de Estado para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional Extraordinário do Estado do Tocantins.

5- Vago em virtude da renúncia do Deputado Laurez Moreira ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGMP, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
Bloco de Apoio ao Governo <b>(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria <b>(PMDB / PP / PV)</b>	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria <b>(PSDB / DEM)</b>	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PT</b>	Leonardo Monteiro (PT/MG)
<b>PMDB</b>	Edio Lopes (PMDB/RR)
<b>PSDB</b>	Marcus Pestana (PSDB/MG)
<b>PP</b>	Roberto Balestra (PP/GO)
<b>PR</b>	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar <b>(PV / PPS)</b>	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
<b>PSC</b>	Leonardo Gadelha (PSC/PB)
<b>PSD</b>	Manoel Salviano (PSD/CE) <sup>1</sup>

**Notas:**

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados<sup>21</sup>**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin<sup>15, 20 e 27</sup>  
**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro<sup>15, 20 e 27</sup>  
**Relator:** Deputado Sarney Filho<sup>16, 20 e 27</sup>

**Instalação:** 27-2-2013<sup>15, 20 e 27</sup>**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Jorge Viana (PT/AC) <sup>7</sup>	1. Wellington Dias (PT/PI) <sup>7</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>7, 13 e 17</sup>	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) <sup>7</sup>
Blairo Maggi (PR/MT) <sup>7, 23 e 26</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>7</sup>	4. <sup>7 e 17</sup>
<sup>22</sup>	5. <sup>22</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>3 e 14</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>3</sup>
Eduardo Braga (PMDB/AM) <sup>3</sup>	2. Romero Jucá (PMDB/RR) <sup>3</sup>
Ciro Nogueira (PP/PI) <sup>3, 11 e 12</sup>	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) <sup>3</sup>
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>3 e 18</sup>	4. <sup>3 e 19</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 24</sup>
Wilder Morais (DEM/GO) <sup>6, 10 e 25</sup>	2. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>6, 10 e 28</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>4</sup>	1. <sup>8, 9 e 12</sup>
<b>PSOL<sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>5</sup>	1.

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Fernando Ferro (PT/PE) <sup>2</sup>	1. Francisco Praciano (PT/AM) <sup>2</sup>
Márcio Macêdo (PT/SE) <sup>2</sup>	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) <sup>2</sup>
<b>PMDB</b>	
Valdir Colatto (PMDB/SC) <sup>2, 5 e 6</sup>	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) <sup>2</sup>
André Zacharow (PMDB/PR) <sup>2, 9 e 10</sup>	2. Adrian (PMDB/RJ) <sup>10</sup>
<b>PSD</b>	
Hugo Napoleão (PSD/PI) <sup>14 e 15</sup>	1. <sup>14</sup>
<sup>14</sup>	2. <sup>14</sup>
<b>PSDB</b>	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) <sup>2 e 11</sup>	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) <sup>2</sup>
<b>PP</b>	
José Otávio Germano (PP/RS) <sup>2</sup>	1. Rebecca Garcia (PP/AM) <sup>2</sup>
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 8</sup>
<b>PR</b>	
Anthony Garotinho (PR/RJ) <sup>2</sup>	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) <sup>2 e 12</sup>
<b>PSB</b>	
Luiz Noé (PSB/RS) <sup>2</sup>	1. Glauber Braga <sup>2, 7 e 13</sup>
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>2</sup>	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) <sup>2</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Sarney Filho (PV/MA) <sup>2 16</sup>	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) <sup>2 16</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) <sup>2 e 3</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) <sup>4</sup>

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter lhoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter lhoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV na Câmara dos Deputados.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR  
DAS AMÉRICAS – FIPA**  
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados <sup>3</sup>

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
4	4. <sup>3</sup>
<b>PSDB</b>	
	1.
<b>PTB</b>	
Gim (PTB/DF) <sup>2</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) <sup>2 e 5</sup>
<b>DEM</b>	
	1.
<b>PSOL</b> <sup>1</sup>	
	1.

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

5- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no período de 12-12-2012 a 12-4-2013, conforme o Requerimento nº 1.085, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI**

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>1</sup>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB/MT) <sup>2</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>3</sup>

(Atualizada em 04.02.2013)

**Notas:**

1-Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2-Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3-Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores<sup>18</sup> e 13 (treze) Deputados<sup>18</sup> e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

**Leitura:** 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013<sup>17</sup>**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) <sup>20</sup>	2. Lídice da Mata (PSB/BA) <sup>10 e 11</sup>
<sup>11</sup>	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. <sup>6</sup>
<sup>19</sup>	5. <sup>19</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)</b>	
<sup>16</sup>	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>14 e 15</sup>
Ana Amélia (PP/RS) <sup>3, 4, 9 e 13</sup>	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>2, 8, 12 e 16</sup>
	3.
	4.
<sup>19</sup>	5. <sup>19</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) <sup>7</sup>
<b>PSOL<sup>1</sup></b>	
<sup>5</sup>	1.

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cediada uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cediada uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cediada pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
<b>PMDB</b>	
<sup>14</sup>	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) <sup>9 e 12</sup>
Jô Moraes (PCdoB/MG) <sup>1</sup>	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
<b>PSD</b>	
Ademir Camilo (PSD/MG) <sup>10 e 11</sup>	1.
	2.
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) <sup>8</sup>
<b>PP</b>	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
<b>DEM</b>	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. <sup>2, 4 e 13</sup>
<b>PSB</b>	
Keiko Ota (PSB/SP) <sup>7</sup>	1 Sandra Rosado (PSB/RN) <sup>7</sup>
<b>PDT</b>	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) <sup>6</sup>
<b>PTB</b> <sup>1</sup>	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) <sup>3</sup>

**Notas:**

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS****ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

**Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:****Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) <sup>1</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>5</sup>	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>5</sup>
Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>5</sup>	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) <sup>5</sup>
Clésio Andrade (PMDB/MG) <sup>5</sup>	3. <sup>5 e 11</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) <sup>1</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) <sup>2</sup>	1. Pedro Taques (PDT/MT) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>2</sup>	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Paulo Paim (PT/RS) <sup>2 e 7</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>2</sup>	1. <sup>6 e 10</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>2 e 6</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Alfredo Nascimento (PR/AM) <sup>3</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>3</sup>
Gim (PTB/DF) <sup>3</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>3</sup>
<b>PSD <sup>4</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>2</sup>	1. <sup>2, 8, 9 e 12</sup>

**Notas:**

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
	1.
	2.
<b>PMDB</b>	
Leandro Vilela <sup>1</sup>	1. Gealdo Resende <sup>1</sup>
Luiz Pitiman <sup>1</sup>	2. Sandro Mabel <sup>1</sup>
<b>PSDB</b>	
	1.
<b>PP</b>	
Roberto Britto <sup>1</sup>	1. Toninho Pinheiro <sup>1</sup>
<b>DEM</b>	
Augusto Coutinho <sup>1</sup>	1. João Bittar <sup>1</sup>
<b>PR</b>	
	1.
<b>PSB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	
	1.
Bloco Parlamentar <b>(PV / PPS)</b>	
Augusto Carvalho <sup>1</sup>	1.
<b>PTB</b>	
	1.

**Notas:**

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho  
 Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514  
 E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,  
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional. Distrito Federal.

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>Senado Federal</b>	<b>Câmara dos Deputados</b>
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**  
**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho  
**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514  
**E-mail:** [sscepi@senado.gov.br](mailto:sscepi@senado.gov.br)

**CONSELHOS E ÓRGÃO****CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

**COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> André Vargas (PT-PR)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Jorge Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Fábio Faria (PSD-RN)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Romero Jucá (PMDB-RR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Marcio Bittar (PSDB/AC)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Simão Sessim (PP-RJ)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Angela Portela (PT-RR)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Biffi (PT/MS)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB-PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Vital do Régo (PMDB-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
scop@senado.gov.br

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** <sup>1</sup>

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** <sup>2</sup>Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** <sup>2</sup>

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	Vago <sup>3</sup>
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (JUCA FERREIRA)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.02.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
 Senado Federal - Anexo II - Térreo  
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
 sscn@senado.gov.br  
 www.senado.gov.br/ccs

**Notas:**

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Resolução nº 1/2011-CN

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

**Presidente:** Senador Roberto Requião <sup>6</sup>  
**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame <sup>6</sup>  
**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia <sup>6</sup>

Instalação: 31.08.2011

**Deputados**

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto <sup>18</sup>
vago <sup>10</sup>	Sibá Machado
Newton Lima <sup>17</sup>	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
<b>PMDB</b>	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow <sup>9</sup>	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira <sup>3</sup>
Antonio Carlos Mendes Thame <sup>2</sup>	Bruno Araújo <sup>19</sup>
Sergio Guerra	Ruy Carneiro <sup>16</sup>
<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
<b>DEM</b>	
Júlio Campos	Marcos Montes <sup>4</sup>
Mandetta	Augusto Coutinho <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Paulo Freire	Wellington Fagundes <sup>20</sup>
	Henrique Oliveira
<b>PSB</b>	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
<b>PDT</b>	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
<b>Bloco PV / PPS</b>	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
<b>PTB</b>	
Sérgio Moraes	Paes Landim
<b>PSC</b>	
Nelson Padovani	Takayama
<b>PCdoB</b>	
Delegado Protógenes <sup>11</sup>	Assis Melo <sup>12</sup>
<b>PRB</b>	
George Hilton	Vitor Paulo
<b>PMN</b>	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
<b>PTdoB</b>	
Luis Tibé <sup>8</sup>	

**Senadores**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)</b>	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) <sup>7</sup>	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>14</sup>	Paulo Paim (PT) <sup>15</sup>
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>13</sup>
	José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>21</sup>	Fernando Collor

(Atualizada em 28.11.2012)

**Notas:**

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azevedo, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
- 7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
- 8- Vaga cedida pelo PR.
- 9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.
- 10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).
- 11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012
- 20 – O Deputado Wellington Fagundes foi designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da República – PR, em substituição ao Deputado Jacobo, nos termos do Of. nº 551/2012, do Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 28.11.2012, e do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 53/2012.
- 21- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, Inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1085/12, aprovado na Sessão de 11.12.2012.

Edição de hoje: 270 páginas

(OS: 10822/2013)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

